

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU

Joviano Gabriel Maia Mayer (Org.)

De pé na encruzilhada.
Por uma *cartografia contra-colonialista*.

BELO HORIZONTE

2020

Joviano Gabriel Maia Mayer (Org.)

De pé na encruzilhada.
Por uma *cartografia contra-colonialista*.

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de doutor em arquitetura e urbanismo.

Orientadora: Profa. Natacha Silva Araújo Rena

BELO HORIZONTE

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

M468d

Mayer, Joviano Gabriel Maia.

De pé na encruzilhada [manuscrito] : por uma cartografia contra-colonialista / Joviano Gabriel Maia Mayer. - 2020.
350f. : il.

Orientador: Natacha Silva Araújo Rena.

Tese (doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola deArquitetura.

1. Descolonização - Teses. 2. Cartografia - Teses. 3. História oral - Teses. 4. Espaço urbano - Teses. 5. Movimentos sociais urbanos - Teses. I. Rena, Natacha Silva Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 307.76



ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DE
JOVIANO GABRIEL MAIA MAYER
Matrícula número 2016710785

Às quatorze horas do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte, reuniu-se por videoconferência a Comissão Examinadora de Tese para julgar o trabalho intitulado “De pé na encruzilhada. Por uma *cartografia contra-colonialista*”, desenvolvido sob a orientação da Profa. Dra. Natacha Silva Araújo Rena, requisito final para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração “Teoria, produção e experiência do espaço”. Abrindo a sessão, a orientadora – Professora Natacha Silva Araújo Rena - após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao aluno Joviano Gabriel Maia Mayer para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do doutorando e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

- (X) Aprovação;
- () Aprovação condicionada à entrega das revisões constantes nesta Ata e aceitas pela orientadora, no prazo de 30 dias;
- () Reprovação.

O resultado final foi comunicado publicamente para o candidato pela Presidente da Comissão.
Revisões exigidas pela Comissão Examinadora:

Sem revisão.

Comentários adicionais:

A comissão examinadora aprova a tese de doutorado com louvor e distinção, recomendando o trabalho tanto para publicação quanto para submissão a premiações.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora, a saber:

Profa. Dra. Natacha Silva Araújo Rena (Orientadora-EA-UFMG)

Profa. Dra. Jupira Gomes de Mendonça (EA-UFMG)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Profª. Dra. Marcela Silviano Brandão Lopes (EA-UFMG)

Profª. Dra. Maria Sueli Rodrigues de Sousa – UFPI

Profª. Dra. Rosângela Janja Costa Araújo [Mestra Janja] (UFBA)

Antônio Bispo dos Santos [Mestre Nêgo Bispo]

Ciente:

Discente Joviano Gabriel Maia Mayer

Atesto que as alterações exigidas foram cumpridas. Belo Horizonte, 26 de outubro de 2020.

Orientadora:

Professora Natacha Silva Araújo Rena

Homologada a Aprovação pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo em 01/02/2021

Coordenador(a):

Profª. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU – EA/UFMG

Dedico este trabalho à memória de Marielle Franco.

AGRADECIMENTOS

De início, louvo e agradeço à minha ancestralidade, originária do interior de Minas Gerais, Virgolândia, e que migrou para a capital na década de 1970, desde então assentada na comunidade do Barreiro de Baixo, em Belo Horizonte. À mamãe, Maria do Consolo Maia Mayer, meu amor maior, aquela que fez de tudo e mais um pouco para que eu chegasse até aqui, inspiração matripotente de cuidado com terra, fé e devoção à Nossa Senhora, coragem e amor incondicional. Ao papai, o professor Jovino Mayer, quem me abriu as portas para a leitura apaixonada do mundo pela perspectiva dos(as) oprimidos(as). Os primeiros livros que li vieram do tempo em que papai foi jornalista em banca de revista. Às minhas irmãs mais velhas, Elaine e Eliane, mulheres que tanto amo e que cuidaram de mim desde pequenininho, com muito zelo e afeto. Agradeço também à nossa geração neta, Sarah e Vinícius, jardins da nossa alegria, podem contar sempre com o titio aqui.

Agradeço a Exu, Senhor dos caminhos, princípio dinâmico e força vital de encantamento que me orienta pelas encruzilhadas da vida. Agô para trazer sua morada nestes escritos. Saravá aos(às) Pretos(as) Velhos(as), Caboclos, Boiadeiros, Malandros, Pombagiras, povo Cigano e todas as falanges espirituais transladadas e recriadas pela diáspora. Ao meu Pai Xangô, guardião do meu Ori, Senhor da Justiça, Orixá regente deste conturbado ano de 2020. Saudações ao Rei, Kaô Kabecilê! À minha Mãe Oyá, Rainha das tempestades, dos ventos e da impermanência, *a guerreira mais valente*, abençoa-nos nesta guerra. Eparrê Iansã! Agradeço profundamente ao meu Pai Ricardo de Moura pelo acolhimento e por todos ensinamentos ancestrais e também à Mãe Sheila, Gabriel Ricardo de Moura, Michelle Araújo, Betão, Lânia Mara, Julia Moysés, César Guimarães, e todo o corpo mediúnico da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente. A benção a todos(as)! Nzambi Ua Kuatesa!

Esta pesquisa contou com a inestimável orientação da professora e amiga Natacha Rena, a qual me acompanha desde 2013 quando ingressei no mestrado (co-orientadora). Muito, muito obrigado por todos caminhos epistemológicos abertos e desvios necessários. Te amo! Também tive a enorme felicidade de receber orientação-esquizo-

informal de Clarissa Alcantara, a quem agradeço com muito carinho, bem como ao seu Exu Capa Preta pelas orientações e cessão da epígrafe que abre esta tese. Te amo igual!

Meus agradecimentos às pessoas que confluíram comigo pelos espaços comuns que compõem esta cartografia, moradores(as) e ativistas das ocupações Dandara, Mofuce, Parque JA, Espaço Comum Luiz Estrela, Kasa Invisível, Associação Santa Tereza, Kilombo Souza e todas as outras lutas que fizeram parte desta travessia. Gratidão às Brigadas Populares, às Muitas/Gabinetona, às pessoas do grupo de pesquisa Indisciplinar UFMG, ao Coletivo Margarida Alves. Um axé especial à minha Mestra Alcione, à Mestra Janja e a todas(os) camaradinhas, do Grupo Candeia de Capoeira Angola.

Muitas amizades merecem destaque neste percurso, pessoas que ajudaram diretamente na pesquisa, trocando reflexões, lendo os escritos, transcrevendo comigo as infinitas horas de áudio. Adupé à irmã Carina Aparecida e ao irmão André Luiz, presentes que a vida meu deu. Amo demais vocês! Nos últimos dias da escrita, dois anjos me ampararam: os amigos Alexandre Bomfim (revisor) e Douglas Mendonça (designer gráfico), valeu demais, meninos, missão cumprida! Quero agradecer ainda à Lídia Vieira, Ximbica, pela confiança e letramento racial compartilhado. Amizade com raízes fincadas lá no Barreiro. Também me ajudaram nas transcrições Flora Lopes e Sophia Nosseis, gratidão, meus amores! Jamais vou esquecer.

Agradeço enormemente ao Nêgo Bispo, grande mestre que mudou minha forma de ver e entender muitas coisas. Confluência boa! À Sarah Marques e à Glaucia Cristine, sem palavras para descrever meu amor e admiração por vocês... aprendo muito! Às professoras Jupira Mendonça e Marcela Silviano Brandão, que me acompanham há muitos anos e deram contribuições valiosas na banca de qualificação do doutorado. Aproveito para referenciar o nosso Programa de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, gratidão, NPGAU! E também à Capes pelo financiamento da bolsa.

Vixe, tem muita gente para agradecer... Luciana de Oliveira e Paulo Nazareth, Rafa Barros, Priscila Musa, Patrícia Brito, Marcia Lousada, Sara Marchezini, Luiz Fernando Freitas, Douglas Resende, Tiago Castelo Branco, Flávio Trenzim, Ana Flávia Quintão, Mari Assis, Mari Angelis... muito, muito obrigado a toda minha comunidade afetiva que contribuiu direta ou indiretamente. Tamo juntas!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

II - INFINITAS ENCRUZILHADAS: o encontro das diferenças, caminhos impossíveis de conter.

A encruzilhada não é um nó onde no mínimo quatro linhas convergem, se enredam, se enlaçam, se amarram e marcam um ponto fixo, o qual exige esforço para desenlaçar as linhas, para deixá-las livres ao correr dos fluxos. Uma encruzilhada é um encontro de diferentes linhas que se encontram para recarregar suas forças e reinventar novas direções para seus fluxos. Isso é uma encruzilhada.

Iago, Exu Capa Preta

(15 de julho de 2020)

*Esse mundo está chegando ao fim. Não é à toa que estamos vivendo esse desespero,
essa grande confusão. Mas, por incrível que pareça, estamos vivendo também uma
nova confluência.*

Nêgo Bispo

A gente combinamos de não morrer.

Conceição Evaristo

*Baila na pista, ativista
Não compreenderão o esforço do artista.*

Nívea Sabino

*Se o compromisso é com a VIDA,
O objeto não pode ser OBJETIVO.*

Vagabundo Iluminado

#OCUPATUDO

Estudantes secundaristas

*Seguiu girando
E foi parar na encruzilhada.*

Nath Rodrigues

RESUMO

O presente trabalho parte de saberes encruzados entre teoria e prática *ativista cartográfica*, tem fundamento assentado na oralidade e se inspira na perspectiva *contra-colonialista*, como nos ensina Nêgo Bispo. Firma contranarrativas ao colonialismo a partir do *modus pedalandi* experimentado nos *rolezinhos* de bike pelos espaços comuns que compõem esta *narrativa-confessional-polifônica*, fruto de *oralidade-transcrita*. No percurso, ocupações de moradia, especialmente Dandara; Mofuce (Associação Casa do Estudante); Parque JA (Jardim América); Espaço Comum Luiz Estrela; Santa Tereza e Kilombo Souza. Lutas expressivas e simbólicas no seio da *cidade-empresa* que fazem de Belo Horizonte um caso interessante à reflexão sobre formas contemporâneas de reexistir e construir alternativas autônomas que possam potencializar o contra-ataque *quilombista* (Beatriz Nascimento, Lélia Gonzáles e Abdias Nascimento) à *supremacia-branca-patriarcal-colonialista* (bell hooks). Precedentes importantes no contexto das lutas pelo direito à cidade que revelam outros caminhos possíveis de enfrentamento à *desterritorialização colonial* inerente à lógica de produção espacial da *cidade-empresa*. A reafirmação do projeto colonialista, com seus golpes materiais e simbólicos, aliada ao fascismo instaurado no Brasil, nos cobra uma postura de transgressão, compromisso, ousadia e criatividade para produzir *inéditos viáveis* (Paulo Freire) e superar esta *situação limite* caracterizada pelo genocídio dos povos *afropindorâmicos* (*necropolítica, epistemicídio*) e destruição ambiental. Trata-se, portanto, de uma (co)investigação que busca fabular sobre o *como fazer?* Como reexistir cartograficamente, especialmente em tempos de *guerrilha de bisturi* e desencantamento. Para tanto, o texto se abre à livre-experimentação, compartilhamentos e atravessamentos por vozes e saberes ancestrais a partir de conversas transcritas com Pai Ricardo de Oxóssi (Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente/MG), Sarah Marques (Caranguejo-Tabaiaras/PE), Glaucia Cristine (Kilombo Souza/MG) e Nêgo Bispo (Kilombo Saco-Curtume/PI). Compõem ainda estes manuscritos outros formatos orais, tais como entrevistas, palestra, texto-performance, carta, poesia. É preciso ter esperança e manter o axé elevado. As crises sempre abrem oportunidades, *frestas* por onde podemos gingar (Luiz Rufino), praticar *cruzos* (Muniz Sodré), engajamento como *tarifa-amor* (Conceição Evaristo) e transgressão para reescrever o futuro e alcançar a verdadeira independência. *A encruzilhada é o umbigo do mundo*. Por isso, partimos dela como território de *confluência energética* (Cidinha da Silva), potência e movimento.

Palavras-chave: encruzilhada, ativismo cartográfico, contra-colonialismo, oralidade, espaço comum.

ABSTRACT

This work starts from knowledges crossed by *cartographic activist's* theory and practice. It is based on orality and inspired by the counter-colonialist perspective, as Nêgo Bispo teaches. It affirms counter-narratives against the colonialism, working from the *modus pedalandi* experienced at the *rolezinhos de bike* (bike rides) throughout common spaces that compose this *confessional-polyphonic-narrative*, resulting from transcribed orality. Along the way, there are housing squats, especially Dandara; Mofuce (Student House Association); Parque JA (Jardim América); Espaço Comum Luiz Estrela (Luiz Estrela Common Space); Santa Tereza and Kilombo Souza. All of these territories appear as expressive and symbolic fights at the heart of the city-company, which makes Belo Horizonte an interesting case for thinking about contemporary ways of resisting and building autonomous alternatives that can enhance the quilombist counterattack (Beatriz Nascimento, Lélia Gonzáles and Abdias Nascimento) against the *white-patriarchal-colonialist supremacy* (Bell Hooks). They are also important precedents of the fights for the right to the city, which reveal other possible ways of fighting against the colonial deterritorialization inherent in the spatial production logic of the capitalist city. The reassert of the colonialist project, with its material and symbolical strokes, associated with the fascism established in Brazil, demands a posture of transgression, commitment, boldness and creativity to produce *unprecedented feasibles* (Paulo Freire) and overcome this extreme situation characterized by the genocide of the Afropindoramic people (necropolitics, epistemicide) and environmental destruction. Is this, therefore, a (co)investigation that seeks how to do it? It is about how to re-exist cartographically, especially in times of *scalpel guerrillas* and disenchantment. For achieving this goal, the text opens up itself to a free experimentation, sharings and crossings of ancestral voices and knowledges based on transcribed conversations with Pai Ricardo de Oxóssi (Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente/MG), Sarah Marques (Caranguejo-Tabaiaras/PE), Glaucia Cristine (Kilombo Souza/MG) and Nêgo Bispo (Kilombo Saco-Curtume/PI). This manuscript also contains other oral forms, such as interviews, lectures, text-performance, letter and poetry. It is necessary to have hope and keep high the *axé*. Crisis always opens spaces for new opportunities, cracks where we can swing (Luiz Rufino), practice intercessions (Muniz Sodré), engagement as a *love-task* (Conceição Evaristo) and transgression to rewrite the future and achieve real independence. A crossways is the navel of the world. Therefore, we started from this crossway as a *territory of energetic confluence* (Cidinha da Silva), power and movement.

Keywords: crossroads, cartographic activism, counter-colonialism, orality, common space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Bandeiras de Israel e EUA, Manifestação Pró-Bolsonaro.....	p.19
Figura 02: Manifestação Grito dos Excluídos.....	p.124
Figura 03: Assembleia de definição dos nomes das ruas da comunidade Dandara...p.	144
Figura 04: A advogada Carol Spyer e eu no Mofuce, Graffiti na parte lateral externa da casa e registro feito após audiência judicial.....	p.166
Figura 05: Cartaz do curso Advocacia de Guerrilha.....	p.167
Figura 06: Apresentação do texto-performance, VAC 2018.....	p.174
Figura 07: Infográfico feito pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG.....	p.183
Figura 08: Com as amigas Viviane e Kênia no Bloco Parque JA.....	p.184
Figura 09: Registro do dia da ocupação em 26 de outubro de 2013.....	p.192
Figura 10: Cartaz dos espetáculos Escombros da Babilônia e Babylon Cabaret.....	p.199
Figura 11: Apresentação do espetáculo Assembleia Comum no FIT BH 2018.....	p.206
Figura 12: Diagrama organizativo dos espaços comuns.....	p.209
Figura 13: Registro do espetáculo Cabaré do Fim do Mundo – Babylon Cabaret da Trupe Estrela.....	p.210
Figura 14: Negociação com a polícia no dia da ocupação.....	p.222
Figura 15: Registro de Caranguejo-Tabaiaries, Recife/PE.....	p.230
Figura 16: Vivência com Sarah Marques em Caranguejo-Tabaiaries, Recife/PE.....	p.239
Figura 17: Complexo Andradas.....	p.243
Figura 18: Banner do Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG.....	p.246
Figura 19: Registro com moradores (as) do Kilombo Souza.....	p.252
Figura 20: Registros da reunião com o Prefeito Alexandre Kalil e pós audiência judicial que suspendeu o despejo.....	p.260
Figura 21: Dia da Consciência Negra no Kilombo Souza.....	p.262
Figura 22: Registro eu e Glaucia no Dia da Consciência Negra no Kilombo Souza....	p.276
Figura 23: Defesa da minha dissertação de mestrado no Estrela.....	p.278
Figura 24: Exercício em sala de aula.....	p.284
Figura 25: Dia da Consciência Negra no Kilombo Souza.....	p.288

Figura 26: Rolezinho pelas ocupações.....	p.289
Figura 27: Registro de ato performático contra a tática de envelopamento utilizada pela polícia durante a copa do mundo.....	p.294
Figura 28: Captura de imagem do vídeo do Barnabé Di Cartola.....	p.297
Figura 29: Registro da Dirce no Recife.....	p.303
Figura 30: Registros Dezoitão (desfile da luta antimanicomial - 18 de maio) e cortejo em defesa do Rio Grande.....	p.304
Figura 31: Registros da Assembleia Comum no IV ENA e primeira temporada da Assembleia Comum.....	p.307
Figura 32: Registros manifestação #FORABOLSONARO, 2019 e Cortejo da 20ª convenção brasileira de malabarismo e circo, Euzébio – CE, 2020.....	p.312
Figura 33: Registro da performance #FORATEMER com a bandeira do filme <i>Brasil S/A</i>	p.313
Figura 34: Arte de Pedro Rena, bordado de Arthur Bispo do Rosário.....	p.334

SUMÁRIO

1.	Laroiê! Pra início de conversa.....	p.18
	2. <i>Rolezinho na nação africana da Bahia: sobre os 7 preceitos da pesquisa...</i>	p.46
3.	<i>A gente é pedaço do outro na gente. Conversa com Pai Ricardo.....</i>	p.70
	4. <i>Rolezinho na quarentena: pandemia, pandemônio e pan-africanismo.....</i>	p.95
5.	As interfaces entre a luta popular e a ocupação institucional.....	p.108
	6. <i>Rolezinho sobre as ocupações de moradia: #ocupatudo.....</i>	p.125
7.	A função social da propriedade e os movimentos sociais.....	p.145
	8. <i>Rolezinho sobre o Mofuce e a Advocacia Popular Cartográfica.....</i>	p.157
9.	Texto-performance: Monólogo Comum / Público.....	p.171
	10. <i>Rolezinho sobre o Parque JA.....</i>	p.175
	11. <i>Rolezinho sobre o Espaço Comum Luiz Estrela.....</i>	p.191
12.	<i>Todo dia eu acordo pensando em guerrilha.....</i>	p.211
13.	<i>Espera aí só um minutinho. Conversa com Sarah Marques.....</i>	p.224
	14. <i>Rolezinho sobre Santa Tereza.....</i>	p.240
	15. <i>Rolezinho sobre o Kilombo Souza.....</i>	p.251
16.	<i>Eu coloquei a boca no mundo. Conversa com Gláucia Cristina.....</i>	p.263
17.	Sobre a disciplina <i>Ativismo Cartográfico, Autogestão e o Comum Urbano.....</i>	p.277
	18. <i>Rolezinho sobre inéditos viáveis para tempos de guerrilha de bisturi e meu envolvimento com a Dirce.....</i>	p.293
19.	<i>Início, meio, início. Conversa com Nêgo Bispo.....</i>	p.314
20.	Carta para Nêgo Bispo.....	p.334
21.	<i>Um pequenino grão de areia.....</i>	p.336
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.337

SUMÁRIO-ENCRUZA

Eu coloquei a boca no mundo
Gláucia Cristine

Espera aí só um minutinho
Sarah Marques

Início Meio Início
Nêgo Bispo

Agente é pedaço do outro na gente
Pai Ricardo



**Ativismo Cartográfico
Contra-Colonialista**

Rolezinho sobre o Mofuce
Dandara
Kilombo Souza
Rolezinho Parque JA
Santa Tereza
Rolezinho sobre o
Espaço Comum Luiz Estrela
#OCUPATUDO



Rolezinho sobre as ocupações de moradia

ORALIDADE

Memória, Ancestralidade, Confluência, Transfluência, Resistência, Comum, Território, Método, Outros Modos, Direito à Cidade

Rolezinho na quarentena: pandemia,



Rolezinho sobre inéditos viáveis
para tempos de guerrilha de bisturi
e meu envolvimento com a Dirce

Rolezinho no estado africano da Bahia

Sobre a disciplina
Ativismo Cartográfico,
Autogestão e o comum urbano

pandemônio, pan-africanismo

Laroiê!

pensando em GUERRILHA



Carta para Nêgo Bispo
A função social da propriedade
e os movimentos sociais
Um pequenino grão de areia
Texto-performance:
Monólogo Comum / Público
As interfaces entre a luta popular
e a ocupação institucional

Todo dia eu acordo

Sumário-Encruza, arte gráfica por Douglas Mendonça, 2020.

1. Laroiê! Pra início de conversa...

[...]
*imploro-te, Exu,
plantares na minha boca
o teu axé verbal
restituindo-me a língua
que era minha
e me roubaram*
[...]
(Abdias Nascimento)

Peço licença para abrir este trabalho, fruto de uma vida dedicada às lutas. Será um enorme prazer ter você comigo, na garupa da minha bike, pelos *rolezinhos* que fazem parte desta cartografia, fruto de *oralidade transcrita*¹, vivências oralmente escritas.

Pesquisa é vida. Pego aqui emprestado o conceito de *escrevivência*, da conterrânea Conceição Evaristo, como inspiração, no sentido de trazer narrativas e reflexões que partem da minha vivência com os espaços comuns, as resistências e as conquistas coletivas que acompanhei na última década, principalmente em Belo Horizonte. E foram muitas conquistas, felizmente. Demos graças às Deusas! Em BH tenho alegria de dizer que, nos últimos dez anos, tivemos mais vitórias do que derrotas nos enfrentamentos ao estado-capital em sua permanente tentativa de desterritorialização colonialista.

Escrevivências, também, porque não são memórias, reflexões e diálogos para *ninar os da casa-grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos* (Evaristo, 2007). Alguns acontecimentos poderiam perfeitamente inspirar obras de ficção, mas neste caso são reais, verdades parciais, não ficcionais. Relatos de conquistas e construções coletivas que não me deixam perder a esperança, apesar do aprofundamento do fascismo e da violência colonialista sobre nossas vidas e territórios. Falo isso especialmente neste

¹ (...) *oralidade transcrita como um novo gênero de produção literária (e também acadêmica e científica) que temos desenvolvido no Encontro de Saberes, e que está também nas licenciaturas Interculturais Indígenas (...) A marca distintiva da oralidade transcrita é que o texto escrito final mantém o espírito da oralitura de onde surgiu sem confundir-se com ela nem se propor a substituí-la; e igualmente se apresenta com seu lado de escrita, porém mantendo o espírito da oralidade, e por este motivo distinto da escrita plena especializada que marca a produção acadêmica.* (Carvalho, 2020, s.p).

momento de enfrentamento à pandemia e à família que assaltou o poder no Brasil. Esta tese também é sobre o presente, sobre modos de resistir cartograficamente.

Neste contexto, manter elevados o axé, a esperança, a coragem e a fé é gesto de resistência e transgressão à ordem que tenta impor o medo e a dor. Como Paulo Freire (2019), *não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico*. A esperança assegura o axé e a fé coletiva em torno das (im)possibilidades dadas. Tudo tem seu lado bom, mesmo na desgraça. O niilismo está fadado ao imobilismo — se não se movimentar, cai, tipo a bike que acompanhou este diálogo. *É o poderoso ciclo da existência. Nele todos os desastres e toda a beleza têm significado como fases de um processo* (Luft, 2005).

As crises sempre abrem oportunidades, frestas por onde podemos gingar. E, confluindo com Mestre Pastinha e Nêgo Bispo: *a ginga é o começo de tudo, o início, o meio e o recomeço*. Uma coisa é certa: todas as máscaras da casa-grande caíram, o poder colonialista está desnudo, as bandeiras ianque e sionista flamulam em ato antidemocrático no Palácio do Planalto.



Figura 01 – Bandeiras de Israel e EUA, Manifestação Pró-Bolsonaro. Fotografia: Wagner Pires, 2020.

E aí? Como será a reação *contra-colonialista*? Essa é uma das principais perguntas que atravessam esta oralidade-transcrita.

O ‘como’, como fazer? É preciso reeditar a questão colocada por Lênin nos anos que antecederam a revolução Russa de 1905. Não *Que fazer?*, e sim *Como fazer?*

Como fazer?

*Partir da teoria ou da prática?
Improvisação ou planejamento?
Intuição ou matemática?
Um pouco de cada para cada momento?
Tento, tento, tempo
Gingando entre isso ou aquilo,
Isso e aquilo, aquilo e isso
Oralidade-escrita-improvisadamente-planejada
Teoricamente-praticada
Matematicamente acertar a intuição
Como fazer?*

Como disse Joelson Ferreira, liderança do assentamento Terra à Vista (BA), no curso *Artes e ofícios dos Saberes Tradicionais: Políticas da Terra* (2018):

A esquerda institucional brasileira já tentou seu caminho — com o máximo respeito que temos aos companheiros, é chegada a hora de tentar outro. É aí onde a longa história de rebeliões dos povos no território brasileiro ainda tem muito a nos ensinar.

Penso que narrar as nossas conquistas, registrar a memória e *escrever sobre a vivência* dos conflitos que acompanhei ao longo desta cartografia possa contribuir nesse sentido. Inspirar e apontar pistas, fazer apostas, pensar outros caminhos, outros caminharas, buscar outras encruzilhadas. Apesar de necessário, não é suficiente denunciar, recorrer, espernear como faz a *esquerda ocidentalizada*. À míngua de respostas, busco inspirações para uma mudança de atitude em relação ao saber, ao poder e ao ser. Na verdade, não precisamos tanto de método, mas principalmente de *atitude* (Fanon, 2008). E a atitude parte do corpo e das corpas. Por isso: estamos de pé!

E, quando as corpas e o corpo esmorecerem, buscar o axé nas forças ancestrais. Pois a vida há de vencer! Como nos diz Muniz Sodré (2019, p. 110): *O que retorna? A vida, a vida retorna sempre, como vontade, poder, força. E retorna porque há sempre algo que escapa à resolução absoluta do mundo, à irreversibilidade da morte.*

Nessas caminhadas-pedaladas percebi que pesquisa e vida confluem. Nossas pesquisas devem sim servir à vida e não o contrário. Isso faz parte do compromisso maior com o *saber orgânico*, como aprendi com o mestre quilombola Nêgo Bispo, em oposição ao *saber sintético* que, não raro, ignora a vida real em nome das abstrações. Malditas abstrações ocidentais! Tive que mastigar muitas, chegou a hora de cuspi-las (Rufino, 2019).

[...] não me perderei nas armadilhas das abstrações vazias que só fariam me arrancar do chão que piso com os pés desnudos e ligeiros na dança do aqui e do agora, onde passado e futuro estão presentes. (Gonzales, 2018, p.216).

[...] É importante ressaltar que emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam na renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão. (Gonzales, 2018, p.26)

Este trabalho, que formalmente nasce como resultado de uma pesquisa, também é expressão de vida, cartograficamente falando. Busca favorecer encontros, fazer-com, tecer teias, promover diálogos, trocas, compartilhar ensinamentos e aprendizados coletivos a partir das lutas em defesa dos territórios que resistem e praticam outros modos de vida, sobretudo neste momento tão desafiador das nossas existências.

Nêgo Bispo costuma dizer que não precisamos temer as encruzilhadas, elas abrem caminhos. Importante nos lembrarmos disso, com a Covid-19 à espreita nas esquinas. A pandemia nos coloca (talvez) na maior encruzilhada das gerações que partilham desta *casa comum*, como prega o Papa Francisco em sua encíclica. As encruzilhadas mais desafiadoras das nossas vidas, no plural mesmo. Um monte de encruza que forma um grande labirinto que faz do futuro uma incerteza. A humanidade inteira perdida num grande labirinto, cheio de encruzilhadas.

Exu, o dono das encruzilhadas, gargalha. Gargalha muito. Exu é Mojubá! Também já ouvi Nêgo Bispo falar que, para sair dos labirintos, não escolhemos os caminhos certos, mas sim eliminamos os caminhos equivocados. Não vamos pelos caminhos que já sabemos que não dão em lugar nenhum, nem onde tem armadilha, artilharia colonialista que nos aprisiona e mata, física e subjetivamente.

Quem melhor que Exu nas encruzadas da vida? E nas encruzilhadas da luta *contra-colonialista*? Seguiremos em linha reta rumo ao abismo? São necessários outros movimentos, circulares, espiralados, *exusíacos*, como fala Luiz Rufino no livro *Pedagogia das Encruzilhadas* (2019).

Encruzilhadas diante dos colonialistas que se revelam cada vez mais perversos, sanguinários, sedentos de poder e morte. Ano passado a Grazi Medrado me disse no/sobre o Festival de Arte Negra (FAN BH), do qual foi uma das curadoras: *bom é o que abre caminhos*. O mencionado livro do Luiz Rufino é cabuloso de bom, não porque abre caminhos necessariamente, isso só saberemos depois, mas porque ajuda a caminhar diferente, e isso já é muito. *Gingar na linha da Kalunga*, como diz Mestre Cobra Mansa (Peçanha, 2019), atuar nas frestas, nos *cruzos*. Como diz o rapper, *se quiere cambio verdadero, camina distinto pues* (Calle 13).

Se eu fosse situar o início desta composição-cartográfica, destacaria o ano 2013, ainda no calor das inesquecíveis Jornadas de Junho, quando ingressei no mestrado em urbanismo, quando também tem início a longa crise política brasileira. O recomeço seria o presente, que coincide com este momento caótico-distópico de finalização do doutorado e um futuro incerto. Digamos assim, que o meio seria tudo que experimentei-pesquisei entre as Jornadas de Junho (2013) e este ano, 2020, destacando, nos sete anos dessa linha do tempo, o golpe-colonialista de 2016 contra a primeira mulher eleita Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Ao fim desse lapso temporal, o destaque dessa vivência-cartográfica vai para o Kilombo Souza, no bairro de Santa Tereza, luta biopotente que integra este mapa-textual-oral.

Também não acredito em coincidência, foi pura confluência o início da minha *copescuisa-cartográfica* (Maia Mayer, 2015) ocorrer na ebulição de 2013 e a escrita final (o recomeço) na ebulição da pandemia e do fascismo-miliciano no Brasil. Uma (co)investigação que busca fabular sobre o como lutar, especialmente em tempos de guerrilha. Desejo falar sobre isso, *guerrilha de bisturi*, vamos dar um rolezinho especial a seu respeito, que parte do *eu, singular-plural*.

O percurso cartográfico ainda passa pelo Espaço Comum Luiz Estrela, pelo Parque Jardim América e pelo Mofuce (Associação Casa do Estudante), resistências

muito simbólicas e vitoriosas, precedentes importantes no contexto das lutas pelo direito à cidade em Belo Horizonte. Outras resistências serão resgatadas ao longo do texto-oral. As ocupações-bairros Dandara e Izidora, por exemplo, têm muito a nos ensinar na guerra contra o mau governo.

Ouvi numa palestra o mineiro Ailton Krenak dizer que *o capitalismo é um câncer que deu metástase*. A metástase ocorre via colonização. Todas as lutas desta cartografia-ativista também nos permitiram investigar as armas utilizadas pelos colonialistas, os processos de desterritorialização e *racismo ambiental*, as tentativas de fragmentação, dispersão, a produção de subjetividades privatistas com valores de competitividade, ódio e violência. Ficou bem negritado nesta pandemia: o objetivo é o adoecimento e a morte. De quais **corpos**?

*Papai chama Jo-vi-no
Mamãe, muito sabida,
não quis nome igual
Colocou um "A"
Do meio pro final
Jo-vi-A-no*

Eu nasci em Contagem, mas só porque o hospital maternidade se localizava numa encruzilhada, do outro lado do viaduto que separava Belo Horizonte da conurbada Contagem. Da maternidade situada no *Distrito Industrial B* fui, no colo de mamãe, para o Barreiro, bairro periférico onde morei com minha família até meus 19 anos. De lá, do Barreirão, ocupei o centro da cidade, fui morar num quartinho alugado no tradicional edifício Maletta.

Assim, sempre morei na montanhosa Belo Horizonte, *cidade planejada nas planilhas* pelas elites brancas eurocêntricas, *atentas à ideia de modernidade do final do dezenove*, cidade que é *filha da República e do positivismo* (Paiva, 1997, p. 7).

BH foi inaugurada em dezembro de 1897, mesmo ano em que Canudos foi destruída e o povo Conselheirista covardemente massacrado pelo exército brasileiro.

Canudos surgia com a feição média entre a de um acampamento de guerreiros e a de um vasto kraal africano. (...) O sertanejo defendia o lar invadido, nada mais. (...)

Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. (...) Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dous homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (Cunha, 1979).

A comparação da inauguração de BH com a destruição de Canudos não é sem intenção. A propaganda oficial da República recém-nascida utilizou o planejamento da moderna Belo Horizonte para se contrapor à “atrasada” Canudos. Vale lembrar que Canudos chegou a ter mais de 20 mil habitantes vivendo e produzindo em autogestão. *No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5200, cuidadosamente contadas* (Cunha, 1979, p. 409).

Bernardo Vaz, um amigo cineasta, me convidou para trabalhar no roteiro de um filme sobre esse tema, que parte dessa pesquisa sobre o uso ideológico da construção da nova capital de Minas Gerais pela propaganda do poder em oposição a Canudos, que afrontava a República e precisava ser destruída (*desencanto*).

Porém, na cidade-planejada-republicana, desenhada nas pranchetas dos colonialistas, resistem hoje a Cabana do Pai Tomás, os Kilombos Manzo, Luízes, Mangueiras e Souza, as comunidades-retomadas Camilo Torres, Dandara, Guarani-Kaiowá (RMBH), Eliana Silva, Irmã Dorothy, Rosa Leão, Vitória, Esperança, Ocupação Professor Fábio Alves dos Santos e muitos, muitos outros territórios que carregam nomes e memórias importantes para a luta *contra-colonialista* atual e futura. São territórios e resistências que se projetam no tempo-espaço.

Além da conquista da segurança da posse por inúmeras comunidades-quilombos, nos últimos anos as resistências articuladas em teia conseguiram barrar grandes projetos do urbanismo neoliberal em BH. Lutas expressivas e simbólicas no seio da *cidade-empresa* que fazem da capital mineira um caso interessante para a reflexão sobre formas contemporâneas de resistir e construir alternativas autônomas que possam potencializar

a luta contra a *supremacia-branca-patriarcal-colonialista* (hooks², 2019).

Sobre essas questões desejo tratar neste livro-oral, composto principalmente por rolezinhos gravados em áudio enquanto pedalava na minha bicicleta, *oralitura* atravessada por diálogos-citações. A escrita desta narrativa só foi possível graças ao *modus pedalandi* organicamente criado.

Que alegria ter a possibilidade de experimentar mais uma vez esse método de reflexão e elaboração do pensamento, fazendo aquilo que eu mais gosto de fazer no meu cotidiano que é andar de bicicleta. Já há muitos anos que eu não tenho carro, sou cicloativista e me locomovo pela cidade por esse modal. Compõem ainda estes manuscritos outros formatos orais, tais como entrevistas, palestra, performance, conversas transcritas etc. Digamos que eu me joguei de corpo-alma e ginga nesta cartografia.

A ginga é a busca do caminho mais natural, mais orgânico, mais fluido. Nas palavras de Oliveira (2015, p.263), “a ginga recupera o elo perdido entre o humano e o animal. Ela está na encruzilhada entre a cultura e a natureza, permutando continuamente o signo de uma à outra”. Ginga é água do rio, que acompanha seu leito e desvia dos obstáculos no caminho. É um jeito de viver (Machado, 2016, p. 245).

Dizem que o mundo gira, acreditamos que o mundo ginga, a vida ginga, ginga com a gente, ela mandinga e quando menos se espera ela vem e te derruba no chão sem dó nem piedade. Uma das belezas da sapiência dos capoeiras é saber cair, daí se constituiu esse brinquedo de guerrilha transgressora dos parâmetros coloniais. (Rufino, Peçanha e Oliveira, 2018, p. 79).

O debate em torno da cartografia me acompanha desde o mestrado. Eu dediquei na dissertação um capítulo ao método que ali denominamos *copesquisa cartográfica* e lá eu já tinha experimentado esse formato dos *rolezinhos*. Naquele momento eu também os chamei de *excursos*, eu fiz vários, atravessei o texto da dissertação com vários *excursos*, a partir das resistências que eu estava acompanhando. E um dos excursos nasceu de uma gravação feita também pedalando na bicicleta, o *Rolezinho [Excursão] da Bike*.

² bell hooks, autora afroindígena nascida em 1952 numa cidade segregada no sul dos EUA, é uma das mais importantes intelectuais feministas da atualidade (hooks, 2019). Por opção política, bell hooks utiliza a grafia minúscula do seu nome.

*É claro que, tratando-se de um trabalho que parte do reconhecimento da dimensão biopolítica, tanto no que diz respeito ao controle exercido pelo Estado-capital, mas também no que diz respeito às lutas e às resistências, então diante disso, eu não poderia conceber o *Excursão da Bike* de outro modo que não fosse andando sobre uma bicicleta, fazendo aquilo que me dá grande prazer, alegria, além de proporcionar novas relações com espaço. Nesse sentido, estou agora a caminho da Escola de Arquitetura (onde tenho escrito este texto todos os dias) concebendo e gravando em áudio o rolezão da bike, que parte da minha experiência no uso da bicicleta para me locomover. (Maia Mayer, 2015, p. 164).*

E deu muito certo, eu gostei desse exercício de deixar o pensamento em fluxo enquanto eu pedalo, sem necessariamente um roteiro. E não só o *Excursão da Bike*, outras reflexões da dissertação também foram feitas sobre a bicicleta. Muito melhor assim do que sentado com a bunda na cadeira, no gabinete, o computador e eu, escrevendo solitariamente. Isso também não corresponde nem ao meu desejo, nem ao momento de urgência que nós estamos vivendo. São tempos de *guerrilha de bisturi*.

A única declaração possível para abrir um depoimento como este é a de que eu detesto escrever. O próprio processo resume o conceito europeu de pensamento “legítimo”; o que está escrito tem uma importância que é negada à oralidade. Minha cultura Lakota possui uma tradição oral; daí eu ordinariamente rejeitar a escrita. Este é um dos meios de os homens brancos destruírem a cultura dos povos não-europeus: impor uma abstração sobre as relações estabelecidas oralmente. Por isso, o que você está lendo agora não foi escrito por mim. É algo que eu disse a outra pessoa que o transcreveu. Vou permitir isso porque parece ser o único jeito de me comunicar com o mundo do homem branco: através das mortas, secas páginas de um livro. (Means, 2017, p. 106).

E quero sustentar que esse *modus pedalandi*, modo ciclístico de elaboração, sistematização, compartilhamento das reflexões e acontecimentos que atravessam minha pesquisa, tem tudo a ver com o método ativista-cartográfico. Foram muitas derivas, ou melhor, foram muitas andadas, muitas encruzilhadas atravessadas sob a proteção de Exu. Um salve para Seu João Caveira e Pai Boi, entidades que assumiram conosco a proteção do casarão onde atualmente (r)existe o Espaço Comum Luiz Estrela.

Veja: bicicletas são máquinas belas e proporcionais que usam a força humana. São eficientes, não poluentes, e não gastam nossos recursos escassos. Como tais elas nos mantêm saudáveis de mais de uma maneira. A força humana vem da vida. Combustíveis fósseis vêm da morte. Escolha a vida, para que continuemos vivendo.

(Singer, 2017, p. 122).

Foram ao longo dos últimos anos vários pedais até os territórios, espaços comuns, resistências a que eu confluí. É dessa forma que vou passar pelas resistências, suscitando as reflexões em torno dessas lutas, da constituição desses espaços comuns, da autogestão, rememorar processos coletivos que orientam todo meu percurso de pesquisa-vida.

Falar um pouco sobre a oralidade, do por que fazer um texto-oral, são vários motivos que justificam essa escolha. Ao longo da pesquisa eu tive uma confluência com o pensamento contra-colonialista *afropindorâmico*, digamos assim. Mestres como Nêgo Bispo, Antonio Bispo dos Santos, companheiro quilombola do Piauí que eu tive a alegria de conhecer há algum tempo, estudá-lo e compartilhar ideias, têm sido uma grande referência, e Nêgo Bispo fala muito da oralidade. Seu livro (Santos, 2015) *uma voz quilombola na contra-colonização da academia*, como o apresentou José Jorge de Carvalho (2018), foi transcrito dessa forma, partiu da sua oralidade.

Falo da tentativa de desmantelamento e de substituição compulsória dos saberes tradicionais, transmitidos oralmente de geração a geração, por meio da imposição dos saberes acadêmicos transferidos através da linguagem escrita. A partir de então, o acesso à linguagem escrita que sempre foi negado às comunidades contra colonizadoras, lhes foi oferecido como oportunidade de “melhoria” das suas condições de vida. (Santos, 2015, p. 52).

Há ainda xamãs como Davi Kopenawa, que publicou, junto com antropólogo Bruce Albert, o livro *A queda do céu* (Kopenawa; Albert, 2015), a partir de conversações entre ambos. Kopenawa também aborda essa dimensão da oralidade em contraposição à *pele de imagem*, à escrita que não deixa de ser um instrumento de imposição colonizadora sobre os nossos povos tradicionais que têm a oralidade como base da transmissão de saber, da preservação da memória.

Eu não tenho velhos livros como eles, nos quais estão desenhadas as histórias dos meus antepassados. As palavras dos xapiri estão gravadas no meu pensamento, no mais fundo de mim. São as palavras de Omama. São muito antigas, mas os xamãs as renovam o tempo todo. Desde sempre, eles vêm protegendo as florestas e seus habitantes. Agora é a minha vez de possuí-las. Mais tarde, elas entrarão na mente de meus filhos e genros, e depois, na dos filhos e genros deles. Então será a vez deles

de fazê-las novas. Isso vai continuar pelos tempos afora, para sempre. Dessa forma, elas jamais desaparecerão. Ficarão sempre no nosso pensamento, mesmo que os brancos joguem fora as peles de papel deste livro em que elas estão agora desenhadas; mesmo que os missionários, que nós chamamos de “gente de Teosi”, não parem de dizer que são mentiras. Não poderão ser destruídas pela água ou pelo fogo. Não envelhecerão como as que ficam coladas em peles de imagem tiradas de árvores mortas. Muito tempo depois de eu ter deixado de existir, elas continuarão tão novas e fortes como agora. São essas palavras que pedi para você fixar nesse papel, para dá-las aos brancos que quiserem conhecer seu desenho. Quem sabe assim eles finalmente darão ouvidos ao que dizem os habitantes da floresta, e começarão a pensar com mais retidão a seu respeito? (Kopenawa; Albert, 2015, p. 65-66).

Digamos, assim, que a oralidade está conectada com essa perspectiva contra-colonizadora que o trabalho assume, ou pelo menos tenta. E a fonte *contra-colonialista* primordial está assentada na ancestralidade, cuja transmissão oral tem sentido espiritual, orgânico. Mas oralidade e escrita não são formas necessariamente excludentes, podem sim ser confluentes.

O pensamento produzido nas academias é um pensamento sintético. É um saber voltado para a produção de coisas. O pensamento operacionalizado pela escrita é um pensamento sintético, desconectado da vida. Já o nosso pensamento, o movimento pela oralidade, é um pensamento orgânico. (Santos, 2015, p. 48).

A opção pela oralidade também tem relação com a potência expressa num texto falado, declamado, a exemplo do que nós podemos perceber nos saraus marginais que se espalham pelas grandes cidades. Não só as grandes cidades — estou falando isso porque aqui em Belo Horizonte, em São Paulo e em outras capitais como Recife, Salvador, a gente tem mais acesso, mas imagino que em cidades menores isso também tem ocorrido.

A poesia falada não vive presa na livraria. (Sabino, 2018, p. 19).

A revolução negra brasileira conta agora com a poesia, tem nos poetas negros um instrumento de luta [...]. (Nascimento, 2019, p. 149).

Aqui em Belo Horizonte são dezenas de saraus que compõem um mapa de espaços comuns de compartilhamento de poesia, e, a cada sarau a que eu vou, fico extremamente

afetado, é de uma potência incrível ouvir figuras, pessoas que trazem desde os seus lugares de fala, de construção social, em forma de poesia, toda resistência, luta, pessoas como Nívea Sabino, Pietá, Vagalume Iluminado, Vito do Sarau Comum e tantas e tantas outras referências poéticas marginais nesses espaços dos saraus. E eu não sei se teria a mesma potência acessar esses textos somente de modo escrito em *peles de imagens*, como fala Davi Kopenawa.

Além disso, eu também sempre tive uma postura transgressiva nos espaços que eu ocupo, sobretudo no âmbito político e na prática advocatícia, uma postura de tentar sempre tensionar, expor os limites, ousar... e não haveria de ser diferente na universidade.

Sei que meu “português” não é formal o suficiente para a “legitimação” de uma escrita, mas hoje eu consigo perceber que esses processos de legitimação, que não são meus, têm a ver com processos de colonização e de aceitação somente daquilo que está dentro dos padrões tradicionais brancos. (Sá, 2018, p. 11).

Dessa maneira, produzir um trabalho lastreado na oralidade é uma forma também de fortalecer, criar mais um precedente, digamos assim. Isso também tem a ver com uma das minhas profissões: na advocacia popular a gente sempre busca abrir brechas, criar precedentes a partir da defesa das lutas que nós assessoramos juridicamente, politicamente. Isso é uma marca da advocacia popular, de criar *inéditos viáveis*, como diria Paulo Freire, a partir da prática judicial e política.

A libertação desafia, de forma dialeticamente antagônica, oprimidos e opressores. Assim, enquanto é, para os primeiros, seu “inédito viável”, que precisam concretizar, se constitui, para os segundos, como “situação limite”, que necessitam evitar. (Freire, 2013, p. 131).

Então, fazer isso é um esforço de abrir caminhos, favorecer que outras pessoas possam ousar também nesse ambiente ainda tão limitador que é a academia, a universidade erguida pelo colonialismo da supremacia branca ocidental, e que, no entanto, também é uma trincheira de luta, de resistência, sobretudo nesse momento político que o país vive, tão adverso, tão ameaçador, com tantos retrocessos, golpes, fascismo miliciano no poder... É muita lama que nos acomete.

A lama mortífera da mineração, carma fundante dessas Minas Gerais, foi metáfora

simbólica da lama posterior que virou a cena política nacional. Enfim, a oralidade também está relacionada a esse esforço de *liberdade e invenção*.

De acordo com De Certeau, a sociedade organiza a si própria por meio de diferentes tipos de instituições que controlam o comportamento humano. Procedimentos institucionalizados, estruturados, codificados e normalizados regularam a esfera da vida prática metodicamente. No entanto, em vez de executar passivamente ou de modo automático essas regras que constituem as instituições (as estratégias), os seres humanos descobrem, em diferentes situações, espaços de liberdade e de invenção. Em virtude desses espaços de liberdade, os seres humanos usam e abusam taticamente das instituições a que estão submetidos e das que buscam estar submetidos, em busca de fins que livremente colocam a si mesmos. (Bertinetto, 2017, p. 86).

Eu não tenho um roteiro bem definido para esse percurso de abertura, mas isso de não ter um roteiro a ser seguido tem a ver também com algo presente neste momento da minha vida que é o papel da improvisação. Li um texto no livro *Os fins da arte*, organizado pela professora Rita Velloso e outros, o artigo de Bertinetto (2017) sobre a improvisação, citado acima, que tem uma frase que ficou muito marcada pra mim. Diz o autor que a improvisação é o *link entre as práticas humanas e a arte*. Isso fez muito sentido para minha relação com a arte.

[...] a “arte” pode ser um modo particular de visar e de desenvolver as práticas humanas e que o link entre práticas humanas e arte é fornecido pela improvisação. (Bertinetto, 2017, p. 77).

Isso tem me orientado nos meus processos criativos, sobretudo no âmbito do teatro, da performance e, mais recentemente, com as artes circenses. Tenho apostado cada vez mais na improvisação como substrato orgânico, vínculo orgânico entre minha vida e a arte, no sentido da criação ressignificada da vida. Então, quis improvisar também nesses *rolezinhos*, deixar o pensamento em fluxo livre e trazer a partir daí a minha experiência coinvestigativa com inúmeras outras pessoas nesses espaços comuns compartilhados.

Na perspectiva cartográfica, pesquisa é vida e, se a vida é de luta, a pesquisa não haveria de ser diferente. Assim, este trabalho é também expressão de vida. Eu acredito que ele apresenta o que eu tenho de melhor a compartilhar ao longo de todos esses anos metido nas resistências, seja como advogado popular, como militante, como ator,

performer, ou seja como pesquisador do Grupo Indisciplinar UFMG. Ele parte da minha experiência real com esses territórios, com essas resistências *biopotentes* (Pelbart, 2003) que foram capazes de alcançar conquistas inimagináveis.

A arma da teoria só tem efeito se alimenta estratégias para a ação política concreta. (Pereira, 2013, p. 41).

Aliás, fazendo algumas considerações sobre a conjuntura que está completamente ligada a todo esse percurso, creio que o golpe de 2016 no Brasil e todos os seus desdobramentos nefastos são também uma reação a essa pujança dos movimentos e das lutas. Muitas resistências expressivas especialmente contra grandes projetos urbanos, grandes projetos atentatórios ao meio ambiente, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte, e outras resistências como o fortalecimento do feminismo³, da luta indígena, da luta quilombola, a presença maior de pessoas negras na universidade, as lutas da juventude, os “rolezinhos” (de jovens afro-periféricos) nos shoppings.

Talvez o marco inaugural deste ciclo seja as *Jornadas de Junho de 2013*, que, acredito, têm muito ainda que ser debatidas, temos muito ainda o que aprender com esse fenômeno cujos desdobramentos sentimos ainda hoje. Seja pelas capturas que houve desse processo que nos levaram à situação que estamos hoje...

Eles continuarão de sucesso em sucesso e continuarão a fazer convergir para eles próprios a energia das revoltas nascentes. (Comitê Invisível, 2016, p. 60).

...mas também por aquilo que as *Jornadas de Junho* trouxeram de aprendizado no modo de resistir, no modo de enfrentar o estado-capital-colonialista na contemporaneidade. Outras formas organizativas, cada vez mais em teias compartilhadas, colaborativas, também outras estéticas, manifestações que não se confundem com a narrativa e a estética tradicionais dos movimentos de esquerda.

Não consigo analisar de outra maneira a reação raivosa da casa-grande nos últimos anos, a ponto de destituir de modo vergonhosamente ilícito uma presidenta legitimamente

³ *A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura.* (Adichie, 2015, p. 48).

eleita, a ponto de manter preso e tirar das eleições o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva. A própria vitória eleitoral do bolsonarismo, tudo isso na minha opinião é sim reação, digamos, reação colonialista da casa-grande atrelada ao império contra essa efervescência e ao fortalecimento dos movimentos, da massa crítica social que teve seu ápice em 2013.

Nunca se deve subestimar o ressentimento dos ricos em relação à insolência dos pobres. (Comitê Invisível, 2016, p. 161).

É importante entender as diferenças entre imperialismo e império. O conceito do imperialismo está ligado com a figura do estado-nação, do controle hegemônico de uma nação sobre territórios. Quando falamos em império, nos referimos à atuação global do capital financeirizado, que se conforma na construção de redes, com papel fundamental das empresas transnacionais que dominam os estados. Essa atuação imperial está articulada também com organismos internacionais como a OMC⁴, o FMI⁵, com grandes ONGs⁶. Podemos aqui destacar George Soros como uma figura emblemática no financiamento de ONGs que fazem parte dessa rede. Assim, não é mais os EUA como ator único do imperialismo, mas sim uma rede envolvendo outras nações, subordinadas aos interesses dessas instituições transnacionais.

Os golpes nos países da América Latina, são na verdade a confirmação da nossa condição colonial, subordinada aos interesses desse império. Os golpes são uma resposta reacionária aos processos de conquistas do povo. O golpe no Brasil foi a reação da casa-grande aos negros entrando na universidade, à eleição de uma mulher na presidência, ao feminismo se fortalecendo muito, aos povos originários organizados, a comunidade LGBTQI+ saindo do armário e lutando por direitos. E onde isso também se mostra evidente são nas lutas travadas nas metrópoles contra grandes projetos urbanos, os movimentos populares de defesa do direito à cidade, moradia, contra o aumento da

⁴ Organização Mundial do Comércio.

⁵ Fundo Monetário Internacional.

⁶ Organizações não governamentais.

passagem puxado pelo MPL⁷ em São Paulo, que foi o estopim das *Jornadas de Junho*, enfim. Muitas e muitas outras lutas, resistências que assumiram uma maior presença política, explodindo em rebelião com as *Jornadas de Junho*, posteriormente capturada pelas forças colonialistas.

Se as lutas contra os grandes projetos de infraestrutura se multiplicam por todo o mundo, da Romênia ao Brasil, é porque essa intuição está se tornando cada vez mais generalizada. (Comitê Invisível, 2016, p. 102).

É isso, a casa-grande reagiu, tomou para si a condução política do país e podemos dizer que nós estamos numa encruzilhada histórica, mas reitero com Bispo: *a encruzilhada abre caminhos*. Por isso é tão fundamental, na minha opinião, refletir sobre o como. *Como fazer?* Para refletir sobre o como fazer, há que se pensar também sobre como chegamos até aqui. Como foi possível uma figura violentamente ignorante e tão abjeta, como Bolsonaro, ser eleita com milhões de votos?

[...] o debate em torno do comum enquanto categoria político-filosófica imanente e aberta é indissociável do debate quanto às formas de organização, deliberação e comunicação das resistências, produção estética e sobre a nova gramática que anima as lutas mais potentes e exitosas da atualidade. Debater o comum nunca foi tão importante para as análises de conjuntura ainda muito restritas à contemplação dos movimentos do capital e do poder. Analisar o comum das lutas é, portanto, analisar como resistimos e como nos organizamos para daí extrair as melhores possibilidades e as formas mais adequadas para constranger o poder instituído, produzir subjetividades insurgentes e engajar mais e mais combatentes, alcançar vitórias efetivas em proveito do bem comum e abrir brechas para o novo, para formas distintas de produzir e conviver. (Maia Mayer, 2015, p. 221).

Importante entender ainda o papel do neopentecostalismo que ocupou cada recanto, cada comunidade, vila, aldeia, diante também de uma ausência das forças democráticas da sociedade, dos movimentos que, diferentemente do que fazem essas igrejas neopentecostais⁸, não estão com as portas abertas para acolher materialmente e

⁷ Movimento Passe Livre.

⁸ Um dia desses, andando pela calçada, uma pessoa em situação de rua, do nada, mirou meus olhos e me presenteou com uma revista dirigida à formação de pastores missionários, fiquei impressionado com o conteúdo, um atestado cabal do vínculo entre colonialismo e neopentecostalismo: *O Avança Sertão é uma iniciativa de mobilização conjunta que visa unir pastores, agências missionárias, músicos, vocacionados,*

subjetivamente nas periferias. Há um vácuo aí. Em certo sentido, um isolamento, poderíamos dizer, da esquerda institucional com relação aos territórios segregados.

É muito evidente isso se compararmos a relação dos movimentos durante as décadas de 1980 e 1990 com as comunidades eclesiais de base, as pastorais, na vida da população naquele período que deu origem a vários movimentos. O próprio Partido dos Trabalhadores (PT) surge da articulação dessas lutas, nas cidades, na esfera sindical, nos movimentos camponeses que nesse período histórico tiveram grande relevância a ponto de alcançarem conquistas constitucionais importantes em 1988; os movimentos da reforma urbana, *idem*.

Parece-me fundamental neste momento em que nós estamos, refletir sobre o *como fazer?* Como furar essas bolhas e fazer a disputa no campo das subjetividades, a tal “conscientização das massas” — não gosto desse termo, “massas”, ele tem um conteúdo homogeneizador de certo modo. *Acrecente-se que as massas sempre denotam algum nível de hierarquia, direção, uma instância superior. Alguém sempre precisa preparar a massa, moldá-la a seu modo, para que fique adequada à persecução de um objetivo descrito numa receita ou fórmula previamente estabelecida, isso vale para a culinária, para a construção civil, mas também para a filosofia política* (Maia Mayer, 2015, p. 80).

Contra-colonizar implica revisitar as palavras e os conceitos, expurgar a linguagem imposta pela empresa colonial. Isso em todas as dimensões da vida, inclusive no campo da luta social que, apesar do apelo emancipador, tropeça nos sentidos implícitos de caráter colonialista. Outro exemplo disso é o jargão “trabalho de base”, frequentemente utilizado pela “militância” de esquerda.

Usa-se “trabalho de base” para conceituar a agitação política, seja no âmbito da fábrica e dos serviços públicos, no caso da esquerda sindical, seja quanto aos movimentos sociais com relação à mobilização comunitária, atuação nos territórios, ocupações, vilas

empresários e profissionais liberais para a evangelização do Sertão Nordestino. (...) Levar Pastores, lideranças empresariais, possíveis patrocinadores e parceiros para uma Escuta Missionária gera resultados fantásticos. Eu voltei do Nordeste, ainda mais convencido que esta região, a menos evangelizada do Brasil, mais pobre, talvez a mais esquecida é a nova fronteira missionária para todos nós. Após essa experiência, estou ainda mais decidido e engajado a atuar dando o meu melhor para a plantação de igrejas, para o socorro, para ajuda humanitária, para educação e para a saúde, apoiando também financeiramente, pois falta tudo em tantos lugares. (Grupo Povos e Línguas, 2018).

e favelas. Num caso e no outro, a base é o(a) trabalhador(a), o(a) morador(a), o(a) atingido(a), enfim, o sujeito coletivo e a pessoa a ser conscientizada e mobilizada à luta por meio do tal “trabalho de base”.

Quem é a base? A base seria sinônimo das “massas” que, como a “base”, sempre denota algum nível de hierarquia, direção, uma instância superior. Melhor seria conceber um sujeito social ativo que, diferentemente da passividade das “massas” que sempre devem ser dirigidas, age com consciência e autonomia a partir das suas singularidades.

O saber não pode ser tido como um dado prévio, atributo de uma vanguarda esclarecida. A postura *contra-colonialista* recusa enfaticamente uma postura hierarquizada frente aos sujeitos e saberes compartilhados, e toma como premissa a autonomia das pessoas e o respeito às singularidades que essas expressam. Não se trata de despertar uma consciência adormecida ou desvendar uma verdade encoberta pela ideologia, como se isso, por si só, pudesse levar à ação política. Melhor seria cooperar, construir junto um saber coletivo no âmago das próprias lutas, de modo criativo, horizontal e autônomo.

Uma variação encontrada com o fim de amenizar o peso da hierarquia implícita na expressão seria “trabalho com a base”. De um modo ou outro, a problemática persiste. Melhor será vislumbrar outras palavras úteis ao intento de expressar nossa atuação política sem colonizar, portanto, sem diminuir o outro.

O engajamento *contra-colonialista* não almeja revelar verdades encobertas pela ideologia dominante para então conscientizar as “massas” (“a base”) ou trazer à superfície as verdades que confirmam determinada teoria crítica. O que se busca é construir força vital para derrotar o projeto colonial, o que jamais ocorrerá enquanto uns forem tomados como base para o trabalho alheio.

Assim, no esforço de conceber outras semânticas para atuação “ativista”, “militante”, proponho aqui desdobrar uma expressão da escritora mineira Conceição Evaristo, narrada na obra *Becos da Memória* (2017). *Escrevivência* poética e cortante que nos revela a violência do processo de *desfavelização* empreendido pelo poder estatal, articulado com o capital, em desfavor dos(as) moradores(as). Essa obra nos revela muito

mais elementos estruturais e sutis da lógica perversa de segregação e de produção do espaço na metrópole do que qualquer artigo consagrado do urbanismo crítico brasileiro.

Conceição Evaristo parte das suas memórias, compartilhadas com seus familiares, amigos e vizinhos da comunidade do Pendura Saia, em Belo Horizonte, removida (*desterritorialização*) por força da especulação imobiliária e do *racismo ambiental* praticado pelo estado-capital.

Gostaria de esmiuçar e propor em substituição a “trabalho de base” uma expressão utilizada pela autora quando a personagem Tia Maria Domingas resolve cuidar dos filhos do viúvo Tio Totó: *tarafa-amor*. Fazer desdobrar *tarafa-amor* como conceito-inspirador para a ação político-pedagógica. Em determinado trecho da obra, diz a narradora Maria-Nova:

Quando Tia Maria Domingas viu o viúvo Totó tão atordoado, tão triste e sem jeito com duas crianças, a mulher, numa tarafa-amor, descobriu um novo modo de ser. Ia ser mãe-avó de filhos que nunca tivera. E o seu coração adotou Tita e Zuim. (Evaristo, 2017, p. 135).

Depois de ler esse gesto-conceito (*tarafa-amor*) de Tia Maria Domingas ao assumir as crianças do viúvo Tio Totó, capaz de produzir na personagem um *novo modo de ser*, refleti sobre minha atuação nos territórios em conflito. Atuação que não combina mais com o clássico jargão esquerdista “trabalho de base”. Como disse, “trabalho de base” possui uma conotação inegavelmente hierarquizante e colonialista, pois trata o outro como “base”, logo, inferior. Melhor será conceber nossa atuação como *tarafa-amor*, capaz de gerar processos de subjetivação e transformação dos sujeitos, em mão dupla. *Tarafa-amor* mistura obrigação, responsabilidade social, com afetividade, cuidado, respeito, em resumo, com sentimento de amor ao próximo. Que, na verdade, não precisa ser o próximo no sentido físico, espacial ou familiar. *Amar o próximo é fácil, quero ver amar quem está distante da sua realidade social* (trecho da dramaturgia do espetáculo *Assembleia Comum*, da Trupe Estrela).

A luta é subjetiva, as subjetividades, os afetos são matéria-prima primordial na produção capitalista biopolítica contemporânea. O controle dos corpos e das mentes, dos desejos, na minha opinião isso guarda estreita relação com a própria eleição do fascismo-miliciano ao governo federal.

Pela primeira vez, podemos cartografar com precisão o comportamento das pessoas no nível da vida cotidiana. (Comitê Invisível, 2016, p. 137).

Em resumo, o método cartográfico me parece muito importante nas lutas, na atualidade, especialmente quando consideramos essa dimensão da produção de subjetividades. Na verdade, o colonizador não teria chegado nessas terras não fossem os mapas. Começa por aí. Desde a invasão europeia nas Américas, os mapas foram e são objeto de controle, de domínio *necrocolonial*, domínio sobre os territórios, sobre os bens comuns, sobre a vida das populações, e isso cada vez mais.

Uma empresa [Google] que cartografa o planeta Terra, enviando equipes para cada uma das ruas de cada uma das cidades, não pode ter objetivos estritamente comerciais. Jamais se cartografa aquilo que não se imagina tomar. “Don’t be evil!”: deixe-se levar. (Comitê Invisível, 2016, p. 127).

Cada vez mais somos mapeados, controlados, como se nota quanto às novas tecnologias: todos aplicativos requerem nossa autorização para acompanhar nossa localização via GPS, acessar nossos contatos, gravar nossas conversas. As tais redes sociais também produzem todo tipo de informação, essa *big data* posta à venda, a serviço do poder e da publicidade, de modo que o controle *necrobiopolítico* está cada vez mais explícito. Tudo aquilo que fazemos, muitas vezes o que sentimos, o que nos afeta, nossos desejos, está tudo mapeado.

Onde o controle e a transparência reinam, onde o comportamento dos sujeitos é antecipado em tempo real pelo tratamento algorítmico da massa de informações disponíveis sobre ele, não há mais necessidade de confiar neles nem de que eles tenham confiança: basta que eles sejam suficientemente vigiados. (Comitê Invisível, 2016, p. 130-131).

Como subverter a lógica, ou melhor, como transgredir a lógica? Como

reapropriar-se da arma do inimigo e fazer uso da cartografia não para dominar, colonizar, mas para nos libertar do *carrego colonial* que promove o *desencanto* (Rufino, 2019)? Como? *Precisamos de um plano que vise não o adversário, mas a sua estratégia, que a volte contra ele* (Comitê Invisível, 2016, p.187).

A cartografia é uma aposta, a educação popular também o é, como minha atuação em torno do Teatro do Oprimido, criado por Augusto Boal. Ao longo desse trabalho, eu, com muito atraso, mas também no momento mais que oportuno, comecei a estudar Paulo Freire. Estou impressionado com a atualidade da *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 2013), com quão apropriado é para o nosso momento histórico, justamente nesse sentido de como favorecer processos dialógicos na luta política.

Desespero é uma espécie de silêncio, de recusa do mundo, de fuga. No entanto a desumanização que resulta da ordem injusta não deveria ser uma razão da perda da esperança, mas, ao contrário, uma razão de desejar ainda mais e de procurar sem descanso restaurar a humanidade esmagada pela injustiça. Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero. Se o diálogo é o encontro dos homens para 'ser mais' não pode fazer-se na desesperança. Se os sujeitos do diálogo nada esperam do seu quefazer, já não pode haver diálogo. O seu encontro é vazio e estéril. É burocrático e fastidioso. (Freire, 2013, p.114).

Processos horizontais dialógicos... Isso me fez lembrar da movimentação que foi construída aqui em Belo Horizonte, as *Muitas, pela Cidade que Queremos*, que está dentro dessa perspectiva de outros modos de se fazer política, *com afeto e pé na porta*, como fala Áurea Carolina⁹, de construção em teia, com inúmeros movimentos, de uma plataforma política que nasce das resistências, e isso é uma singularidade de Belo Horizonte.

Aqui, inúmeras lutas se deram nesse registro de teias colaborativas de produção do saber e articulação de mobilizações, envolvendo inúmeros movimentos, a exemplo da Izidora, que foi capaz de barrar o maior projeto do urbanismo neoliberal pra cidade. Me refiro à Operação Urbana do Isidoro, rendida à resistência heroica das famílias da Izidora,

⁹ Áurea hoje é deputada federal pelo PSOL. Foi a vereadora negra mais votada da história de Belo Horizonte, formada no seio do movimento Hip Hop e do trabalho com a juventude de periferia.

composta pelas ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, mas também à luta contra a Operação Urbana Consorciada Nova BH, a retomada do *carnaval de amor e luta* — que também foi objeto de rolezinho no meu mestrado¹⁰.

Ouso dizer que uma revolução verdadeira também deve ter como horizonte imprimir a festa na cotidianidade do urbano, e o carnaval é uma grande festa, a mais comum das festas, exceto onde segregam as pipocas e privatizam o espaço público. Em Belo Horizonte, o carnaval de rua permitiu em certa medida a reapropriação do espaço público, a produção de espaços comuns alegres e antagônicos, a um só tempo a socialização da gente e a contestação biopolítica da ordem instituída. Nem o reto do prefeito empresário, nem a coxinha da madrastra restaram imunes. (Maia Mayer, 2015, p.135).

Esse carnaval que explodiu e que hoje, de certo modo, é um fenômeno também capturado pelo poder, pelas tentativas e investidas de monopólio privado, via Ambev e controle administrativo sobre a festa, renasceu a partir da retomada do espaço público, tendo como marco a *Praia da Estação*, os primeiros blocos surgidos a partir de 2009, 2010, como *Bloco do Peixoto*, *Manjeriçã*, *Bloco da Praia*, *Filhos de TchaTcha*, *Então Brilha* etc.

Falar da singularidade de Belo Horizonte diz respeito a essa construção em unidade aberta dos movimentos que culminou na construção da plataforma das *Muitas* que hoje ocupa as três esferas, os três níveis do Poder Legislativo, com a deputada federal Áurea Carolina, a deputada estadual Andréia de Jesus e as vereadoras Cida Falabella, *verêatriz*, e Isabella Gonçalves, militante das Brigadas Populares¹¹ (assim como a Andréia de Jesus).

Isso só foi possível graças a essa construção em teia das lutas aqui em Belo Horizonte. Então eu acho que nós temos muito o que dizer, compartilhar dessas experiências, dessas resistências e aprender coletivamente a partir delas. Digamos que BH é indiscutivelmente um caso emblemático na atualidade por conta de todos esses

¹⁰ *Excurso do carnaval Amor e Luta* (Maia Mayer, 2015).

¹¹ *Militante, popular e de massas, lutando com Unidade Aberta por Uma Nova Maioria, as Brigadas Populares são uma organização socialista, classista, feminista, antirracista, anti-imperialista, anti-punitivista e nacionalista-revolucionária.* Extraído da página da organização na internet: <<https://brigadaspopulares.org.br/>>. Acesso em: 07 de setembro de 2020.

processos, lutas e resistências vitoriosas — algumas aqui lembradas nos meus *rolezinhos*.

E desejo muito que este trabalho, fruto de construção coletiva, seja lido pelas pessoas confluente, também comprometidas com a transformação social, pelas(os) lutadoras(es) que, assim como eu, se sentem num momento crucial da história do nosso país. Como disse Vladimir Safatle, nós não temos que lamentar tudo isso, todas as adversidades do nosso momento, mas entender que essa batalha tinha que acontecer, esse acerto de contas da sociedade brasileira consigo mesma, com suas questões estruturais. O enfrentamento com a casa-grande, a partir da reação golpista e da ascensão do fascismo, coube à nossa geração essa batalha. Honremos a missão dada.

Esta é uma luta há muito já escrita. Um dia ela iria ocorrer e não era possível ao nosso país passar mais tempo sem se confrontar com ela em toda sua dureza. Não seria possível criar efetivamente uma sociedade igualitária, inclusiva e profundamente livre sem nos confrontarmos sem medo com esses discursos, sujeitos e grupos. Ela chegaria um dia e quis a contingência que fôssemos nós aqueles que deveriam assumir a linha de frente em seu momento mais decisivo. Quis a contingência que fôssemos nós as pessoas a fazer essa luta. Não há mais ninguém, não temos mais nada. Se perdermos, serão gerações que terão que conviver com o silêncio e a derrota. Mas não temos partidos, não temos sindicatos, tudo foi queimado no fogo dos nossos próprios erros. É verdade, estamos sozinhos e, como sempre, é adiante deste desamparo que podemos realmente criar. Talvez descubramos que as maiores criações são feitas assim, no momento de maior desamparo. Pois não temos para onde voltar. Nossa única possibilidade é de ir para a frente. (Safatle, 2018, p. 7).

Concordo muito com essa perspectiva. Às vezes sinto que nasci para viver este momento, e acrescento dizendo que a nossa geração de certo modo está preparada para esse grande enfrentamento com as contradições estruturais do Brasil-colônia.

*brasil, brasil, exportador de pau-brasil
uma vez colônia pra sempre colônia
salve, salve, salve pátria mãe servil
índios à mercê da babilônia*
(trecho da música Copa-Cola, banda Dom Pepo)

O golpe de 2016 é sim uma ratificação da nossa condição colonial. Por isso também creio ser tão importante reivindicar a postura contra-colonizadora. Mais do que

isso, creio que, se os movimentos, a esquerda, fossem capazes de produzir esse consenso, digamos, se fossem capazes de confluir sob a bandeira da luta *contra-colonialista*, como diz Nêgo Bispo, e não decolonial, já antecipando aqui uma crítica ao conceito, creio que, se tivéssemos enquanto esquerda confluência nessa perspectiva, teríamos muito mais confluência no cotidiano das lutas sociais. Suponhamos que o inimigo comum está dado.

(E aí, Richard, beleza? Massa!)

O rolezinho ciclístico tem essa vantagem, de se abrir também para esses encontros em deriva, nas *andadas* de bici. Só nesse percurso da minha casa passando pela Vila Dias, pela pista da avenida dos Andradas, chegando agora na Escola de Arquitetura, foram muitos encontros.

Cidadãos de todos os países, derivem! Dissolvam a fronteiras e destruam os muros de todos os tipos, das prisões e asilos aos condomínios residenciais fechados, dos shoppings centers aos conjuntos habitacionais modernos! (Jacques, 2003, p. 11).

Acabei de ver o companheiro Richard, peruano, há muitos anos aqui no Brasil, companheiro das Brigadas Populares que eu conheci lá nos idos de 2004 no Núcleo de Estudos Marxistas, o NEM, que depois, em 2005, deu origem às Brigadas Populares aqui em Belo Horizonte.

Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático. (Freire, 2016, p. 114).

Eu falava dessa confluência em torno da postura contra-colonialista que me parece indispensável nesse momento histórico. Essas reflexões que eu estou fazendo estão dentro dessa fundamentação que sustentam o método ativista-cartográfico. No mestrado, quando comecei a formular sobre a cartografia, eu parti da crítica à utopia como transcendência, em favor de uma *utopia da imanência* (Deleuze, 1992). Hoje já não faço a mesma crítica elaborada na minha dissertação em torno da utopia. Digamos que eu estou menos crítico quanto à utopia depois do seminário Sultopias de que eu participei em Florianópolis, das trocas que eu tive ao longo desse seminário que recolocou para mim a importância da utopia.

O cultivo da utopia é um exercício de criação, uma transformação do olhar, troca de lentes para desejar, pensar, sentir, falar e agir de outras formas, dentro do mesmo mundo, criando, assim, outro. As condições estão dadas, já estavam desde o princípio. A procura por uma vida bela, nesses termos, não é uma sede impossível mas um caminho de retorno — não a alguma imagem do passado, mas ao presente —, uma atualização da realidade, assimilação de si, reconciliação com o fluxo cósmico, reintegração ao que está, em nova harmonia. Desejo reconciliado. Transcendência imanente, instantânea. Outra volta na espiral. Uma pausa, um pouso, um descanso, espaço para a criação calma e espontânea que está implícita no devir.

Utopia: universo de vontades livres, alimentadas pelo amor e pela potência de vida, não condicionadas por opressão ou docilização, não reduzidas pelo hábito e pelo dogma; expressas em uma multiplicidade orgânica como a órbita dos astros, que se alinham sem esforço, como as plantas, que permitem à impermanência conduzir o puro florescimento do ser. (Cykman, 2019, s.p).

Independente disso é notório que as lutas e as resistências, especialmente aquelas que se dão no espaço comum, nos territórios compartilhados, não se reduzem ao registro utópico. Quero dizer com isso que não são lutas que têm um horizonte utópico idealizado compartilhado, que move as pessoas que compartilham desse espaço comum. São resistências que buscam experimentar desde logo o mundo que se almeja construir. Por isso não toleram práticas machistas, homofóbicas, opressoras, preconceituosas, antidemocráticas, racistas.

Querer se valer do discurso da liberdade de expressão para destilar racismo, machismo, transfobia ou se esconder por trás do argumento “É minha opinião” é criminoso. Racismo é racismo, machismo é machismo, mesmo que venha na forma de opinião. E devem ser combatidos. (Ribeiro, 2018, p. 35).

Pelo contrário, são modos e resistências que buscam experimentar desde já aquilo a que se almejaria num suposto horizonte utópico do não lugar.

As imagens virtuais são imanentes a esse mundo: não há realidade que não sugira, suscite, germine outra. A utopia aspira nuvens de virtualidade e faz chover. Como dispositivo da imaginação, incita deslocamentos no gradiente das realidades, nas presenças que preenchem a variedade entre o nada e o ser, o virtual e o fenômeno; cria zonas de contato ou acelera os circuitos. Implicando o virtual no atual, o imaginário no concreto, ela permite a libertação do desejo para fora do dado, para fora ou ao limite do paradigma; estimula um desejo não docilizado, despido do perímetro posto ao presente que é oferecido, dotado de seu típico temperamento revolucionário. Ela serve antes ao deslocamento que ao destino, e menos pela necessidade de consecução objetiva de sua imagem do que pelos efeitos subjetivos

que suscita ao mudar o ângulo do olhar e provocar uma diferença na ação. Assim, direciona a vida ao mundo mais belo que se possa imaginar, não através da perseguição de um lugar arbitrário e ausente, mas explorando a topologia do presente, espalhando sementes, nadando na atmosfera, visitando o invisível. Práticas utópicas são aquelas em que a ação não é determinada pela inércia, mas escolhida conscientemente como o mais desejável: coletivos, comunidades, redes, movimentos sociais que demonstram outras possibilidades de dar forma à vida; que se organizam sem hierarquia, que trocam sem dinheiro, que se movimentam sem poluir, que constroem sem agredir, enfim, que instituem no presente imediato a partícula de sonho que desejam transformar em fato. (Cykman, 2019, s.p).

Essas resistências estão aí no enfrentamento cotidiano ao estado-capital, cada vez mais conectadas. Daí também a apropriação do método ativista-cartográfico neste contexto, a fim de conectá-las ainda mais, no intuito de produzir outras subjetividades, porque a luta também é subjetiva. Disputar as consciências sobre a necessidade de defender a vida, os bens comuns, o meio ambiente, as comunidades, os modos e os saberes tradicionais.

O esgotamento dos recursos naturais provavelmente está muito menos avançado do que o esgotamento dos recursos subjetivos, dos recursos vitais que atingem nossos contemporâneos. (Comitê Invisível, 2016, p. 37).

Acho que a título introdutório é isso. Reiterar que essa é uma pesquisa que vai passar por algumas resistências, ocupações de moradia; pelo Mofuce (Associação Casa do Estudante), que também traz o tema da *Advocacia Popular Cartográfica*; Parque JA (Jardim América), Espaço Comum Luiz Estrela, até chegar no bairro de Santa Tereza e desaguar na simbólica luta do Kilombo Souza. Nesses *rolezinhos* compartilho algo das minhas reflexões na construção coletiva dessas lutas, desses espaços comuns.

Tem ainda os *rolezinhos* que tratam mais do método *ativista cartográfico* e da conjuntura, como o *Rolezinho na nação africana da Bahia: sobre os 7 preceitos da pesquisa*, o *Rolezinho na quarentena: pandemia, pandemônio e pan-africanismo* e o *Rolezinho sobre inéditos viáveis para tempos de guerrilha de bisturi e meu envolvimento com a Dirce*¹². Outro texto no tocante ao método é: *Sobre a disciplina Ativismo Cartográfico, Autogestão e o Comum Urbano*.

¹² *Dispositivo de interferência e resistência criativa no espaço.*

Constam também duas entrevistas-orais por mim concedidas a outras pesquisadoras sob os títulos: *As interfaces entre a luta popular e a ocupação institucional e A função social da propriedade e os movimentos sociais*. A transcrição de uma palestra minha (*Todo dia eu acordo pensando em guerrilha*), um texto-performance (*Monólogo: Comum / Público*) e uma *Carta para Nêgo Bispo* também compõem essa *narrativa confessional* (hooks, 2017) cartográfica.

Outro dispositivo-oral, por fim, são as conversas que foram transcritas para o trabalho. Pai Ricardo Moura de Oxóssi, da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente — CCPJO, Sarah Marques, da comunidade Caranguejo-Tabaiães (Recife), Gláucia Cristine Martins, do Kilombo Souza (BH), e Nêgo Bispo, do Kilombo Saco-Curtume (PI), são coautores(as) deste trabalho, conformam vozes negras que atravessam a narrativa. Também por isso, eu me coloco não como autor, recuso expressamente a autoria¹³ desta obra que é fruto do meu *eu-singular-plural* em diálogo com várias vozes.

O *Org.* inscrito na capa junto ao meu nome vem de *organizador*, o que realmente fui neste percurso. Mas também pode remeter a *orgânico*, já que esta pesquisa trata de uma experiência assentada no fundamento de vida, de uma vida cada vez mais ORI-entada por uma perspectiva *contra-colonialista*. Desejo, assim, privilegiar literaturas desprivilegiadas do pensamento acadêmico canônico que goza de status científico, quero atravessar os *rolezinhos* com citações e reflexões de pessoas que estão próximas a mim, do pensamento negro, feminista, quilombista, grandes referências que eu tenho tido nessa caminhada, por todas as encruzilhadas que passei e ainda vou passar, sob a proteção de Elegbara.

Já que voltei ao título, para encerrar esta apresentação, importante dizer que *de pé na encruzilhada* é também uma homenagem a Robert Johnson. Por esses caminhos abertos de pesquisa-livre, cheguei até ele e sua música. Robert Johnson foi um grande cantor e guitarrista afro-estadunidense de Blues, autor da canção *Cross Road Blues*, que diz: *Standin' at the crossroad*, livremente traduzido aqui como *de pé na encruzilhada*. É assim como me sinto neste momento. Encruzilhada, Exu, Blues...

¹³ *El escritor-guerrillero renuncia a su autoría para ser el mediador de una clase social, para darle voz y representación en una escena política* (Calvez, 2017, p. 94).

*Eu sou o primeiro ritmo a formar pretos ricos
O primeiro ritmo que tornou pretos livres
Anel no dedo em cada um dos cinco
Vento na minha cara, eu me sinto vivo
A partir de agora considero tudo blues
O samba é blues, o rock é blues, o jazz é blues
O funk é blues, o soul é blues, eu sou Exu do Blues
Tudo que quando era preto era do demônio
E depois virou branco e foi aceito, eu vou chamar de blues
É isso, entenda
Jesus é blues
Falei mermo
(Baco Exu do Blues)*

2. Rolezinho na nação africana da Bahia: sobre os 7 preceitos da pesquisa

Dizem os velhos que no fim do mundo a vida ia ficar insípida. Creio que é história, porque a Natureza ainda continua nos dando de tudo. Temos as estrelas que brilham. Temos o sol que nos aquece. As chuvas que cai do alto para nos dar o pão de cada dia.
(Carolina Maria de Jesus)

Este *rolezinho* está sendo gravado aqui em Santo André, Santa Cruz de Cabrália, região em que o colonialista primeiro aportou durante o processo de invasão europeia, na *nação africana da Bahia*, como dizia Abdias Nascimento. Pois bem, gostaria de começar falando um pouco dos preceitos que orientam este trabalho.

Primeiro preceito: estamos em guerra, organizemos a guerrilha

Invoco Exu, dono do idioma e senhor da contradição criativa, e Ogum, o guerreiro, desbravador de etapas e barreiras cósmicas, para que nos ajudem a viver da melhor forma possível este ato de luta por igualdade, justiça e dignidade.
(Abdias Nascimento)

O capitalismo-colonialista sempre produziu guerras ao longo de sua história. Mais uma vez, *estamos em guerra* (Pelbart, 2017, p. 6-7). E o conflito atual se expressa cada vez mais como uma guerra entre modos de vida. Ouvi essas palavras do filósofo Peter Pál Pelbart quando ele participou de uma roda de conversa conosco no Espaço Comum Luiz Estrela. Ele também escreveu que:

[...] já não se trata, como em séculos anteriores, de uma guerra entre Estados-nação pela conquista de terras supostamente inabitadas, ou que vise a garantir matéria-prima ou a disputar mercados, mas de uma guerra contra a própria população, uma guerra de classes, de raças, de sexos, de subjetividades. Essa guerra visa a manter e aprofundar as clivagens que atravessam nossas sociedades, agora em nível planetário. Se o modelo de tal guerra vem do colonialismo, já não se dirige contra as populações nativas de terras longínquas, mas se dá na própria metrópole, num endocolonialismo em escala global. (Pelbart, 2017, p. 6-7).

Na verdade, a guerra *endocolonialista* continua matando e desterritorializando os

povos indígenas e as comunidades tradicionais. O *terrorismo financeiro* não tem barreiras, destrói vidas seja no campo, nas florestas ou nas cidades, *num endocolonialismo que apenas põe a nu o passado colonial do qual ainda não nos livramos* (Pelbart, 2017, p. 23).

E a guerra *é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar* (Mbembe, 2018, p. 6). Como então, a um só tempo, recusar a guerra suja do estado-capital — *desertar* — sem abrir mão da resistência? Para mim a resposta também passa pela organização da guerrilha, em suas infinitas possibilidades de ação e reação ao *necropoder-colonial*. Primeiro, precisamos:

[...] assumir a guerra que está aqui, agir estrategicamente pressupõe que se parta de uma abertura à situação, da compreensão da sua interioridade, do domínio das relações de força que a configuram, das polaridades que a trabalham. É pelo sentido que adquire no contato com o mundo que uma ação é ou não revolucionária. (Comitê Invisível, 2016, p. 176).

Vivemos, portanto, tempos de guerrilha, e quero aqui me envolver com uma noção que aprendi justamente aqui, na Bahia de Todos os Santos: a *guerrilha de bisturi*.

O golpe de 2016 e os golpes que se seguiram nos colocam nesse lugar de reflexão sobre como proceder em tempos de guerrilha, em contexto de exceção e aprofundamento dessa guerra *endocolonialista*. Situação na qual não apenas a vida está sob ameaça, mas também estão as conquistas socioambientais e os direitos alcançados até aqui. A primeira vez que ouvi *guerrilha de bisturi* foi nas Jornadas Internacionais de Teatro do Oprimido (Jitou, 2018), em Salvador. Essa noção fluiu em conversações febris com Maria Marighella, neta do *guerrilheiro que incendiou o mundo* (Magalhães, 2012): Carlos Marighella, assassinado pela ditadura militar em 1969.

Isso não significa que fazemos a revolução com um fuzil. O fuzil é o momento em que eles usam a força. A revolução consiste em construir a força que não pode ser absorvida no capital. Então a primeira coisa é uma palavra de ordem: o comum. O comum vem antes de tudo, antes do mercado, e antes de todo o resto. Antes de tudo o comum é contra o privado. O comum é a forma na qual nós vivemos. (Negri, 2017, p. 262)

Guerrilha de bisturi pode ter muitos significados, mas também no sentido de que não há que se falar apenas em guerrilha armada, pois as armas só matam. Podemos sim organizar ações guerrilheiras não armadas. Outras armas. Se você aponta uma arma de fogo a alguém, ou você mata, ou você morre, e pode ser que você não queira nem um, nem outro.

O bisturi, por sua vez, pode até matar, mas também cura, persegue a cura. Curar é sua missão. Pode extrair um câncer, por exemplo. E é de cura que nós estamos precisando. Tempos de *guerrilha de bisturi* para tempos de fascismo cancerígeno que dissemina ódio, violência e medo. Nada disso é legal. Nada disso promove o bem-viver. O que promove o bem-viver é o amor, o respeito, a alegria, o compartilhamento.

Medo e sua trajetória

*Sim, eu tenho medo de perguntar a dona Isabel,
Erinalda, Antonia ou Leonor: que fim o seu filho levou?*

*Sim, eu tenho medo, o medo me paralisa, o medo
me faz calar, o medo me dá gagueira,
me enrola a língua, me faz sentir muita dor.*

*Sim, confesso, eu tenho medo da água acabar,
da lama me levar e do tiro me alcançar.*

*Sim, eu tenho medo de um dia ter que arrancar esse medo
de onde ele queria ficar, pois sei que tirar esse medo
vai me fazer eu te gritar:*

*Arreda do meu caminho que eu vou te derrubar,
esse tal de medo que me faz emudecer.*

*Agora eu não tenho medo, eu vou te enfrentar.
Sem espingarda ou fuzil, apenas uma simples voz a bradar.
E aí eu sei que o medo desabrigou, voando pras bandas
de lá.*

*E assim uma voz libertada começa um som a entoar.
(Sinhá Rosa, poemas de Maurinete Lima)*

Bisturi tem a ver com ações cirúrgicas que levam em conta o organismo adoecido. Cirúrgicas também no sentido de ações criativas, cuidadosas, colaborativas, fazer-com. O médico não faz cirurgia sozinho. Ações comprometidas, com fé, pois o bisturi traz consigo o atributo da fé, senão ele não opera, sem fé deixaria padecer, simplesmente morrer.

Reconhecer que vivemos tempos de guerrilha também favorece a reflexão sobre esse *como fazer?* Como atuar nesse cenário que nos convoca à criatividade? Nesse

cenário que nos convoca à tática, sem prejuízo da estratégia; porém, não é a estratégia que vem primeiro nesse contexto. É *a hora da micropolítica* (Rolnik, 2016). Porque senão a estratégia será concebida em prejuízo de uma transformação necessária no modo de agir politicamente, pensando especialmente na esquerda brasileira.

Nesse novo cenário conseguimos vislumbrar a razão da impotência das esquerda - sobretudo as tradicionais e, mais ainda, as institucionais - face aos desafios do presente: aquilo que chamou-se de “resistência” nessa tradição reduz-se à esfera macropolítica, o que elimina o horizonte de alcance de sua visão e, portanto, o êxito de suas estratégias. (Rolnik, 2018, p. 117)

Ainda neste preceito da *guerrilha de bisturi*, retomo a reflexão do Vladimir Safatle (2018) sobre olhar para este momento histórico e ressignificar esta batalha, sobre estar aqui encarnado nessa grande lida. Nós nos preparamos para ela em certo sentido e temos como acessar a memória ancestral das lutas *contra-colonialistas*. Precisamos furar as bolhas e disseminar a potência criativa, que pulsa. Porque todos os retrocessos, todos os golpes, o avanço do fascismo que nós estamos testemunhando são sim uma reação, uma resposta aos (poucos) avanços que tivemos, cabe-nos a tréplica! A tréplica que vem da tática, da atitude de guerrilha.

A verdadeira questão, para os revolucionários, é fazer crescer as potências vivas das quais participam, de cuidar dos devires-revolucionários com o propósito de chegar enfim a uma situação revolucionária. (Comitê Invisível, 2016, p. 177).

Segundo preceito: a luta é *contra-colonialista*

A Europa é indefensável
(Aimé Césaire)

O segundo preceito é que este trabalho tenta, se esforça, pretende ser *contra-colonialista*. A reação conservadora que derrubou a Presidenta Dilma Rousseff e culminou na eleição fraudada da família-carioca, nada mais é do que a reafirmação do projeto colonial sobre o Brasil, sobre a *América Ladina* (Gonzales, 2018) em última análise, considerando a atuação incontestável do império, representado pelos Estados Unidos, na condução da crise política que veio após as eleições de 2014.

Nossa sina colonial continua intacta (Centelha, 2019, p. 53). As privatizações em curso, a desindustrialização e desnacionalização, a reafirmação da economia primária exportadora, a dominação financeira e a imagem-síntese expressa na continência do presidente eleito à bandeira dos Estados Unidos, enfim, não faltam evidências quanto à reafirmação do projeto colonialista com toda sua carga de racismo, patriarcalismo, misoginia, de desprezo pelas pessoas empobrecidas, pelos direitos humanos e sociais.

É a casa-grande que reagiu, sem a menor dúvida. É a casa-grande, em suas múltiplas escalas, global, nacional e local, que se sentiu ameaçada e repactuou em torno de um projeto extremamente conservador e perigoso. É de genocídio que se trata. Abdias Nascimento publicou em 1978 o seu livro clássico *O genocídio do negro brasileiro: o processo de um racismo mascarado*. É sobre isso, nada novo. Com Nêgo Bispo,

[...] vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente de território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra-colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. (Santos, 2015, p. 47-48).

Pode ser ingenuidade da minha parte, mas penso que, se os movimentos, partidos do campo de esquerda, junto às forças ativas da sociedade assumissem esse pacto comum, de confluência, ou seja, construir juntos na luta *contra-colonialista*, isso já seria um grande facilitador para as construções comuns entre essas forças que, muitas vezes, reduzem a complexa realidade brasileira à luta de classes e ao ideário de luta eurocentrado. E *a luta contra o racismo também é uma luta contra o colonialismo* (Gonzales, 2018, p. 259).

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”. (Mbembe, 2018, p. 18).

Entretanto, reconhecer o colonialismo e o imperialismo como fontes e causas do

racismo não significa reduzi-lo a uma função do sistema econômico capitalista. Tal alegação tem sido utilizada para negar legitimidade à luta antirracista, sobretudo nas sociedades da chamada América Latina onde se nega a própria existência do racismo. (Nascimento, 2019, p. 371).

A resistência *contra-colonialista* é o que uniu o povo cubano para sua emancipação política, uniu o povo indiano, em seu processo de luta pela independência liderado por Gandhi, e uniu tantos outros povos que se insurgiram contra a dominação imperial-colonialista.

E *contra-colonialista* porque também assumo aqui a perspectiva de uma das principais referências deste trabalho, o mestre Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo, lavrador-filósofo-quilombola do Piauí, que me foi apresentado pela professora Renata Marquez em um texto-entrevista publicado pela revista Piseagrama e, pessoalmente, pelo antropólogo Rafa Barros Tchatcha, quando o hospedamos em nossa casa em 2017.

Nêgo Bispo se contrapõe à corrente que reivindica o decolonial, a exemplo do português Boaventura de Souza Santos, porque essa expressão não deixa de ser uma construção do próprio colonialista. Além disso, ela traz vários riscos: descolonizando, aprende-se a colonizar, assim como é a feitura dos cestos de palha na comunidade do Bispo, na qual o cesto pronto é desfeito deixando as marcas das dobras para que se possa aprender a refazer o cesto. Ou seja, para Nêgo Bispo *desmanchar é uma pedagogia de aprender*.

Então, o decolonial fica desfazendo o que o colonialista faz e ao fazer isso ele também aprende como colonizar. A melhor postura, de fato, deve ser contra-colonizar, por freio, colocar óbice ao processo de colonização que perdura inegavelmente. Mas contra-colonizar positivamente, reafirmando e reeditando outros modos de existência, tal como ele, Nêgo Bispo, faz na perspectiva quilombola.

Colonizar é subjugar, humilhar, destruir ou escravizar trajetórias de um povo que tem uma matriz cultural, uma matriz original diferente da sua. [...] E o que é contracolônizar? É reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes. E quem é capaz de fazer isso? Nós mesmos. (Santos, 2018, p. 51).

Além disso, a discursividade decolonial não entra nas comunidades do ponto de

vista prático. Nas quebradas, se falar decolonial ninguém entende, contra-colonizar todo mundo entende. *Simples é mais.*

*Sou e Não Sou.
Sou quilombo
Sou contra-colonialista de agora e outrora
Não tenho lembranças de "sim, sim, senhora"
Não tem como eu ser colonizadora
Não tenho como descolonizar.
Pois não fui e nem sou colonizada, fui e sou atacada.
Para os atacamentos tenho o aquilombamento.
Nessas encruzilhadas, temos que saber quem é você?
Capitão do mato?
Contra-Colonialista?
Descolonizador(a)?
Colonizador(a)?
Decolonial?
(Ana Mumbuca)*

E por que este trabalho tenta ser *contra-colonialista*? Porque os rolezinhos e diálogos que o inspiram partem de experimentos-práticos e saberes que reivindicam construções autônomas, autogestionadas, outros modos de existência que se contrapõem às imposições subjetivas e materiais colonialistas, imperiais, imperialistas, como se queira. Nenhuma treta de livro pode ser maior do que derrotar o projeto colonialista. A perspectiva contra-colonialista é a confluência máxima, enquanto potência de unidade, unidade aberta, *afropindorâmica*.

A força estratégica é constituída da própria intensidade daquilo que vivemos, da alegria que daí emana, das formas de expressão que aí se inventam, da capacidade coletiva para resistir da qual ela é testemunha. Na inconsistência geral das relações sócias, os revolucionários devem se destacar pela sua densidade de pensamento, de afeto, de delicadeza, de organização que são capazes de trazer, e não por sua disposição para a cisão, para a intransigência sem objeto ou pela concorrência desastrosa no terreno de uma radicalidade fantasmática. (Comitê Invisível, 2016, p. 232-233).

Terceiro preceito: sobre *confluência* e *transfluência*

A gente conflui quando tá juntinho. Quando a gente encontra, a gente conflui. E, quando a gente está distante, a gente transflui. O que você faz lá me afeta aqui. O que você constrói lá pode me favorecer do lado de cá. Isso é transfluência.
(Pai Ricardo de Moura)

Seguindo na companhia do Nêgo Bispo, seria bom partir para o terceiro preceito deste texto que se sintetiza em duas expressões que também aprendi com ele: *confluência* e *transfluência*.

Trabalho com conceitos de “confluência” e “transfluência”. Confluência foi um conceito muito fácil de elaborar porque foi só observar o movimento das águas pelos rios, pela terra. Transfluência demorou um pouco mais porque tive que observar o movimento das águas pelo céu. Para entender como um rio que está no Brasil conflui com um rio que está na África eu demorei muito tempo. E percebi que ele faz isso pela chuva, pelas nuvens. Pelos rios do céu. Então, se é possível que as águas doces que estão no Brasil cheguem à África pelo céu, também pelo céu a sabedoria do nosso povo pode chegar até nós no Brasil. É por isso que, mesmo tentando tirar nossa língua, nossos modos, não tiraram a nossa relação com o cosmo. Não tiraram a nossa sabedoria. É por isso que nós conseguimos nos reeditar de forma sábia, sem agredir os verdadeiros donos desse território que são os irmãos indígenas. Nós tivemos essa capacidade porque os nossos mais velhos que estavam na África, apesar de sermos proibidos de voltar para lá, vieram pela cosmologia. Isso é o que nós chamamos de transfluência. (Santos, 2018, p. 48).

Este trabalho também é fruto de muitas *confluências* e *transfluências*, literalmente, com fluência trans, pautado por encontros reais e sensíveis que escapam à percepção do olhar. Como as águas *transAtlânticas* que, pelo movimento das nuvens, dos ventos e pelas correntes marítimas, permite o encontro das águas dos rios da América com os rios de Mãe África. Metáfora sempre usada por Bispo. Confluência cosmológica.

O mar nos dá o sentido da travessia, da profundidade de sentimentos, da imensidão de horizontes, das forças maiores que fazem surgir, da instabilidade das ondas, a serenidade em nós. (Silva, 2019b, p. 34-35).

Nós confluímos com nossos corpos e corpos na luta *contra-colonialista*. Transfluência expressa urgência de agenciar outras forças em tempos de guerrilha, ritualizar a política. É preciso ouvir, intuição, abrir-se a outras vozes.

A transformação convida a tocar a alteridade, misturar-se a ela — ou, em mais alta intensidade, a romper o véu da separação e saltar para fora, para dentro, de volta,

ao campo de imanência, onde não há ainda diferença dada, onde os limites não operam, onde nenhuma separação está estabelecida, onde a linguagem não basta ou é imanente: oceano prévio, sopa primordial, zona do caos, do incógnito, mistura e mistério, plasma, Nagual. Ao suspender as balizas e abrir as represas, retorna-se à variedade inexaurível dos modos de conhecer os igualmente inumeráveis modos de existência. Há inúmeras aberturas, outros modos de perscrutar a experiência do contato ou da fusão entre o ser e o contexto, outras espécies de condutos para a recepção e manifestação de conhecimento. Para o saber e a ontologia, uma volta ao plano de imanência; no âmbito social, uma interrupção das fronteiras artificiais — natureza e cultura, sujeito e objeto, ciência e magia etc. (Cykman, 2018, s.p).

A Bahia é o melhor lugar do mundo, que alegria pedalar por essas estradas. Aliás, a Bahia é cheia de *confluências* e *transfluências*. E esta pesquisa ativista-cartográfica expressa desígnios que ultrapassam minha pessoa, pois vai sendo tecida nos encontros corporais e imateriais.

Por mais extravagante que pareça a noção de um sujeito não antropológico, sobretudo numa época que ainda se aferra à primazia do sujeito humano, é preciso reconhecer que o pensamento contemporâneo tende a admitir múltiplos feixes de experiência ou de sentires (feelings, diz Whitehead), bem como maneiras de ser diversas, segundo múltiplas perspectivas e uma pluralidade de mundos. (Pelbart, 2016, p. 391).

Água é *transfluência*. É transparente e flui. *Transfluência* é atributo da vida, mas tem gente que ignora, tem gente que endoida, tem gente que não está nem aí e tem gente que busca pistas, percebe os espaços e suas camadas transfluentes. Tem gente que adota uma perspectiva *terreirista*, sabiamente.

Ainda uma vez, através de todas essas existências inacabadas, o clamor de suas reivindicações, como se elas reclamassem ser amplificadas, aumentadas, em suma, tornadas mais reais. Ouvir tais reivindicações, ver nessas existências tudo que elas têm de inacabado, é tomar partido por elas. É isto entrar no ponto de vista de uma existência, não para ver por onde ela vê, mas para fazê-la existir mais, para fazê-la passar a uma existência maior ou para fazê-la existir 'verdadeiramente'. (Pelbart, 2016, p. 397-398).

A greve dos caminhoneiros no Brasil, responsável pelos dias mais caóticos de 2018, causado pela falta de gasolina, demonstrou o quão ridícula é a nossa dependência por esse combustível fóssil que alimenta os motores de milhões e milhões de veículos. No auge da crise, o então Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte declarou

ponto facultativo e, em função disso, não quis permitir a realização de um evento organizado pela Gabinetona, especialmente pela então vereadora à época Áurea Carolina (do PSOL), o qual tratava sobre o genocídio da juventude negra.

Apesar da arbitrariedade desse gesto do Presidente da Câmara, a Gabinetona corajosamente manteve a realização do evento que ocorreu na parte externa da casa legislativa que estava fechada de maneira a explicitar o seu racismo institucional, ato ilícito contra o mandato negro de Áurea Carolina (ilícito porque, como o próprio nome já diz, o ponto facultativo não impede a realização de atividades previamente agendadas).

E aí, lá nesse evento de resistência e gesto simbólico contra a arbitrariedade desse ato, eu conheci o Guiné, capoeirista, quilombola, lutador do movimento negro. Guiné falava da importância de sermos uma *esquerda menos terrorista e mais terreirista*. Dizia ele que a casa-grande nos acusa de sermos uma esquerda terrorista, cria esse estigma que acaba penetrando no tecido social e reverberando negativamente nos meios populares. Muitas vezes os gestos, a conduta dessa esquerda instituída condizem com essa pecha dada pela casa-grande aos partidos de esquerda, movimentos sociais, porque existe um certo silêncio frente ao extermínio das culturas tradicionais, dentre outras posturas. Digamos que, ao também ser colonialista, a nossa esquerda corrobora com a pecha terrorista — é tipo isso. Como, então, recusar esse *terrorismo de esquerda* sem abrir mão da guerrilha?

Está aí, a prazo, o erro monumental da contrainsurreição: ela, que tão bem soube reabsorver a assimetria introduzida pelas táticas de guerrilha, continua todavia a produzir uma figura do “terrorista” a partir do que ela própria é. Aí está então nossa vantagem, porquanto nos recusamos a encarnar essa figura. É o que qualquer estratégia revolucionária eficaz deverá admitir como ponto de partida. (Comitê Invisível, 2016, p. 191).

Por outro lado, ser *terreirista* é olhar para as nossas raízes, para os nossos terreiros, para os nossos territórios, os nossos Orixás, Inquices, nossos guias protetores, fortalecer nossa cosmovisão ancestral, ouvir e respeitar nossos anciãos e anciãs. *O futuro é ancestral.*

[...] a diáspora nesta etapa da história dos africanos adquiriu um sentido inverso

daquele de dispersão: constituímos a diáspora do regresso; somos os povos negros que se voltam em ritmo concêntrico, rumo à origem pristina do espírito e da história dos ancestrais, a fim de projetar o futuro. (Nascimento, 2019, p. 186).

O camaradinho Guiné disse ainda naquele evento que todo mundo hoje em dia fala de ancestralidade, mas queria ver quem realmente para para ouvir os Orixás. Como nós vamos acessar a ancestralidade sem o apoio e a força dos Orixás? Essa é a questão, e penso que isso tem tudo a ver com a *transfluência*.

Creio que ser *terreirista* é ser contra-colonialista também numa dimensão de enfrentamento, aquilo que o Délcio Monteiro de Lima (1989) denominou, no final da década de 1980, como *Os demônios descem do norte*. O papel do neopentecostalismo na reafirmação do projeto colonialista nos conduz à perspectiva *terreirista*.

A religiosidade é, sem dúvida, fator preponderante no processo de colonização (Santos, 2015). As igrejas neopentecostais estão em todos territórios periféricos deste país, com as portas abertas, dando amparo material e subjetivo, tirando as pessoas do vício das drogas, criando redes de solidariedade, células de encontros periódicos, distribuindo currículos, também lavando dinheiro — as grandes igrejas —, mas presente muito fortemente no tecido social, disseminando a ideologia da prosperidade e um modo de vida bem regrado.

A primeira vez que eu refleti sobre isso foi ainda em 2004 quando eu entrei para o Pólos de Cidadania, programa de extensão da UFMG que fazia mediação de conflitos em vilas e favelas. Trabalhava com mobilização e mediação comunitária. Tínhamos um programa em uma rádio comunitária: *A voz da comunidade*. Nessa época, percebi a postura, digamos, avessa à luta social quando nós íamos na igreja Universal do Reino de Deus ou outras neopentecostais e os pastores se recusavam, quase todas as vezes, a ceder o espaço, fazer parceria ou dar qualquer apoio a alguma atividade comunitária. Quase sempre ouvíamos “não” como resposta.

As igrejas colonialistas e os mercadores de almas não estão afim de contribuir para a formação de um povo consciente. Eles querem um povo alienado, dependente, em dia com o dízimo, subjetivamente escravizados, colonizados — nem todas essas igrejas, claro. Já trombei com muito pastor *firmeza* nas ocupações e outras pessoas, como agora

antes de chegar aqui em Santo André, lá na casa do Corante, companheiro do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) de Salto da Divisa que acolheu um culto evangélico exatamente na hora em que nós chegamos em sua casa, depois de passar por Araçuai, no médio Vale do Jequitinhonha.

Enfim, *confluência, transfluência, terreirista, quilombista*, um salve para o Nêgo Bispo!

*As encruzilhadas são transescalares
O mar é a encruzilhada transatlântica
a Kalunga grande
o horizonte afro-utópico*

Quarto preceito: pesquisa é vida

Não há forma de estruturação serial que resista à potência de devires. (...) Não há possibilidade de distinção entre sujeito e seu objeto.
(Clarissa Alcantara)

Este trabalho é expressão de vida; para mim, pesquisa é vida. Ele traz uma postura política vinculada à vida. Opino que as pesquisas quanto mais forem expressão de vida, mais potentes serão, quanto mais alegres, mais verdadeiras, mais sinceras e comprometidas, mais *orgânicas* e menos *sintéticas*, para usar as expressões do Nêgo Bispo. Então este texto tenta ser mais *orgânico* e menos *sintético*.

Os *rolezinhos* que fiz são uma postura ativista-cartográfica perante à vida. O que eu poderia dar de melhor em um trabalho como este senão o que aprendi nos espaços comuns por onde pedalei?

Desejo que pelo menos as pessoas mais próximas cheguem até essas vivências oralmente-escritas, que toma as *escrevivências* de Conceição Evaristo como inspiração. Principalmente as pessoas que compartilharam dessas vivências coletivas. Quem sabe se sintam motivadas a também refletir sobre esses processos e o nosso *fazer-com*.

Se pesquisa é vida e a vida é de luta, a pesquisa tende a ser comprometida; disso deriva a verdadeira excelência científica. Importante notar que a vida social está doente, adoecida, esquizofrênica, tempos de esquizofrenia generalizada. Digo isso sem deixar de

considerar a potência da loucura, da sua necessária reconciliação com a arte, por exemplo. Já que essa pesquisa é vida, tem uma linha de continuidade que, em certo sentido, coincide com minha vida. Nesse sentido, é importante dizer que, depois do meu mestrado, eu surtei. E foi um surto psicótico-cartográfico, em que eu fui criando múltiplas conexões a partir de símbolos que iam aparecendo na minha realidade-delirante.

*Ele é o quê?
Ele é louco!
Esses são os melhores.*
(Vagabundo Iluminado, 2018)

O que eu quis foi ultrapassar todos os limites, não houve uma *modulação de intensidades*. Nesse surto eu morri ou, como disse Mãe Efigênia do Kilombo Manzo, *eu quase morri, fui até a porteira e voltei* (Kidoiale; Muiandê, 2018, p.52).

Quando a gente se torna cada vez mais aberto aos devires - e também à violência desse processo - corre-se o risco de não mais seguir e sim de ser tomado pela viagem. ainda haveria lugar para a prudência? (Guattari, 2016, p. 17).

Acordei morto no manicômio. Três dias internado. Tudo ao redor me levava a crer na certeza da minha morte. Foram as visitas dos amigos que me fizeram acreditar que eu estava vivo. Primeiro achei que a galera estava rezando pela minha passagem no velório, por isso sentia sua presença. Mas não, aqueles abraços... eu estava vivíssimo! Renasci e tudo aquilo ressignificou minha existência, meu modo de me relacionar com a vida e com a morte. Mais do que nunca se fazem necessárias as amizades! Como nos fala um provérbio africano: *Amigo é como um vizinho quando Deus está distraído* (Gonçalves, 2017, p. 5).

Não dizemos que o revolucionário seja esquizo. Afirmamos que há um processo esquizo, de descodificação e de desterritorialização, que só a atividade revolucionária impede de virar produção de esquizofrenia. (Deleuze, 1992, p. 36).

O poder colonialista quer todo mundo louco. Por que será que tem uma farmácia em cada esquina? De novembro do ano passado pra cá, eu perdi três pessoas do meu círculo de amizades por depressão/surto, como o que sucedeu comigo. Precisamos falar

mais sobre saúde mental, ninguém precisa sofrer sozinho(a). Nesse contexto as amizades se fazem fundamentais. Amar mais, viver *o amor como revolução*, como publicou em livro o Pastor Henrique Vieira (Vieira, 2019). O padre guerrilheiro que dá nome à primeira ocupação horizontal que organizamos em Belo Horizonte, o colombiano Camilo Torres, falava em *amor eficaz*. Um amor politicamente *eficaz*, que transborda, transforma e liberta. Afinal, *o amor é uma ação, nunca simplesmente um sentimento* (bell hooks).

Nesta pesquisa-vida-cartografia, a construção da memória ganhou grande relevo. Memória é vida. O Mofuce, o Espaço Comum Luiz Estrela e, especialmente, o Kilombo Souza são narrativas que revelam a força da memória para impedir a destruição colonialista. Aliás, a nossa memória, que, desde a invasão europeia, tentam apagar, tem sofrido muitos ataques. Não deixa de ser simbólico: atearam fogo no museu, o grande Museu Nacional.

Nas sociedades do esquecimento, mais próximas das sociedades modernas atuais, a memória passa a ser de responsabilidade dos mecanismos e instituições (museus, escolas, meios de comunicação, computadores, etc.), que fazem o registro e arquivamento dos fatos considerados relevantes, acontecendo segundo parâmetros impostos do exterior para o interior. Nas sociedades da memória, ao contrário, apesar de co-existirem no mundo atual, sobrevivem às suas transformações, valendo-se do recurso da oralidade para buscar preservar sua cultura, como meio tradicional de transmissão da memória coletiva. (Machado e Araújo, 2015, p. 103).

As novas tecnologias também fazem isso, investem a todo tempo contra a memória, um excesso de informação, excesso de dados, controle da memória. Muita informação também é não informação, nada fica. Ao mesmo tempo a memória é controlada, vendida, limitada por pacotes de acesso. *A própria vida torna-se patenteável com a colonização do virtual e a capitalização da informação genética* (Pelbart, 2016, p. 411).

Ainda sobre o preceito da vida, quero dizer que este trabalho é pulsão de vida, expressa o meu percurso até aqui como ativista-pesquisador, os meus rolezinhos passam pelas resistências em que eu atuo como arte-educador, advogado-popular ou qualquer outra coisa, uma vida que também é múltipla, nômade, em fluxo, fuga.

Essa vida se realiza no território, dimensão muito importante para se falar de

cartografia. O primeiro território é o corpo. Então, a pesquisa também passa pelo cuidado com o corpo, sua preparação para tempos de *guerrilha de bisturi*.

Nesses últimos anos, veio muito para mim a necessidade de cuidar do corpo, torná-lo mais saudável, mais apto para a expressão artística, para a criação e a necessidade de desmecanização dos movimentos. Dançar. Gingar. Primeiro, veio a capoeira — sempre quis fazer capoeira na vida, e agora pude realizar esse desejo. Estou treinando com a Mestra Alcione, do grupo Candeia de Capoeira Angola, no bairro Floresta, fundado também pelo Mestre Índio, o Mestre Alexandre, a Contra-mestra Toninha e muitas outras pessoas incríveis que conformam uma comunidade afetiva-ancestral.

Também comecei a estudar circo. Eu me matriculei em um curso técnico em artes circenses. Tudo isso faz parte do (re)descobrimento do corpo, da consciência corporal, do *ser-mais* no sentido dado por Paulo Freire que se refere à consciência crítica, mas também às habilidades corporais. Esse preparo está ligado à dimensão artística, à educação, mas também à dimensão da saúde, de querer viver, bem-viver.

Quinto preceito: sobre o método cartográfico

*Caminhante, não há caminhos,
faz-se o caminho no andar...*
(Antonio Machado)

O quinto preceito da pesquisa diz respeito ao método. No mestrado dediquei um capítulo da dissertação à *copesquisa cartográfica* (Maia Mayer, 2015), mas agora tenho chamado de ativismo-cartográfico. Os colonizadores não chegariam aqui não fossem os mapas. Os mapas sempre foram instrumento de dominação, como o dilema da Esfinge, *decifra-me ou te devoro*. É possível pensar uma cartografia a serviço da contra-colonização? Uma cartografia (ou seria uma contra-cartografia?) não para dominar, mas sim emancipar, para libertar-nos do *desencanto* e do *carrego colonial* (Rufino, 2019).

Cartografia *contra-colonialista* é a grande aposta desta pesquisa. Em tempos como o nosso, é fundamental rastrear, mapear, conectar, reeditar, confluir resistências, territórios, espaços autônomos, experiências de produção cooperada, espaços comuns que

já trazem experimentações de outros modos de vida, de compartilhamento de produção e tecnologia social.

A nossa relação com as imagens do mundo dá-se na lógica da emancipação dos povos e das comunidades tradicionais através da contracolônização. Não é através da luta de classes, pois a luta de classes é europeia e cristã-monoteísta. Não trato povos e comunidades tradicionais como categorias marxistas: como trabalhadores, desempregados ou revolucionários. Essa linguagem não é nossa. Essa linguagem é euro-cristã-colonialista. (Santos, 2018, p. 51).

Acredito que quanto mais conectados e confluentes, maior a força social contra-colonialista, não só no sentido virtual, das redes sociais, mas sobretudo no compartilhamento orgânico, no devir comum e no fazer-com, no desejo de transformação e autonomia, de oposição aos valores capitalistas, espaços que experimentam outros valores, produzem outras subjetividades, constroem o novo homem e a nova mulher. A comunidade vem primeiro.

Cartografia no sentido do aprender caminhando, o *primado do caminhar*, como fala Roberta Romagnoli (2009), um método que é testado conforme a aplicabilidade ou não na realidade. Cartografia para buscar se reapropriar dos mapas, em sentido móvel, em fluxo, dinâmicos, não para captar o movimento, representar a realidade de modo estático. Cartografia que visa ao fortalecimento das conexões insurgentes, das confluências transgressoras, da troca de conhecimentos, saberes e tecnologias, da produção dessas outras subjetividades.

Essa cartografia também é ativista no sentido do compromisso com a transformação social. A assertividade do método decorre dessa responsabilidade, da disciplina e da atitude comprometida com as lutas. Essas experiências não são utópicas, estão aí, na ordem do dia, resistindo e produzindo. Já não quero desprezar a utopia, só não acho que ela deva condicionar a unidade entre aqueles(as) que estão na luta. Diferenças e visões de ordem abstrata não podem nos dividir. A maior investida dos colonialistas é pela nossa fragmentação: *divides e reinarás*.

No plano das resistências, a defesa dos territórios é primordial. Como foi o caso da luta para a permanência das mais de oito mil famílias da Izidora: ocupações Rosa Leão,

Vitória e Esperança. Essas comunidades-retomadas barraram o maior projeto do urbanismo neoliberal para Belo Horizonte encarnado em uma operação urbana que (felizmente) não saiu do papel (Operação Urbana do Isidoro). O imperativo em torno da defesa desses territórios tornou possível a unidade aberta em teia entre os diferentes movimentos sociais, academia, projetos de extensão e agentes do estado sensíveis à causa.

Em defesa das comunidades, dos territórios sob ameaça colonialista, onde múltiplos sujeitos se envolvem e atuam em teia, a unidade é, digamos, mais provável de ser alcançada, desde que seja respeitada a construção confluyente e horizontal, sem influir verticalmente e se sobrepor à vontade das pessoas diretamente afetadas e envolvidas.

Ativismo cartográfico também porque as principais resistências dos últimos anos face a grandes projetos urbanos, do urbanismo neoliberal, se deram nesse registro: compartilhadas em teias, abertas, orientadas pelo trabalho colaborativo, tecnopolítico, produção de outras subjetividades, experimentos daquilo que se vislumbra em um horizonte concretamente utópico — concretamente porque é real, isso é real. *Teoria é uma abstração, nosso conhecimento é real* (Means, 2017, p. 113).

O colonizador chegou aqui graças aos mapas, não fosse a ciência cartográfica sequer teriam aportado em *Pindorama*. Precisamos nos reapropriar dos mapas, não para dominar o outro, mas para nos libertar, partindo do modo como estamos atuando, olhar para si, se reconhecer e se entender neste momento, compreender sua missão, sua missão verdadeira; como falava o Kadu, liderança assassinada da Izidora: *na missão*¹⁴. Como alcançar minha missão, cartograficamente? É sobre isso.

Penso que a fonte primordial parte das resistências *afropindorâmicas* que, nesse sentido, estão situadas nessa *confluência contra-colonialista*, no campo, nas cidades e nas florestas.

*Em minha mestiçagem me faço
Estou indígena e negro
É incrível
(Paulo Nazareth)*

¹⁴ O filme do Kadu pode ser visto no link: <<https://vimeo.com/232282418>>.

Sexto preceito: sobre o comum

Termo central da alternativa ao neoliberalismo, o “comum” tornou-se o princípio efetivo dos combates e movimentos que há duas décadas resistem à dinâmica do capital e conduzem a formas originais de ação e discurso.
(Pierre Dardot e Christian Laval)

Vamos para o sexto preceito. Esta pesquisa gira em torno do comum. É a continuidade da minha cartografia iniciada em 2013, após as Jornadas de Junho, ano em que eu entrei no mestrado em urbanismo, ano em que nós ocupamos e construímos o Espaço Comum Luiz Estrela, ano em que o debate em torno do comum ganhou corpo em mim a partir das resistências que eu acompanhava e a partir das reflexões que esse momento inaugurou na minha trajetória.

Em poucas palavras é possível definir o comum como o conjunto de práticas, recursos e espaços que são produzidos, geridos ou mantidos por uma comunidade específica, em regimes de propriedade que desafiam a usual dicotomia entre propriedade pública (Estado) e propriedade privada (mercado). Além de ser um conceito, o comum se apresenta também como um princípio orientador de lutas diversas e por isso é impossível pensá-lo desassociado de uma dimensão prática. (Cruz, 2019, p. 12)¹⁵.

Desejo fazer os rolezinhos cartográficos de maneira mais livre. Eu já tinha utilizado esse método ciclístico-oral na minha dissertação, de narrar o texto dissertativo enquanto pedalo pela cidade, usei isso em algumas partes, especialmente no “rolezinho [excursão] da bike” (Maia Mayer, 2015). No meu mestrado eu ainda fiz concessões a uma dimensão academicista, de buscar reunir um marco teórico, e trazer um texto mais frio e acadêmico atravessado pelos excursos-rolezinhos, mas aqui não. Agora desejo que o texto seja todo costurado a partir da oralidade, concebido na bike, falar para depois transcrever. Além de conversações-transcritas com outras pessoas.

[...] não estou interessado no exercício de qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida. Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em

¹⁵ Para uma análise do comum sob o enfoque da colonialidade recomendo a tese *Decolonizar o comum: histórias da transmodernidade brasileira* (Cruz, 2019).

relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. (Nascimento apud Ratts, 2006, p. 19).

A pesquisa em torno do comum prossegue neste trabalho e é sob esse prisma, desse lugar, que eu pretendo passar pelos territórios que fazem parte da minha cartografia. O comum também enquanto verbo, o fazer-comum. Uma noção do comum não limitada aos bens comuns materiais e imateriais que são alvo da sanha colonialista-neoliberal que trata a natureza como “recursos”. Continuar partindo do espaço comum como trincheira fundamental de enfrentamento à ação do estado-capital sobre os territórios, nossas vidas e saberes. O comum como uma segunda via frente ao estado-capital (público-privado) em simbiose cada vez maior.

O que constitui a força estratégica das insurreições, sua capacidade de destruir a infraestrutura do adversário de forma duradoura é, justamente, seu nível de auto-organização da vida comum (Comitê Invisível, 2016, p. 106).

Espaço comum como possibilidade de *democracia real*¹⁶, com todas as críticas que a democracia encarna. Como diz Nêgo Bispo em suas palestras, *democracia armada não é democracia, a comunidade não precisa de armas*. De toda forma, acredito que a experimentação de construções autogestionadas, os espaços comuns como territórios insurgentes, horizontais, colaborativos, podem dar o tom das questões políticas, organizativas e econômicas — outras economias — que estão dadas neste momento para nossa geração. *Lutar por formas mais autônomas de vida, afastadas do mercado e igualmente do Estado, entrevendo na autogestão o caminho para a emancipação* (Cruz, 2019, p. 19).

Espaço comum promotor de alegria, encontros felizes, de festa (#fénafesta) e afetos, produção de outras subjetividades que nos motivam e nos fazem acreditar na urgência de superar o modelo de exploração capitalista, sobretudo num país colonizado como o Brasil. *A festa destina-se, na verdade, a renovar a força* (Sodré, 2019, p. 125).

O trabalho ser comum faz dele a tentativa de um relato simples. Ser comum diz

¹⁶ Sobre *democracia real* e *municipalismo* recomendo a obra *La apuesta municipalista. La democracia empieza por lo cercano*. (Observatório Metropolitano, 2014)

também do desejo de que este trabalho seja de fácil acesso, que os meus e as minhas, as pessoas com quem convivo, as comunidades, os espaços comuns a que estou conectado, os meus círculos de amizade, possam acessá-lo, abrir diálogos e reflexões compartilhadas. Nesse sentido, o texto é sobretudo oral. Não apenas os *rolezinhos* pelas resistências, mas também as demais conversas transcritas e inseridas aqui. Penso que a oralidade está mais próxima do que é comum.

Me lembro de um texto muito instigante do catálogo do Forumdoc (festival de cinema documentário), de 2017, cujo tema era o fim do mundo antropoceno, texto de um cacique nativo dos Estados Unidos, Oglala Lakota Russell Means, com o título *Para que a América viva, a Europa deve morrer*. Nesse texto ele fala que vai utilizar a escrita, recusando-a ao mesmo tempo, mas só para enfiar suas ideias na cabeça do colonizador, já que essa é a forma que ele (branco) cientificamente entende ser a correta.

Então é isso, o pensamento vai fluir a partir da oralidade, apesar de transcrever para o papel. Pensando que a oralidade não se opõe necessariamente à escrita, o problema é de qual escrita estamos falando. A partir disso, já que é para escrever, posso tentar ser comum no sentido de ser uma escrita mais acessível. Como uma vez me disse o multiartista Sérgio Pererê sobre suas composições musicais: *simples é mais*.

Vou falar muito sobre o comum ainda, mas agora não a partir do marco teórico pesquisado no mestrado, especialmente a dupla Michael Hardt e Antonio Negri, quero falar do comum das minhas experiências em torno de outros campos de reflexão teórica e política.

É pela construção do comum que se coopera na insurgência micropolítica, cujos agentes se aproximam “via ressonância intensiva” que se dá entre frequências de afetos (emoções vitais). Trata-se de tecer múltiplas redes de conexões entre subjetividades e grupos que estejam vivendo situações distintas, com experiências e linguagens singulares, cujo elemento de união são embriões de mundo que habitam os corpos que dela participam, impondo-lhes a urgência de que sejam criadas formas nas quais tais mundos possam materializar-se completando assim seu processo de germinação. Isso só é possível num campo relacional e desde que nele prevaleçam desejos que buscam guiar-se por uma bússola ética, o que faz com que o resultado de suas ações seja necessariamente singular.

Criam-se com isso territórios relacionais temporários, variados e variáveis. Nesses territórios se produzem sinergias coletivas provedoras de um acolhimento recíproco que favorece os processos de experimentação de modos de existência distintos dos

hegemônicos, valorizando e legitimando sua ousadia. Tais experiências coletivas tornam mais possível o trabalho de travessia do trauma resultante da operação perversa do regime colonial-capitalístico que confina as subjetividades nas formas e valores dominantes marcadas pela expropriação do movimento pulsional. (Rolnik, 2018, p. 141-142).

Sétimo preceito: instinto de sobrevivência, agroecologia e *bem-viver*

Estar ao mundo significa para nós, humanos, estarmos condenados a nos nutrir do que a vida vegetal soube fazer do sol e do solo, da água e do ar que compõem nosso mundo.
Emanuele Coccia

O sétimo preceito diz sobre instinto de sobrevivência, especialmente quando a *necropolítica* se faz tão gritante. Genocídio não é nada novo quando se trata do extermínio dos povos *afropindorâmicos*.

(...) propus a noção de necropolítica e de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”. Sublinhei igualmente algumas das topografias recalcadas de crueldade (plantation e colônia, em particular) e sugeri que o necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade. (Mbembe, 2018, p. 71).

A pandemia de Covid-19 apenas escancarou aquilo que os movimentos negros e indígena desde sempre denunciaram. *Uma atmosfera sinistra envolve o planeta. Saturado de partículas tóxicas do regime colonial-capitalístico, o ar ambiente nos sufoca* (Rolnik, 2018, p. 29). O instinto de sobrevivência nos convoca a buscar alternativas ao desenvolvimento ao mesmo tempo em que enfrentamos o genocídio e o *epistemicídio*, como diz Sueli Carneiro.

O desenvolvimento é uma das expressões do empreendimento ocidental de expansão de sua episteme no mundo, por meio da disseminação dos seus mitos e teleologias sociais. (Felwine, 2019, p. 20).

Instinto de sobrevivência favorece ousar, romper situações-limites, atitude e atos-

limites que visem à produção de *inéditos viáveis*. Evidente que, sob ameaça de morte pela ascensão do necropoder-colonial, a defesa da vida se torna um imperativo de primeira ordem. Todas as vidas importam.

Nesse sentido, entendo a agroecologia cada vez mais como um campo fértil de confluência das lutas, contra o modelo de desenvolvimento capitalista-colonial, depredador, calcado na exportação primária e no agronegócio, cada vez mais tóxico e destrutivo.

Em 2018 participamos da construção em Belo Horizonte do Quarto Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), onde apresentamos o espetáculo *Assembleia Comum*, da Trupe Estrela. Além de movimentos urbanos, camponeses, indígenas, quilombolas e grupos de extensão das universidades, o ENA garantiu a participação ativa e efetiva de agricultores e agricultoras portadores de experiências em agroecologia. O ENA se configura, assim, não como um evento que começa e termina nele mesmo, mas como parte importante de um processo de fortalecimento de uma ampla teia, diversa, plural e permanentemente aberta à chegada de pessoas e organizações que desenvolvem experiências em agroecologia.

A cidade contemporânea subjugada ao urbanismo neoliberal produz adoecimento e morte. Da existência de uma farmácia em cada esquina nas metrópoles deduz-se isto: faz parte do projeto neoliberal de produção das cidades o adoecimento massivo da população. Se por um lado é isso que observamos em toda grande cidade, por outro a agroecologia cura, almeja a segurança alimentar e a defesa dos saberes tradicionais.

Instinto de sobrevivência soa como um grito para que possamos existir, *(r)existir*, continuar nascendo e vivendo. Bem-viver. A morte faz parte da vida, o oposto da morte não é a vida. O oposto da morte é o nascimento. O *carrego colonial* produz *desencanto* e morte (Rufino, 2019).

A colonização (pensamos a colonização como fenômeno de longa duração, que está até hoje aí operando suas artimanhas) gera “sobras viventes”, gentes descartáveis, que não se enquadram na lógica hipermercantilizada e normativa do sistema. Algumas “sobras viventes” conseguem virar sobreviventes. Outras, nem isso. Os sobreviventes podem virar “supraviventes”; conceito que utilizamos para definir aqueles que foram capazes de driblar a própria condição de exclusão (as sobras

viventes), deixaram de ser apenas reativos ao outro (como sobreviventes) e foram além, inventando a vida como potência (supraviventes). Uma disputa operada apenas no campo da política e da economia pode gerar ganhos efetivos, é claro. Mas o salto crucial entre a sobrevivência e a supravivência demanda também, além daqueles, um enfrentamento epistêmico e batalhas árduas e constantes no campo poderoso da elaboração de símbolos.

Atamos o verso, lançando como perspectiva que o salto crucial entre a sobrevivência e a supravivência perpassa por uma transgressão lexical. (Rufino e Simas, 2018, p. 111).

Cabe-nos perscrutar sobre essa supravivência... falar *sobre vivências*, como sugeriu o tema do Festival Internacional de Teatro de Belo Horizonte de 2018. Especialmente em tempos de destruição ambiental avançada, de aquecimento global, de fascismo, violência, desrespeito, em que a natureza clama por uma mudança de rumo em prol da existência humana, pois a natureza vai seguir seu rumo mesmo sem os humanos.

É o papel dos povos índios americanos, o papel de todos os seres da natureza, sobreviver. Uma parte de nossa sobrevivência é resistir. Não resistimos para derrubar um governo ou tomar o poder político, mas porque é natural resistir ao extermínio, sobreviver. Não queremos poder sobre as instituições brancas; queremos que as instituições brancas desapareçam. Essa é a revolução. (Means, 2017, p. 114).

Seria muito triste se nós, que supostamente somos o estágio mais avançado da criação, fôssemos extintos pela ganância. *Embora o mundo não seja tal como o queremos, sempre podemos compreendê-lo a fim de recomeçar a construção do novo mundo que desejamos. Sobrevida ética (Santiago, 2017, p. 28).* Precisamos falar mais sobre instinto de sobrevivência, maturar melhor essa noção, *sobre vivências, Sobre-viventes!* (Silva, 2016).

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de Amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de Pan-africanismo, “Negritude”, “Afrocentricity” etc. (Gonzales, 2018, p. 330).

Em toda *América Ladina*¹⁷ (Gonzales, 2018) a pauta do *bem-viver* ganha força, sobretudo neste momento *antropoceno* de desolação capitalista e aquecimento global. Nêgo Bispo relaciona o *bem-viver* com a dimensão do ser e do saber orgânico, enquanto que o *viver bem* está ligado ao ter, ao consumo e ao saber sintético.

Não adianta ficar examinado o pouco entusiasmo das “pessoas” em se lançar numa batalha perdida de início. O que é preciso, acima de tudo, é assumir o verdadeiro desafio do conflito: certa ideia protestante de felicidade — ser trabalhador, parcimonioso, sóbrio, honesto, diligente, casto, modesto, discreto — que se pretende impor a toda Europa. O que é necessário opor aos planos de austeridade é uma outra ideia de vida, que consista, por exemplo, em partilhar em vez de economizar, em conversar em vez de calar, em lutar em vez de sofrer, em celebrar as vitórias em vez de invalidá-las, em se aproximar em vez de manter distância. Não é possível, por exemplo, medir o tamanho da força que os movimentos indígenas do subcontinente americano ganharam ao assumir o ‘buen vivir’ como afirmação política. Isso traça, por um lado, um claro perfil daquilo pelo que e contra o que se luta; e, por outro, abre a porta para a descoberta serena das mil outras formas de entendimento da ‘boa vida’, formas que, apesar de diferentes, não são inimigas, pelo menos não necessariamente. (Comitê Invisível, 2016, p. 61–62).

Importante dizer que essa oralitura é atravessada por muitas vozes negras. *Vozes existem sim. E invadem a matéria. E são vorazes pela matéria* (Passô, 2018, p. 17). Vozes ecoadas a partir de conversações, citações diretas e indiretas de referências pretas, pretas, pretas, pretas, pretas, como repetidamente nos diz a atriz, diretora e dramaturga Grace Passô, autora do texto do premiado espetáculo *Vaga Carne* (2018).

Termino aqui este Rolezinho dos 7 Preceitos da Pesquisa. Preceitos para trazer uma referência do candomblé e outras religiões de matriz africana que fala das orientações e obrigações dirigidas aos filhos e filhas da casa. Foram esses, por assim dizer, meus compromissos ao longo desse percurso cartográfico, nesses tempos de *guerrilha de bisturi*. Que Oxalá nos proteja!

¹⁷ [...] a América, enquanto sistema étno-geográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. (Gonzales, 2018, p. 330).

3. A gente é pedaço do outro na gente

Conversa com Pai Ricardo de Moura¹⁸ gravada na manhã de segunda-feira, em 03 de agosto de 2020

Nesse exuzilhamento da memória, vemos a nós mesmas nas outras, as outras em nós mesmas, nessa interligação de caminhos que a todas nos une e distancia. Nos irmana e aponta diferenças.
(wanderson flor do nascimento)

Joviano - Pai Ricardo, primeiro agradecer pela oportunidade e pela honra de poder ter essa conversa com o senhor. Como eu falei, é mais uma conversa do que uma entrevista, então fica bem à vontade para propor questões de discussão. Primeiro, me fala um pouco da história desta encruzilhada aqui, desta Casa, da sua história também.

Pai Ricardo - Então, meu nome é Ricardo de Moura, todos me conhecem, me chamam como Pai Ricardo. Hoje eu estou Zelador da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente, Associação da Resistência Cultural Afro-Brasileira¹⁹. A gente tem o carinho de chamar a Casa de CCPJO, a gente abrevia porque o nome é grande. E é um terreiro de Umbanda que se estabelece aqui na Vila Senhor dos Passos, antigo Buraco Quente. E quem fundou esse terreiro foi meu pai, no final da década de 1950 para 1960. Belo Horizonte estava aí sendo construída, estava naquela transição de Arraial para cidade. A cidade já tem uns 120 anos, mas isso aconteceu lentamente, e essa comunidade, essa Vila, ela fica bem ao lado das pedreiras que iam tirando as pedras para fazer a Avenida do Contorno. Que a cidade seria construída somente dentro da avenida do Contorno e nós íamos ficar às margens de novo.

¹⁸ Pai Ricardo de Moura, filho de Oxossi e Iemanjá, é o Zelador da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente e fundador do OriSamba, filho carnal e herdeiro da Mãe Maria das Dores de Moura que fundou o Terreiro com seu marido e primeiro Zelador da Casa: Pai Joaquim Camilo. Pai Ricardo é membro diretor do CENARAB (Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira) e, atualmente, está como presidente do RUM (Reunião Umbandista Mineira) e membro titular do COMPRI (Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial).

¹⁹ Sobre a CCPJO e a forma que os povos de terreiro concebem acerca de noções como lugar, bairro e território tradicional, recomendo a dissertação *Lá no caminho eu deixei meu sentinela: territorialidade e movimento de um terreiro de umbanda* (Lânia Silva, 2018), defendida pela amiga Lânia Mara em banca realizada dentro do próprio Terreiro, no território-sagrado-ancestral da CCPJO.

E é engraçado que eu tô num bairro que é a primeira encruzilhada de Belo Horizonte. Tô aqui no bairro que é a primeira encruzilhada, quando a gente para para entender a Lagoinha, é uma encruzilhada onde quem é de ficar fica, quem é de passar passa. Porque nesse bairro aqui, Lagoinha, hoje está subdividido em tantas coisas, não apenas no sentido geográfico, mas antes era tudo Lagoinha, aqui é o maior berçário e celeiro da tradição e cultura afro e popular de Belo Horizonte. Daqui saíram e permanecem muitas formas de cantar, de dançar, de fazer, de beber, de viver. É nesse lugar que a gente tá, nesse terreiro de Umbanda que é fundado pelo meu pai, Joaquim Camilo, e minha mãe, Maria das Dores Moura.

Meu pai é oriundo de uma fazenda escravagista que quebrou na crise de 1940, aí eles foram postos para fora. Minha mãe era mais nova que meu pai, quase 30 anos, então minha mãe é uma mestiça da zona rural ali de Carmo da Mata, Oliveira, daquela região ali. E, nesse processo de caminhada, encontrou com meu pai no Rio, eles vieram pra cá e montaram o terreiro. Quando eu nasci já tinha terreiro.

Joviano - Eles foram iniciados no Rio?

Pai Ricardo - A iniciação do meu pai é... meu pai já era de uma família dentro da fazenda que tomava conta da parte espiritual, da parte sagrada do povo, meu pai não ia para a lavoura, não ia quebrar pedra, a família do meu pai. E isso com a permissão, com a liberação dos donos da fazenda. Porque os donos da fazenda entendiam que a fazenda vivia melhor, não tinha fuga, não sei o quê. A lavoura era melhor quando o pessoal podia praticar a tradição. Desde os pais dos donos, dos herdeiros da fazenda, já tinham observado essa força da espiritualidade, essa força do Axé e começaram a implantar isso na fazenda também. Só que a fazenda não aguentou o processo de industrialização e quebrou.

Então a formação do meu pai ela é de berço mesmo, conforme essa diáspora, meu pai já é uma diáspora também, eu sou diáspora do meu pai. Estamos falando de uma coisa, assim, da década de 1920. Minha mãe, como era uns 30 anos mais nova que meu pai, pegou uma situação de terreiro edificado. Meu pai não, meu pai ainda tinha aquela coisa muito de fazer as coisas junto à natureza, nas matas e tal. Minha mãe já pegou uma

situação de terreiro edificado, os fundamentos da minha mãe foram feitos no Rio de Janeiro, em Madureira, Casa de Pai Najô.

E eu nasci já tinha terreiro. Quando eu nasci em 1970, já tinha terreiro, há uns 10 anos, 15 anos. E a vida inteira tudo que eu fiz foi terreiro, sou filho de Pai Napanji, Tateto Napanji, Nelson Mateus. Eu sou essa confluência aí, eu fico andando nessa encruzilhada, eu vou e fico parado nela, eu trabalho na encruzilhada. Porque quando a gente.. voltando ao título do trabalho né, “De pé na encruzilhada”, a gente tá nisso aí a vida inteira. Então esse é o Pai Ricardo e esta, a Casa Pai Jacob do Oriente, envolvida em várias lutas aí, em várias formas de resistir e de somar a outras resistências e de iniciar resistências. Essa coisa toda aí que o pessoal tem visto a respeito da Casa Pai Jacob do Oriente que trabalha muito em torno da comunidade onde ela tá, o território onde ela tá, tem uma confluência muito grande com outros territórios.

Joviano - Pois é, Pai Ricardo, falando em confluência, foi muito bonito para todos nós sua ida lá ao Kilombo Souza. E, quando o senhor entrou no quartinho, uma das primeiras coisa que o senhor viu foi uma imagem de Pai Jacob do Oriente.

Pai Ricardo - Exatamente.

Joviano - Foi uma confluência. E nós já estávamos tentando te levar lá, eu fiquei enchendo a paciência da Michelle Pessoa. Me desculpa a insistência, mas sabíamos que era importante.

Pai Ricardo - É, muita coisa, não consigo acompanhar o celular, e a Michelle é essa pessoa que faz a ponte.

Joviano - Pois é, mas por que do Oriente? Tem o Pai Jacob, apenas, e tem as entidades que têm a denominação do Oriente. Um amigo, o André Luiz, dono deste equipamento, me pediu pra fazer essa pergunta.

Pai Ricardo - Então, a Casa chama Pai Jacob do Oriente porque é o mentor espiritual que meu pai incorporava, um Preto Velho que falou para meu pai dar continuidade à Casa. Nem era abrir a Casa, era dar continuidade. Porque uma casa, ela se estabelece não pela formação das paredes, das portas e da janela. Uma casa é o que tem dentro dela, são os costumes, a tradição, os modos de viver, comer, tudo que acontece. Isso é uma casa.

Então, Pai Jacob do Oriente, quando meu pai chegou aqui, meu pai incorporou esse Preto Velho e a Casa tem esse nome por causa desse Preto Velho, que pediu para que meu pai desse continuidade às tradições e tudo, restabelecesse a Casa para isso. Daí então a Casa chama Pai Jacob do Oriente. E esse nome, como é que a gente entende isso? É um nome antigo, tem gente que fala que é um nome bíblico, porque o pessoal de lá que começou a fazer a divulgação das escritas, a partir da Bíblia, tudo que eles escrevem falam que é deles, apropriam né? Usam a escrita para apropriar. Mas antigamente Jacob do Oriente porque... eu sou Ricardo Moura hoje, mas já foi Ricardo filho da Maria e do Camilo. Os nossos nomes, nossos sobrenomes carregam a referência territorial, ancestral, assim nosso povo é. Hoje o Gabriel filho do Ricardo, qual Ricardo? Filho da Maria e do Camilo. Ah, o Camilo, pedreiro, aparelho do Pai Jacob. A gente se localiza pela nossa herança, que eu não sou sozinho.

Quem é o Ricardo? Não é o Ricardo que tem uma Casa, mas que está em um território, que tem uma história. Então, Pai Jacob do Oriente antigamente não tinha divisão de estado, mais antigamente era esse lado de cá e aquele lado de lá. Tinha o lado que o sol nascia, e o lado que o sol se põe, nem tinha norte e sul. Então quando fala Pai Jacob do Oriente, esse nome, essa história, a respeito das coisas do Oriente, geograficamente. É geograficamente porque a África é Oriental, a África não é ocidental.

E eu acho que eles deram nome de Oriente também por causa do dicionário, oriente de orientação, de lugar. E o mentor espiritual é orientação. Mas Pai Jacob do Oriente, realmente, porque a gente pesquisou, a gente procurou saber da própria Entidade, sua origem, então ele vem de uma parte muito oriental, do oriente da África por aí. Quando meu pai morre, o mentor espiritual que assume a Casa...

Joviano - Que ano ele morreu?

Pai Ricardo - Em 1977.

Joviano - O senhor estava novinho.

Pai Ricardo - É. Pai Mané de Embaré²⁰, o nome da Entidade da minha mãe. Embaré é um lugar. Aí minha mãe morre em 2005, quem assume a Casa, o mentor espiritual que

²⁰ Pai Manoel de Embaré. Optei por manter a grafia oral do nome desse Preto Velho.

eu trabalho com ele hoje se chama Pai Josias de Luanda. Tem Pai Joaquim de Angola, então você vê isso, sabe?

Joviano - Entendi, e é uma Casa de Umbanda Omolokô...

Ricardo - Aí a gente cai na eterna separação do nosso povo, porque nosso povo é de uma diversidade grande, linguística, são vários troncos de línguas, às vezes no mesmo território. E o colonizador acabou separando tudo, até o que nos une, que é a espiritualidade. Então o que acontece, as casas de Umbanda Omolokô, de Jeje, Nagô, de Angola, de Ketu, de Mina, de Fon, todos louvam Oxalá. Todos têm um Deus do Fogo, todos têm uma Rainha dos Raios, todos têm uma Deusa das Águas, onde é que nós somos diferentes? O que é água para mim é água para o Keto, Jeje, Nagô. Pode trocar o nome: amazi, omi, amunga, mas sempre vai ser água, e sempre vai ser essencial. O que é folha para mim é ewé pro outro, é insaba, mas é folha.

Lógico que o território e as diferenças de território favorece um jeito ou outro de praticar, que onde é que vai se dando, aqui é Angola Congo porque usa tal folha, que a gente não canta tal cantiga, não fala tal palavra, e aí vai trocando. E a gente começa a ficar um ser humano diferente do outro, e não existe isso no ser humano, tudo é ser humano. Porque, indiferente da nação ou da forma de rezar, lá em cima os caras é organizado, nós que somos bagunçados aqui embaixo. Lá em cima o pessoal é organizado, sabe? E com essas coisas a gente vai se colocando assim. Então, quando um vai na Casa do outro, “olha, véi, me identifiquei com você, você é Omolokô também?”. Por exemplo, minhas obrigações são de Congo. Meu pai nem sei quais eram as obrigações dele.

Joviano - Aproveitar que o senhor falou que nós aqui somos bagunçado, no dia que eu vim aqui o senhor falou uma coisa muito bonita: que a encruzilhada ficou muito tempo marginalizada, mas ela é o centro, né? Ela não é bagunça, ela não é confusão. Fala um pouco.

Pai Ricardo - Só pra encerrar isso, então historicamente nasce no Brasil uma coisa que se chama Candomblé, que é o nome dado por alguém de fora que conhece a linguagem do povo de dentro. Quando vê os nego juntando pra rezar, pra cantar, pra dançar, pra bater, algumas pessoas que não discriminavam falam: “Olha que legal aquilo ali, o que

que os nego tão fazendo?”. Aí fala que é Candomblé. Candomblé é o ato do povo celebrar o Orixá, juntar, ritualizar a parte sagrada da espiritualidade, do Candomblé. Mas de tanto essas pessoas, de ver o Candomblé só com um olho, só com uma forma, acham que é uma coisa só virada para uma parte da divindade afro. Mas o ato de se juntar e celebrar é o Candomblé. Tornar uma coisa Sagrada é candomblé. Sacralizar alguma coisa é Candomblé. Mas quais são as formas de Candomblé que tem?

Joviano - É pluri, né?

Pai Ricardo - Pluri. E tem que ser pluri. Tem que ser. Tem que ser respeitada, internamente por nós, de terreiro. Porque até nós começamos a nos subdividir. Povo de terreiro, né? Ah, vamos pôr no edital: “aberto a povo de terreiro porque aí contempla os povos de Umbanda. Porque aí contempla os povos de tradição”. Então aqui se pode falar que é um terreiro de Umbanda, de raiz Banto, que nós somos Banto, Minas é Banto, bem dizer, né? E essa Casa tem na sua formação, porque a Umbanda é isso, é uma bacia que tem a formação de várias influências religiosas, ritualísticas, a qual se sobressai a formação da liderança, certo? E todas as outras louvam a encruzilhada. O Jeje, Angola, Nagô, Fon, todo mundo louva a encruzilhada, a Umbanda. Mesmo com diferença física, material, tem uma igualdade na subjetividade.

Então a encruzilhada acho que é a coisa mais democrática que tem. Ela é realmente pra todos, o que todos dão conta, o que todos têm, seja o que for. Então acho que o terreiro também é uma encruzilhada.

Joviano - E sobre isso que o senhor fala, os novos quilombos, os desterrados da cidade?

Pai Ricardo - Era uma outra conversa que estava tendo, em um outro espaço, a respeito disso, foi na época das enchentes, tirou muita gente, no início deste ano (2020), e veio uma conversa: “mas você também construiu no lugar do rio”. E ninguém quer construir dentro do lugar do rio, a gente é obrigado a construir por lá, porque, né? Então foi expandindo e expandindo, e eu falei assim: “Ô gente, a gente tem que observar que o momento tá assim, tá um momento agressivo, existe os sem-terra do campo e os desterrados da cidade”.

Porque acaba fazendo isso, se o colonizador, se a máquina me empurrou pra construir na periferia, me empurrou pra morar na periferia e pra morar dentro do leito do

rio, ela tem que dar condições pra isso. E as condições de moradia envolve a observação, mais do que o local para cobrir do sol e da chuva. O local de confluência, o território de confluência, de sua tradição e suas coisas, isso é moradia por completo. E às vezes isso não é observado, é colocado em espaço, não em moradia. Te colocar em um espaço para você ficar é uma coisa, te dar um local de moradia é outra, na minha opinião.

O que acontece é que a gente tem um movimento que é dos sem-terra do campo, com agronegócio, latifúndio, com a monocultura, e nós temos os desterrados da cidade. E os desterrados não sabem pra onde vão. Eles não sabem plantar, então o desterrado que tem uma condição, uma graninha boa a mais pra morar na cidade desde sempre: “ah, eu aposentei, vou pro sítio, no campo, que aqui não me cabe mais”. Mas o cara não sabe criar uma galinha, o cara não sabe tratar uma terra. Enquanto quem tá lá sem terra no campo quer a terra pra fazer isso tudo e acaba que eu, desterrado da cidade, vou entrar em conflito com quem sabe fazer, vou estar num lugar pra não fazer nada, eu vou ser um colonizador? Vou ser um latifundiário? O que eu vou ser? Desterrado. Vou estar numa terra para aproveitar uma comunidade, de umbigo, que é olhar a natureza, ter um lugar livre do barulho. E que é legítimo também, mas a gente cai nesses conflitos.

Então, eu costumo falar que a gente tem os sem-terra do campo e os desterrados da cidade. Os desterrados da cidade têm esse problema aí, não sabem o que vão fazer depois. Hoje passa, vai urbanizando as vilas e favelas, e vai dando espaços para as pessoas se acomodarem e não vão dando moradia. Tá cheio de espaço melhorado para se ficar dentro das vilas e favelas, mas não tem espaço de moradia.

A encruzilhada transatlântica codifica-se de forma ambivalente, forja-se em caráter duplo. Ao mesmo tempo em que a experiência do desterro é produzida como impossibilidade há o cruzo e a necessidade de reinvenção como possibilidade de sobrevivência. (Rufino e Simas, 2018, p. 50).

Costumava falar isso lá no Cenarab²¹ com o pessoal que a gente estava conversando esses dias, eles ficam doido: “cara, vou demorar a entender esse negócio aí”. Agora, para entender esse trem aí, você tem que vivenciar esse negócio.

²¹ Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira.

*O povo é o inventalinguas na malícia da maestria no matreiro
Da maravilha no visgo do improviso tentando a travessia
Azeitava o eixo do sol
(Caetano Veloso)*

Joviano - Tem que vivenciar pra entender, né?

Pai Ricardo - Isso.

Joviano - O senhor considera aqui um quilombo?

Pai Ricardo - Considero. Considero um quilombo. Aqui nessa Vila nós somos nove terreiros.

Joviano - Tem o do Pai Joviano de Oxossi, né? Eu já estive lá.

Pai Ricardo - Pai Joviano. Aqui embaixo tem um, tem o do Pelé lá em cima, que, apesar que o Zelador morreu, ficou o espaço e quem quiser ir lá toca, tem um espaço. Olha pra você ver: o Zelador morreu e a família não tinha ninguém preparado para assumir o toque da tradição, preferiu manter o espaço pra quem quisesse ir lá fazer uma sessão, os amigos que quisesse fazer alguma coisa lá, deixou o espaço. Tem a mãe Naná, tem o Alisson ali. Entendeu? Então nós temos a Dona Mirtes. Nós temos muitos terreiros. Não temos nenhuma igreja evangélica e a igreja católica está desativada no morro.

Então, a gente tem um espaço muito confluyente e eu considero aqui um quilombo. Apesar que, se dá um significado para a palavra “quilombo”, que é uma área de família e os espaços são comunais... O entendimento de quilombo como vilas e favelas, nas comunidades é diferente. O quilombo se estabelece pela prática da tradição, mas não por tornar o espaço geral em área comum. Cada um tem sua área, porque cada um chega com a sua tradição. Mas nos espaços comuns a gente conflui. Eu acho que é um quilombo sim. É uma forma de quilombo. Porque se estabelece uma forma de viver equânime, uma forma de viver que conflui, muitas das vezes no meu território, igual... apesar de ser Omolokô, Jeje, Nagô, Angola, tudo nesse espaço, nós somos iguais. Eu tenho a mesma prática às vezes de forma diferente dos outros que estão aqui.

Os quilombos, que variavam segundo o tamanho das terras ocupadas e o número de seus habitantes, costumavam manter bem organizada e eficiente produção agrícola, formas de vida social instituídas segundo modelos tradicionais africanos adaptados à nova realidade da América. (Nascimento, 2019, p. 74).

Então isso para mim é um quilombo, mas o meu espaço territorial ele não é comum. Espaços de terreiros são comuns, mas espaço dos outros não são comuns pra mim, não são espaços assim comunitários, né? Por exemplo, todo mundo usa do terreiro comunitariamente: pra beber, pra comer, pra rir, pra rezar, mas às vezes eu não tenho esse espaço lá, o Pai Ricardo pode ter, mas não é todos do Pai Ricardo que vão ter espaço na sua casa. E é legítimo isso dentro da favela. Enquanto no quilombo a gente tem isso, as áreas são áreas comuns, todos têm sua casa, mas o território em geral ele não pode ser vendido, não é isso? Me explica melhor.

Joviano - É, formalmente não.

Pai Ricardo - Não podia ser isso, tem que ser coletivo. Aqui não, cada um tem seu título, a subjetividade garante a coletividade, mas os espaços geográficos dos territórios são entendidos de formas diferentes.

Joviano - Massa, é isso.

Pai Ricardo - E aí, voltando àquela coisa, a gente tem que voltar a aprender a se ver no outro. A ver que o outro tem um pedaço de nós nele, a gente é pedaço do outro na gente, senão a gente vai continuar se separando...

Joviano - Que a principal arma do colonialista é dividir, né? Divides e reinarás. É bíblico.

Dividir, separar, isolar e solapar nossa força física e espiritual tem sido uma continuada estratégia empregada contra nossa unidade e nossa resistência. (Nascimento, 2019, p. 70).

A ESCRAVIDÃO AFRICANA NAS AMÉRICAS produziu, para aqueles que foram escravizados, dispersão, fragmentação, quebra de laços associativos e morte dupla: física e simbólica. (Rufino e Simas, 2018, p. 57, caixa alta no original).

Pai Ricardo - É isso. A coisa que quebra o colonizador é juntar. É juntar. É a gente ter noção realmente da nossa identidade, da gente saber fazer ficar entre nós. E, é isso, é uma luta. Porque é imposição muito grande que fez isso no Brasil a partir da semente, a gente tem que voltar a ser uma semente não híbrida, né? A gente tem que ser diásporo, mas não híbrido...

Joviano - Híbrido que o senhor fala no sentido da mestiçagem?

Pai Ricardo - Não. Da mudança forçada a partir da influência humana. De humanos com propósitos, porque tem influência humana.

O verdadeiro encontro entre os povos ocorre de forma espontânea e sob o signo do respeito mútuo. Nosso objetivo deve ser o de preservar, resgatar e reconstruir criativamente os aspectos positivos de nossos valores tradicionais espirituais, artísticos, culturais e éticos, em vez de “fundi-los” com outros num contexto de desigualdade. Procurando respeitar e exigir respeito, como seres humanos com uma identidade e uma história específicas, e conviver com os outros em paz, respeitando as suas identidades específicas. (Nascimento, 2019, p. 350).

O grupo de pesquisa, decidiu escolher o caminho das confluências a partir de dores e curas. A capacidade em sermos resolutivos nos levou vislumbrar quase que a certeza que é possível, construir conhecimento em confluência em vez de influência, pois a influência um lado tende a dominar, enquanto a confluência ambos os lados se possibilitam a construir e desconstruírem, em uma simbiose de dupla afetação. Esta pesquisa se materializou como resultado concreto e confluído que é possível construir pesquisa que contemple aos interesses de todos os sujeitos da pesquisa. (Silva, 2019, p. 72)

Joviano - Nêgo Bispo fala que o contrário da confluência é a influência.

Pai Ricardo - É, influência. Então a gente tem que ser diásporo, mas não híbrido a partir da influência humana. Porque o ser humano, ele não é perfeito, a gente pode tá cheio de boas intenções, cheio de bons entendimentos e saberes, mas a gente é um ser em formação, é um ser que se afastou muito da natureza, é um ser que se afastou muito do equilíbrio, é difícil vigiar, prestar atenção nessas coisas na minha opinião, sabe? Eu falo híbrido a partir do que a gente vê, do homem transformando a semente, para dar mais isso, aquilo, tererê, tarará. (risos)

Joviano - Influenciando diretamente na natureza.

Pai Ricardo - Exatamente. Olha o que está acontecendo aí, com essa bagunça aí, na Terra.

Joviano - Pois é, Pai Ricardo, sobre isso, esse momento aí, da pandemia, esse vírus, o que que a gente pode tirar de ensinamento, de aprendizagem, o que o senhor tá achando desse momento que a gente tá vivendo? Que é único, né? Inédito.

Pai Ricardo - Rapaz, quando eu paro em frente ao altar para fumar o cachimbo, eu vejo os meus mais velhos, os Pretos Velhos falando: “Tá vendo? Eu não mandei você comer

folha verde escura? Pra você ter respiração melhor, ter os órgãos do pulmão fortificado. Eu não mandei lavar as mãos antes de comer comida? Não mandei trocar de roupa na hora de você chegar em casa? Tá vendo? Eu não mandei você não comer na rua?”. Ou, eles estão procurando vacina, a gente tinha condições de não deixar a doença entrar.

Os nossos mais velhos já nos ensinavam isso tudo. E olha que a condição humana já viveu uma febre, uma peste negra. Não é primeira vez que nós passamos por isso. E nesses tempos aí todos os terreiros, todos os oráculos, vêm falando dessa condição de como a gente tem tratado a Terra, como a gente tem IN-fluenciado na natureza, como a gente tem disseminado agentes que influenciam, que agem na natureza, e não como parte da natureza. O que acontece com ela, acontece comigo. Como eu trato a mim eu estou tratando a natureza.

Então essa pandemia é bem dessa forma. E ela vem numa forma perigosa, não só mata, mas como ela pode e vai, vai provocar novas formas de escravização, porque muita gente sendo desempregada e, quando você abrir as portas de emprego, tem gente que vai ter que trabalhar quase de graça. Por quase nada. E o colonizador vai deitar e rolar. Mas nós temos ela como arma, a gente tem inteligência e vivência. Nós temos tecnologias avançadíssimas. Nós temos respostas para essa pandemia nas folhas, no modo de viver, porque a gente é um povo que trata bem a natureza, povo de tradição, povo de terreiro.

Esse é um povo que respeita a natureza, que trata bem, que entende a natureza como parte dela. Infelizmente nós não temos recursos materiais. A gente é sempre colocado, não na encruzilhada, mas às margens da encruzilhada para agir, sabe? Porque o colonizador entendeu que esse vírus é um vírus que mata o quê? Velhos. Mais velhos e pessoas com problemas. Assim, ela mata mais idosos. E a pior coisa que pode acontecer com o povo de tradição oral é matar o idoso.

Então, conversando com a Makota Celinha²² outro dia debatendo sobre isso, eu falei assim: “Ô Makota”, isso foi o ano passado, “ô Makota, eu tô preocupado”. A Makota Celinha é uma grande militante Presidenta do Cenarab e uma mulher de ponta, sabe?

²² Makota Celinha Gonçalves, liderança destacada do Povo de Santo, é jornalista, empreendedora social da Rede Ashoka e coordenadora nacional do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB).

Uma mulher muito atuante, forte, forte como toda mulher é, sabe? A Makota: “O que que foi, Moura? Invém um trem aí. O pessoal não quer...”. Nós tava falando sobre a mortalidade do jovem negro. “Tão matando muito jovem negro”, e a Makota batendo nessa tecla, “tá, vamo combater, vamo formar as políticas, vamo entrar pra dentro, vamo pôr PL pra juventude, não sei o que, não sei o que, vamo, vamo”. Aí tem uns nove meses, quase um ano, a Makota: “tô preocupada, eu tô observando algumas coisas, e eu tô sentindo que os nossos jovens estão mais atuantes, nossos jovens estão mais fortes, nossos jovens estão assim, assim, nossos jovens estão se sobressaindo, nossos jovens teve acesso a faculdade, nós temos um sistema de cota, e eu tô na faculdade falando das nossas coisas, tem mãe Muiandê, tem um tanto de mestres, né? É... esses caras não vai ficar de braços cruzados, não. (risos)

“Porque mais um pouquinho nós, nós não toma, não, mas a gente vai procurando uma equidade aí. De que você tá falando, Moura?”. “Eu tô falando, mãe, é que eu acho que a próxima estratégia do colonizador para continuar no comando, no poder, na tirania, é: ele vai parar, porque não é interessante também ele continuar matando a mão de obra que ele tem, de obra ele não aguenta. O velho não aguenta carregar peso, o velho não aguenta trabalhar noite e dia, o velho não, sabe? Então ele vai parar de matar os jovens e irão começar a matar velho porque é isso, porque os velhos estão falando mais, os velhos estão abrindo, estão com a oralidade na ponta da língua, estão transmitindo.

“A gente tem aí um bocado desses anciões, desses griôs aí, em plena ação, a gente pensa que é um bocado, mas são muitos, são poucos que estão tendo visibilidade, mas nós somos muitos. Não é só Pai Ricardo, Muiandê²³... sabe? Quando a gente cai dentro de nós, a gente vê o tanto de pai e mãe, de mais velho passando, ensinando, aconselhando, e o colonizador tá prestando atenção, não só nos que têm visibilidade, mas nos que estão falando sem tanta visibilidade, de mídia, de espaço pra fazer”. Eu falei: “Olha, Makota, você vai ver, eles vão começar a matar velho. E os mais novos, sem orientação da oralidade, sem orientação da vivência, vão estar, eles vão cair na conversa deles, vão escravizar todo mundo de novo, olha o trem aí, né?”

²³ Mametu N’Kise Muiandê, Mãe Efigênia, matriarcal do Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango (Senzala do Pai Benedito).

Mas, ao mesmo tempo, essa doença que mata mais velho, que mata nossa oralidade, todo mundo fala: “não, então é só botar os velho aí na solitária. Que a doença não chega neles, estão em reclusão social”. Mas não é fácil. Esses velhos de saberes, de tradição, estão numa favela, e são até gestores de uma casa com quinze pessoas. Por mais que ele esteja confinado, vão dizer assim, porque nós não temos reclusão social, nós estamos confinados, né? Uma coisa que entrar vai pegar nele, pode pegar em todo mundo, mas ele vai pro saco.

Então, eu tava nessa conversa. Mas, por outro lado, essa doença também é uma doença que nos tira do comodismo e nos põe na tradicionalidade. É uma doença que nos tira da zona de conforto, nosso povo achou zona de conforto, e tamo confundindo como uma zona de comodidade. Tem hora que a gente sente até preguiça, velho. E a gente não é um povo preguiçoso. A gente é um povo que ao nosso modo quer o conforto. Mas a comodidade é uma coisa que eu, pelo menos, não me adequo bem, nosso povo não se adequa à comodidade. A caber em cômodos. Não tem isso.

A partir da hora que a gente vê que é preciso uma doença para parar tudo, sacode a gente. Uma doença parou tudo e quando parou tudo o colonizador teve que pular, teve que falar que vai dar comida, falar que vai dar dinheiro, e nem sabe, a gente sabe que eles vão querer cobrar isso depois, mas cabe à gente saber se vai querer pagar. Se eu vou pagar para eles ou se vou dividir minha renda com os meus. Se a gente vai criar a nossa maioria social, fazer o negócio rodar entre nós...

Joviano - Nossas escolas, né?

Pai Ricardo - É, enquanto eles têm escolas, nós educamos. Não tem um povo que educa melhor do que nós. Na escola se aprende escola. Nós somos um povo de educação. E hoje nós somos uma diáspora que teve acesso à escola. Podemos juntar escola e educação. Sabe?

Esses diferentes modos de educação, gerados nas frestas e nas necessidades de invenção da vida cotidiana, evidenciam a potência dos saberes de mundo que se assentam sob as perspectivas da corporeidade, oralidade, ancestralidade, circularidade, comunitarismo. (Rufino e Simas, 2018, p. 46).

Então, quando a gente entende que a gente pode fazer isso tudo, mas que essa doença mostra que a gente tem o poder de entender que tem condição, que os caras falam: “Ah, não tem condição de fazer isso”, a gente aceita os não dos “caras”, e não vê o porquê do não deles, que o porquê deles é sempre para garantir privilégios. E eu já falei isso mais de uma vez, os privilégios desse pessoal estão sempre alicerçados em cadáveres do nosso povo. Só que uma hora até o osso vira pó.

Então vai precisar de mais cadáveres, se eles quiserem que os privilégios continuem firmes e alicerçados. Então, quando a gente vê isso, então, se a doença para isso, então nós também paramos, nosso povo. Por que a gente não se junta e para também? Por que a gente não se junta? A gente quebra os colonizadores se a gente juntar. A gente pode estar separados, mas nós somos um povo de junta. A gente pode estar separado um do outro, mas “nós dois é junto, viu, véi? Ô véi, a gente tá separado, pela distância, por uma situação, mas a gente fecha!”.

Joviano - A gente conflui, né?

Pai Ricardo - É, a gente conflui, a gente transflui. Né? A gente conflui quando tá juntinho. Quando a gente encontra, a gente conflui. E, quando a gente está distante, a gente transflui. O que você faz lá me afeta aqui. O que você constrói lá pode me favorecer do lado de cá. Isso é transfluência.

Joviano - O que foi o caso do Kilombo Souza.

Pai Ricardo - Exatamente! Então, esse momento é um momento importante para entender o que as organizações de saúde, a partir das pesquisas, a partir de tudo, falam, orientam, mas é importante também colocar juntas as orientações e a educação tradicional nisso, potencializar. Agora precisa da vacina. Mas amanhã, igualzinho a febre amarela, a peste negra, igual aquele negócio que teve para trás aí, passou, isso também vai passar. A dengue não passou, ela apagou, mas a gente arrumou um jeito e tal, isso também vai passar. Cabe a nós não precisar de uma próxima vacina.

Joviano - Massa! E o Luiz Rufino que eu te falei, aquele camaradinho lá do Rio, falando sobre educação, ele reivindica então uma “Pedagogia da Encruzilhada”, né? Que seria como que os saberes “exusíacos”, os saberes de Exu, podem fundar, contaminar, contagiar essa educação. E mais do que isso, a própria luta contra-colonialista. Então, em

quais saberes o senhor acha que a gente pode nesse momento se inspirar pra poder enfrentar o colonizador?

Pai Ricardo - É entender no princípio a partir da palavra e do lugar. Tem a palavra encruzilhada, e tem esse lugar de cruzo, de cruzamento. Não existe cruzo de um. Então a gente não pode se limitar, de achar que a encruzilhada é lugar só de Exu. A gente entende encruzilhada, como povo de terreiro, a partir das entidades. Exu, que é o senhor dos caminhos, que é o senhor da comunicação, que é a energia mais próxima da carne humana, da divindade assim, que consegue; os Exus que se incorpora. E tem os Exus que são a fonte magma da natureza. Exu também é Orixá.

Então, quando a gente pensa na encruzilhada como lugar de educação, como ferramenta de educação, como lugar de buscar a educação, a gente tem que entender isso, que a encruzilhada não é só de Exu. Exu é o trabalhador magma da encruzilhada. Ele tá no caminho, se ele é o caminho, a encruzilhada é o quê? Cruzo. Caminho. Exu está lá, mas ele conflui com tudo. Com Ogum, com Oxóssi, com todos os Orixás, como também com a parte humana.

Quando você me perguntou: “Pai, sobre a encruzilhada...”. O melhor lugar que tem pra estar é na encruzilhada, meu filho. É o lugar onde eu quero estar, por onde eu quero passar, que eu quero ter acesso, quero ter oportunidade de ter encruzilhadas na minha vida. Porque eu vou ter Exú me orientando o caminho. Porque eu vou ter caminho.

Joviano - Alternativas...

Pai Ricardo - Alternativas, então escolhas, pra que eu possa exercer meu livre arbítrio e arcar com as responsabilidades deles. Porque Exu faz isso. Exu pergunta: “Aqui? Olha essa responsabilidade nisso”. Porque Exu anda em todos os caminhos, aí ele sabe o que tem na frente.

Quando a gente fala dessa questão da encruzilhada, entender realmente esse lugar de palavra e de geografia da encruzilhada. Que quando fala assim “encruzilhada”, a primeira coisa que vem na sua cabeça é de subjetividade, casa de Exu, lugar de despacho... Geograficamente, você pensa logo em um cruzo de duas ruas, que vira quatro. Não é isso? Nosso povo não. Nosso povo vê na encruzilhada um junta, confluência das

coisas, da palavra, da subjetividade, da geografia disso. Porque a palavra te dá alusão, te dá o pensamento, a fantasia, te dá o pensamento, né?

Joviano - E pros Bantos, ouvi o Tiganá Santana falar num ao vivo, a palavra vem antes da imagem, né?

Pai Ricardo - Exatamente. Então, quando a gente fala de cruzo, a gente vai produzir sempre na encruzilhada. Porque o cruzo produz muita coisa. Você junta uma coisa com outra e produz outra. E quando essas coisas, elas são confluentes, não influentes, a produção é boa. Só que a encruzilhada é pra todos, pra quem conflui e pra quem influi. Democrática.

Joviano - Está em disputa.

Pai Ricardo - Ela chega a ficar em disputa até, sabe? Mas a gente sabe que o senhor dos caminhos é Exu e é a ele que a gente reverencia na encruzilhada. Mas ele faz questão de ser o Zelador, de ser o trabalhador e de aceitar e confluir com todos lá e orientar todos na encruzilhada. É muito bom tá com Exu. (risos)

Joviano - Total. Pai Ricardo, tem uma coisa que eu ouvi no dia da roda do sétimo dia em homenagem ao Mestre Moa, na Praça 7, aí um companheiro do Afoxé Bandarê fez uma fala crítica, assim, no sentido de que hoje muitas vezes nos terreiros, na capoeira, tá cheio de gente branca, enquanto que nas igrejas evangélicas o negro tá muito presente. Então, como que a gente pode inverter essa equação, no sentido de o que fazer diante disso, né? Assim, como o senhor vê isso, se tem uma confluência, mas ao mesmo tempo pode ser uma influência, como que a gente lida com esse cenário?

Pai Ricardo - Pois é, olha só o que eu penso disso. Primeiro que eu acho que terreiro não é lugar só de preto. Quando você fala de terreiro, quando você fala de lugar, nós somos um povo acolhedor, um povo que não faz essa distinção, se tem que ter preto se tem que ter branco, tem que ter é ser humanos. E, antes disso, a própria entidade, o próprio Orixá não escolhe pela cor. Até que nós, seres humanos, não temos nada que pode atrair um Orixá, nós somos agraciados. Quando eu nasci: “Ah, Oxóssi te escolheu, Pai?”. Eu vou ter o que para Oxóssi me escolher?

Joviano - Okê, okê!

Pai Ricardo - Entendeu? Então, a vaidade ainda é muito grande sobre isso, porque eu acho, na minha opinião, Oxóssi me catou, ele nem me escolheu, me catou, me forma e me dá vida. Sabe, cada dia tento ser agradecido a Oxóssi. Eu não, eu não sou uma pedra brilhante pra Oxóssi desejar. Eu não tenho nada de tão bom que Oxóssi possa faltar para ele, pra ele me escolher. Passou, catei essa, catei essa, depois que ele foi ver quem era eu, vou dar isso pra esse, isso pra aquele, assim eu penso. No lugar que me coloco, perante aos guias e Orixás, enquanto Zelador, praticante das coisas de terreiro. Da tradição.

Segundo, como Zelador de uma casa, velho, não dá, existe historicamente um déficit na questão racial. Irreparável. Existe. Quando você traz isso para dentro do terreiro, é perigoso. Não existe racismo ao contrário. Não existe apartheid ao contrário. Não existe isso, mas quando isso entra para dentro de um terreiro, o Zelador, os detentores desses saberes, como é que eu deixo, eu, o Zelador, e as lideranças têm que ter sabedoria, vivência, entendimento de ser humano e da tradição. Não perder o controle de seu território frente às questões raciais e lutas de classe.

E quando cai nisso aí que os terrenos estão mais cheios de branco e as igrejas mais cheias de preto, por que então? Já me fizeram essa pergunta. “Pai Ricardo, o senhor não acha que a CCPJO tem muita gente da faculdade? Tem pouca gente da favela?”. Fico incomodadíssimo. Sabe o que que eu fiz? Fui pra dentro da favela. E principalmente casas de pessoas negras. Cheguei na casa da vizinha que não frequenta o terreiro, que não põe roupa, nem nada, e aí: “Oi, Pai Ricardo, bença”. Nem frequenta, não tem uma obrigação de pedir bença, mas pede. “Ô Preta, o que que aconteceu lá em Casa com você?”, “Por que, Pai?”, “Você não vai na sessão... até hoje você não interessou por roupa... Por que você não é do terreiro?”. Ela tomou um susto assim. “Pai, não sou do terreiro do senhor? Não. Por que, Pai, o senhor está falando isso?”, “Uai, você não está lá desenvolvendo, incorporando”, “Ô Pai, para eu ser do terreiro do senhor eu tenho que estar lá dentro? Eu pego comida do senhor quando o senhor distribui. O senhor benze meu menino. Quando eu passo mal e não acho nada no posto de saúde, eu pego as folhas do senhor. Eu tomei bença do senhor agora, eu não sou do terreiro? Respeito o senhor. Cuido das plantinhas, molho as plantinhas do senhor e eu não sou do terreiro? Então, pra você pertencer você tem que estar dentro?”.

Você pode ser pertencente e ter uma expansão das várias formas de participar, de praticar aquele pertence seu. Lógico que, quando eu vejo um, dentro da igreja evangélica, professando contra os seus e contra a sua tradição, isso dói. Mas isso é um problema de estrutura que não vai ser os terreiros que vão mudar. É um problema de estrutura que a igreja pode dar comida mais que o terreiro, é um problema de estrutura que a igreja pode dar condições de trabalho mais que os terreiros.

Mas eu aposto com você: pode tá cheio de negro na igreja, como eu vejo quando a procissão passa, um tanto de negro, mas a procissão, isso eu tô falando exemplo da CCPJO, mas não sei no magma, a procissão do dia 8 de dezembro, de Nossa Senhora da Conceição, passa na frente do terreiro e para, a imagem para em frente ao terreiro, os médiuns da Casa saem, jogam flores, confluenciam, lembrando a coisa do sincretismo, que Conceição é Oxum pra nós. É sincretizada em Oxum. E a gente acredita nos milagres de Nossa Senhora da Conceição e sabemos quem é Oxum. Por que que eu posso ter uma coisa e não posso ter a outra? Por que eu não posso dar conta de confluir com as coisas?

Joviano - Ser poli, né?

Pai Ricardo - Entendeu? Então, quando a gente fala dessa coisa, eu, Pai Ricardo, eu tenho uma certa dificuldade de entender algumas coisas, mas eu tenho a vivência de ver essas coisas. Então, quando essa procissão passa e para, a maioria de preto, branco, azul, japonês... “Ô Pai Ricardo, bença. Sopra a pomba em mim também. Canta aquela cantiga que você canta pra Oxum”. Eu vejo que há muita hipocrisia nas coisas. Nos discursos, nas palavras.

Eu vejo que a igreja ainda tem muito mais força, muito mais poderio de pôr medo, que a gente ainda é um povo que sente medo, sabe? É um povo ainda que sente medo, porque, se você não vier, Deus castiga, sua vida tá ruim por causa disso. Meu Deus não castiga. Minhas deusas são mães, se doam. Agora, eu quero ter mais negros, mais pessoas dentro do terreiro? Quero! Mas não quero impedi-las de ir lá também não. Não tenho esse direito. Porque elas têm entendimento, da identidade delas, como é que elas se reconhecem. E que nessa encruzilhada ela veja Exu, e Exu fala: “O caminho é esse, e tem isso nesse caminho, e tem esse e isso”.

Quando a gente assume nessas conversas, assim, nessas coisas, é... é um déficit, um problema estrutural, um problema político, ter mais negros lá e mais brancos aqui. É um problema espiritual, porque, quando nego vai pra lá, pode ter certeza, ele vem cá. Há pouco tempo, o Padre Mauro²⁴ do Muquifu veio aqui no terreiro. “Ô Pai Ricardo, vamos cantar para os negros lá. Vamos não sei o que da treta lá”.

Joviano - Foi lindo o “Negricidade”, o senhor já viu o vídeo que está na internet? O senhor fala no vídeo, é muito bonito. Aquele evento que vocês fizeram...

Pai Ricardo - Sim. Na Timbiras.

Joviano - É, ali na Timbiras.

Pai Ricardo - Não, não vi, manda pra mim.

Joviano - Aí, tem a Makota Celinha, o Padre Mauro...

Pai Ricardo - Espera, deixa eu dar uma orientada ali na obra...

(A entrevista foi realizada enquanto ocorria obra de reforma e ampliação da CCPJO.)

Pai Ricardo - Aí, quando Padre Mauro chama a gente, quando a igreja para em frente ao terreiro, a gente vê que tem pessoas dentro dessas autarquias, vê que tem gente nessas autarquias que tem um pensamento confluyente, apesar da autarquia, da instituição ser influente e “desconfluyente”. Então, a gente não pode ficar preso a esses limites. Tem limites que tem que implodir por dentro mesmo, sabe? A gente vê que, reconhecendo o ser humano nesses lugares, é a melhor coisa, reconhecendo o ser humano como parte da natureza é a melhor coisa.

O colonizador é dose, mas a gente consegue ver as pessoas e a sinceridade, a gente não é bobo, né? De estar lá e agir, não aproveitar as oportunidades. Mas, quando a gente vê isso, a gente tem que entender, porque aquela pesquisa que eu fiz na comunidade eu fiz com 90 casas aqui na comunidade e recebia a mesma resposta: “Pai, como eu não sou do terreiro? Você me ajuda com isso, eu faço isso aqui. Aqui o que eu tenho aqui na minha casa, aqui tem uma Estrela do Mar aqui, ó, então como que não é do terreiro?”.

²⁴ *Padre Mauro Silva, liderança incansável na construção do Muquifu — Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos, que também constitui o espaço da igreja.* (Áurea Carolina apud Silva, Cidinha da; 2019a, p. 187).

Ela pode não estar no meu território, mas tá com a tradição. Então, a gente tem que ter essa expansão e esse sentimento que o terreiro edificado é esse lugar geográfico, de educação, de divulgação, de combate, de território, geograficamente falando. Mas que as pessoas podem ser do terreiro da subjetividade, que as pessoas podem estar no seu terreiro a partir dos seus ensinamentos, que ela pode ser do seu terreiro a partir de te seguir e não só de estar dentro da sua corrente mediúnica, sabe?

Entender que as pessoas num terreiro não podem ser mais assistentes ou clientes. É difícil conversar sobre isso, mas chega a incomodar realmente às vezes. Quem chega e olha uma igreja cheia de preto e um terreiro cheio de branco, tá trocado as tradições. E quando às vezes as cobranças vão para cima das lideranças: “Pô, vocês não podem aceitar isso, não sei o que”. Eu acho que as lideranças têm que lutar realmente pelo seu povo. Sabe? Mas têm que entender que todo povo é povo dele. Respeitar o outro na sua magnitude é difícil quando você tem... Então, politicamente é complicado você vê isso, né? “Ah, as igrejas estão com mais gente nossa”. Por que nós somos mais atraídos pra lá? Porque lá eles têm mais dinheiro? Lá eles têm mais comida? Vai ter mais oportunidade? Por que que ele tá lá? Não teve acesso à educação do seu povo? Foi capturado? Porque nós não capturamos branco.

Joviano - Os brancos que vieram.

Pai Ricardo - Entendendo que eles também têm Orixá, guias e mediunidade, eles vieram. Mas vocês não têm? Por que eles foram para lá? Os nossos têm, agora tem aí aquela aquela estrutura, aquela diferença histórica.

Joviano - Muita grana também, do colonizador, né?

Pai Ricardo - Do colonizador que impera em cima da necessidade. Eu não consigo às vezes dar uma cesta básica para 600 fiéis todo mês. Se a igreja tem, e o cara tem que comer. E eles condicionam dar comida a estar lá dentro. Aqui não. A condição aqui é você precisar. Você precisa da comida? Se não tem pra você levar, sempre vai ter pra você comer. Todo dia você pode comer aqui. Tem dia que você pode trazer todo mundo pra comer aqui. Tem dia que você vai ter pra levar pra casa. Todos terreiros sabem, tiram da lata e dão pras pessoas. Só que nós não temos uma quantidade para suprir.

Agora, tem que entender esse povo que está lá que eu tô falando. Às vezes ele está lá na igreja, mas na casa dele tem uma Estrela do Mar, tem um pé de comigo-ninguém-pode na porta, tem um pé de Espada de São Jorge, e ele tá na igreja. Entendeu? Então a gente tem que olhar isso e ver o que que esses corpos em cada lugar representam politicamente e subjetivamente. O que que isso fortalece o colonizador, o que que isso nos enfraquece, e trabalhar a situação. Mas a gente tem que entender, né? Fazer essas observações, entendo muito bem quando tenho isso, mas temos que entender isso. Se não Orixá ou Inquice não vibra na cabeça de branco. Meu Pai de Santo é branco, quem vai falar que ele não carrega N’Kosi? A primeira casa de Congo, de Angola Congo de Minas Gerais, ele é branco, e aí? Difícil. A gente começar agora...

Joviano - O senhor está falando de qual Casa?

Pai Ricardo - Tenda Espírita Nossa Senhora da Glória. Pai Nepanji, Pai Nelson Mateus. O Sidney é branco, está num terreiro tombado!

Joviano - Então, a última pergunta que eu ia fazer para o senhor tem a ver com isso, sobre patrimônio...

Pai Ricardo - Só pra redondar, então é complicado. Agora, essas falas são importantes. O lugar geográfico de cada fala tem que ser observado. Lógico que nós temos que ter uma fala contra o racismo na Assembleia, na Câmara, tem que falar dessa diferença que é colocada pra negro. O que é colocado na afro-periferia. Então, a gente tem algumas conversas próprias para alguns lugares próprios geográficos de falar, e quais nós vamos fazer no nosso território, desse mesmo assunto. Porque nos territórios que a gente fala, a gente observa quem tá falando. O que você acha disso?

Joviano - Demais! É uma mandinga, né? De certo modo, é uma mandinga.

Pai Ricardo - É uma mandinga, então a gente não pode se perder na nossa mandinga.

Joviano - Lembro o título da tese do mestre Cobra Mansa: *Gingando na linha da Kalunga*²⁵ (Peçanha, 2019). Como que a gente... o de pé na encruzilhada, o de pé pode ser gingando, né?

²⁵ Nessa perspectiva, a condição do ser se manifesta como algo integrado entre o “eu” sensível ao mundo invisível e o “eu” terreno, visível e palpável. O gingar na linha da Kalunga é estar em movimento com um

Pai Ricardo - Exato. Você estar de pé na encruzilhada não quer dizer que você está parado. Que a encruzilhada é movimento, por si só é um movimento, não tem como ficar parado na encruzilhada se a encruzilhada movimenta. Palavra, subjetividade e geografia. Não pensa “encruzilhada é um cruzamento de ruas estáticas”; encruzilhada é um movimento de caminhos.

Joviano - E é que nem bicicleta, né? Se parar, cai.

Pai Ricardo - Exato, entendeu? Encruzilhada é movimento de caminhos, se movimentar no movimento, véi, entendeu? Então, isso é interessante. Eu fiz isso aqui, aqui em casa eu fiz esse exercício com o meu corpo mediúnico, com a minha comunidade, com as pessoas que frequentam o terreiro. Eu tô tranquilo quanto a essa questão. “Ah, Pai Ricardo tem 300 pretos na igreja lá embaixo”, “Nossa! Que bacana! Ele pode estar lá, como ele pode estar aqui, como ele pode estar em lugar nenhum”.

Joviano - Como pode estar nos dois.

Pai Ricardo - Como pode estar nos dois. Cabe a mim entender ele e servir ele naquilo que ele dá conta. Entendeu? Então é um tema difícil, entre nós, entre os movimentos negros, para ver se confunde com a tradição. Movimento negro de luta política, de luta de espaço, de equidade é uma coisa, é uma coisa que a gente tá dentro também. E outra coisa é a subjetividade da tradição e do povo de terreiro, frente à religiosidade. Aí que dá o choque, porque a religiosidade é re-ligare, então tem uma hora que você religa, se liga. E nós não, estamos no 220 o tempo todo, a gente não tem religião, a gente é aquilo. Então a gente nem é um povo religioso. A gente é um povo de tradição. Porque a religiosidade é o ato de se religar ao sagrado. Pra mim tudo é sagrado o tempo todo, não tem ligação.

Joviano - Não tem desconexão, né?

Pai Ricardo - Não tem desconexão. Complexo, né? Mas a vivência é mais fácil. (risos)

Joviano - Então, pra liberar o senhor, eu queria só comentar que o senhor tem uma atuação destacada na questão também do patrimônio, do registro imaterial da Festa dos

pe em cada uma dessas esferas. Porém, isso não é “estar em cima do muro”, mas experimentar a interação com os dois planos, que manifestam de maneira integrada a fisicalidade e a espiritualidade das coisas. O cosmograma bakongo representado em forma de encruzilhada, a linha Kalunga, marca a distinção e integração do mundo material e ancestral. (Rufino, Peçanha e Oliveira, 2018, p. 77).

Pretos Velhos, né? E lá no Kilombo, isso foi muito forte também. Aquele território só conseguiu impedir o despejo porque resgatou sua memória.

Pai Ricardo - Sua tradição, forma de pensar. Então, foi muito bom chegar lá no Kilombo Souza e ver Pai Jacob, cheguei lá tô em casa. Aquilo, né, a gente nunca se vê, a gente pouco se fala, mas a gente consegue se ver no outro, se sentir na casa do outro, como a gente faz parte do outro. Olha pra você ver. Pai Jacob do Oriente estava lá. Cheguei lá: “Uai, meu velho, bença”. Pai Jacob do Oriente.

Joviano - Tinha que estar aqui. Tinha que ir mesmo, né? Que bonito!

Pai Ricardo - Ou seja, era caminho. A encruzilhada se movimentou para mim chegar lá. Então, quando eu chego lá e lá é um quilombo, lá tem dos meus, lá tem um terreiro de Umbanda que a gente abriu a casinha de Exu, que a gente abriu o altar, o altar da mesma forma que aqui em casa, em pirâmide, os Pretos Velhos na base, Oxalá em cima, Exu à esquerda, sabe? Pô, véi, como nós somos separados? Como lá é isso, e aqui é outra coisa? Então a encruzilhada sempre se movimenta a fim de nos juntar, e a gente não percebe. Nossa percepção tem que ser praticada mais, né? A gente tem que ter percepção das coisas, perceber as coisas. Então aquela coisa no Kilombo Souza foi muito linda porque aí a gente foi lá um dia, aí depois a gente foi na certificação do Kilombo, a mãe renovou. Quando chegou na hora da tradição, ela: ”Fluup...”. A tradição tomou conta dela, e ela cantou: “Vamos defumar isso, vamos fazer aquilo”. Aí depois ela trouxe uma cantiga de uma autora da música popular: “Ninguém ouviu...”.

Joviano - Ah, “O canto das três raças”... Foi lindo mesmo!

Pai Ricardo - E ela é dada como demente, como doente... Mais atual que nós tudo ali. Mas é uma anciã. Ela tem vivência. E ela tem prática de vivência. Ela não é observadora de vivências.

Joviano - Massa! Esse é um bom critério, né? Pra colocar pra Academia...

Pai Ricardo - Exato!

Joviano - Menos observador de vivência e mais praticante de vivência.

Pai Ricardo - Quando começaram a chegar no terreiro as condições da gente participar de editais, fazer oficinas, na hora eu mudei o negócio. Eu falei: “Aqui não tem oficina não! Aqui a gente não conserta nada, não! Aqui a gente pratica vivência.” (risos) Então

eu acho que a nossa casa foi uma das primeiras casas de escrever vivências, de forçar no edital...

Joviano - Lembrei da Conceição Evaristo: *escrevivências*.

Pai Ricardo - Exato! Eu lembro que o primeiro edital que a gente passou deu um pau danado. Porque lá estava escrito: “Não vamos fazer oficinas, não, vamos fazer vivências! Oficinas você faz o que você quer. Mas não, os caras têm que me respeitar pelo nome, véi. Vocês estão abrindo um trem pra gente tá dentro, eu tenho que tá dentro por inteiro, véi. Da forma que eu sou, se eu começar a falar de oficina e fizer outra coisa, eu vou ficar igualzinho ocês”.

Joviano - É, o Nêgo Bispo fala que é pelo nome que o colonizador... é nomeando, primeira coisa que o colonizador faz é nomear.

Pai Ricardo - É nomeando. “Escreve vivência aí”, “Mas e se não passar?”, “Eu não passo, eu vou bancar isso aí”, “Mas, Pai Ricardo, é um marco o terreiro participar”, “Pode ser um marco participar, é dois marco não ceder”, “Mas, Pai, vai melhorar tanto”, “Pode melhorar, mas não vai faltar se não deixar de ter”. Estou aqui até hoje, véi. E tô nessa luta por causa da minha tradição, por causa dos meus. Aí muita coisa passou a ser vivência, vivência, vivência... E o cara já empurra o colonizador pra lá: “põe vivência na escrita do edital”.

Joviano - Massa! Ô Pai Ricardo, é isso. Se o senhor quiser falar mais alguma coisa...

Pai Ricardo - Uai, eu quero é agradecer demais a oportunidade desse trabalho ser mais uma ferramenta da gente. Eu tô até mudando também, eu queria sempre implodir esse sistema, mas acho que a gente tem que mudar ele, tem coisas boas postas aí, a gente tem que observá-las, aproveitá-las, adequá-las, ou transfluí-las, confluir com elas às vezes. E que esse trabalho seja uma ferramenta pra isso. Pra gente poder realmente trabalhar por dentro. Te agradecer, viu, Joviano? Quem chegou em você, chegou na Gabinetona, chegou nos espaços que você está. E por você estar nessa disposição aí, de se movimentar junto com o movimento da encruzilhada. Eu tenho certeza que Exu, que você tem licença para fazer esse trabalho. Tenho certeza que esse nome é permissível, não tem que ficar assim, porque inclusive falei com você (firma o ponto): *Exu trabalhador da encruzilhada, toma conta e presta conta no romper da madrugada*. (gargalhada)

Sei que encruzilhada é de Exu, mas é lugar de todos. Pode ser pertence de Exu, os caminhos, a comunicação dos caminhos, os movimentos dos caminhos, mas é o melhor lugar de se estar, e em que todos podem estar. A encruzilhada não é um cruzo de caminhos estáticos, encruzilhada é um movimento de caminhos, de cruzo de caminhos. São cruzos em movimentos. Nosso povo é um povo em movimento. É um povo circular. E o que não tem quina, não para, não. (gargalhada)

Joviano - Massa!

Pai Ricardo - Entendeu, entendeu? (risos)

Exu executava tudo de forma exímia. Oxalufã, reconhecendo os méritos de seu trabalho, o recompensou, ordenou que todos aqueles que vinham à sua casa e lhe ofertavam algo destinassem parte das oferendas também a Exu, que desta forma manteve-se como guarda da casa de Oxalufã e fez da encruzilhada sua morada. A encruzilhada nos ensina que não há somente um caminho; a encruzilhada é campo de possibilidades. (Rufino e Simas, 2018, p. 117-118).

4. Rolezinho na quarentena: *pandemia, pandemônio e pan-africanismo*

*Exu,
tu que és o senhor dos
caminhos da libertação do teu povo
sabes daqueles que empunharam
teus ferros em brasa
contra a injustiça e a opressão
Zumbi, Luíza, Mahin, Luiz Gama
Cosme, Isidoro, João Cândido
sabes que, em cada coração de negro
há um quilombo pulsando
em cada barraco
outro palmares crepita
os fogos de Xangô iluminando nossa luta
atual e passada
Ofereço-te, Exu,
o ebó das minhas palavras
neste padê que te consagra
não eu
porém os meus e teus
irmãos e irmãs em
Olorum,
nosso Pai,
que está
no Orum
Laroiê!
(Abdias Nascimento)*

Vamos lá, então, neste primeiro *rolezinho* durante a quarentena, em tempos de pandemia e pandemônio no poder. Digo pandemônio pela força da expressão, aqui reapropriada e *cuspada* (Muniz, 2019; Rufino, 2019). Não creio em demônios, não partilho mais dessa *cosmovisão cristã monoteísta*, mas isso não exclui o fato de que os cristãos elegeram no Brasil, com empenho imprescindível das principais lideranças do *mercado da fé*, algo bem parecido com a caricatura do que eles mesmos criaram como imagem do inferno. Até o *fogo dos infernos* fez parte do cenário, muito triste. O (des)-governo-pandemônio nada fez para impedir a significativa destruição dos nossos principais biomas, constitucionalmente protegidos. Fogo para as *boiadas* anunciadas pela boca do ministro do meio-ambiente. #SQN (só que não). Boiadas não passarão! Lembrei de um conto da Cidinha da Silva, *Sou vegetariana! Meu Orixá não* (Silva, 2019b).

Vou aproveitar que eu preciso quebrar o isolamento para comprar alimentos e gravar este *rolezinho* fazendo um pedal curto pela zona leste e centro da cidade. Como já disse, é pressuposto desta cartografia que pesquisa é vida, então, se a vida não pode parar, a pesquisa tampouco, mas saio de casa na bike devidamente mascarado, sem me colocar em risco, sem também colocar as pessoas em risco. Acho que o modal ciclístico talvez seja o menos arriscado em termos de contaminação pela Covid-19, já que, pedalando, eu não estabeleço contato físico próximo com ninguém. Mas risco sempre tem. Já dizia o mineiro Guimarães Rosa, *viver é muito perigoso*.

Queria aproveitar esse momento tão singular da nossa história, tão delicado e tão grave para poder refletir a partir do método aqui adotado de elaboração do saber, *modus pedalandi*, sobre duas rodas, a partir da oralidade, do mesmo modo que fiz para refletir sobre os espaços comuns que fizeram parte desta cartografia.

No meio desse caos pandêmico, a pergunta que mais se coloca para mim nos últimos anos e especialmente neste momento específico diz respeito ao como fazer? Como vai ser nossa atitude, nossa reação a tudo isso que nós estamos vivendo, a todos os vírus que contaminam a nossa existência sob vários aspectos, ambiental, social, político, econômico, subjetivo, relacional, todas as dimensões da vida sob ameaça extrema? A crise é civilizatória. Nêgo Bispo disse em uma transmissão ao vivo pelas redes sociais que *a pandemia também veio para reeditar esses seres humanos que se acham mais importantes que tudo*.

É que “verdade” e “revolução” são conceitos criados no âmbito da política de produção de uma subjetividade antrope-falo-ego-logocêntrica, própria da cultura moderna ocidental colonial-cafetinística. Nosso desafio está, portanto, em superar em nós mesmos a nefasta dicotomia entre micro e macropolítica, buscando articulá-las em todos os campos relacionais de nossa cotidianidade e de nossos movimentos insurrecionais coletivos. (Rolnik, 2018, p. 143-144)

Em um contexto de extrema ameaça, de extrema necessidade, são demandadas ações de extrema criatividade. Atitude e ousadia. Se o capitalismo já não iria cair de maduro, sem muita luta, imagina o colonialismo que é quem criou as condições de expansão do capitalismo. O pai atípico que nunca desgarrou da cria. De fato, é de *regime colonial-capitalístico* que se trata (Rolnik, 2018, p. 103). Ocorre que *a desarticulação*

entre ambas as esferas de combate, macro e micropolítica, só contribui para a reprodução infinita do status quo (idem, p. 103).

Recentemente eu assisti ao documentário sobre a *revolução dos cocos*, que trata do processo revolucionário de luta pela independência do Povo da Ilha de Bougainville. Foi muito bonito perceber que a situação de bloqueio, apesar de todo sofrimento causado, foi o que possibilitou toda aquela criatividade em busca de alternativas, de construção de autonomia e de força em resposta à opressão sofrida pela Papua Nova Guiné, Indonésia e demais colonizadores que dominaram e colonizaram a ilha de Bougainville. Excelente registro²⁶.

Estou aqui à beira do rio Arrudas, na avenida dos Andradas, principal rio da cidade. Esse rio cuja força recentemente²⁷ destruiu o asfalto e se revelou imponente em oposição a esse urbanismo que sepulta os cursos d'água, desde a história de fundação desta cidade planejada. Esse rio que atravessa Belo Horizonte no eixo Leste-Oeste, que me liga à minha ancestralidade no Barreiro de Baixo.

Faz um tempo que nós na aldeia Krenak já estávamos de luto pelo nosso rio Doce. Não imaginava que o mundo nos traria esse outro luto. Está todo mundo parado. Quando engenheiros me disseram que iriam usar a tecnologia para recuperar o rio Doce, perguntaram a minha opinião. Eu respondi: “A minha sugestão é muito difícil de colocar em prática. Pois teríamos que parar todas as atividades humanas que incidem sobre o corpo do rio, a cem quilômetros nas margens direita e esquerda, até que ele voltasse a ter vida”. Então um deles me disse: “Mas isso é impossível”. O mundo não pode parar. E o mundo parou. (Krenak, 2020, p. 3)

Retomando o pensamento sobre o *Como fazer?*, creio que a pergunta que nos permite confluir neste momento diz respeito ao como, sobre os modos: como reeditar? Como (r)existir? Com quais armas, quais táticas, quais estratégias, como serão pautadas

²⁶ Um documentário produzido pela National Geographic, com título *The Coconut Revolution*, relata a luta do povo de Bougainville contra a mineradora inglesa multinacional Rio Tinto Zinc, e depois por sua independência. Além disso, este documentário mostra também que os separatistas conseguiram uma verdadeira revolução, social e ecológica, superando um fatal bloqueio econômico através da recuperação e invenção de práticas autônomas de economia, medicina e outras. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=UxLO3L4tQ60>>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

²⁷ Em janeiro de 2020.

nossas alianças, nosso proceder perante o poder colonizador? Diz respeito, em resumo, ao fazer-com.

Trabalhando com o Teatro do Oprimido, como arte-educador, eu aprendi que, dentro da atuação do *Curinga* (nome que Augusto Boal usa para a pessoa que conduz, por exemplo, jogos teatrais de desmecanização do corpo ou uma cena de teatro-fórum), aquela pessoa que faz essa condução como *Curinga* é, antes de tudo, uma boa questionadora. Melhor do que respostas, o *Curinga* formula boas perguntas, questões que instigam o pensamento, a criação. Afinal, como diz Bispo, *é com as perguntas que aprendemos*.

Repito: para mim a questão mais interessante a se fazer nesse contexto é como atuar, como se reinventar neste marco de inflexão da história da humanidade? Mais especificamente, como fazer a guerrilha necessária? Impossível não lembrar aqui da prece com que Franz Fanon encerra sua obra *Peles negras, máscaras brancas* (2008).

Ao fim deste trabalho, gostaríamos que as pessoas sintam como nós, a dimensão aberta da consciência.

Minha última prece:

Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! (Fanon, 2008, p.191).

Me vem muito à mente Paulo Freire, outro que rejeita dogmas absolutos e concede lugar especial ao diálogo questionador-horizontal. Penso na importância de sua *pedagogia dialógica*, na educação como prática de liberdade para a emancipação dos oprimidos. Penso, em especial, o conceito do *inédito viável* que me parece oportuno para refletir sobre a guerrilha nesses tempos. O que nós estamos vivendo é algo inédito para a nossa geração — me refiro ao fascismo-genocida-pandêmico. Precisamos responder com outros inéditos, *inéditos viáveis*. Para superar situações-limite.

*Sejamos capazes de produzir outros inéditos viáveis,
gingar por utopias alcançáveis,
conjugando as melhores variáveis:
presença, comunidade, pertença, crença, solidariedade.
Em uma palavra: quilombismo
Para tempos de pandemia,
Pan-africanismo*

Salve Abdias Nascimento!
Salve Beatriz Nascimento!
Salve Lélia Gonzáles!

Há mais de um ano, antes das últimas eleições presidenciais, preocupado com esse cenário, conversando com Vovó Maria Conga no Terreiro, uma *Preta Velha*, ela me disse: *Preocupa não, meu filho, vai ficar tudo tranquilo. Bom que agora tá tudo aí na cara do povo*. O que falta então, já que a forma colonialista com que o poder opera nesta pandemia torna mais explícitas as desigualdades sociais-raciais? Estão na cara as medidas conservadoras que o desgoverno toma em favor da casa-grande: os cortes das políticas sociais, as violações de direitos e a entrega do tesouro nacional para o setor financeiro e os barões de sempre. Todos os dias uma ou mais notícias prejudiciais ao povo. Hoje²⁸, por exemplo, o governo suspendeu autoritariamente os prazos da lei de acesso à informação. Cada vez o estado-colonial se revela mais como *estado de exceção, necroexcepcional*. O que falta, então, à rebelião? Como organizar a luta contra tudo isso?

Sempre ouvi, no âmbito dos movimentos, quase um jargão, a noção de janela histórica. Sobre aproveitar as oportunidades históricas que podem abrir frestas de intervenção na realidade social e política para favorecer processos revolucionários, mudanças estruturais. Será que este momento que nós estamos vivendo pode ser encarado assim? Como uma janela histórica em que é explícita a letalidade da ordem político-econômica vigente baseada na *supremacia-branca-patriarcal-colonialista* (hooks, 2019a)?

Talvez seja uma janela histórica. Também podemos ver o momento como uma encruzilhada. E aí concordo quando Bispo fala que *não temos que temer as encruzilhadas, pois elas abrem caminhos*. Como e por quais caminhos iremos percorrer? Me vem à mente a noção de labirinto. Certa vez ouvi Nêgo Bispo falar que, para sair de um labirinto, a gente não escolhe o caminho certo, mas elimina os caminhos errados, a gente deixa de entrar naqueles caminhos que a gente sabe que não vão dar em lugar nenhum ou que vão dar em uma rota sem saída, uma armadilha, um caminho que não

²⁸ Dia 24 de março de 2020.

corresponde às nossas necessidades, desejos e aspirações. E o que é o labirinto senão um monte de encruza?

Estar na encruzilhada é se permitir o incerto de uma situação, e é viver o pluralismo de movimentos. (Lânia Silva, 2018, p. 16).

O mundo é um círculo e o centro do mundo é uma encruzilhada de onde temos que tomar decisões e, ao mesmo tempo, obedecer ao destino (odu). O mundo é vasto; a encruzilhada é tensa. (Peçanha, 2019, p. 26).

É sobre isso. Esse vírus é tenso, mas pode ser visto também como uma oportunidade para *adiar o fim do mundo* (Krenak, 2019). Para a humanidade rever por onde caminha, como caminha, se é que ainda caminha, considerando mais de um bilhão de veículos poluindo a Terra. Será possível se *reeditar*? Importante sentir, perceber, abrir a intuição, consultar nossos oráculos, nossas ancestralidades e refletir coletivamente o que está por trás desse vírus e dos outros vírus que nós precisamos combater. A questão suscitada por Ailton Krenak me perturba: a Covid-19 *discriminou* somente os seres humanos com seu modo ocidental-colonialista de produzir e circular mercadorias.

São muitos os vírus. O vírus do fascismo, o vírus do neoliberalismo, pandemias genocidas que também agem de modo invisível, de modo subjetivo. Para além dos atos concretos que provocam mortes - *necropolítica* (Mbembe, 2018), seja pela omissão ou pela ação direta do estado. Muitas escolhas de (des)governo que afetam diretamente a vida do povo. *A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer* (*idem*, p. 5). A pandemia Covid-19 escancara brutalmente essa realidade.

Já não há distância entre fato e ficção. Capitalismo e animismo se tornam uma coisa só. Em vista disso, os riscos sistêmicos aos quais somente os escravos negros foram submetidos na primeira fase do capitalismo representam agora, se não a norma, ao menos a parcela que cabe a todas as humanidades subalternas. Há, portanto, uma tendência à universalização da condição negra. (Mbembe, 2018a, p. 4).

Por outro lado, a condição de relativo isolamento social, a desaceleração do produtivismo capitalista, todas as crises, civilizatória e ambiental, tudo isso pode ser

encarado como um momento de autorreflexão, reedição, preparação para uma luta muito maior. O conflito tende a se acirrar. *Como fazer?*

A multidão, esse ator político que ganhou relevância aqui no Brasil especialmente após as *Jornadas de Junho de 2013*, essa multidão que eclodiu às ruas e que gerou uma inflexão na nossa história cujos desdobramentos estão aí ainda, será ela capaz de se reorganizar e confluir numa escala maior? É possível vislumbrar uma multidão *contra-colonialista*?

Nisso tudo, não se deve subestimar a inteligência cartográfica e a potência psicopolítica da multidão, que se dá o direito de não saber de antemão tudo o que quer, mesmo quando enxameia o país e ocupa os jardins dos palácios, pois suspeita que não tenhamos fórmulas prontas que possam saciar nosso desejo ou apaziguar nossa aflição. Como diz Deleuze, falam sempre do futuro da revolução, mas ignoram o devir revolucionário das pessoas. (Pelbart, 2019, p. 121).

Hoje se fala de uma multidão solitária nas metrópoles. Justamente no momento em que o *estado de presença* se coloca como trincheira fundamental, a multidão metropolitana que não vive nos morros está ainda mais solitária. É o *estado de presença* que está sendo negado àqueles que têm o privilégio de fazer quarentena. É o poder que nos joga para a virtualidade dentro da lógica do controle tecno-bio-político, sobretudo por meio dos dispositivos móveis e das redes sociais. Todo mundo mapeado. Como contramapear? Como tecer teias incapturáveis pelos algoritmos?²⁹

Como nos diz a *Aos nossos amigos: crise e insurreição* (2016), do Comitê Invisível, o *estado de presença* é primordial na contemporaneidade. A construção olho no olho, com os pés fincados nos territórios, o fazer-com e a defesa das comunidades, no meu entendimento, também são elementos fundamentais ao engajamento *contra-colonialista*. Esta cartografia vai nessa esteira e, nesse sentido, a *oralidade* está sendo experimentada, escriturada, a partir desses *rolezinhos* ciclísticos em que o pensamento

²⁹ Sobre o tema, ver filme documentário *O dilema das redes* (2020), do diretor Jeff Orlowski, o qual mostra como as plataformas das big techs têm sido usadas para prever o comportamento humano e impulsionar mudanças. *O mérito do documentário é que ele efetivamente desenhou o funcionamento dos algoritmos e da manipulação a que somos submetidos como ratos de laboratório.* Ainda sobre o tema ver: *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (Han, 2018).

flui mais livremente. Não conseguiria, neste contexto, ficar isolado de frente para o computador, escrevendo. Não precisamos, nem devemos nos afastar da vida real para pensar e teorizar. O compromisso ancestral nos faz ser-pensar-fazendo, fazer-pensando-
sendo.

Acredito que, para muitos de nós, o ato de escrever nesse molde de conhecimento pré-estabelecido, cheio de normas e regras, é, por vezes, adoecedor. Adoecemos tentando ser reconhecidos pelo mesmo sistema de saber que nos oprime. Tentaram fazer de nós corpos passivos e assujeitados. Erraram! (Ramos, 2019, p. 10-11).

Então este método-experimental pode favorecer a elaboração do saber. Depois os *rolezinhos* são transcritos e atravessados por citações-diálogos. Tenho inspiração nas obras do feminismo negro que acessei, nas quais os textos assumem uma linguagem bastante oral e acessível. Lembro aqui de grandes referências que se expressam de modo simples e muito potente: Djamila Ribeiro (2019), Lélia González (2018), Conceição Evaristo. Devo dizer que aprendi muito mais com *Becos da Memória* (2017) do que com os cânones do urbanismo que tratam da segregação sócio-espacial urbana. O mesmo vale para *Quarto de despejo* (2000), da Carolina Maria de Jesus. O próprio Nêgo Bispo (Santos, 2015) consegue descomplexificar de modo simples e poético em seu livro-oral, publicado a partir da transcrição de sua fala. Me inspiro ainda no pensamento *contra-colonialista* originário, com destaque para o livro *A queda do céu* (2015), de Davi Kopenawa, também produto de oralidade-transcrita.

Essas obras e muitas outras, oralmente-escritas, demonstram como a oralidade, como princípio civilizatório de matriz originária e africana, não se opõe necessariamente à escrita. A questão que se coloca é de qual escrita estamos falando? Na gíngua entre a oralidade e a escrita é possível conceber outros modos de elaboração e transmissão dos saberes.

Importante dizer que acredito na escrita não porque tentaram fazer dela algo mais requintado que a oralidade, mas por acreditar que podemos retomar para nós qualquer instrumento negado. A produção de conhecimento e a tradição da escrita são espaços onde muitas vezes negras foram deturpadas, omitidas e silenciadas. Se a cientificidade, portanto, atribui legitimidade à voz, faço aqui o uso dela. (Ramos, 2019, p. 10).

Nesta primeira andada da quarentena, queria ao menos mencionar alguns desses conceitos que atravessam meu percurso cartográfico. (Estou próximo à praça Raul Soares agora, vou passar pela ocupação Kasa Invisível.) Falei *andada* em substituição à *deriva*. Deriva é um dispositivo cartográfico que foi bastante difundido pelos Situacionistas na Europa (Maio de 68). Certa vez, fazendo uma roda de conversa em um trabalho de mobilização e formação na comunidade de Caranguejo-Tabaiães, no Recife, fui questionado sobre deriva. Lá é um território ameaçado de remoção, onde conheci Sarah Marques³⁰, liderança negra que falou que ninguém entende deriva ali na quebrada. Sarah disse que achava deriva um conceito colonialista, pois vem de fora e *aqui a gente não fala isso, aqui falamos dar uma andada*. Pronto. Fomos depois dar uma *andada* pelos becos de Caranguejo-Tabaiães.

Agora dou uma *andada* de bike por BH, sem um roteiro certo, esses rolezinhos vão sendo costurados organicamente, estou aqui em frente à Kasa Invisível, que é uma ocupação que faz parte desta vivência cartográfica³¹.

Para ficar bem negritado, os *rolezinhos* vão passar pelas resistências mais simbólicas que eu pude acompanhar e vivenciar. Em certo sentido esses *rolezinhos* também se inspiram no conceito de *escrevivência* da Conceição Evaristo. Não digo que seja uma *escrevivência* porque esse conceito não se descola do corpo da mulher negra. Sempre que Conceição Evaristo fala de *escrevivência*, ela sublinha sua condição de mulher negra. É um conceito-corpo. Posso no máximo me inspirar no conceito-corpo da Conceição Evaristo, nas outras dimensões que *escrevivência* evoca. Minhas homenagens a essa grandíssima escritora que teve negado o seu devido assento na Academia Brasileira de Letras³² fundada pelo escritor afrobrasileiro Machado de Assis.

³⁰ Uma conversa com Sarah Marques compõe esta narrativa: *Espera só um minutinho...*

³¹ Curiosamente, sem ligação direta, há um centro sociocultural com o nome Casa Invisible, em Málaga, na Espanha, também fruto de uma ocupação organizada por ativistas anarquistas e autonomistas onde, dentre outros espaços, também foi gestado o 15M espanhol.

³² Em 2018, Conceição Evaristo entregou carta de autoapresentação à Academia Brasileira de Letras, a qual não acolheu seu pleito para ocupar a cadeira do poeta-abolicionista baiano Castro Alves. No lugar de Conceição Evaristo, foi condecorado à cadeira nº. 7 o diretor de cinema Cacá Diegues, que fez o filme

A academia tem uma dívida muito grande com a inteligência brasileira. Vai me desculpar, mas a “inteligência brasileira” por muito tempo foi muito burra. porque foi incapaz de olhar o Brasil em toda a sua diversidade. (Evaristo, 2020).

O seu livro *Becos da Memória* (2017) tem sido referência para construção da nova montagem teatral do Espaço Comum Luiz Estrela, outra retomada autogestionada que fez parte desta cartografia. *Escrevivência*, também, porque parte das minhas memórias e vivências no compartilhamento dessas conquistas em Belo Horizonte.

Minha atuação nas lutas remonta ao ano de 2004, quando eu conheci o Núcleo de Estudos Marxistas — NEM, que depois veio a dar origem às Brigadas Populares. Desde então, transitei por muitas lutas territoriais que vão de certo modo compor esta cartografia, com um recorte histórico especialmente a partir de 2013, ano em que eu retorno para a universidade, para fazer mestrado e integrar o Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG.

Conheci o Indisciplinar no âmbito da resistência contra a remoção da Vila Dias e da Vila São Vicente. Ambas em Santa Tereza, bairro que é palco de inúmeras outras lutas, entre elas a do Kilombo Souza, o conflito mais simbólico que eu tive a oportunidade de acompanhar e que continua enfrentando a ameaça de desterritorialização a mando do poder judiciário, o mais racista dentre os poderes da República, segundo pesquisa do próprio CNJ (Conselho Nacional de Justiça) sobre o perfil da magistratura brasileira³³.

Busco, assim, refletir sobre os modos de resistir, a partir desses territórios insurgentes que se opõem à ação destruidora do estado-capital. Foram muitas lutas vitoriosas na capital mineira, comunidades e retomadas que conseguiram se firmar no território e experimentar outros modos de viver e produzir no espaço, pelo espaço. Ocupação Dandara, Izidora (Franzoni, 2018; Freitas, 2015) com as ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança, Mofuce (Casa do Estudante), Parque Jardim América etc.

Quilombo (1984), sobre a história de Palmares, tendo atuação brilhante da Zezé Motta como Dandara e Lélia Gonzales como roteirista. Cacá sucedeu na cadeira nº. 7 o Acadêmico e cineasta Nelson Pereira dos Santos. Desde sua fundação, em 121 anos de existência, nunca uma mulher negra foi eleita como imortal para ocupar uma das 40 cadeiras da Academia Brasileira de Letras.

³³ Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros (CNJ, 2018), disponível na página do Conselho Nacional de Justiça.

São lutas que não estão totalmente ganhas. Os colonialistas não dormem, sempre estão à espreita para usurpar o que é nosso. O Mofuce, atual Casa do Estudante, experiência de autogestão e prestação de assistência estudantil cuja história remonta à ditadura de 1964, conquistou sentença favorável e agora aguarda julgamento do vergonhoso recurso³⁴ oposto pela Universidade Federal de Minas Gerais que se diz tão democrática. O Kilombo Souza, que já mencionei, também continua lutando contra o desalojamento, apesar de ser um território ancestral centenário, adquirido mediante contrato de compra e venda no início do século XX. Destaco ainda a derrota que o poder executivo amargou quanto à operação urbana consorciada (OUC) Nova BH³⁵.

Essas são algumas das resistências vitoriosas que estão nesta cartografia. Acho que temos muito o que aprender com essas lutas coletivas travadas no seio das metrópoles, mas também com os povos do campo e das florestas, as comunidades quilombolas e todas as lutas que se opõem à *empresa colonial*. Nêgo Bispo sempre diz que *as sociedades são feitas de posses*, de posseiros, já *a comunidade é feita de pessoas e o envolvimento é a construção da estrutura própria*, com autonomia. Envolvimento e autogestão para superar o desenvolvimento capitalista que jamais será sustentável.

Esta quarentena me permitiu acessar e confluir com muitos saberes. Assisti à gravação da defesa de doutorado do Mestre Cobra Mansa. Um dos professores membro da banca disse que a tese do Mestre Cobrinha não é árvore, mas sim semente. Oxalá esta escrita possa também cultivar algumas sementinhas por aí, a partir da minha vivência como ativista, arte-educador, advogado popular.

Por ora é isso, encerro então este rolezinho da quarentena aqui na Praça da Liberdade. Esta oralitura trata disto também, a luta pela liberdade, com igualdade e reparação. A luta por autonomia, pela defesa dos nossos saberes, dos nossos modos de vida. Escrita-oral inspirada pelo *quilombismo* (Nascimento, 2019), pela busca de uma cartografia *contra-colonialista* (Santos, 2015), afinal, como já disse, o colonizador não

³⁴ O fundamento da propriedade alegada pela UFMG se baseia em um decreto-lei da ditadura, de 1967, o qual extinguiu as entidades estudantis e sequestrou todos os seus bens, sem qualquer indenização (Decreto-lei nº 228).

³⁵ Na minha dissertação fiz um excuro sobre a OUC Nova BH (Maia Mayer, 2015).

teria chegado aqui não fossem os mapas. Cabe a nós nos reapropriarmos dos mapas de maneira *contra-colonialista*, rumo a uma verdadeira Independência, que não foi efetivamente conquistada e declarada pelos povos *afropindorâmicos* (Santos, 2015), mas sim pelo colonizador branco. Superar essa farsa, a independência-*fake* proclamada pelo imperador herdeiro da coroa portuguesa, o qual manteve legalmente a escravização de pessoas humanas.

A declaração de independência operada por um monarca da casa real portuguesa em 1822, não significou uma ruptura, mas, ao contrário, um arranjo político, continuidade do projeto colonial. O escravismo racial foi não apenas mantido, como combinado com um projeto colonial interno, onde os negros eram ainda indispensáveis como máquinas produtivas, mas descartáveis como contribuição à formação do Estado nacional embrionário. Visando o embranquecimento biológico e cultural gradativo da população, os africanos e seus descendentes tornaram-se, pouco a pouco, “os inimigos de porta a dentro”. (Silva, 2017, p. 81)

Piada de mau gosto essa história da independência do Brasil. A verdadeira independência do Brasil só pode ser *afropindorâmica*, *pan-afropindorâmica*.

Tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro. Depois disso tudo, as pessoas não vão querer disputar de novo o seu oxigênio com dezenas de colegas num espaço pequeno de trabalho. As mudanças já estão em gestação. Não faz sentido que, para trabalhar, uma mulher tenha de deixar os seus filhos com outra pessoa. Não podemos voltar àquele ritmo, ligar todos os carros, todas as máquinas ao mesmo tempo.

Seria como se converter ao negacionismo, aceitar que a Terra é plana e que devemos seguir nos devorando. Ai, sim, teremos provado que a humanidade é uma mentira. (Krenak, 2020, p. 8-9)

São essas as considerações neste *rolezinho* da quarentena em tempos de pandemia, para seguirmos por outros caminhos e nos potencializar diante dessas encruzilhadas, tendo no horizonte um *projeto de nação centrado nos valores africanos em contraposição ao modelo eurocêntrico* (Nascimento, 2019, p. 378). Tenho a intuição de que o *Pan-africanismo* (Nascimento, 2019; Gonzales, 2018) e a *Afrotopia* (Felwine, 2019) são nosso porto seguro no horizonte desta travessia.

Se a recíproca é verdadeira, ainda que em potencial, chegou o instante histórico de a maioria negra do Brasil reatar seus liames com a África original, solidarizando-se com os irmãos africanos e da diáspora em todos os lances de sua luta por independência, liberdade e dignidade. [...] Institucionalizar o Brasil Negro — eis a exigência que grita sua urgência na encruzilhada de nossa história. Um Brasil Negro que substitua o poder ora vigente, destituído de legitimidade, ficção do poder capitalista e servo mimético dos euro-Estados-Unidos. (Nascimento, 2019, p. 46).

[...] enquanto descendentes de africanos, a herança africana sempre foi a grande fonte revivificadora de nossas forças. (Gonzales, 2018, p. 331).

Num contexto global de pane de projeto de civilização, a Utopia Africana consiste em abrir outros caminhos, da convivialidade, em rearticular as relações entre as distintas ordens: cultural, social, econômica e política, criando um novo espaço de significações e ordenando uma nova escala de valores, desta vez fundada em suas culturas e em suas fecundas ontomitológicas. Construir sociedades que façam sentido para aqueles que as habitam. Contra a maré, lançar-se ao mar aberto. (Felwine, 2019, p. 26).

5. *As interfaces entre a luta popular e a ocupação institucional.*

Entrevista oral concedida para Helena Fonseca³⁶.

[...] embora a partir do Estado se reproduzam as lógicas de dominação coloniais e patriarcais e continue-se com práticas depredadoras da Natureza em nome do 'desenvolvimento', apesar de tudo isso, o Estado também é um campo de luta, de disputa, a partir do qual a dominação se perpetua, mas a partir do qual também haveria possibilidade de rompê-la.
(Alexandra Martínez et al)

Helena: Joviano, gostaria que você falasse um pouco da sua trajetória.

Joviano: Bom, eu nasci em Contagem, mas morei no Barreiro, onde meus pais ainda moram, na periferia de Belo Horizonte e, graças às relações de amizade que mamãe construiu dentro da igreja com os padres, eu consegui ter bolsa em colégio particular, o que me favoreceu a entrar numa universidade pública. Então, eu saí da casa da mamãe com 19 anos, fui morar no centro, no edifício Maletta, aluguei um quarto numa casa de uma família. Eu tinha uma bolsa de 100% num colégio particular, fiz cursinho pré-vestibular, passei na segunda tentativa. Entrando na universidade é que eu começo a ter uma atuação ativista, política. Eu conheço o Núcleo de Estudos Marxistas, o NEM, que participava de mobilizações e fazia encontros semanais de estudos e marco teóricos marxistas.

Desse núcleo, posteriormente, em 2005, nós fundamos as antigas Brigadas Populares, participo desse processo. E no início da universidade, já no primeiro período, conheço o programa Pólos de Cidadania da UFMG, e, pelo Pólos, começo a ter uma atuação no aglomerado da Serra, na favela do Cafezal. Então é nesse momento que começa minha atuação política em comunidade de periferia.

Depois, em 2006, acontece nossa primeira ocupação, a Ocupação Caracol, e foi muito legal porque nós já éramos Brigadas Populares, mas nós não decidimos nem concebemos essa ocupação enquanto organização militante, foram as pessoas do território que nos procuraram dizendo que queriam ocupar um prédio abandonado, lá da

³⁶ Helena d'Agosto Miguel Fonseca é ativista das Muitas e fez doutorado na Escola de Arquitetura da UFMG, no qual pesquisou políticas públicas, participação popular e direito à cidade, relacionado às novas formas de ocupação da política institucional, na figura dos mandatos coletivos.

Rua do Ouro, na parte do asfalto, bairro Serra. E nessa conversa, eu lembro, era uma quarta feira e o pessoal nos falou: “nós queremos ocupar na sexta”. Aí a gente “não, calma, temos que organizar, ver quem é o proprietário, mapear, estudar pra ver como vai ocupar”. Aí eu lembro que a principal liderança, que era a Marta, mãe e negra, falou assim: “nós vamos com ou sem vocês” (risos). As famílias estavam desesperadas, vivendo uma situação bem dramática do aluguel, daí nós concordamos em ir com elas.

Enquanto houver relações de força, existirão relações de luta. Hoje devemos dizer que a esquerda socialista acabou. Mas devemos reconstruir a esquerda, temos que erguê-la e temos que fazê-lo juntos, determinar uma força, uma força material. Mas como fazer isso? A coisa é bem simples: trata-se de fazer autonomia. E o que significa fazer autonomia? Significa trabalhar com as pessoas, próximo da população. Não se pode falar disso sem estar próximo da população, sem fazer pesquisa. Quando eu era jovem, dizia-se “que quem não fez pesquisa [trabalho de campo], não tem direito de falar”. Ou seja, ter contato direto com a classe trabalhadora, e a classe trabalhadora não é apenas aquela das fábricas, é a gente que está na fábrica, mas também nos transportes, nos hospitais, na escola, nos escritórios, etc. Então é necessário fazer pesquisa, ter contato. A cada dia podemos nos perguntar “quem são meus vizinhos?”, “o que fazem meus vizinhos?”. Esse discurso sobre os vizinhos é formidável, isso é “fazer autonomia”. (Negri, 2017, p. 260)

Surge então a Frente de Moradia das Brigadas Populares. Essa foi a primeira. Depois foi um ciclo de várias ocupações verticais (prédios vazios) nos anos seguintes. A Ocupação Caracol nos permitiu entrar na pauta da questão habitacional, da organização dos Sem Teto, até a gente conhecer o Fórum de Moradia do Barreiro, com que anos depois a gente faz junto a Ocupação Camilo Torres, que foi nossa primeira ocupação de terra, aqui em Belo Horizonte. A Camilo Torres foi ocupada-retomada no dia 16 de fevereiro de 2008, mas antes da Camilo Torres organizamos a João de Barro I, lá na Serra, João de Barros II e João de Barros III. Enfim, e aí começa a minha trajetória, desde esse período do NEM. Eu entrei pro NEM em 2004, o NEM surgiu em 2003.

E aí foram muitas ocupações, mas não só conflitos fundiários, nós tínhamos um trabalho territorial comunitário. Por meio de Assembleias Populares, fizemos vários mutirões. Lá na Serra, por exemplo, no Cafezal, aquela horta que tem lá até hoje começou a partir de uma Assembleia Popular das Brigadas no território. Lutas pelo saneamento

básico, regularização fundiária, enfim. Depois veio a ocupação Dandara, nascida em 09 de abril de 2009, foi um marco na cidade. Ainda organizamos a ocupação Irmã Dorothy (2010), no Barreiro, acompanhamos conflitos fundiários também no interior do estado. Acompanhamos o triste despejo da comunidade Carlos Drummond em Itabira (2011). Organizamos em Contagem a ocupação Guarani Kaiowá, em 2013. Até que, nesse mesmo ano, a gente vive as Jornadas de Junho, e aí a gente constrói, começa a organizar, mesmo antes das jornadas, em abril, uma ocupação cultural.

Eu fui procurado por agentes, por pessoas do teatro, que queriam fazer uma ocupação cultural, provisória, que acabou se tornando uma ocupação permanente, o Espaço Comum Luiz Estrela, que atravessou a minha história, porque, a partir do Estrela, eu começo a trabalhar e me formar como artista de teatro. Nós ocupamos fazendo teatro para disfarçar da polícia. Desde então, eu nunca mais parei de fazer teatro. Já são cinco montagens, performances e comecei a trabalhar também com o Teatro do Oprimido — eu já conhecia, mas se tornou mais forte para mim. Então, comecei a atuar muito com educação popular, a partir do teatro do oprimido, e me formei como arte-educador. Particpei também da autogestão do Estrela, da gestão da associação que é responsável pela representação do espaço. *A autonomia não é uma palavra; é fazer, fazer, fazer sempre* (Negri, 2017, p. 261).

Bom, é isso, e hoje eu estou nesse campo de atuação com educação popular. Agora estou estudando circo tem um ano, daí fiz o mestrado na arquitetura, onde agora estou fazendo o doutorado e dando aula também. Bom, daí ao longo dessa trajetória foram muitas ocupações em que eu atuei, Dandara foi uma das mais fortes na minha trajetória, porque eu participei do processo de organização, fiquei muito imerso, morei lá nos primeiros meses da ocupação, dormindo lá todo dia e depois também participei da resistência das ocupações da Izidora, e outras ocupações fora daqui.

Particpei da organização de uma ocupação em Florianópolis — na verdade na região metropolitana, em São José que é a comunidade Contestado que está lá até hoje. Conseguimos daqui suspender o despejo lá. Fizemos o recurso aqui, mas aí as advogadas lá que despacharam e conversaram com o juiz e tal, atuação conjunta com a gente. Já

contribuí com ocupações em São Paulo. A gente teve uma vivência lá na Casa Amarela, Ouvidor 63.

E acompanhei também — porque eu morei no Recife, fui ligado a um grupo de assessoria jurídica de Pernambuco o CPDH (Centro Popular de Direitos Humanos) —, daí eu acompanhei e continuo acompanhando algumas lutas lá. Agora, especialmente a comunidade Caranguejo-Tabaiães, que estava ameaçada de ser removida. Nós entramos com um mandado de segurança recentemente e o decreto foi revogado, o decreto que o prefeito do Recife tinha feito para desapropriar. Mas, só pra dizer que nessa trajetória eu construí conexões e assessoria em processos e lutas em outros lugares, outros estados também. E aqui estou também ligado ao movimento agroecológico. Participamos da construção do IV ENA, o encontro nacional de agroecologia.

Helena: Foi na Izidora?

Joviano: Não, foi no Parque Municipal. Mas já teve coisa na Izidora, teve vivência lá, teve em vários territórios, eu acompanhei no Estrela. Enfim, mas também já atuei na pauta da Mineração pelo Coletivo Margarida Alves, também em questões quilombolas — muito especial a vitória conquistada no Kilombo Souza. Poder falar que nós tivemos, em pleno governo Bolsonaro, um quilombo certificado em Santa Tereza e que conseguiu impedir o despejo dois dias antes da data marcada.

Enfim, é um pouco isso, então hoje eu estou trabalhando, com militância política, mas muito a dimensão artística, tentando confluir. Já trabalhei com performances, tentando sempre confluir a atuação política em sentido mais estrito, arte-educação popular e ativismo. Nós aprovamos, no Fundo Municipal de Cultura, a construção de uma nova montagem que vai ser a história das remoções, junto com a comunidade do Pau Comeu que é lá pertinho do Estrela, inspirado no livro *Becos da Memória*, da Conceição Evaristo. Enfim, é um pouco isso.

Helena: Bom, a minha intenção aqui, enquanto pesquisadora, seria justamente entender a sua visão em relação a essa confluência da ação direta e da luta institucional, estando na ação direta e não tendo ocupado a luta institucional de fato.

Joviano: Então, eu acho que os secundaristas deixaram pra gente um precioso lema que é #ocupatudo. Apesar de entender as limitações da ocupação institucional e das

consequências que ela pode trazer do ponto de vista do enfraquecimento da ação direita, do ponto de vista da corrupção, que é intrínseca à máquina administrativa do estado brasileiro que já nasce corrupto, eu acho fundamental essa ocupação, desde que, tal como propõem as Muitas³⁷, seja para transgredir suas lógicas de funcionamento. Desde que seja, talvez a metáfora mais adequada que as Muitas reivindicam seja essa, *com afeto e pé na porta*. Desde que seja uma ocupação que venha respaldada e legitimada por um movimento e uma força social externa que culmine nessa ocupação institucional, e não uma ocupação do tipo cooptação, com os vícios da representação tradicional que está completamente em crise.

Para além de simplesmente ocupar espaços, é necessário um real comprometimento em romper com lógicas opressoras. (Djamila Ribeiro in Davis, 2016, p. 13).

Então, não terá sentido sem a ressignificação do *modus operandi* dessa institucionalidade, junto com uma força social concreta, ao mesmo tempo transgredindo a lógica de funcionamento institucional, propondo ações para desconstruir e também para denunciar e criar canais com a sociedade para que as pessoas possam passar por um processo de conscientização, empoderamento e maior participação na vida pública.

Uma nova práxis emerge dos novos sujeitos que trazem a diversidade de formas de resistir, abarcando elementos da cultura, da espiritualidade, da organização comunitária e cotidiana. Emerge também da necessidade de repensar as resistências urbanas em um contexto de fragmentação do mundo do trabalho e acirramento das contradições no campo. Fazem-se necessárias estratégias de enfrentamento e pressão sobre o Estado, que devem ser mais fortes que as estratégias de ocupação de espaços institucionais.

Os diversos golpes que destruíram a democracia e os direitos não poderão ser recuperados em um processo eleitoral. No entanto, é necessário enfrentar o desgaste da política e da esquerda institucional contrapondo os velhos métodos às novas formas de estar na institucionalidade, que calibrem e fortaleçam uma postura ativa, de democracia direta e compartilhamento do poder, de pressão de fora para dentro.

Aposto em um novo projeto de poder que coloque na centralidade a construção de poder popular a partir de organizações comunitárias que expressam elementos de auto-organização, autossustentação e autodefesa, para além do Estado, enraizadas no cotidiano. O cotidiano é o tempo/espaço em que as forças conservadoras e

³⁷ Página na internet das Muitas: <<https://somosmuitas.com.br/>>.

neoliberais têm avançado a cada dia. Portanto, qualquer projeto de poder que envolva as grandes e diversas maiorias precisa ter um enraizamento no cotidiano popular. (Miranda, 2019, p. 200)

Os políticos profissionais querem que as pessoas não participem da política institucional, então, ao mesmo tempo: como participar? Assim, eu acho que a pergunta que é colocada pra gente é o *como fazer?* Não estou muito interessado em discutir as grandes apostas macro, estou mais focado no como atuar micropoliticamente. Fazendo, inclusive, essa crítica, dessa dicotomia entre macro e micro. Eu participo de muitos processos que poderiam ser situados numa dimensão micropolítica, de lutas locais, mas que têm reverberações macro imensuráveis, em várias dimensões. As ressonâncias e contaminações reverberam para além das escalas pré-definidas. Eu aposto nessas experiências, é por isso que trabalho muito com a cartografia, porque eu acho que é central hoje em dia conectar processos.

Em suma, o que é ignorado e neutralizado é a potência do combate micropolítico de que tais movimentos são portadores. (...) É o caso da tendência em certas análises acadêmicas de esquerda sobre o atual estado de coisas que ficam girando obsessivamente em torno da questão da crise da democracia, tendo como foco o estado e a pergunta de como reformá-lo para melhor representar o povo. A limitação dos horizontes das esquerdas à esfera macropolítica vem do fato de que, ao pertencer sob o domínio dos modos de existência hegemônicos, sua subjetividade tende a reduzir-se à experiência como sujeito, assim como tende a reduzir ao sujeito a subjetividade de seus outros; daí sua impossibilidade de alcance da esfera micropolítica. Em última análise, a razão da impotência das esquerdas face aos novos desafios é a política de subjetivação que nelas tende a prevalecer: uma política guiada pelo inconsciente colonial-capitalístico. (Rolnik, 2018, p. 121).

Eu organizei uma roda de conversa no Estrela com Peter Pál Pelbart. Ele falava que o capitalismo vive em guerra, ele produz guerra o tempo todo, mas que nunca tinha ficado tão explícito o quanto que a guerra contemporânea deste capitalismo, o quanto é uma guerra por modos de vida, entre modos de vida e daí a importância da resistência das comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas. Não é à toa que no golpe que derrubou Evo Morales em 2019, na Bolívia, vimos o líder da oposição invadindo o palácio do governo e dizendo *a Pachamama nunca mais entrará aqui, voltará a ser de Cristo.*

Essa é uma reação em prol do modo de vida *ocidêntico*, hegemônico do capitalismo neoliberal, baseado na cosmologia branca, europeia, e da ciência moderna. A guerra pelo modo de vida, a exemplo do que aconteceu na Bolívia, contra os(as) povos originários e seus modos tradicionais incompatíveis com o desenvolvimento capitalista, é manifestação do racismo que vai está muito além da questão de classe. São seus modos de vida que estão ameaçados desde que o colonizador invadiu essas terras. Daí me interessa cartografar essas resistências porque elas estão também buscando reexistir e construir outras formas de se relacionar com a terra, com a natureza, outros modos de produzir e reproduzir no espaço.

Então, me parece fundamental criar pontes, conectar até para poder ampliar a escala de afetação, a confluência e a força política dessas experiências, sobretudo *contra-colonialistas*, que estão fora da institucionalidade a maior parte das vezes, mas não ignoram essa esfera. Por exemplo, a Kasa Invisível é uma das ocupações que eu acompanho. Ela é uma ocupação anarquista, mas que está lá lutando e participando de reuniões no âmbito do Ministério Público, em reuniões com o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico — o prédio foi tombado recentemente. Você já foi na Kasa Invisível?

Helena: Não.

Joviano: É um prédio lindo, Art déco, da década de 1930, olha aqui acabei de tatuar no braço. E o tombamento do imóvel da Kasa Invisível, que é uma política de proteção, foi comemorado pelos moradores-ocupantes que são anarquistas, mas reconhecem a importância disso para a resistência.

Helena: Tombamento que é institucional!

Joviano: É institucional! É um ato administrativo e uma proteção pública institucional. Acredito que nós não podemos centrar a luta na conquista do estado, Talvez esse tenha sido um grande equívoco do ciclo petista, o “Lula lá” que até hoje é uma palavra de ordem presente ainda nesse campo político do ex-governismo golpeado. Acredito que a gente tenha que reconhecer que o estado brasileiro é extremamente colonialista na sua origem, no seu DNA. Nós temos é que destruí-lo na forma que ele opera, pra gente gerar outras possibilidades.

[...] o racismo colonial expressado no Estado é uma realidade, um desafio a mais ao pensar a transformação a partir dessas estruturas que têm dispositivos e sujeitos que reproduzem as lógicas de dominação mascaradas de institucionalidade. (Martinez et al., 2016, p. 367).

Então, é sempre pisar em ovos a questão da institucionalidade. Eu acredito que as Muitas é um processo extremamente instigante nesse sentido. Eu participei das primeiras reuniões das Muitas, a primeira que teve no Parque Municipal³⁸ (Renné Gianetti) e as seguintes, que tinham essa lógica bem bacana de ir para os territórios. Depois nós fizemos lá na Serra, no Parque Jardim América, que é uma resistência que eu também acompanhei o processo de negociação e a luta. É instigante porque se propõe a fazer exatamente isso, ocupar essa máquina, transgredindo, criando dispositivos inusitados, dispositivos novos com caráter pedagógico, conscientizador e crítica à forma como as coisas tradicionalmente ocorrem dentro da institucionalidade.

Estou próximo, mais como simpatizante. Acompanho, mas não estou organicamente, não participo mais das reuniões das Muitas já tem um bom tempo. Mas também porque eu tenho uma atuação muito ligada às resistências que estão fora dessa institucionalidade, mas que têm interface, digamos assim. E também por falta de condições, por tempo. Hoje em dia, nem nas reuniões das Brigadas Populares eu consigo ir mais.

Então, eu fico muito aí, quando me demandam. Por exemplo, esse final de semana me demandaram para eu participar de uma apresentação das Brigadas, dar uma oficina, fazer algo assim, mas mesmo das Brigadas estou bastante afastado.

As Brigadas acabaram confluindo muito forte na construção das Muitas e nos mandatos. Hoje são duas militantes que estão dentro dos mandatos, a vereadora Bella Gonçalves e a deputada estadual Andreia de Jesus. Isso, infelizmente, já reverberou um pouco na construção das resistências e ações diretas que as Brigadas acompanham, já percebo isso. Muitos militantes foram absorvidos pela máquina institucional. Esse texto

³⁸ Março de 2015 foi quando ocorreu a primeira reunião pública convocada pelas “Muitas” (Marques, 2019, p. 24). Fica a indicação da dissertação do Gustavo Pessali Marques, intitulada: *Megafonizar as lutas: a experiência de radicalidade democrática das muitas e da gabinetona em Belo Horizonte*.

que lhe indiquei (Martinez *et al.*, 2016) fala sobre isso, como que a máquina institucional, os governos, esvaziaram os quadros dos movimentos.

No caso da Bolívia com Evo Morales, as lideranças indígenas foram para o governo enfraquecendo a luta em grande medida. Isso é que tem que, talvez, orientar uma autocrítica dentro da construção coletiva. Como não reduzir a potência das lutas? Pelo contrário, esta ferramenta, o espaço institucional que tem esse caráter de cooptação, ele não pode ser um fim. Eu acho que a institucionalidade se tornou um fim para o PT, para esse campo político, PT, PCdoB, e os movimentos ligados e esses partidos.

Primeira pergunta: porque o PT reprimiu as lutas que seguiam o modelo Occupy de 2013-2014, a ponto de desvirtuar o seu significado e permitir que a direita tivesse hegemonia sobre elas? A resposta que recebi dos expoentes do PT foi unívoca e terrivelmente decepcionante. Por parte de todos - este é um ponto realmente grave, por parte de todos sem nenhuma hesitação, sem qualquer arrependimento (ainda que muitas vezes com o embaraço da mentira) - obtive uma só resposta: esses movimentos ameaçavam desde o início a manutenção da nossa governabilidade. (Negri, 2017, p. 268).

A institucionalidade tem que ser um meio, mas um meio que sequer é o principal meio. Essa guerra contemporânea é uma guerra subjetiva, *é o controle das almas que está em jogo* — ouvi isso recente do Andityas Matos, professor da faculdade de Direito da UFMG, no lançamento de um livro em que eu publiquei um artigo (Matos e Freitas, 2019). São as almas das pessoas que estão em disputa. E não é à toa que a empresa neopentecostal cumpre um papel imperial, disseminada por todos os rincões deste país. Não tem uma comunidade, um território, que não tenha.

*Ogum é o Deus da guerra
mas guerreia pela paz
(ponto de Ogum)*

Fiquei impressionado nas últimas férias no sul da Bahia, em janeiro, várias aldeias com pastores evangélicos, igrejas evangélicas neopentecostais. Nesse sentido, é muito ruim, quando movimentos políticos entram para a institucionalidade e perdem esse contato com os territórios, com a ação direta, com a construção para além da institucionalidade. Acho que essa vigília tem que ser permanente, essa vigilância para

que as melhores forças dos movimentos, para que seus quadros não se esgotem e não reduzam a ação política ao espectro da institucionalidade.

Trata-se de buscar formas de gestão coletiva do público que sejam construídas longe da dupla Estado-mercado, entendida como os dois únicos espaços possíveis de gestão dos serviços públicos. Apela-se à necessidade de encontrar formas criativas de enfrentar os problemas cotidianos das pessoas, com propostas ancoradas em soluções pensadas pelas próprias pessoas e com maiores níveis de participação coletiva nos assuntos públicos, sem, no entanto, tirar a responsabilidade do Estado sobre o que lhe corresponde. (Martinez et al., 2016, p. 389).

Como eu não estou dentro das Muitas, eu não sei dizer até que ponto essas reflexões têm acontecido lá dentro. Antes, quando o Rafa Tchatcha estava morando aqui, eu tinha mais informação, estava mais próximo, mas agora estou mais distante. O processo eletivo das emendas parlamentares foi muito interessante nesse sentido, ao propor uma abertura transparente e uma transgressão da forma promíscua com que as emendas normalmente são negociadas pelos parlamentares.

A criação das *AzDiferentonas*³⁹ como *elo poético e artístico* do mandado da vereatriz Cida Falabella também é algo fundamental a se destacar. Bastante significativo esse resgate do Teatro Legislativo concebido por Augusto Boal. Eu mesmo participei da primeira turma de formação das *AzDiferentonas*, é um legado que as Muitas e a Gabinetona deixa pra BH. Foram dezenas e dezenas de pessoas formadas pelo projeto *T.O na Cidade* (formação em Teatro do Oprimido).

Em 1º de janeiro de 1993 começou a experiência do teatro legislativo do mandato político-teatral Augusto Boal. O gabinete foi dividido em duas partes: uma, política e a outra, artística, mas que dialogavam entre si no momento da construção das leis e da assessoria jurídico-parlamentar. (Turle, 2014, p. 39).

O projeto *Cê Fraga?* também merece destaque nesse sentido, mapeamento de todos esses grupos e atividades que ocorrem na região metropolitana. Enfim, são inúmeras iniciativas que a construção coletiva propôs, como a *Casa da Gabinetona*, que

³⁹ Grupo de Teatro Legislativo e formação em Teatro do Oprimido criado pelo mandato da vereatriz (vereadora e atriz) Cida Falabella (PSOL) como método de participação e mobilização popular.

está nesse sentido de buscar outras narrativas, outras formas de operar dentro da institucionalidade e que me soam bastante interessantes.

Romper essa dicotomia e reconhecer o caráter definidor dos movimentos sociais e populares em relação às políticas públicas e à chamada 'reforma do Estado' implica o 'fortalecimento da comunidade como sujeito de autogoverno'. (Martinez et al., 2016, p. 397).

Agora, o processo, ele é cruel, a gente sabe. O poder o tempo todo opera por meio de capturas, busca o tempo todo corromper essas iniciativas, capturá-las, cooptá-las. Não é um processo fácil, neutro muito menos, e no nível de polarização que nós estamos é de fundamental importância. Por mais que nós estejamos vivendo essa tragédia, todas essas crises, crise ambiental, social, econômica, política, que somadas reverberam uma crise civilizatória. É o fim do mundo que se anuncia cada vez com mais força.

E, nesse contexto, concordo com a Suely Rolnik (2015), em uma entrevista que publicaram dela em forma de cordel, *A hora da micropolítica*, daquela coleção *Pandemia* (Editora n-1), uma entrevista maravilhosa. Concordo muito com ela: é a vez da micropolítica. Como se trata da defesa da vida, uma micropolítica que consiga estar além das denominações políticas deve estar para além das fragmentações, do *canibalismo de esquerda*, porque o que está em jogo é algo muito maior. Disso eu morro de preguiça.

Não só nas Muitas, mas em outras articulações, mesas de construção conjunta dos movimentos, é esse canibalismo de esquerda que, apesar de a gente ter um inimigo em comum, muito bem definido, uma caricatura até, você ainda percebe muitos divisionismos, disputas, e isso enfraquece tanto. E uma esquerda ainda muito colonialista, no sentido de quais saberes, quais referenciais, sabe? Pensar que a Comuna de Paris ainda é um referencial muito mais forte na construção política da nossa esquerda do que Palmares. Marx ainda é muito mais lido do que Paulo Freire, Rosa Luxemburgo é muito mais valorizada nessa esquerda branca do que Beatriz Nascimento. E essas referências negras, originárias, ainda sem o devido respaldo por parte dessa esquerda. Eu estava comentando com a Lídia ontem sobre o Abdias Nascimento, como que essa figura tão

importante ainda é completamente omitida dos cursos de formação, dos espaços de formação política da nossa esquerda. E muitas outras.

Assim, acredito que o *contra-colonialismo* deveria ser uma bússola de orientação dos movimentos porque, se todo mundo assumir a perspectiva *contra-colonialista*, um pensamento utópico, vai ter muito menos coisa para nos dividir. Acho que é uma confluência, por isso a importância do pensamento do Nêgo Bispo.

Todos os golpes que nós sofremos, continuamos sofrendo, sobretudo a partir de 2016, é uma reação da casa-grande, cabe-nos agora organizar a tréplica. E a tréplica, já que esses golpes são uma ratificação da nossa condição colonial, a tréplica deve ser *contra-colonialista*.

*A Cabocla é mesmo inclemente
O bumerangue do feitiço
Cedo ou tarde
Volta!
(Cidinha da Silva)*

Os processos de libertação dos povos no mundo, as revoluções, China, Índia, Cuba foi a luta *contra-colonialista* que permitiu a emancipação desses países, seja a independência ou a revolução social que só depois se assume como socialista, como no caso de Cuba, anos depois.

Então, voltando ao processo das Muitas, eu sou um entusiasta, mas sempre com um distanciamento. A autocrítica e a avaliação coletiva, os ajustes no meio do caminho, eles são indispensáveis. Não é linear o tempo, tem avanços e retrocessos. Ainda percebo uma disputa grande entre as forças políticas que constroem a articulação, infelizmente, até por isso eu fico mantendo uma certa distância, eu posso tentar ver mais criticamente, quem sabe, favorecer pontes, mediar conflitos, então eu fico muito nesse lugar também.

Acho que sua tese vai ser muito importante nesse sentido. Não tem outra ainda, ninguém defendeu doutorado sobre o processo das Muitas. A sua vai ser a primeira, né?
Helena: Não, o Dú Pente defendeu a pós dele, mas lá na FAFICH, mas era mais relacionado ao processo das Muitas mesmo, não entrou a Gabinetona.

Joviano. Ah, sim. Bom, em relação ao espaço, eu acho que a intervenção da Gabinetona nos conflitos é fundamental. Essa intervenção direta, no caso do Kilombo Souza, talvez seja a experiência mais forte em que eu tenha atuado. A Gabinetona fortaleceu muito as ocupações da Izidora. O prefeito Alexandre Kalil foi nessas ocupações, na Dandara, alavancou o processo de regularização fundiária desses territórios, da ocupação Eliana Silva também.

No Kilombo Souza foi a Gabinetona que garantiu esse *inédito viável*, usando um conceito do Paulo Freire de que eu gosto muito. Foi inédito um prefeito ir em uma audiência judicial defender um território negro, isso nunca aconteceu na história de BH. O prefeito foi acompanhado do procurador-geral do município. Dois dias antes do despejo, a operação policial foi desmontada e o despejo não aconteceu. E quem garantiu o prefeito nessa audiência foi a Gabinetona, por meio da vereadora-militante Bella Gonçalves.

Outro exemplo de atuação imprescindível foi a construção da luta pela revisão e aprovação do Plano Diretor. A Gabinetona teve o papel de favorecer, foi a grande mola propulsora para a aprovação do novo Plano Diretor que tinha a defesa e muitas pautas dos movimentos. Então, acredito que repercute sim na construção do espaço, na defesa desses territórios e no fortalecimento das iniciativas.

O projeto *Cê Fraga?* permitiu o fortalecimento de inúmeras iniciativas territoriais, sócio-espaciais e fortalece uma teia. Belo Horizonte tem essa singularidade de ter construído várias teias, sobretudo a partir do movimento Fora Lacerda, da Praia da Estação. O Fora Lacerda foi um processo que reuniu gente de uma ponta a outra da esquerda, de anarquistas, punks até trotskistas do PSTU, isso é uma singularidade de BH muito interessante, o que fez com que as Jornadas de Junho de 2013 aqui tenham sido uma jornada de esquerda, por mais que houvesse tentativas de capturas, proto-fascismos operando dentro da movimentação, mas foi um fenômeno de esquerda, as pautas eram de esquerda, as marchas foram majoritariamente, esteticamente orientadas por uma discursividade progressista. Não era só a luta contra a corrupção.

Será então preciso recuar até Maio de 1968 e às “barricadas do desejo” para compreender as Jornadas de Junho?

É claro que a natureza dos protestos aponta para uma nova gramática política, na qual a forma é já parte do sentido. A horizontalidade e a ausência de centro ou comando nas manifestações dramatizaram outra geografia do poder. É difícil nomear tal mudança e, sobretudo, transformá-la em pauta concreta. Como traduzir em propostas as novas maneiras de exercer a potência, de fazer valer o desejo, de expressar a libido coletiva, de driblar as hierarquias, de redesenhar a lógica da cidade e sua segmentação, de causar ruptura, dissenso? Além do que, ninguém há de supor ingenuamente que a multidão está isenta de colisões, linhas de fratura, conflitos e interesses os mais diversos e disparatados em seu próprio seio - ela é tudo menos um bloco homogêneo. (Pelbart, 2019, p. 117).

Esse talvez seja um campo que as Muitas poderia favorecer mais até, porque a esquerda não costuma adentrar nessa discursividade da corrupção, e a direita captura isso muito bem. É um dispositivo de subjetivação e manipulação muito eficaz. Lá no Estrela isso veio muito forte pra mim, perceber que a autogestão pode ser uma resposta à corrupção. Pessoas envolvidas nos processos autogestionados conseguem um manejo mais adequado dos recursos públicos. A gente fez muito mais, com muito menos e com muito mais transparência e envolvimento, participação. A corrupção é esse conceito sabonete que vale para qualquer coisa, facilmente manipulado, ela não pode ser negligenciada no meio das forças de esquerda, porque o poder opera muito com isso, enfim.

Helena: Acho que era isso, os desdobramentos sócio-espaciais observados a partir de novas propostas políticas e as relações e desdobramentos estabelecidos entre Gabinete e Direito à Cidade.

Joviano: Pensando o direito à cidade nas duas dimensões, creio que favorece sim. Tanto na dimensão estrita, formal e reduzida, do direito à cidade como acesso, porque favorece o direito à moradia, transporte, saúde, educação, lazer e dos outros direitos sociais consignados no art. 6º da Constituição, também na pauta da defesa do trabalho ambulante.

Por outro lado, a dimensão mais ampla, filosófica, que nos interessa mais, no sentido do direito à cidade enquanto possibilidade de reescrever e interferir no futuro das cidades, de viver uma experiência emancipatória dentro do espaço urbano — a dimensão sustentada por Henri Lefebvre —, também nessa dimensão mais ampla o processo favorece, porque tem uma perspectiva de democracia real, soberania popular,

participação, de envolvimento das decisões que nos afetam, de ocupação do espaço público, de usufruir a cidade, ocupar o espaço público, de trazer a dimensão política da festa, a cidade como espaço de encontro e festa. Lembro especialmente da insígnia da campanha do Rafa Tchatcha: “Fé na festa”.

Entendo que *a felicidade do negro é uma felicidade guerreira*, citando aí o Gilberto Gil. E com afeto. Essa dimensão do direito à cidade tem interface com a produção de afetos, de subjetividades, outras subjetividades, e acho que as Muitas e a Gabinetona favorecem isso. Em certo sentido, também tem isso como escopo e como prática, apesar de todas as limitações e contradições que enfrenta. Sua pesquisa pode contribuir nesse sentido. Seria muito bem-vinda uma roda de conversa com a galera, porque muitas vezes não tem esse espaço de avaliação coletiva do processo, partindo das contribuições dos olhares externos, de pessoas que estão dentro, mas estão fora, ao mesmo tempo. São fundamentais esses olhares de fora, quer dizer, não tem fora e dentro, enfim, mas de quem não está politicamente vinculado, na folha de pagamento. Acho que é fundamental sua pesquisa para permitir essa avaliação, construir proposições que superem as limitações e façam com que o processo continue avançando, evoluindo e se disseminando.

As Muitas cumpre esse papel de ser uma inspiração, uma luz para o país. Eu acompanhei de longe o processo no Recife, conheço bastante a Jô Cavalcanti, camarada eleita deputada lá, que tem ligações com o movimento dos Sem Teto e ambulantes, trabalhadores informais de Pernambuco, eleita com as codeputadas das Juntas.

Helena: Ela estava na última reunião das Muitas.

Joviano: Estava sim, foi lá na sede do PSOL. Depois nos encontramos no bar *Brasil 41*, na festinha do *Lula Livre*. Não só as Juntas, em Pernambuco, mas o processo da Bancada Ativista em São Paulo, beberam muito nesta fonte, a criação do “Ocupa a Política”, mas pra resumir é isso.

Creio que nós temos sim que ocupar todos os espaços institucionais, mas, sobretudo, os não institucionais, os territórios. O chamado primordial que se dá agora, na minha opinião, são as comunidades, do ponto de vista da cidade, as favelas, as periferias,

os novos quilombos. Mas, ao mesmo tempo, a ocupação institucional, para transgredir e favorecer a destruição do modo colonialista em que o estado brasileiro está assentado.

E depois a luta das populações negras, antes de tudo, contra a chacina dos inocentes, ou seja, a carnificina contínua dos jovens, às bordas da favela. Mas a questão racial não emerge somente em relação ao genocídio da juventude negra - a questão racial se dá em todas as partes da sociedade brasileira, constitui a exceção sobre a qual se funda a constituição material do país. Também a questão da pobreza é completamente ligada à dimensão racial escravagista da sociedade brasileira. Não dá para cogitar que o Brasil entre plenamente na democracia sem que a questão racial seja resolvida. A luta dos negros e negras constitui, portanto, a verdadeira sublevação da sociedade brasileira. Discuti com jovens companheiros e velhos ativistas negros esta sua conclusão: sem a direção de uma força militante negra, será impossível construir qualquer forma de organização autônoma no Brasil, assim como qualquer tipo de reviravolta política de libertação. (Negri, 2017, p. 281)

Se não for para destruir nesse sentido simbólico, não faz sentido ocupar, porque a cooptação vai se dar mais forte do que favorecer processos de transformação real. A força corruptiva não pode ser maior do que a força disruptiva. De transformação e transgressão mesmo. Uma boa inspiração é o chamado contra-colonialista, de autonomia do sujeito, da luta contra o racismo, contra a LGBTfobia, contra o patriarcado, questões estruturais que convocam a luta do povo brasileiro.

Como transformar a sociedade com instâncias de tomada de decisões cada vez mais transparentes e mais participativas? Como o poder se democratiza radicalmente? Como os processos de mudança deixam de ser impulsionados por vanguardas em governos e se materializam cada vez mais nas lutas dos muitos? Esses como? são parte dos caminhos em construção. (Martinez et al., 2016, p. 401).



Figura 02 – Manifestação Grito dos Excluídos, 7 de setembro 2016. Fotografia: Acervo pessoal.

6. Rolezinho sobre as ocupações de moradia: #ocupatudo

Ocupar há tempos não é mais uma pauta para se debater, é uma demanda. Demanda de ação. Ação que acontece em rede, em diálogo sem jogos por poder. Ocupar é uma demanda de ação coletiva, que desenha outras possibilidades de futuro, de existir, de reexistir. Ocupar é uma demanda de ação para reescrever uma nova vida. Para reconstruir outras possibilidades de futuro. É uma guerrilha. Ocupar é um ato estético macro e micropolítico. A saída está escrita ao longo da nossa história: ocupar as escolas, as instituições, as galerias de arte, os cinemas, as ruas, as rádios, os hospitais, os centros culturais, os quartéis, as praças, as folhas do caderno, nossos corpos, os desejos, nosso pensamento, nossas vidas, nossas subjetividades, nosso tempo, nossa dedicação, nosso amor, nossas famílias, as paredes, as mesas, os móveis. Ocupar tudo! Ocupa tudo! Ocupa tudo!

Trecho da dramaturgia do espetáculo *Babylon Cabaret*, Trupe Estrela, 2017

Neste *rolezinho* vou compartilhar alguns aprendizados e vivências que tive junto às ocupações organizadas, retomadas de terras e vazios urbanos que descumpriam sua função social. Em Belo Horizonte, tivemos um ciclo de muitas retomadas que se consolidaram e garantiram o provimento habitacional de milhares de famílias. *Estamos falando de cerca de 20 mil habitações auto-construídas nos últimos anos que demandam ações urgentes de reconhecimento, urbanização e garantia de direitos fundamentais*⁴⁰. Construção coletiva, em teia, que envolveu muitos movimentos e agentes, tais como as Brigadas Populares, a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), grupos de pesquisa e extensão das universidades, Defensorias Públicas, Ministério Público, artistas e ativistas independentes etc.

Muitas ocupações de moradia fizeram parte do meu mapa e ampliaram a escala desta cartografia. Esse mapa que, na perspectiva cartográfica aqui adotada, não busca representar uma realidade estática, mas sim transformar essa realidade e se implicar na construção desses novos quilombos, territórios insurgentes de produção de outros modos de vida, outras formas de se relacionar e produzir no espaço. Citando Doreen Massey

⁴⁰ Ver *Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor sobre Direito à Moradia*, elaborado e aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte, sob a presidência da vereadora Bella Gonçalves. Considerado por todos um marco no estudo do direito à moradia em Belo Horizonte. Disponível em <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2020/08/relat%C3%B3rio-aponta-defici%C3%AAs-e-novos-caminhos-para-pol%C3%ADtica>>, acesso em 23 de setembro de 2020.

(2008), a nossa luta é no espaço, mas sobretudo pelo espaço.

Que os espaços comuns engajados no enfrentamento ao paradigma da cidade-empresa sejam capazes de, como força constituinte, recompor a cidade enquanto máquina geradora de diferença e encontros produtivos fora do comando capitalista hegemônico. Fazer do espaço, a um só tempo, o abrigo das nossas recusas e laboratórios de novos mundos, experimentos vivos e imanentes para a constituição das alternativas à ordem global imperial-colonialista que se expressa no nível local pela aliança entre Estado e capital. Nossa luta é pelo direito de nos autogovernar, começando pelo espaço. (Maia Mayer, 2015, p. 178-179).

E os secundaristas nos deixaram um grande ensinamento em 2015 e 2016, com as ocupações estudantis. O lema guia é ocupa tudo, #OCUPATUDO. Então, quero falar dessas ocupações, desses espaços. Vou pedalar até a ocupação Anita Santos, uma retomada mais recente, acompanhada pelas Brigadas Populares e pela Pastoral de Rua.

Anita Santos foi uma liderança negra do Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua e faleceu em 2017. Ela viveu muitos anos em situação de rua, foi catadora de material reciclado. Nos conhecemos em 2010, na luta contra as remoções da Copa, tínhamos um carinho mútuo grande. Convivi bastante com ela no período que antecedeu seu falecimento, no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua (criado pelo Decreto Estadual nº. 46.819, de 14/08/2015). Sou do Comitê desde sua criação, na condição de membro titular pelo Coletivo Margarida Alves, o coletivo de assessoria jurídica popular que fundamos em 2012. Anita também fazia parte do Comitê e tem uma história de luta muito importante nesta cidade.

Ela conseguiu conquistar sua casa e foi, vejam vocês, uma das primeiras removidas pela Copa do Mundo de 2014 aqui em Belo Horizonte. Anita Santos morava na Vila Recanto UFMG, que foi a primeira comunidade removida para as obras da Copa do Mundo, para a construção de um viaduto que liga a avenida Antônio Carlos à avenida Abraão Caram. Apesar da resistência, Anita foi removida com sua família, junto com dezenas de outras famílias da Vila Recanto UFMG, foi morar na cidade de Ribeirão das Neves, na região metropolitana, mas continuou sempre muito ativa no Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua. Presto aqui minhas homenagens a ela que dá

nome a esta ocupação (estou aqui na porta agora), que fica na avenida Teresa Cristina, nº. 420, em frente ao viaduto Itamar Franco, o viaduto mais estúpido da cidade.

Todo viaduto é uma estupidez urbanística, mas este consegue superar os demais, pois sai da avenida Teresa Cristina e cai na própria avenida Teresa Cristina, uma obra do período do governo Márcio Lacerda que faz parte do projeto Boulevard Arrudas que levou a maior parte dos recursos do PAC Copa (Programa de Aceleração do Crescimento) de mobilidade, junto com o MOVE, que também captou a maior parte dos recursos da mobilidade em detrimento da ampliação do metrô graças à máfia do transporte público na cidade. Vou entrar aqui na Anita Santos agora, fazer uma visitinha, tem muito tempo que eu não venho aqui. (...)

Retomando, parei um pouquinho lá na Anita Santos, foi muito bom. E eu encontrei, ou melhor, tive a surpresa de encontrar algumas moradoras de outra ocupação que as Brigadas Populares organizaram, a ocupação Vicentão, que leva o nome desse grande lutador negro, também do movimento de moradia, que faleceu há alguns anos. Vicentão foi do Partido Comunista, liderança comunitária, participou de muitas ocupações, tem uma grande história aqui na cidade na luta em defesa das periferias e dos sem-teto.

O pessoal da ocupação Vicentão fez uma negociação no âmbito da Mesa de Negociação (do governo estadual), estavam aguardando sair um auxílio financeiro para irem para outro prédio e ficaram provisoriamente aqui junto com os moradores da ocupação Anita Santos (atualizando: no meio da pandemia de Covid-19, o governo estadual de Romeu Zema, aliado do bolsonarismo, suspendeu arbitrariamente o pagamento da bolsa moradia, apesar do acordo firmado).

A Vicentão foi uma ocupação na qual as Brigadas Populares confluíram a pauta da luta pela moradia, o direito de morar, garantido pelo artigo sexto da Constituição de 1988, com a pauta do direito ao trabalho assegurado pelo mesmo dispositivo constitucional.

As Brigadas Populares já atuam há alguns anos junto aos trabalhadores ambulantes, sobretudo a partir do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa — COPAC. No contexto do mundial de futebol, nós tivemos vários ataques aos direitos trabalhistas.

Os barraqueiros do Mineirão e os feirantes do Mineirinho perderam seu trabalho tradicional. Desde então as Brigadas têm atuação com as lideranças dos trabalhadores ambulantes. Essa é pauta muito forte nas grandes cidades, haja vista o aumento da repressão, da criminalização dos trabalhadores informais que crescem exponencialmente neste contexto de crise econômica.

E lá na Vicentão teve então essa confluência frutífera que fortaleceu a luta da ocupação e a sua inserção. Eu não acompanhei o processo de negociação da Vicentão, não atuei no âmbito jurídico dessas ocupações, mas a avaliação é que foi uma conquista importante essa negociação. As famílias vão ser reassentadas (Oxalá!), mas até que o prédio em que elas vão morar lá na rua Oiapoque seja liberado, ficariam provisoriamente recebendo a bolsa aluguel.

Acabei de trombar na rua com o amigo Bené, Bernard Machado, da Associação Filmes de Quintal, que acompanha também a Guarda de Moçambique Treze de Maio do Reinado lá do bairro Concórdia, que há muito tempo teve como sua Rainha a Dona Izabel Cassimira, e agora a sua filha Belinha, que é a Rainha Conga do estado de Minas Gerais. Bernard participou de um filme incrível que foi exibido no Forumdoc no final de 2018. Ele fez a fotografia do documentário *A Rainha N'zinga chegou*. Um filme da Júnia Torres, amiga da Associação Filmes de Quintal que produz o Forumdoc, importante festival de cinema documentário etnográfico de Belo Horizonte.

Retomando o *rolezinho* sobre as ocupações de moradia, muitos anos da minha vida eu dediquei ao acompanhamento dessas comunidades-retomadas. Foram muitas encruzilhadas. Ainda acompanho alguns processos de ocupações de moradia, como as ações da ocupação Dandara⁴¹, em que recentemente saiu uma publicação nos autos do processo. O juiz intimou a Defensoria Pública para se manifestar, querendo extinguir o processo principal por perda de objeto uma vez que o estado entrou com ação de desapropriação para a compra do terreno e regularização definitiva da comunidade.

Obviamente nós não concordamos com isso, a extinção do processo, porque a comunidade demonstrou o descabimento da ação de reintegração de posse. Queremos

⁴¹ Sobre Dandara escrevi com o amigo Tiago Castelo Branco o artigo *Belo Horizonte, cidade ocupada: o caso da Ocupação Dandara* (MAIA MAYER e LOURENÇO, 2016).

sim uma decisão de mérito reconhecendo a justiça dessa retomada. Temos direito de ter uma sentença de mérito no âmbito da ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública sustentando o direito da comunidade Dandara à regularização fundiária. Dandara é história, suor e sangue de muita gente. Não houve “perda do objeto”, mas sim conquista efetiva de morar dignamente; perda só se for da propriedade privada utilizada para fins meramente especulativos. Isso é merecimento, diz respeito ao mérito!

A Dandara merece mais atenção neste *rolezinho* das ocupações de moradia, pois participei ativamente por vários anos, desde a organização, junto com o Movimento dos Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST), até a ocupação-retomada que completou dez anos em 2019, no dia 09 de abril. Dandara nos fornece muitos aprendizados — já começa pelo nome. Aprovado pelas famílias na primeira assembleia dentro do terreno, venceu a votação contra o nome da Princesa Isabel, também levantada em assembleia. Um salve à Dandara, Rainha eterna da República de Palmares! No *ABC do Quilombismo*, de Abdias Nascimento (2019), a letra Z é Zumbi, Dandara poderia adentrar a letra D.

Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma efetiva harmonia racial já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para todos, sem exceção. Na verdade, Palmares foi o berço da nacionalidade brasileira. (Gonzales, 2018, p. 21).

Fica aqui já desde logo a referência à dissertação do Tiago Castelo Branco Lourenço (2014), que foi o arquiteto, um dos, uma das figuras principais no assessoramento à comunidade para a construção do seu premiado projeto urbanístico.

A Dandara e outras ocupações merecem esse *rolezinho*. Também continuei acompanhando judicialmente a Vila Braúnas, em Ribeirão das Neves, que também teve andamento no processo judicial por esses dias. Nesse caso, essa é uma história triste, de uma remoção abrupta com a demolição de dezenas de casas lá em Ribeirão das Neves. Fomos acionados posteriormente à violência para lutar pela reparação. Enfim, esses territórios suscitam em mim várias reflexões, começando pela necessidade dos movimentos superarem essa configuração espacial baseada nos lotes individuais. Ocupar

não pode ser para gerar mercadoria.

Essa é uma crítica que eu fiz no meu mestrado, no subcapítulo *Cidade ocupada*, que homenageia o Tiago Castelo Branco, pois esse é o título da dissertação dele. No mestrado eu não dei um rolezinho sobre as ocupações de moradia, mas o Seu Orlando e outros moradores, pedindo a palavra, fizeram essa crítica na banca final; por que não um rolezinho para falar dessa experiência que foi tão marcante para mim? Assim, anexei ao final da minha dissertação de mestrado uma roda de conversa com algumas lideranças do bairro Dandara, uma roda de conversa que foi integralmente transcrita.

De toda forma, agora eu vou retomar, fazer este *rolezinho* sobre as ocupações de moradia. O tema da produção do espaço integra esta pesquisa-cartográfica, e sobre esses espaços de transgressão é fundamental perceber até que ponto eles reproduzem as relações sociais dadas e até que ponto eles apontam para a constituição de comunidade, território do *bem-viver*.

Falava dos lotes individuais porque as formas de apropriação do espaço também determinam as relações sociais, e na Dandara nós tentamos implementar (o Tiago relata isso no seu trabalho) um projeto urbanístico com lotes coletivos, existiriam hortas em forma de mandalas no centro de cada lote, mas infelizmente esse projeto que já estava sendo inclusive demarcado no território foi derrotado por uma articulação da galera da “firma” local.

É importante dizer isso. Muitas vezes nos trabalhos científicos sobre esses territórios ficam silenciosos sobre esse tema, sobre essas linhas de força que atuam nos territórios, como o crime organizado, a pequena-especulação, as igrejas evangélicas. Nós temos que enfrentar essa discussão, temos que buscar coletivamente formas de nos colocar perante essas forças institucionais e não institucionais que atuam nos territórios. Como nos diz Bispo: [...] *a guerra da colonização nada mais é que uma guerra territorial, de disputa de territorialidades* (Santos, 2015, p. 97).

Os lotes individuais agredem os modos ancestrais de relação com a terra. Criam conflitos nas relações comunitárias, a casa facilmente se transforma em mercadoria e aí a dimensão da moradia sucumbe perante a propriedade privada do lote. Nós perdemos duas grandes lideranças das ocupações da Izidora que moravam na ocupação Vitória por

conta de conflitos que envolviam a tensa relação entre lotes e poder local: o Manoel Bahia e o Kadu, que também era baiano nascido em Paulo Afonso. Na nossa cartografia pelos Sertões, eu e os amigos Luiz e Douglas, depois de conhecer o Parque Estadual de Canudos (BA), fomos até a cidade de Paulo Afonso (BA). De lá fomos conhecer a casa em que Maria Bonita cresceu antes de se tornar a Rainha do Cangaço. Lembramos muito do Kadu nessa viagem⁴².

E, para além desses conflitos, o lote individual... Hoje, quando eu vou à Dandara, por exemplo, grande parte, a maior parte dos lotes já estão murados, fica sempre aquela lamentação pela derrota do projeto urbanístico que partia da coletivização dos lotes de maneira a criar uma espacialidade que não reproduzisse a forma hegemônica ocidental-moderna de apropriação do território.

Os elementos que marcam a territorialidade indígena são os vínculos afetivos com seu território. [...] Trata-se de um uso social que dá sentido ao território numa lógica contrária à lógica capitalista, que o percebe exclusivamente como mercadoria. Recuperar um território indígena é, portanto, a principal forma de proteger esse território. O índio é movido pelo sentimento de retomar o que é seu ante a constante e ilimitada exploração de sua “mãe terra”. Além disso, as estratégias de territorialização indígena são reforçadas pela memória coletiva, que guarda a histórica e violenta (des)territorialização promovida pela conduta territorial estatal. [...] Diferentemente do olhar capitalista, para os povos indígenas o território não tem valor de mercado, mas sim valor de uso — e uso coletivo. O espaço é local de possibilidades. (Terena, 2018, p. 15).

Claro que lá, na Dandara, houve muitos avanços, com áreas coletivas, centro comunitário, a igreja construída em mutirões que, a princípio, seria uma igreja ecumênica, e isso evidentemente influencia nas relações que são forjadas no território. Se fossem bicos, um adensamento excessivo — lá os lotes são de um tamanho satisfatório, para a família poder inclusive ter uma horta —, as relações seriam outras, evidentemente. Mas o nosso horizonte era mais ousado, em termos de construir ali naquele território outro

⁴² Recomendo o forte documentário curta-metragem *Na missão, com Kadu* (2016), dirigido por Aiano Bemfica, Kadu Freitas e Pedro Maia de Brito. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=E9tewVeNPPU>>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

tipo de configuração espacial, que não reproduzisse o lote individual privado⁴³. O arquiteto-assessor-técnico da comunidade à época apontou outras questões que envolvem a rejeição do plano urbanístico baseado nos lotes coletivos:

O lote individual é uma instituição social e econômica que todos conhecem e almejam. Já os argumentos em favor do lote coletivo incluem sempre abstrações que desconhecem. Por exemplo, o fato de lotes coletivos reduzirem áreas de arruamento e tornarem mais eficiente a instalação da infraestrutura urbana não faz sentido para boa parte dos moradores da ocupação, que querem, antes de mais nada, se livrar da situação de morar ‘apinhado’ e ‘de favor’ em algum lugar muito precário. A própria existência dessa infraestrutura tem pouca relevância se comparada com a perspectiva de um espaço no qual a família seja independente de outros sujeitos. Assim, o compartilhamento da posse ou da propriedade é visto pelos moradores como uma solução insegura e que possivelmente os desqualificaria. (Lourenço, 2014, p. 164).

Porém, as pessoas da “firma” (me refiro a essa empresa que atua na ilegalidade, mas com relação à qual eu não tenho nenhum juízo de valor moral, nem com as pessoas que estavam ligadas ao tráfico e que barraram esse projeto urbanístico baseado nos lotes coletivos) já vislumbravam mais adiante o mercado informal de lotes que iria garantir outra forma de ganhos econômicos para a “empresa”. Eu entendo o tráfico de drogas como uma empresa que atua na ilegalidade, mas que também tem muitos vínculos com o estado-capital, nós sabemos disso — estão aí o “Helicoca” e vários outros casos que mostram a ligação do tráfico de drogas e de armas com o poder instituído. *O Estado é a máfia que venceu todas as outras e que, em contrapartida, ganhou o direito de tratá-las como criminosas* (Comitê Invisível, 2016, p. 228).

E agora com as milícias isso se torna mais evidente. A milícia está no poder, podemos dizer assim. A família bolsonarista. O assassinato da vereadora Marielle Franco, nascida na favela da Maré, também explicita os tentáculos dessa relação estado-paramilitares. A Colômbia é aqui. E a gente não pode abrir mão de pesquisar e discutir isso, até porque essas forças atuam no território, oprimem e matam todos os dias. E, se nós temos o território como base da ação política, como omitir isso do nosso campo de

⁴³ Sobre o tema da função social da propriedade e das formas de apropriação do espaço, dei uma entrevista para as professoras Louise Ganz e Ana Baltazar que se encontra online: <https://www.youtube.com/watch?v=wzVc_U3XYhE&t=16s>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

análise e investigação?

O sofrimento diz: pare. É ele que impulsiona a imaginação revolucionária. A revolução é simplesmente o fim de uma sociedade cuja reprodução deixa atrás de si um rastro de cansaço, apatia e cadáveres. O capital diz: mais. A nova fase da necropolítica espetacular apenas começou. A intervenção do Estado militarizado até a medula na vida de sua população será de um grau de violência inaudito. A marcha das mercadorias seguirá seu curso escoltada por milícias fascistas a perder de vista. Contra essa miséria a força do ingovernável, da imaginação utópica e da ação coletiva. Essas são nossas armas. (Centelha, 2019, p. 115).

O tráfico não só inviabilizou a efetivação do projeto urbanístico da ocupação Dandara, que foi vencido por conta da pressão desses agentes que, aliás, mobilizaram pessoas da comunidade sem relação com comércio de entorpecentes, mas também alguns anos depois lotearam a área verde preservada da comunidade.

Lá na Dandara, o projeto urbanístico premiado, motivo de muita alegria, que surpreendeu o próprio município de Belo Horizonte quando começou a regularizar a comunidade, a fazer o PRU (Projeto de Regularização Urbanística), tinha várias diretrizes que respeitavam o ordenamento urbanístico da área, inclusive a previsão de uma futura avenida que passaria dentro do terreno, que era apenas um projeto (Viurbs ou “corta caminho”), o que acabou se transformando na avenida Dandara. Esse projeto também garantia a preservação da área contínua ao curso d’água que era um dos poucos cursos d’água a céu aberto que banhavam a Lagoa da Pampulha.

Nós conseguimos preservar essa área verde de 2009 até 2013, quando, a partir daí, pessoas dessa rede de poder local conectada ao tráfico começaram a lotear essa área verde. O respeito à área verde se impôs durante muito tempo, muitos anos, a comunidade incorporou essa perspectiva da preservação ambiental, até que chegou o momento em que lotearam a área, ante também a ausência do estado, e isso também é uma discussão importante. Até que ponto é possível se auto-organizar num território como esse, com todas essas forças operando, com a ausência do estado? Nosso horizonte é sim para além do estado, mas isso não se opõe a cobrar sua presença quando necessário à garantia da vida e dos direitos.

Há duas ações predominantes no Estado frente aos territórios populares: tornar-se ausente, ou não se fazer totalmente presente. As duas opções demonstram a escolha feita pelo Estado, seja quando sob a prerrogativa da garantia de direitos, opta por baixos investimentos e poucos equipamentos e/ou marca a sua presença com o uso da força e da repressão, principalmente por meio da ação policial (Franco, 2018, p. 25).

Esse é um tema espinhoso, porque muitas vezes o estado favorece a disseminação dessas forças exatamente para comprometer a organização comunitária, mas por outro lado sua completa ausência também coloca um desafio aos movimentos no trato com essas forças.

Eu me encontrei aqui na rua com uma amiga, a Maíra Baldaia, compositora, cantora, de Belo Horizonte — na verdade mora em Belo Horizonte, mas é natural de Itabira —, mulher negra, feminista, cabulosa. A Maíra Baldaia inclusive atuou conosco em 2015 na *Assembleia Comum*, espetáculo de rua da *Trupe Estrela*. Ela acabou de lançar um disco lindo, *Insubmissa*. Fica a dica.

Eu não lembro muito bem onde que eu parei, mas estava falando das ocupações, da relação com o tráfico. Queria dizer que, infelizmente, depois de um tempo perdemos a área verde da Dandara. Ela foi loteada ante essa ausência do estado, mas ficou todo esse aprendizado: esse loteamento da área verde foi a “firma” cobrando a conta. Explico.

No início da ocupação — isso ocorre muito —, teve um processo de repressão muito grande à Dandara, tanto na primeira noite em que tentaram efetuar o despejo ilegalmente, quanto nos dias que se seguiram. A polícia ficou lá durante meses. Mesmo após a gente ter suspenso a liminar de reintegração de posse, a polícia continuou delimitando a área, impedindo a ocupação do terreno como um todo. Diante disso, nós tivemos que fazer uma interlocução com algumas pessoas ligadas ao tráfico, porque havia chegado até nós a informação de que essa presença constante da polícia tinha diminuído as vendas nas bocas do entorno.

Aí nós fomos lá conversar e dirimir essa situação que se colocava naquele momento como uma ameaça ao movimento. Eu fiz parte dessa conversa. Lembro-me de uma pessoa falando com a gente: “não, tudo bem, tá tranquilo, a polícia tá aí, tal, mas preocupa não, a gente entende, a minha tia está morando lá, não sei quem, não sei quem”.

E aí, digamos que foi construída uma “política de respeito”, mas que depois essas pessoas começaram a atuar mais no território, no sentido de não permitir roubos dentro da ocupação, como é comum em muitas periferias que criam suas próprias leis — chegaram até a espancar pessoas que foram flagradas cometendo furtos dentro da ocupação.

E aí, anos depois, quando a área verde foi loteada, foi como que o tráfico cobrando a conta por esse “apoio”, tipo: *nós sempre ajudamos vocês aí, nunca cobramos nada, agora é a nossa vez de ganhar*. Estou contando essa historinha porque não tem nenhuma ocupação em que eu já tenha atuado que não teve questões relacionadas a essas forças operando no território, questões relacionadas ao tráfico de drogas e de armas. E é importante a gente entender como essas forças operam. Claro que tem uma diferença grande de uma cidade para outra, de uma quebrada para outra. De uma cidade que tem um crime organizado de maneira mais vertical, de uma outra cidade em que cada “boca” é um líder, um patrão diferente, aí cada negociação vai se dar conforme essa realidade local. O que nós não podemos é tapar os olhos para isso, omitir esse dado nas nossas pesquisas porque isso é uma realidade das periferias de um país periférico como o Brasil. Digo periferia sob a ótica do poder, porque pelo nosso prisma somos o centro.

Na Dandara são muitos outros episódios que nós vivemos lá, ao longo de muitos anos, que valem resgatar. A forte presença hoje das igrejas neopentecostais, muitas. No início da Dandara, a fim de nos contrapormos à construção dessas igrejas no território, propusemos em assembleia que fosse construída uma igreja, uma grande igreja no centro da comunidade, uma igreja ecumênica e que seria proibida a utilização dos lotes para fins de construção de igrejas. Aí os lotes seriam para fins de moradia, porque haveria uma grande igreja ecumênica que poderia abarcar os encontros, os cultos, de todas essas denominações religiosas: católicas, evangélicas, de matriz africana, espíritas etc.

Esse foi o nosso sonho ali também. E de todo mundo. Lembro que na assembleia isso foi uma questão tranquila, consensual, não teve muita divergência, até pela legitimidade, pela presença que o movimento (as Brigadas Populares) tinha, então isso foi bem recepcionado. No entanto, com o passar dos anos, aí foi construída essa grande igreja ecumênica — não foi rápida essa construção, demorou algum tempo, foi construída em mutirões, com doação de material, trabalho voluntário —, mas depois de construída,

na verdade quando a igreja chegou a ser finalizada para o uso, já havia inúmeras outras pequenas igrejas evangélicas de várias denominações neopentecostais, o que fez com que os católicos que praticavam as missas na igreja, até então ecumênica, fizessem dela uma igreja católica.

Assim, o sonho de um grande centro ecumênico congregando todas as denominações religiosas também foi por água abaixo. E hoje lá tem essa igreja católica no centro da comunidade, construída em mutirão, e inúmeras outras igrejas evangélicas ao redor, compartilhando espaço ou substituindo o uso habitacional dos lotes.

(...) por que tantos jovens negros continuam morrendo? Não me foram dadas respostas sobre esta questão. Como sempre, desde que visito o Brasil, a questão segue completamente silenciada. A incompreensão dessa situação, à falta de vontade de assumi-la como problema fundamental, foi determinante na impotência do PT, não digo para resolver, mas simplesmente enfrentar o problema das favelas (fora da dinâmica do capital imobiliário), e agora precipitou num vazio de relações que não só permitiu, mas facilitou a entrada da direita religiosa (e não religiosa) em meio ao proletariado negro.

A função das igrejas evangélicas é subvalorizada em sua capacidade de organizar os novos estratos da classe média dentro e fora das favelas e isso permitiu a penetração ideológica da direita e de uma propaganda de “valores” totalmente subjugada a propostas reacionárias e/ou restauração da moralidade etc. Provavelmente aqui está o nó de um dos pontos centrais da crise do PT, sua perda de contato (ou de alguma forma de capacidade de endereçar-se) com o proletariado negro do sistema industrial em crise (se não em dissolução) nas periferias das grandes metrópoles (nos estados de São Paulo e Minas Gerais, particularmente). (Negri, 2017, p. 269).

Falar disso me fez lembrar de um episódio que é, inclusive, mencionado no filme da Dandara, documentário que está disponível no youtube⁴⁴, *Dandara: enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito*, do diretor argentino-baiiano Carlos Pronzato — que, aliás, se encontra aqui em Belo Horizonte, em Brumadinho, acompanhando, entrevistando pessoas sobre o novo desastre-crime cometido pela empresa Vale.

Carlos Pronzato fez esse filme da Dandara e, em certa parte dele, é retomado um episódio que foi a segunda ocupação da Dandara. Porque quando nós ocupamos a

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FQ4zbXaZHGY>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

Dandara, a polícia ficou cercando, nos deixou confinados numa pequena área que correspondia a uns dez por cento do terreno todo e aí manteve esse muro invisível monitorado vinte e quatro horas. Esse foi um período muito difícil em que as lonas e os barracos ficavam muito aglomerados. Teve até um incêndio que ceifou a vida de duas crianças que hoje dão nome a uma das ruas da comunidade: Rua Beatriz Estefhany, que começa na Av. Dandara e termina na encruzilhada da rua 9 de abril com a avenida Francisco Negrão de Lima. Estava uma situação insustentável, era como um campo de concentração e, no entanto, nós já tínhamos a posse, mesmo que provisoriamente, mas a posse legalizada, uma vez que a liminar de reintegração de posse havia sido suspensa.

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...]. No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão. (Gonzales, 1984, p. 232).

Então, nós começamos a organizar a retomada do imóvel como um todo, que aconteceu em julho de 2009 — salvo engano, no dia 12 de julho —, e teve um fato curioso, uma sacada do professor Fábio Alves, que à época ainda atuava como advogado da Dandara pela SAJ da PUC (Serviço de Assistência Judiciária). Nesse dia nós reunimos toda a comunidade em uma grande assembleia, era um domingo, chamamos várias autoridades, apoiadores, tinha padre, como Frei Gilvander, tinha vereador, deputado, professores da universidade etc.

O professor Fábio à frente, aquela multidão toda, os lotes já haviam sido demarcados (sigilosamente), separamos as famílias em grupos para ocupação das áreas, eram nove grandes grupos, com um coordenador e uma coordenadora para cada grupo,

com paridade de gênero na coordenação, mas as mulheres sempre foram as protagonistas, não só na Dandara mas em todas ocupações, é impressionante.

E foi no interior das novas sociedades que se formaram um Novo Mundo (sejam de segregação aberta ou disfarçada), que a amefricanidade floresceu e se estruturou. Já na época colonial-escravista, ela se manifesta nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta está nos quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronages e marron societies, que surgiram nas mais distintas paragens geográficas da América (Narkin Nascimento, 1981). E é aqui que deteremos o nosso olhar para melhor aprendermos a importância das mulheres nas lutas das comunidades amefricanas de ontem e de hoje. Quem de nós desconhece o papel de grandes guerreiras quilombolas como Dandara, Aqualtune ou Maria Felipa? (Gonzales, 2018, p. 338).

Às vezes o homem fica em casa, continua pagando o aluguel, quando a casa está (semi)pronta na ocupação, aí o homem vem. O professor Fábio começou então uma espécie de procissão, descendo com o povo cantando: “o povo de Deus, no deserto andava, mas à sua frente...”; aí, foi cantando essa procissão que nós reocupamos. “Os polícia” ficaram sem reação.

No filme do Pronzato, a entrevistada, uma das moradoras, a dona Maria se não me engano, fala que foi o Frei Gilvander quem puxou isso, ela associa o evento religioso ao padre, Frei Gilvander, que estava junto na ocasião, mas na verdade quem puxou, importante que se faça aqui essa reparação, foi o professor Fábio Alves, que deu uma entrevista belíssima, um mês antes de falecer, acometido por um câncer, realizada pelo próprio Frei Gilvander, que está disponível no youtube⁴⁵.

Aquilo ali foi muito interessante, analisar aquela esperteza da serpente, como o próprio Fábio falava, uma procissão religiosa para burlar a polícia, puro teatro. A polícia achou que era de fato uma procissão; na verdade era a reocupação da área, então foi uma ação de guerrilha também, em certo sentido. Um dispositivo de interferência e resistência criativa no espaço, uma Dirce, que garantiu a retomada do território como um todo.

Dandara é isso, esse misto de ganhos e perdas, mas felizmente a comunidade está

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YRy7ILUVreE>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

lá, mais de mil e quinhentas famílias com sonho da casa própria efetivado. Foi um marco na história da luta popular pela moradia em Belo Horizonte. Dandara inspirou muitas outras ocupações. Eu lembro quando nós fizemos as primeiras reuniões, antes das Jornadas de Junho de 2013, em maio, quando a Charlene e outras lideranças da ocupação Rosa Leão chegaram lá na sede das Brigadas Populares e do Coletivo Margarida Alves (que até então tinham uma casa-sede compartilhada), falando que ficaram sabendo de nós, das Brigadas Populares e do Frei Gilvander da CPT, a partir de pessoas que moravam na Dandara. Então Dandara foi sim uma inspiração, conseguiu também cavar vários precedentes no âmbito judicial que beneficiaram as ocupações da Izidora e outras que vieram depois.

Uma das decisões judiciais mais lindas que eu já vi na vida foi a do juiz Manoel dos Reis, que é hoje desembargador do Tribunal de Justiça. Essa decisão foi proferida no âmbito da ação civil pública⁴⁶ que a Defensoria Pública ajuizou, uma decisão que o magistrado contrapõe de um lado a dignidade da pessoa humana, a posse, o direito à moradia e a função social da propriedade, e, do outro lado o direito individual de propriedade.

Não faltam iniciativas que têm por escopo inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das Terras Indígenas que continuam usurpadas, na posse de não índios. No entanto, é preciso lembrar que a posse que o índio exerce sobre seu território é a mais positiva, pois beneficia a coletividade. É em seus territórios tradicionais que os laços de comunidade, solidariedade, identidade, tradicionalidade e potencialidade comungam, e é por isso que devem ser garantidos o acesso e a permanência dos índios sobre esses espaços identitários. A posse é mais que um fato, é um direito. (Terena, 2018, p. 17).

Uma decisão ousada, na qual o juiz determina inclusive o Zoneamento Especial de Interesse Social, decreta a Dandara como ZEIS. Imagina, algo que a princípio poderia ser interpretado como poder discricionário da administração pública concedido em caráter liminar. Claro que o poder judiciário, julgando recurso em segunda instância, cassou essa decisão pouco depois, em menos de uma semana. Eu sempre utilizei essa decisão do juiz Manoel em sala de aula, muito pedagógica.

⁴⁶ Processo nº. 0356609-69.2010.8.13.0024, TJMG.

Dandara também abriu essa brecha, foi a primeira vez aqui no estado de Minas Gerais que a Defensoria Pública ajuizou ação civil pública para fins de regularização fundiária em se tratando de ocupação de posse nova, realizada há menos de um ano e um dia. E isso foi muito importante porque a ação civil pública foi distribuída para uma vara da fazenda e isso criou uma conexão com a ação de reintegração de posse que até então tramitava na vara cível. A princípio, juízes das varas fazendárias podem ser menos insensíveis às questões sociais (o que não é uma regra porque juiz julga com a cabeça de juiz, que é uma pessoa privilegiada, branca, rica, que nunca teve que morar em uma ocupação ou favela).

Mesmo assim, no âmbito das varas da fazenda, imagina-se que os magistrados possam ter uma sensibilidade maior no que diz respeito ao interesse público e às questões sociais. E aí, como a ação civil pública tem o Estado de Minas Gerais e o Município como réus, por serem responsáveis pela deficiência das políticas públicas de moradia, saneamento, educação, saúde, então ela atrai a ação cível de reintegração de posse por conexão, para serem julgadas juntas, pois existe evidente nexo de prejudicialidade entre o pedido de reintegração de posse e o pedido de regularização fundiária.

A Dandara foi a primeira ocupação em que nós conseguimos fazer isso, tirar o processo, a discussão, da vara cível, patrimonialista, para ser discutido no âmbito da vara fazendária e, nessa época, era o Desembargador Manoel dos Reis que era o juiz titular que recebeu essa ação civil pública e conseguiu atrair por conexão a ação de reintegração de posse. E isso, depois, aconteceu com inúmeras outras ocupações também. Foi um precedente importante que tem a ver com esse fundamento nosso de que as ocupações são caso de política pública e não caso de polícia ou simplesmente conflito entre particulares que reivindicam a propriedade da terra.

As ocupações envolvem uma questão social fundamental, estrutural da sociedade brasileira, que é a falta de moradia, que não vai ser sanada com proposições como o programa Minha Casa, Minha Vida, que, nós sabemos, pode ter sido qualquer coisa menos um programa habitacional. Pois esteve ligado muito mais aos interesses da indústria imobiliária, uma resposta anticíclica à crise econômica em 2008, aliado ao interesse eleitoral também naquele contexto.

Isso tudo é só para dizer que a Dandara recolocou de maneira muito forte essa discussão na cidade, e muitas outras ocupações se inspiraram nela, inclusive um dos maiores conflitos fundiários do mundo, que são as ocupações da Izidora, a qual foi pauta no tribunal internacional sobre os despejos por ocasião da ONU Habitat no Equador em 2016. Tiveram esses precedentes no âmbito da luta judicial e Dandara conseguiu angariar uma ampla rede de apoiadores.

Nós construímos a Dandara junto com o MST, então teve essa confluência da luta urbana com a luta camponesa. A proposta inicial era um acampamento rururbano, fazendo essa aliança campo e cidade. Infelizmente, o MST não continuou na organização da ocupação, por falta de pernas e também de leitura política do movimento que ainda não estava completamente convencido da imperiosidade da aliança com os movimentos urbanos, especialmente com as Brigadas Populares, que não se deixaram cooptar, nem deixaram de criticar as limitações dos governos petistas.

Lembro ainda do show da banda Graveola e o Lixo Polifônico na Dandara, que foi um marco também, no dia 05 de novembro de 2011. Nós tivemos que entrar com uma ação judicial para poder garantir a realização desse show. Na verdade, quem entrou com ação judicial foi o Ministério Público, de maneira sorrateira e covarde, uma peça assinada por uma promotora do urbanismo, Cláudia Ferreira. São inúmeros os casos em que ela atuou contra os interesses da população que ela deveria defender.

Essa promotora de justiça entrou com uma ação judicial racista, discriminatória, para tentar impedir a realização desse show na comunidade Dandara, dessa banda importante aqui no cenário da música independente. Ficamos algumas noites sem dormir trabalhando nesse caso e, no domingo, três horas antes da realização do show, nós conseguimos que o próprio juiz que tinha dado a liminar impedindo o show, sob pena de multa de quinhentos mil reais, voltasse atrás com base em toda a documentação e fundamentação que nós apresentamos. Despachamos com esse juiz no plantão (num domingo!) e conseguimos realizar o show que levou mais de mil pessoas de fora da Dandara para prestigiar o lançamento do disco da banda Graveola.

Esse show é algo sobre que eu faço questão de abrir esse parêntese para falar dele, porque foi um marco dessa aliança dos movimentos culturais com os movimentos

populares em Belo Horizonte. Teve essa singularidade aqui, na capital, de muitas lutas que congregam artistas e ativistas, confluem várias forças políticas, movimentos, agentes do estado também, Defensoria Pública, pastorais, movimento estudantil, mas essa aliança da cultura com as ocupações era algo ainda novo naquele contexto político.

Pode ser que em outros contextos históricos isso tenha sido uma realidade, mas pelo menos naquele momento, em 2011, era algo inusitado. E aí o show aconteceu⁴⁷ e depois disso vários outros desdobramentos na relação da cultura com as lutas populares: a relação da Dandara com o Movimento Fora Lacerda, os blocos de carnaval que começaram a sair nesses territórios também. O Bloco Filhos de Tcha Tcha, por exemplo, saiu nas ocupações da Izidora, nos anos 2014 e 2015, o Bloco PPK (Pena de Pavão de Krishna), que passou também em ocupações e territórios periféricos etc⁴⁸. A partir daí só cresceu essa confluência dos movimentos culturais, como o caso do Espaço Comum Luiz Estrela, que esteve junto com as ocupações da Izidora contra o despejo, várias situações de apoio mútuo e que talvez isso tenha tido expressão máxima no movimento Fora Lacerda, que agenciou tanto os movimentos populares de luta pela moradia quanto os movimentos culturais, artistas independentes, os blocos de carnaval etc.

Ainda em tempo, inspirado no verbo-novo que aprendi com Cidinha da Silva (2019b), vou *exuzilhar* um pouco. Afinal, como a própria Cidinha escreve, as encruzilhadas *são lugares de confluência energética* (Silva, 2019b). Falar das encruzilhadas lindas que constam no mapa da comunidade Dandara, hoje (finalmente) inscrita no zoneamento da cidade como área de especial interesse social. Engraçado pensar que a empresa Google reconheceu muito antes em seus mapas as encruzilhadas da comunidade Dandara. Em 2011 a Dandara já estava com todas as ruas mapeadas pelo Google Maps. Pra gente ver como os colonialistas continuam mapeando antes de

⁴⁷ Algumas imagens do show podem ser vistas no vídeo que se encontra no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=uUItkadNyLo>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

⁴⁸ Sobre a efervescência dos movimentos de ocupação deste período em Belo Horizonte, indico a leitura de duas rodas de conversa: *Cartografando os movimentos multitudinários em Belo Horizonte: as jornadas de junho e depois* (RENA et al, 2016) e *Festa e política na rua. Conversa de PISEAGRAMA com Aúrea Carolina, Gustavo Bones, Guto Borges, Joviano Mayer, Priscila Musa, Rafael Barros e Rita Velloso* (Marquez et al, 2014).

qualquer coisa⁴⁹. O poder público, à exceção da força policial, chegou muitos anos depois da Google.

Mas além disso é importante lembrar o processo pedagógico de escolha e eleição dos nomes das ruas da comunidade. Tiago Castelo Branco foi quem agenciou a pauta no interior das assembleias gerais. A eleição dos nomes foi um dispositivo para o processo de educação popular contra-colonialista, pois cada proposta de nome trazia uma explicação biográfica.

As inspirações, pessoas e lutas que batizaram o arruamento da Dandara, após a votação dos nomes, realizadas em assembleia, formaram encruzilhadas potentes como a da Rua dos Quilombos com a rua Zilda Arns, com a rua Paulo Freire, depois com a rua Maria Diarista, rua Nelson Mandela, rua Milton Santos, até desembocar novamente na avenida Dandara. Tem ainda as encruzilhadas da avenida Dandara com as ruas da parte baixa do terreno: rua Carlos Marighella, rua Carlos Lamarca, rua Che Guevara, rua Irmã Dorothy Stang, rua Brigadista, rua dos Sem Terra, rua dos Palestinos, rua dos Iraquianos, rua São Francisco de Assis, rua Caracol, rua Camilo Torre e muitas outras até alcançar, do outro lado da comunidade, a encruzilhada da rua Professor Fábio Alves com a continuação da rua 9 de abril, uma espécie de “avenida do Contorno” fundacional que circunda o território insurgente. Nove de abril é a data de nascimento da comunidade-quilombo Dandara.

O primeiro cômodo do Centro Comunitário foi concluído na ocasião da festa de 1 ano da ocupação. Nesta ocasião foram escolhidos também os nomes das ruas pelos moradores e realizada a numeração das casas. A entrega deste material com estas informações ocorreu durante a festa de comemoração. Havia um palco construído ao lado no Centro Comunitário na Avenida Dandara, na entrada da ocupação, ele era ocupado por moradores para cantarem forró e rap. Nesta noite aconteceu uma celebração ecumênica conduzida por Frei Gilvander, e um pastor morador da ocupação, militantes das Brigadas Populares e do MST também ocuparam o palco para fazer discursos. Eram chamados para subir no palco representantes do apoio, quando subi ao palco agradei a oportunidade por aquele primeiro ano de convívio e avisei que havia trazido um mapa atualizado da ocupação com o nome das ruas e a numeração das casas, quando eu disse isto houve um breve esvaziamento da festa,

⁴⁹ Sobre mapas e poder, recomendo muito o curta do amigo Ernesto de Carvalho *Nunca é noite no mapa*, disponível no youtube pelo link: <<https://www.youtube.com/watch?v=dkVfRne-eMI>>. Acesso em: 08 de setembro de 2020.

os moradores se dirigiram para o local onde o mapa estava afixado, no interior do Centro Comunitário, para verificar e agora ter um endereço.

Esta questão do endereço é algo que sempre me chama atenção nas ocupações urbanas, a valorização deste aspecto pelos moradores sempre me parece exagerada, o fato de que eu sempre tive endereço e isto nunca foi algo que me faltou me leva a uma incompreensão do seu significado para os moradores. O mapa com estas informações tinha as dimensões de 1,0 x 0,80 m e havia uma disputa para conseguir chegar a ele e verificar o endereço. As pessoas perguntavam se agora poderiam utilizar este endereço para cadastro em lojas, em oportunidades de emprego, na matrícula dos filhos na escola, dentre outras. Em outras experiências de numeração das casas em ocupações, ficou claro o quanto esta ação tem um efeito imediato na vida das pessoas, elas passam a ter acesso a várias situações da vida na cidade, que sem o endereço não é possível. (Lourenço, 2020, s.p).



Figura 03 – Assembleia de definição dos nomes das ruas da comunidade Dandara. Fotografias: Tiago Castelo Branco, 2009.

E, vejam vocês, depois de resgatar esse percurso em que eu estive acompanhando essas ocupações como advogado popular e ativista das Brigadas Populares, acabei de encontrar aqui, na Assembleia Legislativa, próximo ao Mofuce, o advogado popular Luiz Fernando⁵⁰, grande amigo e companheiro nessa trajetória toda, dessas historinhas que contei. Muita confluência!

⁵⁰ Recomendo a leitura da sua dissertação de mestrado: *Do PROFAVELA à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte* (Freitas, 2015).

7. A função social da propriedade e os movimentos sociais⁵¹

o cotidiano denota um sentido de lugar de resistência - lugar onde se gesta um projeto autônomo das classes subalternas, livre dos discursos elitistas e institucionalizados em agências que lhes são exteriores.
(Marcos Cardoso)

A função social da propriedade, prevista como garantia fundamental na Constituição Brasileira (art. 5º, inciso XXIII), é um argumento fundamental para a legitimação da luta dos movimentos sociais pela moradia, pelo direito à cidade e também pela reforma agrária. As ocupações-retomadas têm como argumento para legitimar essa ação direta tanto a função social quanto o princípio democrático.

A propriedade que está em situação de abandono, sem destinação residencial ou econômica, com finalidade estritamente especulativa, é passível de ser destinada para fins de moradia de interesse social ou equipamento público, entendendo-se a função social como componente ontológico da propriedade, ou seja, faz parte do ser propriedade. O imóvel que descumpra a função social desmerece a proteção do direito e do estado.

O ordenamento jurídico brasileiro oferece inúmeros instrumentos de penalização do proprietário que deixa o seu imóvel em situação de descumprimento da função social, como a desapropriação-sanção, prevista tanto na Constituição quanto no Estatuto da Cidade, os compulsórios, o IPTU progressivo, o instituto do abandono, previsto no Código Civil. Estamos falando do código das coisas, do código das propriedades, que prevê a retomada desses imóveis em situação de abandono, inclusive sem indenização, que é o instituto do abandono previsto no Código Civil de 2002, no artigo 1.276.

A desapropriação-sanção por descumprimento da função social da propriedade prescinde da indenização prévia em dinheiro, como está previsto no decreto varguista, nº 3.365, de 1941, no qual a desapropriação tem que se dar mediante pagamento prévio, em dinheiro, do valor de mercado do imóvel. No caso da desapropriação-sanção, o ordenamento jurídico entende como tão grave o descumprimento da função social que

⁵¹ Este texto é fruto de entrevista oral concedida para as professoras Ana Paula Baltazar e Louise Ganz (Baltazar; Ganz, 2019).

prevê que a indenização pode ser paga com Títulos da Dívida Pública, resgatáveis em até 10 anos no caso da propriedade urbana e em 20 anos no caso da rural. O ordenamento jurídico vem no sentido de penalizar o proprietário que deixa seu imóvel só para fins especulativos, só como “gado de engorda”, em desproveito de toda a coletividade e em descumprimento da função social da propriedade. A coletividade investe recursos públicos na produção do espaço urbano e, individualmente, um proprietário usufrui daquilo que é coletivamente produzido.

Outro instrumento de penalização do uso especulativo da propriedade está na reforma do Código Tributário Nacional, que, em 1967, no auge do Regime Militar, trouxe a Contribuição de Melhoria (artigo 81 e seguintes), tributo que visa a retomar, para o Poder Público, a valorização de imóveis ocasionada por meio de obras públicas. Há inúmeros instrumentos previstos no ordenamento jurídico brasileiro para resgate da mais-valia desses imóveis, e também de penalização daqueles proprietários que deixam o seu imóvel em situação de descumprimento da função social da propriedade.

O que ocorre é que, quando um movimento social ocupa um imóvel sob esse argumento, o estado ignora essa realidade e age com truculência porque, afinal, o que está sendo protegido pela polícia militar não é simplesmente uma propriedade isolada que descumpra a função social, mas é o sagrado instituto jurídico da propriedade privada nos marcos do capitalismo. Muitas vezes a polícia chega numa ocupação sem sequer saber quem é o proprietário, sequer ter sido acionada e, mesmo assim, a postura é de truculência com relação ao movimento de retomadas.

Os negros e negras descendentes de africanos desenvolveram variadas formas de lutas e estratégias coletivas de sobrevivência, de resistência, de combate ao racismo à discriminação racial, ao preconceito, às desigualdades sociais e de enfrentamento cotidiano à violência física e simbólica, contra o seu corpo e sua cultura. (Cardoso, 2011, p. 60)

Se alguém se desfaz de um bem móvel, joga no lixo, num gesto claro de abandono, e outro alguém se apropria desse bem, esta pessoa não está cometendo um crime. O mesmo deveria valer para a propriedade imóvel; não há nenhuma diferenciação nesse sentido pelo ordenamento jurídico. Então, quando um movimento se apropria de um bem,

que está claramente em situação de abandono, com dívidas de IPTU, sem destinação econômica ou social, por que ele é criminalizado?

O outro argumento de legitimação das ocupações é o que denominei no início como princípio democrático. Toda democracia tem o conflito como pressuposto, a luta por direitos amparada como instrumento legítimos de pressão social. Não faz sentido pensar uma democracia que não seja na perspectiva conflitual da luta por direitos. Se não fosse a luta das pessoas escravizadas por meio da resistência dos quilombos, talvez debaixo deste prédio ainda haveria uma senzala, da mesma forma que, se não fosse a luta dos sindicatos, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930 no Brasil, não existiriam a CLT nem a legislação protetiva do trabalho.

Enfim, os quilombos foram sociedades alternativas constituídas por homens e mulheres livres que abrigavam no seu interior os mais diferentes povos do mundo, especialmente, os oprimidos de toda sorte. Eram uma contraposição real ao poder colonial. Em parte, isso explica, para além das razões de ordem econômica, o grande investimento das autoridades coloniais nas guerras de repressão constante, até a mais completa destruição dos quilombos. No caso de Minas Gerais, cerca de 160 foram completamente destruídos nos séculos XVIII e XIX. (Cardoso, 2011, p. 76).

O princípio democrático inerente ao estado de direito é, portanto, pressuposto de legitimação das ocupações-retomadas. O que acontece é que a função social, apesar de estar prevista nas constituições brasileiras desde o início do século XX, é ignorada pelo poder judiciário, que, em regra, não respeita esse atributo inerente à propriedade. Em uma ação judicial na qual o proprietário não comprova o exercício de posse anterior, não deveria haver reintegração de posse, mas mesmo assim o poder judiciário a concede. Também ignora se o bem está no exercício do cumprimento da função social da propriedade e profere liminares, decisões sem ouvir a parte contrária, sem ouvir as famílias que estão exercendo posse legítima, e determina o desalojamento com uso da força policial.

O massacre da Ocupação Sonho Real, no ano 2005, em Goiânia (GO), e da Ocupação Pinheirinho, no ano 2012, em São José dos Campos (SP), dentre vários outros

despejos emblemáticos, são operações muito violentas do estado brasileiro contra famílias legitimamente lutando com base na função social da propriedade e no princípio democrático. O poder judiciário, o mais racista dos poderes da República, é um ator fundamental para o não cumprimento da função social da propriedade.

No artigo quinto da Constituição, o inciso XXII diz que *é garantido o direito de propriedade* e, logo em seguida, o inciso XXIII diz que *a propriedade atenderá a sua função social*. A propriedade, portanto, não pode ser analisada sem o prisma da função social, entretanto, o poder judiciário ignora isso, e o faz porque é uma casta elitista, maioria de homens brancos, proprietários e que estão defendendo seus próprios interesses. Desconheço juízes que vieram de favelas, de ocupações, que experimentaram na vida o que passam as famílias que lutam pelo seu direito de morar. Isso resulta em um poder judiciário completamente alheio a essa realidade social, que trata as ocupações como caso de polícia e não como uma questão social estrutural.

A maior parte das grandes cidades brasileiras vive um contexto no qual as ocupações são parte de sua história de formação social e do seu tecido urbano. Ocupação, no Brasil, é a forma como a população segregada, maioria negra, tem para acessar a moradia, porque, desde quando o salário mínimo foi criado em 1932 pelo governo Getúlio Vargas, o quesito moradia foi ignorado na cesta de remuneração do trabalho. A moradia sempre foi um encargo das próprias trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Chico de Oliveira (Oliveira, 2003) diz que os dois grandes motores da industrialização no país foram a autoconstrução e o estado como agente indutor.

A autoconstrução, porque essa tirava do patronato industrial o encargo de prover a moradia, então os(as) trabalhadores(as) empobrecidos(as) tiveram que se virar para autoconstruir suas casas nos morros, nas encostas, nas áreas de várzea, onde não havia ainda a ação do mercado imobiliário formal, fosse especulativo ou produtivo. As ocupações, portanto, fazem parte da história de produção das cidades. É preciso entender as ocupações-retomadas nesse contexto de luta pela democracia e pela efetivação do direito de morar.

A constituição faz uma diferenciação da função social da propriedade, seja ela rural ou urbana. Ao tratar da função social da propriedade rural, ela delimita certos

critérios para fins de aferição do seu cumprimento, tais como se a propriedade é produtiva — que será verificado com base naquilo que ela produz do ponto de vista agrícola e pecuário —, se não tem uma produção satisfatória (e os índices de aferição disso são completamente defasados, pois são da década de 1970); se não atende a esses índices, ela não cumpre a função social. Um segundo critério é se a propriedade respeita a legislação ambiental. Por exemplo, observa-se se é uma propriedade que degrada o meio ambiente, se há uma supressão da vegetação nativa; enfim, se ela não cumpre a legislação ambiental, ela também descumpre a função social da propriedade. E o terceiro critério está relacionado à legislação trabalhista, que diz que, se é uma propriedade que utiliza de mão de obra análoga à condição de escravidão ou não respeita a legislação trabalhista em outros quesitos, ela também não cumpre a função social da propriedade. A Constituição delimita de maneira mais bem acabada esses critérios aferidores do cumprimento ou não da função social da propriedade rural.

No caso da propriedade urbana, a constituição joga isso para o Estatuto das Cidades, que joga para o Plano Diretor, cabendo a este definir os critérios aferidores da função social. Por um lado é interessante porque, no âmbito local das cidades, essa luta pode se dar de maneira mais contundente, para tentar garantir nos Planos Diretores a regulamentação da função social. Mas, por outro lado, por não estabelecer nenhum critério aferidor do cumprimento ou não da função social da propriedade urbana, esta fica mais frágil do que no caso da rural.

Historicamente, várias propriedades rurais já foram desapropriadas para fins de reforma agrária, por descumprimento da função social, mas no âmbito das cidades isso não ocorre. Até porque a desapropriação-sanção por descumprimento da função social da propriedade urbana tem que ser precedida pela aplicação dos compulsórios (parcelamento ou edificação), depois pelo IPTU progressivo para, finalmente, ser aplicada a desapropriação-sanção. Isso nunca aconteceu no país.

Além de não ser aplicado em casos concretos de conflitos fundiários, também não é aplicado em termos de políticas públicas, no sentido de garantir o cumprimento da lei pelos proprietários ilegais e exigir que eles deem uma destinação social aos imóveis ociosos. O quadro hoje, nas grandes metrópoles brasileiras e também nas cidades médias,

é de *muita gente sem casa e muita casa sem gente*. Essa é uma contradição estrutural das cidades brasileiras que também reflete o *racismo estrutural* (Almeida, 2018), considerando que a maioria das pessoas sem casa são negras, enquanto os proprietários especuladores são brancos.

Inaugurada em 12 de dezembro de 1897, a capital dos mineiros foi construída para acomodar os interesses políticos, econômicos e administrativos da elite dominante do Estado. Além de transformar-se no novo centro político, administrativo e cultural de Minas Gerais, a cidade sintetizava as diversas linguagens da modernidade no seu espaço urbano. Entretanto, essa modernidade tão decantada na sua, ainda, fugaz história, teve uma característica fortemente excludente e de segregação da população negra, desde a planta da sua construção. (Cardoso, 2011, p. 138).

Mas os próprios movimentos sociais também lidam com o dilema da propriedade privada. Na ocupação de áreas ociosas, reivindicam a destinação dos imóveis para fins de moradia de interesse social, ou seja, para famílias empobrecidas dentro dos critérios que a legislação estabelece. Infelizmente, muitas vezes não conseguem transpor o limite da propriedade individual, confundindo moradia com propriedade. A moradia é muito além da propriedade, e a propriedade frequentemente tem um efeito perverso no processo de subjetivação das pessoas.

Nos quilombos, as terras e o fruto do trabalho eram coletivizados. Ao desenvolver uma agricultura diversificada, oposta à monocultura implantada pelos colonizadores, os quilombos produziam um excedente que era vendido ou trocado por outras mercadorias com os colonos vizinhos das comunidades quilombolas, estabelecendo uma rede de cooperação. (Cardoso, 2011, p. 63)

Ocorrem situações delicadas e complexas de lideranças de ocupações serem assassinadas por causa de conflito de terra internos, dentro da própria ocupação, por motivos de controle territorial sobre os lotes, como foi o caso do assassinato do Manuel Bahia, grande liderança da Ocupação Vitória (Izidora), e o assassinato do Kadu, também morador e liderança combativa da Izidora assassinado pelo tráfico de drogas em novembro de 2015.

Na Ocupação Dandara (hoje já consolidada e em processo de regularização fundiária) houve uma tentativa de construção de um plano urbanístico onde os lotes

seriam coletivos, com mandalas e hortas no centro. Essa proposição de parcelamento diferenciado do solo, para fins de uma apropriação coletiva que não caísse na armadilha da propriedade privada, foi barrada por uma movimentação do tráfico local, que cooptou pessoas para se posicionarem contra a proposta, que, a meu ver, era um planejamento urbanístico extremamente interessante e avançado. Lamentavelmente essa proposição dos lotes coletivos foi frustrada dentro da ocupação.

A melhor maneira de combater discursos e práticas fascistas é promover cada vez mais os espaços de sociabilidade e convivência, mas também precisamos reconhecer a semente desses discursos e práticas em cada um de nós. (Vieira, 2019, p. 16).

As Brigadas Populares já tinham o entendimento, desde antes da ocupação Dandara, de que a forma de apropriação do espaço também determina as relações sociais. Lotes individuais ou coletivos, becos ou ruas, adensamento excessivo ou lotes com tamanho adequado, a existência de equipamentos públicos ou coletivos, isso faz toda diferença, reflete diretamente na convivência, nos processos de subjetivação, no envolvimento das pessoas, na construção de vínculos comunitários e laços de solidariedade, e avançam para além da dimensão conflitual.

De fato, do ponto de vista de uma política pública no campo da memória e do patrimônio cultural de Belo Horizonte, não se pode mais desconsiderar o modo como a comunidade negra percebe, estrutura e usa o espaço urbano. A população negra está diretamente ligada à construção da cidadania no território. A noção de território compreende tanto o espaço particular, o corpo próprio, com o espaço coletivo da casa, do trabalho, da diversão e da devoção. Território é o espaço público da cidade com suas ruas, praças, transporte coletivo e demais equipamentos urbanos, como teatros, cinemas, bares, restaurantes, hotéis, casas de bailes, clubes, campos de futebol, hospitais, escolas, centros culturais, parques, áreas verdes, rios, lagos, matas, cachoeiras e lugares do sagrado. A ocupação do território pode ser dar como espaço interativo ou segregativo para os diferentes povos, grupos e classes sociais em luta por seus direitos. Território é também o próprio corpo - espaço pessoal que acompanha todo e qualquer indivíduo, caracterizado pela capacidade de expandir-se contrair-se conforme o contexto. (Cardoso, 2011, p. 210).

Enquanto há conflito com o estado, ameaça de despejo, enquanto persiste a situação de insegurança da posse, as ocupações se mobilizam. Quando passa esse contexto, muitas vezes as comunidades param de participar das assembleias, poucas pessoas continuam envolvidas na dimensão comunitária. Assim, buscar formas ousadas, criativas, coletivas de apropriação sócio-espacial pode implicar o avanço de uma dimensão constituinte da vida para poder gerar outras formas de trabalho cooperado e de produção, como, por exemplo, o papel que a agroecologia pode cumprir dentro desses territórios. Criar comunidades para além da dimensão destituente de conflito direto com o estado é, portanto, um tema fundamental para os movimentos hoje.

Alguns movimentos não fazem o debate para além dessa dimensão destituente, da ação direta; estão preocupados em fazer ocupação para garantir “Minha Casa, Minha Vida”, cada família no seu quadrado. E aí me pergunto qual a dimensão política disso, porque não ultrapassa a dimensão estritamente reivindicativa. Reivindicativa de um direito que é de propriedade e não de moradia. O cumprimento da função social da propriedade para os movimentos de luta deve ser pensado para além da propriedade, numa dimensão de apropriação coletiva do território, do espaço, de autogestão comunitária que não se prende à lógica mercantil da propriedade.

Para mim, como lutador do direito à cidade que atua já há muitos anos nesse campo, qual é o sentido de participar da organização de uma ocupação na qual as pessoas vão virar proprietários individuais sem nenhum lastro social, comunitário, de construção coletiva dentro daquele território? Quais relações sociais vão ser forjadas ali a partir disso? Isso é central, na minha opinião. Transpor a lógica patrimonial e individualista e fortalecer a dimensão constituinte do território, relativa a outros modos de viver e produzir no espaço, para forjar de fato comunidades no sentido de as pessoas se envolverem na vida cotidiana e em laços de solidariedade.

O certo é que, para o Movimento social negro, Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinonimo de comportamento negro, de esperança e luta por uma sociedade igualitária. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra. (Cardoso, 2011, p. 76).

O *direito à cidade*, segundo Henri Lefebvre, envolve muitas outras dimensões para além da luta pela moradia. Esta não está desconectada da luta maior pelo direito à cidade, que implica o direito ao trabalho, à saúde, ao lazer, à cultura e, sobretudo, ao direito de reescrever o futuro da cidade. Como David Harvey coloca, reescrever o futuro é o direito de construir a cidade que nós queremos enquanto nós transformamos a nós mesmos para sermos felizes e viver plenamente.

Sobre a questão da posse e da propriedade, há o não reconhecimento pelo poder público dos direitos da posse, apesar da legislação já garantir isso em diversos aspectos. O ordenamento jurídico opera em qual sentido? Primeiro, em relação aos conflitos sócio-territoriais, a posse é menosprezada, inclusive a posse do proprietário, que ajuíza uma ação de reintegração de posse contra uma ocupação muitas vezes juntando como prova apenas a certidão de escritura pública do imóvel. Ora, numa ação de reintegração não é a propriedade que está sendo discutida, é o exercício da posse, e no entanto os proprietários não comprovam o exercício de posse anterior e se limitam a demonstrar propriedade. O poder judiciário simplesmente acolhe a vontade do suposto proprietário, sem reconhecer a prevalência do exercício da posse para fins de reintegrar esse proprietário na posse do imóvel.

As coisas simples precisam constantemente ser diretas: é o capital - e não a sua força de trabalho - que deteriora a vida metropolitana. Para o capital a cidade interessa como fonte de lucro. Para os trabalhadores a cidade é o mundo onde devem procurar desenvolver suas potencialidades coletivas. Entre os dois existe um mundo de diferenças e antagonismos. (Kowarick, 1979, p. 53)

Para além disso, o próprio poder público age dessa forma no tocante às políticas públicas. Nos projetos de “urbanização de vilas e favelas” — como se a favela não fizesse parte do fenómeno da urbanização brasileira —, o poder público, na hora de indenizar para fins de remoção de famílias dessas áreas periféricas, ignora que ali tem um exercício de posse que confere direitos às famílias. Por exemplo, a legislação estabelece que a sentença em ação de usucapião especial urbana tem natureza declaratória, ou seja, cumpridos os requisitos legais para fins de usucapir o imóvel, a pessoa já é proprietária,

e o que a sentença faz é simplesmente declarar para reconhecer o seu direito, que é anterior à sentença. Se alguém exerce posse mansa e pacífica durante cinco anos, não possui outra propriedade, pode, no caso da usucapião especial urbana, se tornar proprietário. Mas, no caso de indenização por remoção, o poder público vai indenizar apenas as benfeitorias, não reconhecendo o domínio já configurado em favor do proprietário usucapiente sob a alegação de que a família não possui título. Ora, a usucapião é um modo originário de aquisição do direito de propriedade e, repito, a sentença que reconhece a usucapião tem natureza declaratória do direito pré-existente.

O mesmo vale para a concessão de uso especial para fins de moradia, prevista na Medida Provisória 2.220, de 2001, bastante semelhante à usucapião, mas, como não pode haver usucapião de imóvel público, há a concessão de uso especial que recai sobre imóveis públicos ocupados. A família de baixa renda que ocupa um imóvel público com até 250 metros quadrados há mais de cinco anos e não tem outra moradia cumpre os requisitos necessários para que seja declarado o direito ao domínio do imóvel conforme previsto no artigo 183 da Constituição, no capítulo que trata da política urbana.

O tratamento desprivilegiado da posse é feito pelo próprio poder público nas políticas nefastas de remoção de vilas e favelas e outras áreas, o que é completamente ilegal. Nunca se removeu tanto no país quanto nos últimos anos, especialmente no cenário de Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas de 2016, outros megaeventos e grandes projetos urbanos (GPUs) que solapam vidas e direitos. O Rio de Janeiro talvez seja o caso mais emblemático disso, contrariando inúmeras convenções internacionais. Não só convenções de direitos humanos, mas a própria Convenção de Genebra que trata dos direitos de guerra, que prevê que, nem em situação de guerra, o país ocupante de um outro país pode promover deslocamentos forçados (remoção) de pessoas. Nem em situação de guerra ocorre o que vemos hoje acontecer no Brasil, com remoções frequentes e sem critérios que atendam efetivamente ao interesse público.

As primeiras vilas removidas pelo Programa Vila Viva em Belo Horizonte são justamente aquelas que coincidem com as áreas mais valorizadas da cidade, como foi o caso do aglomerado Santa Lúcia, do aglomerado da Serra, do Morro das Pedras, todas na região centro-sul. O poder público, quando atua nesses territórios, reproduz uma ação

racista e segregacionista, ignorando a posse e ignorando a função social. Mas essas apropriações do espaço pelos *espoliados urbanos* (Kowarick, 1979) fazem parte da história da cidade, é uma questão estrutural que tem a ver com o lugar dos afro-brasileiros dentro das cidades. É preciso reinterpretar a produção do espaço sob a ótica do *racismo ambiental* que segrega os corpos negros no espaço. Afinal, o estado, *ao regular de forma autoritária a ocupação do solo urbano, funciona como um instrumento de poder das elites dominantes* (Cardoso, 2011, p. 138-139).

Para finalizar gostaria de falar sobre o MST⁵² e o MTST⁵³. Por ser o MST o principal movimento de luta pela reforma agrária no país e ter uma perspectiva avançada no sentido da apropriação coletiva da terra, seus projetos de assentamento são títulos coletivos de concessão, uma conquista garantida pela legislação. Já o MTST é o principal movimento da luta pela reforma urbana, que surge em 1997 como um braço urbano do MST, e em 2003 eles se desvinculam e o MTST passa a travar uma luta mais autônoma nas cidades.

Nas ocupações do MTST, as pessoas não estão ali para constituir uma territorialidade comunitária, mas para reivindicar empreendimentos do “Minha Casa, Minha Vida”. Mas é o maior movimento popular urbano do país, legítimo e importante, pois resgatou a ação direta no campo dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana. Os movimentos tradicionais dessa luta no país — compostos pelas entidades nacionais da FNRU (Frente Nacional pela Reforma Urbana⁵⁴): CONAN⁵⁵, UNMP⁵⁶, CMP⁵⁷, MNLM⁵⁸ etc. — são movimentos que, quando o governo Lula assumiu, abdicaram da ação direta em certa medida. Priorizam a luta institucional, compuseram o Conselho Nacional das

⁵² Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra.

⁵³ Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto.

⁵⁴ *O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) é uma articulação nacional que reúne movimentos populares, sociais, ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa com a finalidade de lutar pelo direito à cidade, modificando o processo de segregação social e espacial para construirmos cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas.* <<https://forumreformaurbana.org.br/>>.

⁵⁵ Confederação Nacional das Associações de Moradores <<https://conam.org.br/>>.

⁵⁶ União Nacional dos Movimentos de Moradia <<https://sp.unmp.org.br/>>.

⁵⁷ Central de Movimentos Populares.

⁵⁸ Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

Cidades, as políticas locais de habitação, e isso criou um certo arrefecimento das ocupações.

Nesse contexto, Belo Horizonte ficou quase 10 anos sem ter ocupações organizadas pelos movimentos, porque adentraram na política institucional. No artigo *Da (anti) reforma urbana brasileira a um novo ciclo de lutas* (2013), Pedro Arantes faz muito bem esse resgate histórico. O MTST é um ponto fora da curva, resgata a ação direta, as ocupações organizadas, e estimula outros movimentos a fazerem isso, sobretudo em São Paulo, mas ainda está muito longe de uma perspectiva, por exemplo, como a do MST, que já incorporou a pauta da agroecologia e outras questões que estão para além da conquista da terra, a qual é fundamental e imprescindível, mas não o bastante. E apartamento pode até rimar, mas não combina com aquilombamento.

A consciência negra está ancorada na cultura e na história das lutas travadas por nossos ancestrais contra a escravidão, o racismo e a opressão. A consciência negra se traduz na atitude efetiva em assumir os quilombos de hoje, verdadeiros espaços de resistência e de construção da dignidade de ser negro e de afirmação política da população negra. A consciência negra é a possibilidade de fazer coletivamente um futuro de dignidade e liberdade, que fundado na ancestralidade e na cultura, é um eixo de conhecimento, de referência identitária e de energia vital, traduzida em dinâmica de resistência, de desconstrução e reconstrução. (Cardoso, 2011, p. 219).

Estamos falando da construção de uma nova sociabilidade, que tem que se dar não no plano da utopia, mas agora, desde logo e desde abaixo, pelos *espoliados urbanos*. Experimentar desde já a constituição de um novo homem, de uma nova mulher, seja no campo, seja na cidade, por meio de outros processos de subjetivação. Nesse sentido, o MST avançou bastante. Talvez o que faltaria avançar seria constituir alianças mais amplas e efetivas com os novos movimentos urbanos, para criar alianças mais profundas da luta social, até porque a dicotomia campo e cidade já está hoje bastante borrada. Mesmo a diferenciação da função social da propriedade urbana e rural precisaria ser revista; isso só será mudado na medida em que os movimentos se alinharem em uma nova confluência. Isso é fundamental. E o movimento popular urbano ainda tem muito a avançar nesse sentido.

8. Rolezinho sobre o Mofuce e a Advocacia Popular Cartográfica

Somos eu, somos sujeito, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade.
(Grada Kilomba)

Mofuce significa Movimento de Fundação Casa do Estudante. A Casa foi construída e fundada no início da década de 1960, mas, dada sua força histórica, o nome persiste, assim como a continuidade dessa retomada-autogestionada, hoje representada pela Associação Casa do Estudante, pessoa jurídica sem fins lucrativos.

Essa é uma das ocupações mais antigas da cidade, uma ocupação que presta assistência estudantil há mais de trinta anos e tem uma história belíssima de resistência. No meu mestrado fiz um rolezinho (*excursão*) sobre o Mofuce (Maia Mayer, 2015). De lá pra cá, muita água rolou; inclusive foi conquistada vitória em primeira instância no âmbito do processo judicial proposto pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para reivindicar o imóvel pertencente à Associação Casa do Estudante.

O prédio foi construído na década de 1960 por estudantes e entidades representativas de estudantes secundaristas que adquiriram o terreno em leilão da UFMG. Durante a ditadura foi exarado um decreto autoritário (Decreto-lei 228/1967) que extinguiu as entidades estudantis e tomou, surrupiou o patrimônio dessas entidades sem qualquer indenização, sem nada.

Art. 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.
Parágrafo único. O Ministério Público Federal promoverá a dissolução das entidades e o patrimônio dos referidos órgãos será incorporado à Universidade federal do Estado respectivo, para utilização pelo D.C.E. (Brasil, 1967).

Uma situação bem típica de um regime civil-militar totalitário. Esse decreto foi a antessala do AI-5, extremamente autoritário, e, assim, o imóvel foi passado pela ditadura para o Diretório Central dos Estudantes (DCE), que já era, nesse momento, uma entidade biônica, controlada pelo regime. O imóvel foi transferido à responsabilidade do DCE, mas o domínio, a propriedade, passou a ser da UFMG. Com o início da abertura política, os estudantes ocupam o imóvel que estava completamente abandonado, isso no ano 1985.

Essa ocupação-retomada-estudantil data, assim, desse período, e eu acabei de chegar aqui na porta com minha magrela de duas rodas.

Bom, por que incluir o Mofuce nesses *rolezinhos*? Nós acompanhamos aqui, pela advocacia popular, desde 2013 porque, como disse, a UFMG ajuizou uma ação reivindicatória⁵⁹ pretendendo tomar para si esse imóvel com base no referido decreto autoritário da ditadura militar.

A UFMG ajuizou essa ação também por conta do envolvimento de pessoas da Casa nas Jornadas de Junho de 2013 — estudantes não somente da UFMG, mas também de outras universidades. Teve um episódio de uma viatura da polícia civil que foi virada e depredada pelos manifestantes. Foram produzidas algumas imagens e a polícia conseguiu identificar e chegar a um manifestante suspeito, essa pessoa foi presa em flagrante e ela morava aqui na Casa.

Um tempo depois, eu tive que acompanhar uns artistas que foram presos quando iam fazer uma performance, isso já em 2014, contra a Copa, artistas ligados ao Espaço Comum Luiz Estrela. *É possível observar, atualmente, uma estreita relação da performance com o ativismo, do movimento negro ao movimento feminista* (Caetano, 2015, p. 107). E esses artistas-performers, dos quatro artistas presos, três deles moravam comigo (Mary, Efe e Nando). Tita, a quarta artista detida, não morava, mas frequentava nosso lar comum. Resultado: nossa casa começou a ser investigada pela polícia civil.

A polícia montou uma P2 na porta da nossa casa, conversaram com os nossos vizinhos, filmaram nossa casa e uma vez nós fomos intimados para prestar depoimento na delegacia, e lá um agente policial soltou para a gente, em tom ameaçador, que a polícia também estava investigando uma casa no Santo Agostinho, perto da Assembleia. Não imaginaram que o advogado daquela casa chamada Mofuce poderia ser o mesmo que ali estava.

Como eu já acompanhava aqui, associei imediatamente ao Mofuce, ou seja, a polícia abriu uma investigação aqui também, pós-Jornadas de Junho, e descobriu que o

⁵⁹ Processo nº. 46039-82.2013.4.01.3800, 21ª Vara Federal de Belo Horizonte da Seção Judiciária de Minas Gerais.

imóvel estava registrado como propriedade da UFMG. A nossa interpretação mais lógica é que a UFMG foi acionada pela polícia e, por isso, entrou com essa ação reivindicatória absurda, basicamente com fundamento no autoritário Decreto-lei 228/1967.

Veja bem, nós estamos falando de uma resistência de décadas, retomada em 1985! A UFMG, ao longo de todas essas décadas nunca reivindicou a propriedade desse imóvel; aliás, ela chegou a prestar serviços aqui durante os anos 1990, serviços de limpeza no imóvel, isso ficou atestado na audiência de instrução e julgamento com a oitiva das testemunhas. A universidade chegou a prestar inclusive serviço de segurança no imóvel para os(as) estudantes.

A UFMG, assim, sempre reconheceu a legitimidade da retomada do imóvel pelos(as) estudantes, mas, a partir dos episódios das Jornadas de Junho de 2013 e do envolvimento de estudantes da Casa com as manifestações, naquele momento decidi reivindicar a propriedade sobre o bem imóvel. Lamentavelmente, a universidade ainda hoje atua no sentido de despejar os(as) estudantes do Mofuce, tendo recorrido da sentença judicial. A reitoria também se nega a pautar a questão em sua instância máxima de deliberação: o Conselho Universitário.

Esse processo judicial da UFMG contra o Mofuce foi muito ilustrativo no tocante àquilo que tenho chamado de *advocacia popular cartográfica*. Porque a forma como nós conduzimos esse processo, o Coletivo Margarida Alves, com a atuação também da advogada Carolina Spyer, traz muitos elementos sobre essa perspectiva da *advocacia popular cartográfica*, uma advocacia popular agenciadora, que entende a advocacia popular como um espaço que exerce um magnetismo das lutas.

O avanço do capital sobre nossas vidas, territórios e modos de existir vem acompanhado de uma maior judicialização das lutas sociais. Conflitos pela terra, resistências contra a espoliação dos bens comuns ou pela efetivação dos direitos formalmente assegurados e materialmente negados sempre deságuam no judiciário, que, como poder supostamente neutro, tem a palavra final sobre a resolução da lide.

Reduzir o conflito social a uma querela judicial cumpre o fim de sufocar o dissenso onde ele, em tempos de neoliberalismo, já não é bem-vindo, ou seja, no terreno da política. Por outro lado, retirar os conflitos sociais da esfera política e circunscrevê-

los à esfera judicial — aqui temos na verdade uma esfera política mal disfarçada como neutra, aparentemente orientada por critérios técnico-científicos — também corresponde ao imperativo neoliberal de criminalização dos movimentos sociais, sindicatos e quaisquer outras lutas dissonantes do *pensamento único*.

Como exemplo supremo, para não perder de vista o contexto brasileiro recente, até mesmo um golpe na cúpula do poder constituído se expressa com uma conotação jurídica muito forte, no qual um juiz de direito foi um dos protagonistas da trama para forjar um cenário perfeito ao deslinde antidemocrático (sim, foi golpe), consumado por um julgamento com pompas de legalidade e com transmissão ao vivo.

Tal como o fez a ex-presidenta ao se defender e acompanhar pessoalmente o martírio da sessão de julgamento no âmbito do processo de impeachment, os movimentos sociais em regra se dispõem a travar combate no terreno judicial sem, contudo, reduzir aí seu campo de ação, apesar de reconhecerem as limitações de êxito e mesmo questionando a legitimidade das ordens que emanam do poder judiciário — historicamente atrelado aos interesses da casa-grande.

Daí a importância de ampliar o debate em torno do papel da advocacia popular, ou melhor, do método de atuação dos(as) profissionais do direito junto às resistências contra o estado-capital. O indispensável exercício da advocacia popular pode ser analisado sob o olhar do método cartográfico para lançar as bases de uma reflexão crítica sobre a *advocacia popular cartográfica*.

Desde logo, algumas provocações: é possível um método não representacional orientar a atuação das(os) procuradoras(es) que representam as resistências no âmbito judicial? Além disso, até que ponto a cartografia pode servir à superação dos vícios e limites de atuação dos(as) advogados(as) populares como mandatários(as) constituídos(as) nos autos do processo? São as experiências concretas que poderão trazer o insumo necessário à reflexão sobre as possibilidades de uma *advocacia popular cartográfica*.

O(A) advogado(a) popular atua em várias resistências, demandas, e isso o(a) coloca num lugar privilegiado para fins de promover conexões, encontros, promover agenciamentos e construções em teia, por isso é uma advocacia que pode ser entendida

também como cartográfica na medida em que promove essas conexões. Como ouvi Aza Njeri⁶⁰ dizer certa vez, *teias organizadas para sobrevivermos no Brasil desgracento*. É disso que precisamos, cada vez mais.

Na atualidade, potencialmente todas as resistências deságuam no poder judiciário. É uma forte característica do neoliberalismo a judicialização da política. Assim, quero tratar do Mofuce a partir da perspectiva da *advocacia popular cartográfica*, porque foi um caso bem-sucedido de construção horizontal e colaborativa da defesa judicial. Em 2016, foi proferida pelo juiz federal de primeira instância a sentença que julgou improcedente o pedido da UFMG, reconhecendo, portanto, que o imóvel pertence à Associação Casa do Estudante e a ilegalidade do Decreto-lei da ditadura que, obviamente, não foi recepcionado pela Constituição de 1988, garantindo a permanência dos(as) estudantes aqui no Mofuce.

No entanto, a UFMG recorreu da decisão, apesar da nossa tentativa de convencimento da reitoria quanto ao absurdo da UFMG reivindicar o despejo desses estudantes daqui. Mesmo assim a procuradoria da universidade apresentou recurso de apelação junto ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em Brasília, tentando reformar a sentença. Mas o que tem de especial na condução desse caso? Vários elementos suscitam a reflexão sobre a postura cartográfica no patrocínio jurídico dessa demanda.

Primeiro, todos os atos processuais praticados nós construímos de modo assemblear junto aos estudantes e foi muito bonito ver o envolvimento da galera. O método cartográfico é essencialmente relacional, aperfeiçoa-se no *fazer-com*, busca construir junto os saberes, e não validar um conhecimento prévio. A construção da defesa judicial da Casa serviu ainda como um dispositivo de fortalecimento dos vínculos entre os(as) moradores(as), da organização interna para fins de resgatar essa memória, para que

⁶⁰ Aza Njeri é intelectual pan-africanista, filósofa pós-doutora afroperspectivada, uma das expoentes e difusoras no Brasil do pensamento *Mulherismo Africana*, uma forma de pensamento matriarcal afrocêntrico cunhado por Cleonora Hudson, em 1987, e desdobrado por Nah Dove, Ama Mazama, Marimba Ani, Ifi Amadiume, Mary Modupe. No Brasil, figuram nomes como Katiúscia Ribeiro, Anin Urasse, Dandara Aziza, Raissa Imani, Ama Mizani, Kaká Portilho, Marina Miranda e essa que vos escreve, que se dedicam ao estudo e ação mulherista (NJERI, 2020, s.p).

fosse possível recontar a história e reconstituir uma linha do tempo. Então foi um trabalho imenso de coleta de documentos, de pesquisa e investigação desse acervo histórico para poder provar que o prédio foi construído e adquirido pelos(as) estudantes em leilão da UFMG, isso em um dos metros quadrados mais caros da cidade.

Imagina o que seria isso hoje, impensável. Estudantes secundaristas comprarem um imóvel numa das regiões mais nobres da cidade e construírem três grandes pavimentos. A edificação é enorme. Aqui, bem no bairro Santo Agostinho, próximo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. E, depois de retomarem o espaço em 1985, estão aqui prestando assistência estudantil para uma média de 30 estudantes ao longo de todos esses anos. Tem uma rotatividade porque somente pode ficar aqui enquanto estão estudando.

Essa resistência tem uma simbologia muito grande. A vitória do Mofuce, com a manutenção da sentença proferida pelo juiz federal, Dr. Daniel Carneiro Machado, é um importante precedente histórico. Uma vitória com efeitos pretéritos sobre a odiosa ditadura militar.

Vejamos alguns trechos da sentença:

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada pela UFMG, visando a ser imitada na posse direta de imóvel ocupado pela Associação Casa do Estudante, ao argumento de que a autarquia federal é a única e legítima proprietária do bem e de que a ré o ocupa sem amparo legal ou contratual. No caso dos autos, em que pese a coisa estar devidamente individualizada, não fiquei convencido da existência de título legítimo de propriedade pela UFMG e, de igual modo, também não fiquei convencido da existência de posse injusta pela Associação da Casa dos Estudantes, o que impõe a rejeição da reivindicatória. [...] Embora a aquisição não tenha sido levada a registro, resta inequívoco que o imóvel cujo domínio é reivindicado nesta ação já foi de propriedade legítima da associação estudantil denominada MOFUCE. Também é possível comprovar que a referida associação estudantil MOFUCE foi extinta por determinação legal, e teve seu patrimônio expropriado por sentença proferida em 1975 na Ação de Dissolução de Sociedade [...] proposta pelo MPF, [...] em face da entidade, com base no Decreto-Lei 228/67, que determinou a extinção de todas as entidades estudantis do país, e a expropriação de seus bens, que passaram aos Diretórios Acadêmicos das Universidade Federais dos respectivos estados [...]. Importante ressaltar que o referido Decreto-lei foi editado em conturbado momento político do Brasil, durante o regime militar. [...] Considerando as circunstâncias antidemocráticas do conturbado período político da época, ainda que o MOFUCE tenha sido citado para se manifestar naquela ação, é evidente que os meios de defesa oportunizados consistiram em mera formalidade sem qualquer efeito de influência sobre a decisão proferida, a qual se baseou tão

somente nos ditames do malsinado Decreto-lei 228/67, editado, a toda evidência, com o fim de controlar, limitar e praticamente silenciar a atuação dos movimentos estudantis organizados, restringindo-os aos diretórios acadêmicos DAs e DCEs das universidades federais do país. [...] Resta evidente, nesse contexto, que a situação da propriedade do imóvel foi alterada de forma arbitrária por ato expropriatório sem justa e prévia indenização, como manobra de controle e monitoramento da atividade estudantil, sendo totalmente injustificável em um Estado Democrático de Direito, o que constitui clara violação aos direitos de propriedade, de liberdade de associação e ao processo justo. [...] Dessa forma, com o advento da Constituição de 1988 e a redemocratização do país, rompendo-se com o regime anterior e as arbitrariedades perpetradas em relação aos direitos de liberdade e propriedade, não há como atribuir legitimidade ao título de domínio apresentado pela UFMG, que, aliás, ao longo de décadas nunca despendeu qualquer recurso financeiro para adquirir ou usar o bem e tampouco desempenhou ingerência para a sua manutenção e conservação. Em outras palavras, em que pese o aspecto formal do título de propriedade apresentado (registro imobiliário), os aspectos materiais do caso denotam que inexistente justo título de domínio pela autora a embasar o pedido reivindicatório. [...] De igual modo, também não vislumbro a posse injusta do Associação Casa do Estudante que pudesse justificar, neste momento, a perda do uso do bem. [...] De acordo com documento trazido aos autos pelo Ministério Público Federal (fls.282/283), o imóvel que estava destinado ao Projeto Rondon foi entregue à UFMG em 20.03.1981, e cedido sob Termo de Permissão de Uso à União Estadual dos Estudantes — UEE em 22.03.1984 (fls.284/285). Contudo, de acordo com o relato da associação ré, não impugnado pela autora, o imóvel foi abandonado em péssimo estado de conservação até que, em 1985, um grupo de estudantes iniciou, por seus próprios meios, sua recuperação, passando a ocupá-lo com a destinação de moradia estudantil. A prova testemunhal colhida em audiência corrobora tais fatos. A testemunha João Batista afirmou que residiu no imóvel em 1985, sendo da primeira turma de estudantes que assumiu a posse do local para estabelecer moradia estudantil. Afirmou que o imóvel estava abandonado e em péssimas condições de conservação. A referida testemunha afirmou, ainda, que foram os próprios estudantes que reformaram o prédio para destiná-lo à moradia, com a construção do segundo andar e do terceiro pavimento. Segundo a referida testemunha, os estudantes assumiram a gestão do imóvel, manutenção e conservação ao longo de anos, não tendo ocorrido nenhuma oposição por parte da UFMG. A testemunha Rubens Alves também residiu no imóvel na década de 1980 e informou que o imóvel estava totalmente abandonado àquela época. O bem teria sido destinado à moradia estudantil sem oposição pela UFMG. Constata-se, portanto, que, após o Projeto Rondon e a retomada do imóvel pela UFMG, em 1981, a universidade não exerceu atos de posse ou qualquer ingerência no local. Fiquei convencido, outrossim, que a destinação social do imóvel à moradia estudantil prevalece até os dias atuais, embora seja inegável a necessidade de reforma do bem para melhorar suas condições estruturais de habitação. Relevo destacar que, em inspeção judicial realizada por este Juízo, foi possível constatar que o imóvel mantém sua característica de moradia estudantil, é administrado de forma comunitária pelos próprios ocupantes, estudantes carentes do interior de Minas Gerais e de outros Estados, hoje organizados sob a forma de Associação Casa do Estudante, entidade registrada em 2010, com vocação nitidamente identificada com a finalidade do extinto movimento MOFUCE. (fls. 602/610) Ao contrário do alegado

pela UFMG, não foram apresentadas provas consistentes de eventual uso nocivo da posse ou do desvio da função social do imóvel pela associação ré e os atuais moradores. É certo que ocorrem festas e atividades culturais no local, o que pode perturbar o silêncio e a vizinhança em determinados momentos, mas não há provas de abusos, perturbação à ordem pública, cometimento de crimes e outros atos ilícitos que possam prejudicar a comunidade. A propósito, a testemunha Alexandre Elias, que reside há mais de 40 anos em prédio ao lado do imóvel, afirmou em audiência de instrução que existem barulhos pela movimentação dos estudantes, mas que não são prejudiciais ao convívio social. A referida testemunha confirmou também que o imóvel sempre foi destinado à moradia estudantil. Enfim, no presente caso, resta evidenciado à exaustão que a Associação Casa do Estudante detém a posse direta do imóvel em razão de sua inegável condição de sucessora do movimento MOFUCE (considerando sua evidente atuação na assistência ao estudante) dando cumprimento à função social do imóvel, com a disponibilização de moradia estudantil, além de apoio a movimentos sociais e culturais. Sob tal prisma, resta concretizada a posse justa e de boa-fé por parte da Associação ré, que confere destinação social ao imóvel, sendo plenamente oponível à presente postulação reivindicatória da autora. (BRASIL, 2016, s.p).

Alguns episódios na condução desse processo merecem destaque. Como tática processual, numa perspectiva de *advocacia popular cartográfica*, nós submetemos aos estudantes em assembleia a proposta de pleitear uma inspeção judicial, fazer com que o juiz saísse do seu gabinete e viesse até aqui conhecer a realidade do Mofuce, e foi incrível porque o juiz acatou nosso pedido.

Quando veio aqui, nessa inspeção ele circulou por todo o imóvel, entrou nos quartos dos(as) estudantes, conheceu os(as) moradores(as), verificou as condições do imóvel, viu que os(as) estudantes têm uma gestão coletiva da casa e cuidam do espaço, promovem benfeitorias etc. Quando o juiz estava indo embora, a gente pressionou para que ouvisse os(as) estudantes em assembleia, e isso foi incrível. Ele pôde ouvir as histórias de cada um(a) e perceber a importância daquela casa na vida das pessoas.

Foi fundamental a realização dessa inspeção judicial para o juiz sair do seu conforto e conhecer a realidade daqueles sobre cuja vida ele vai decidir. Coisa rara de acontecer. Isso já tinha acontecido conosco uma vez na comunidade Dandara, o Dr. Manoel dos Reis fez inspeção judicial lá e também foi muito interessante. Nenhum argumento jurídico tem a capacidade de afetar um magistrado como o conhecimento real do território, poder ver e sentir e se afetar com isso. Eu tenho certeza que foi fundamental essa inspeção judicial para se alcançar depois o provimento jurisdicional favorável.

Teve outro fato que também vale a pena destacar nessa postura da advocacia popular de construção colaborativa e coletiva, que foi por ocasião das razões finais nesse processo da UFMG contra o Mofuce. As razões finais são um ato processual a que em regra os advogados não dão muita importância, nem os juízes, nem promotores, porque é um ato processual formal em que não se pode produzir nenhuma prova nova. Então, o que geralmente é feito é uma reunião das principais provas e argumentos que já foram produzidos ao longo do processo, antes do juiz proferir a sentença. Apesar de esse ato processual não ter grande importância, nós fizemos uma assembleia aqui no Mofuce para decidir junto com os(as) estudantes como nós faríamos as razões finais.

Como seria, quais os principais argumentos que nós utilizaríamos, o que nós iríamos reiterar por ocasião das razões finais, e aí, nessa assembleia, ouvindo as opiniões dos(as) moradores(as), uns achavam que tinha que reforçar a tese da concessão de uso para fins de moradia (prevista na Medida Provisória nº 2.220/2001) já que era o caso, pois era moradia estudantil, mas por ser público não caberia usucapião. Outros já achavam que tinha que reforçar a inconstitucionalidade do Decreto-lei da ditadura.

Aí, recolhendo essas opiniões, uma das moradoras da Casa, uma mulher trans, pediu a palavra e falou assim: *Olha, quero eu mesma falar com o juiz. Eu quero falar com ele da minha história. Pode?* E começou a falar das violências pelas quais já havia passado, de tudo aquilo a que tinha sido submetida, como mulher trans: prostituição, agressões. E ela disse que finalmente estava podendo fazer um curso superior e que graças ao Mofuce ela poderia terminar a faculdade, e, se ela fosse despejada daqui, na condição de mulher trans discriminada, ela não conseguiria manter a faculdade.

E foi incrível. A advogada Carol e eu estávamos nessa assembleia e aí vários outros(as) moradores(as) estudantes falaram que também queriam enviar cartas diretamente ao juiz. Acabou que o ato processual das razões finais foi simplesmente uma petição nossa requerendo a juntada dessas cartas dos(as) moradores(as). Uma petição simples reiterando e pedindo a juntada das cartas dos moradores que se comunicaram, assim, diretamente perante ao juízo; isso foi incrível também e nos marcou muito. Cada morador(a) elaborou uma autorreflexão sobre sua condição no mundo, fez sua resistência em forma de *escrevivência*, formulação de narrativa, sem mediação, subjetivação na veia.

Tire sua força de quem você é (Means, 2017, p. 116).

Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminedou. (Kilomba, 2019, p. 28)



Figura 04 – Acima, a advogada Carol Spyer e eu no Mofuce. Abaixo à esquerda, graffiti na parte lateral externa da casa. Abaixo à direita, registro feito após audiência judicial. Fotografias: Acervo pessoal.

Acho que tudo isso está ligado a essa postura que eu reivindico enquanto *advocacia popular cartográfica*, pois promove processos de subjetivação e produção de afetos no curso da luta, tecendo narrativas, conectando histórias e vivências para afetar e ser afetado. Essa *advocacia popular cartográfica* também pode ser compreendida como uma *advocacia de guerrilha*, como denominei em curso ofertado para ativistas operadores do direito.



Figura 05 – Cartaz do curso *Advocacia de Guerrilha*. Fotografia: Lorena Zschaber, 2018.

A experiência do Mofuce é interessante para ilustrar isso. Espero muito que a sentença seja mantida. O compromisso é continuar a pressão junto à UFMG para desistir do recurso de apelação que foi interposto. Se não o fizer, nós vamos lutar para que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região não acolha o recurso da UFMG, tornando eterna a bonita sentença conquistada pelo Mofuce, graças às gerações passadas e atuais que

compartilharam dessa resistência que poderá acolher gerações estudantis futuras.

Antes de eu sair do Mofuce, uma moradora me pediu para a gente marcar uma oficina de Teatro do Oprimido na Casa. Nesse contexto que nós estamos, quando eu penso sobre *guerrilha de bisturi*, como uma guerrilha não armada, acredito que essa guerrilha se materializa pela arte e pela educação, pela ação direta também evidente, aquilo que os movimentos já fazem, mas faço minhas maiores apostas em arte-educação. Mesmo a ação direta deve buscar a beleza e a pedagogia expressa em ato.

O apelo humanista nos emociona e nos impele a continuar acreditando que é a arte um dos meios mais importantes, não só para lembrar e significar o passado e para conseguir sobreviver ao presente, mas para a construção de um outro mundo, mais fraterno e mais solidário. (Kalil, 2015, p. 17).

Nesse sentido, a educação popular e o Teatro do Oprimido têm se colocado para mim como ferramentas indispensáveis. Augusto Boal sustentava o teatro como um ensaio para a revolução. *O Teatro do Oprimido, em todas as suas formas, busca sempre a transformação da sociedade no sentido da libertação dos oprimidos. É ação em si mesmo, e é preparação para ações futuras* (Boal, 2013, p. 18).

[...] a pouca participação do negro no teatro brasileiro é um reflexo do racismo latente na sociedade brasileira e vice-versa. [...] Cruzar a fronteira da cor, do preconceito, é uma tarefa difícil, principalmente no teatro. Mesmo assim, muitos negros se arriscaram no passado recente, como o senador Abdias do Nascimento e o Teatro Experimental do Negro, o que permite, hoje, que novas tentativas sejam feitas. As companhias de teatro negro profissional se multiplicam [...]. O teatro, como toda manifestação artística, é uma forma de representação do real. É um espelho que reflete a sociedade. E que sociedade ele espelha? O reflexo do homem negro está fora dessa imagem e precisa ser nela inserido. (Turle, 2014, p. 121).

Lá no Mofuce ouvi ainda algumas coisas sobre um conflito que rolou entre alguns moradores. Aproveito o gancho para trazer aqui uma reflexão importante que ouvi em uma palestra da Ana Maria Gonçalves, autora da obra *Defeito de cor* (2017). Dizia ela sobre como que as pessoas estão tão reativas ultimamente. Ela palestrava como escritora

negra homenageada em uma nova temporada da *Segunda Preta*⁶¹, no teatro Espanca. Ana Maria falou que essa reatividade é estimulada pelas redes sociais, pelos dispositivos de subjetivação neoliberal; as pessoas veem as coisas e não respiram, não refletem, já reagem imediatamente. Isso, nas eleições de 2018, ficou muito explícito, e dizia a escritora que essa reatividade se dá em prejuízo da sensibilidade. No fim das contas, é a sensibilidade que está sob ameaça. É sobre ser-sensível. Também por isso acho muito importante a presença.

Numa discussão, como foi o caso que me relataram há pouco no Mofuce, uma discussão no whatsapp, ou uma discussão no facebook, as pessoas escrevem sem pensar, muitas vezes de maneira violenta. Estou passando aqui em frente àqueles imóveis tombados, próximo à praça Raul Soares, três casas abandonadas, que têm proteção e estão em situação de completo abandono, aqui na avenida Amazonas — ouvi dizer que pertencem aos Agostinianos esses imóveis. Voltando, acho que essa reatividade também tem a ver com a não presença. E invisibilidade é não presença, é insensível.

Antes disso, eu falava das Assembleias do Mofuce em que foi possível construir inúmeras táticas processuais fundamentais no processo para a vitória em primeira instância, e nessas assembleias tem presença. O espaço comum não prescinde da presença, da confiança.

Aquele livro *Aos nossos amigos: crise e insurreição* (2016), do Comitê Invisível, tem uma crítica muito dura às assembleias, durante a *Primavera Árabe*, as *Jornadas de Junho de 2013* no Brasil, *Occupy Wall Street* etc. Eu tenho minhas dúvidas. Não só no Mofuce, mas também nas ocupações do movimento sem-teto, no Espaço Comum Luiz Estrela, no Parque JA, é nas assembleias, no encontro presencial, que é possível construir com afeto, de maneira horizontal, participativa. Nem toda assembleia é espetáculo. Há múltiplas formas assembleares. Os modos de assembleia nessas resistências autogestionadas, em que as pessoas constroem juntas o cotidiano da luta, é muito diferente de uma grande assembleia em que as pessoas não se conhecem, no contexto de uma revolta ou ocupação-temporária. Só para dizer que tem assembleias e assembleias.

⁶¹ *A segundaPRETA é um movimento-território-quilombo, é um pensamento.* Mais sobre na página: <<http://segundapreta.com/>>.

Em Oakland como em Chapel Hill, acabou por se considerar que assembleia não tinha nenhum direito de validar o que este ou aquele grupo podia ou queria fazer, que ela era um local de partilha, e não de decisão. (Comitê Invisível, 2016, p. 71).

Penso que nos espaços em que já existem sujeitos implicados, já envolvidos ali em torno de uma resistência real, concreta, nesses casos, a assembleia é indispensável, a gente não opera a autogestão sem presença, não pode se dar somente na virtualidade. Quanto a esse conceito badalado hoje com a pós-modernidade, o de *ubiquidade*, a capacidade de estar em mais de um lugar ao mesmo tempo, tenho ressalvas por conta do atributo da presença, imprescindível na construção dos espaços comuns. Da presença, da confiança; isso se constrói junto, em mutirão: *atuação coletiva auto-organizada que institui em suas práticas novas subjetividades e novos modos de se viver* (Biazoti, 2019, s.p).

9. *Texto-performance: Monólogo Comum / Público*⁶²

O comum não se confunde com o público. É de outra estirpe. O público sim se confunde com o comum. Veste-se de comum, mas a alma é privada, privatista. O público goza de status constitucional, o comum passa longe da Carta cidadã, não tem reconhecimento enquanto tal. O público é estatal ou terceirizado para o privado, o comum é mais comunitário. O público é burocrático, regulamentado, o comum mais costumeiro, gosta da prática, da tática. O público é estratégia, é matemática, controle cibernético, candidato patético, laçao da ditadura e portador de um cargo (...) público.

O comum é mais quilombista. Usando os conceitos do Nêgo Bispo, o comum está mais próximo do *saber orgânico*, em contraposição ao *saber sintético*, que, por sua vez, aproxima-se do público. O comum é circular, cíclico, o público é seriado, linear. O comum é presença, *imanência*, *confluência*, *transfluência*, transcendência. O público é pura abstração, onipotência. O comum está em *biointeração*, o público faz concessão, entrega à exploração, colonialismo do cão, em nome do desenvolvimento tira do nosso pão. País sem educação, cadê os condenados do rompimento de Fundão? Quanta lama, hein, poder público?

Os membros eleitos do poder público são financiados pelo poder privado. Como poderiam servir ao comum? Salvo exceções, servem aos patrocinadores. Um salve para Áurea e pra Cida fala-Bella! Máximo respeito. E haja peito, pois o público é democracia armada, propaganda por todo lado e pixo criminalizado. Olha o Nêgo Bispo aí de novo: *democracia armada não é democracia*. O comum não precisa das armas, comum é comunidade. Um salve para as comunidades quilombolas!

O público, enquanto força pública, aponta o gatilho com legitimidade, escolhe os do mal

⁶² Este texto surge de uma performance apresentada no Centro Cultural Banco do Brasil, por ocasião do Verão de Arte Contemporânea, 2017. O vídeo da performance, gravado e editado pela amiga Carina Aparecida, pode ser visto no link: <<https://vimeo.com/254555884>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

(...) os corpos negros que o digam. Também faz linchamento público, não tolera a dissonância, os corpos dissonantes que o digam. Um salve para quem é trans sexual.

No Mofuce aqui em BH, Casa do Estudante, o público, no caso a universidade pública, quer despejar as estudantes e matar a destinação comum. Nas ocupações da Izidora, o poder público pretende destruir as moradias para construir o programa público habitacional. Em parceria com quem? (...) A Construtora Direcional. Minha casa, minha dívida, mas está bom, é minha propriedade privada. E subjetivamente o público é rendido... pela casa própria privada, pelo automóvel particular, pela vigilância, pelo shopping, pelo smartphone, pela mídia, pela comilança.

O comum é coração, pulsa, já o público, haja fígado. O comum é verbo, é fazer-com, colaborativamente, o público é substantivo, divisão sexual do trabalho. O comum começa na cozinha, o público termina no *Quarto de Despejo*. Um salve pra Carolina Maria de Jesus! O comum gosta da agroecologia, o poder público é mais agrotóxico, agronegócio, pulverização aérea. Um salve pra Vila Barroló! O comum é jabuticaba, é manga, é amora, dá aqui e acolá. O público está mais restrito. Cadê sua identidade? Eu sou a autoridade (...) pública.

O comum *envolve*, o público *desenvolve*. O comum enxerga bens comuns onde o público vê recursos naturais, ativos financeiros. O comum é posse, o público é propriedade — mesmo pública, é propriedade. Protegida pelo judiciário golpista. O comum almeja autogestão, o público é administração, licitação. O comum é oral, o público é escrito, legislado, regulamentado. O público tem catraca, o comum é abertura. *Tudo que tranca trinca*. Um salve pra Tita Marçal! Mãe de Lira. O comum é mais matriarcal, o público essencialmente patriarcal. Comum é comunidade que não se reduz à unidade. Comunidade aberta, espaço comum. Um salve para o Espaço Comum Luiz Estrela!

O comum *suspende as dores*, o público distribui senhas. O comum grita socorro enquanto a força pública liga a sirene. O comum persegue a horizontalidade, a gestão do público

não prescinde da hierarquia, da verticalidade. O comum é múltiplo, singularidades, o público homogeneizado, quantificável, mensurável, calculável pelo poder público.

O comum é mais peregrino, clandestino, retirante calejado, gente experimentada, tipo povo de Congado. E, por falar nisso, o Reinado é comum, e nele a hierarquia é estruturante. Mistérios do comum...

O comum atua, o público assiste. O comum escuta, o público tem opinião formada. Quanto custa uma publicação no grande jornal? O comum é recibo velho de compra e venda, o público é escritura nova. O comum é cultura, o público é arte. O comum aprende caminhando, sem deixar de olhar para trás, o público está prescrito. O comum é memória, o público é patrimônio. O comum é uma cachaça compartilhada no frio da noite, um rio limpo para nadar, uma praça pra brincar, *ciranda na beira do mar*, ar pra respirar, água pra beber. O comum vive, o público tira *selfie*.

O comum sorri, o público exige seriedade na foto três por quatro. Mas uma boa piada faz o público sorrir. Sem machismo, racismo, homofobia, preconceito, o comum quer ser livre de opressão. Às vezes um decreto público autoritário gera coisa boa. Olha aí a Praia da Estação! O comum cria praia onde não tem mar. Um salve pras banhistas da Praia da Estação! Um salve para as ciclistas! Um salve para o carnaval de amor e luta! O carnaval pode ser comum, público ou privado. Em regra, o poder público joga em favor da camarotização e do monopólio da Ambev. Se o público extrapola, a autoridade pública manda parar. O público tem doutor, deputado, concessionário, senador. O público não está bem representado pelo poder público. O comum é para nós, nós por nós, o público é para o bem de cada um. O comum é *bem-viver*. O público é *viver bem*. O comum visa à subsistência, à autonomia, o público tenta garantir a sobrevivência, primeiro a contingência do mercado, o Deus da opinião pública golpista.

Mas atenção, se liga: o neoliberalismo atenta a uma só vez contra o comum e o público. A defesa do comum é trincheira de luta imprescindível. Do público igualmente. O público

pode assegurar o comum, mas em regra resguarda o privado. Lamentavelmente. Mas também compete ao comum resguardar o público frente ao privado, sob pena de fim do comum, da nossa existência comum, como diz o Papa Francisco, da *casa comum*.

Esse espaço aqui já foi público. Agora é concessão privada, cuja gestão cabe a um banco, um dia poderá ser comum. Não tem nada de utópico lutar por isso!

Não pode o público sem o comum; agora, pode o comum sem o público? A quem interessa privatizar o público? Um salve para o comum! Um salve para o público presente! Uma careta para o privado.



Figura 06 – Apresentação do texto-performance, VAC 2018.
Fotografia: Lucca Mezzacappa, 2018.

10. Rolezinho sobre o Parque JA

Não são apenas os índios, mas também os brancos que estão ameaçados pela cobiça de ouro e pela epidemias introduzidas por estes últimos. Todos serão arrastados pela mesma catástrofe, a não ser que se compreenda que o respeito pelo outro é a condição de sobrevivência de cada um.

(Claude Lévi-Strauss)

Retomo aqui meu pedal para tratar de outra luta que eu acompanho desde 2013, que é a resistência em defesa do Parque Jardim América (Parque JA). Tivemos uma batalha judicial que se encerrou com um difícil acordo firmado no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para preservação dessa importante área verde, ao menos parte dela.

É a última área verde expressiva da região, não tanto pelo tamanho — vinte e poucos mil metros quadrados —, mas pela riqueza da avifauna, da flora: são cerca de setecentas unidades arbóreas que estão ameaçadas de serem cortadas, suprimidas para construção de um grande empreendimento imobiliário.

Essa é uma luta que também traz consigo muito aprendizado sobre os modos de resistir, cartograficamente⁶³. Uma mobilização que começou com um abaixo-assinado organizado por lideranças do bairro e encaminhado ao Ministério Público Estadual, que depois culminou na abertura de um inquérito e, após, numa Ação Civil Pública⁶⁴ proposta pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente.

Uma resistência que gerou a criação também de um bloco de carnaval, como dispositivo de mobilização. É uma luta que buscou agenciar pessoas por essa via também, da festa, da alegria, do carnaval de rua.

O empreendimento da construtora Masb que destruiria a área verde do Parque JA foi inicialmente obstruído por uma decisão liminar concedida nessa ação que a Promotoria ajuizou. Porém, em 2018, o juiz Renato Luís Dresch, promovido desembargador no Tribunal, que num primeiro momento, quando a ação foi distribuída

⁶³ Mais informações em <<http://naturezaurbana.indisciplinar.com/o-parque-jardim-america/>> Acesso em 23 de setembro de 2020.

⁶⁴ Ação Civil Pública nº. 1522771-95.2014.8.13.0024 - TJMG.

em 2014, concedeu uma liminar suspendendo a obra, esse mesmo juiz proferiu uma sentença voltando atrás no seu posicionamento. Entendeu que, por haver uma licença concedida pelo município após a liminar, a construtora poderia sim construir na área e destruir essa última área verde expressiva da zona Oeste de Belo Horizonte.

Diante dessa sentença, a Associação Comunitária do bairro, que havia ingressado nos autos como assistente, apresentou recurso de apelação e pedido de efeito suspensivo do recurso até posterior julgamento. Aí já temos um primeiro aprendizado. Nesses conflitos, é fundamental o envolvimento e a atuação nos autos dos processos judiciais pelas suas entidades representativas; nós não podemos ficar reféns de agentes do estado, seja Defensoria Pública ou Ministério Público. Por mais comprometidos que sejam com as lutas, por mais envolvidos que estejam na resistência, é fundamental que os sujeitos atuem diretamente.

Se não fosse a atuação da Associação de Moradores ao apresentar também um recurso de apelação contra a sentença e junto com esse recurso de apelação um pedido de efeito suspensivo, que não havia sido feito pelo Ministério Público, não fosse isso, em 2017 a área já teria sido destruída em prol desse empreendimento imobiliário nefasto. Graças ao pedido de efeito suspensivo que nós fizemos pela Associação foi possível suspender mais uma vez a obra.

Junto ao pedido liminar de suspensão dos efeitos da sentença que liberou o empreendimento, nós apresentamos ao desembargador relator pedido de tentativa de conciliação entre as partes. E aí, ao longo do ano 2018, foi realizado um processo de negociação que chegou ao seu termo final somente em 2019, garantindo a preservação de mais da metade da área, especialmente as espécies arbóreas nativas e que gozam de maior proteção da legislação ambiental.

O processo do Parque Jardim América permite abrir uma reflexão sobre o direito à cidade, sobre a gestão democrática da cidade. Estamos diante de uma licença que foi concedida e renovada apesar da população de Belo Horizonte desejar a preservação da área, o que foi expresso durante a quarta Conferência Municipal de Política Urbana. Ou seja, quando a Administração municipal concedeu a licença para a construção do empreendimento já havia ocorrido a Conferência na qual a população havia votado pela

preservação da área. Um verdadeiro atentado contra o princípio da gestão democrática das cidades.

O desejo da população constou posteriormente na lei de revisão do Plano Diretor que demarcou a área como AP 1 (Área de Preservação Um), que é o zoneamento mais protetivo do município, para que ali seja criado um parque. E não um parque como tantos outros na cidade, negligenciados pelo poder público, pouco usufruídos pela população, mas o que se pretende ali é a constituição de um espaço em que a comunidade local — não apenas a comunidade local, mas sobretudo ela — esteja implicada na gestão.

Vai ser uma experiência, assim esperamos, inovadora na cidade para a implantação de um parque em uma área a princípio privada, em que parte dela vai ser transmitida para o domínio público e que vai contar com a participação da comunidade na sua gestão.

O Parque Jardim América, nesse sentido, também se coloca como uma resistência que tem um grande potencial de inspirar outras iniciativas, sobretudo nesse contexto em que a natureza clama, pede socorro diante de tantas investidas do estado-capital. Como dito, a área do Parque Jardim América é uma das últimas áreas verdes da zona oeste da cidade. Uma pequena área remanescente da antiga fazenda Goiabeiras. Quando a gente olha no mapa a área que compreendia a fazenda e hoje o que restou dela, fica nítida essa ação humana devastadora, dos prédios sobre a natureza, sobre as áreas verdes da cidade.

Mas essa crise, talvez mais do que as outras, mostra bem os impasses com que nos defrontamos. O mundo não ficará protegido com a implantação de uma espécie de reserva de “bens comuns naturais” (terra, água, ar, florestas etc.) “milagrosamente” preservados da expansão indefinida do capitalismo. Todas as atividades e todas as regiões interagem. Logo não é tanto uma questão de proteger “bens” fundamentais para a sobrevivência humana, mas de mudar profundamente a economia e a sociedade, derrubando o sistema de normas que está ameaçando de maneira direta a humanidade e a natureza. (Dardot e Laval, 2017, p. 13).

Felizmente tivemos uma vitória no tumultuado processo de negociação no âmbito da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A versão final da minuta do acordo foi construída pela Prefeitura após muitas reuniões com a participação do Ministério Público, da Associação de Moradores, da proprietária do imóvel e do

empreendedor. Houve a homologação judicial do acordo para garantir a criação de um parque público, o Parque Jardim América, tal como o movimento luta desde 2012.

É um precedente muito importante para Belo Horizonte. Apesar do empreendimento ser mantido, digamos que houve uma readequação no projeto e o aumento significativo da área a ser preservada. Uma negociação complexa que envolveu várias partes, uma dação em pagamento etc. Muitos interesses, possibilidades e caminhos. Muito aprendizado também pelas encruzilhadas do Jardim América.

A reivindicação do movimento junto à Prefeitura é de uma gestão comunitária para que o Parque, tão logo seja criado, não sofra o mesmo abandono que muitos parques da cidade padecem pela falta da priorização por parte da Administração Pública na criação e manutenção de áreas de lazer, espaços públicos que possam ser usufruídos pela população. Quando a gente olha no mapa da cidade o tamanho que o Parque Municipal Renné Giannetti era antigamente e o tamanho que ele é hoje, um dos principais parques da cidade, mais frequentados, a gente percebe essa ação voraz do mercado imobiliário, do urbanismo, sobre as áreas verdes que restam na cidade. Em BH testemunhamos um verdadeiro *arboricídio* aprofundado nos últimos anos.

É interessante notar como esses rolezinhos vão sendo atravessados também pelo calor dos acontecimentos. Tenho a sensação de que é bem orgânico e verdadeiro. *Orgânico* é uma palavra que Nêgo Bispo também usa muito, para falar de um *saber orgânico* em contraposição a um *saber sintético*. Gosto muito dessa abordagem dele, *saber orgânico* que vem da experiência real, está ligado ao *bem-viver*, ao ser, e não ao *viver bem*, relacionado ao consumo, ao ter.

Conceitos que achamos que se parecem muito com os de “bem viver” e de “viver bem” são o “viver de forma orgânica” e o “viver de forma sintética”. Bem viver é viver de forma orgânica e viver bem é viver de forma sintética. Compreendemos que há um saber orgânico e um saber sintético. Enquanto o saber orgânico é o saber que se desenvolve o ser, o saber sintético é o que se desenvolve o ter. (Santos, 2018, p. 48).

Espero que o Parque Jardim América, utopia que inspirou positivamente o nome do movimento, se torne uma realidade. Com a participação fundamental da comunidade

na gestão desse novo equipamento que vai conviver com um grande empreendimento imobiliário do lado; mas, como disse o João Batista, liderança comunitária e presidente da Associação de Moradores: *essa vitória é um exemplo para a sociedade de que a luta vale a pena.*

Se, quando souberam desse empreendimento, os moradores nada tivessem feito, a área já teria sido completamente dizimada. Com toda sua riqueza ambiental, mas também com toda sua memória de gleba remanescente da fazenda Goiabeiras, onde essas pessoas, hoje lideranças comunitárias, brincavam quando eram crianças, nadavam na água, de onde relatam inúmeras histórias.

O Parque Jardim América também me faz refletir sobre a importância de saber gingar no âmbito de um processo de negociação tensa e complexa. Não foi fácil compor com a outra parte, fazer essa costura que teve a presença, além da Associação Comunitária, dos dois espólios que detêm a propriedade da área, das herdeiras, mais a construtora, o Ministério Público, o município de Belo Horizonte, um processo com múltiplas partes, múltiplos interesses, e um poder judiciário que sobrepõe o lucro à vida.

Existem pessoas dentro do movimento que, de certo modo, lamentam o acordo firmado, porque queriam a área cem por cento preservada e a não efetivação do *Empreendimento Barão*. Nome horroroso com que a construtora Masb intitulou o empreendimento, residencial e comercial, com duas torres de vinte e três andares, mais de mil vagas de garagem. Bem *Barão* mesmo, típico da nobreza imobiliária que assola as grandes cidades e compromete toda a qualidade de vida no espaço urbano.

Retomando, eu diria que, se não fosse essa (des)amarração negocial, pode até ser que nós tivéssemos conseguido barrar completamente se tivéssemos utilizado todas as armas jurídico-processuais e políticas. No entanto, teríamos uma área verde também murada, fechada, por ser privada. Ou seja, me parece que jamais teria sido possível conquistar a criação desse Parque público caso prevalecesse uma postura mais radical de preservação total da área.

Agora, esse balanço, essa avaliação, ela deve ser feita futuramente, a partir do momento que a obra for realizada, o parque criado, aí nós vamos poder fazer de fato esse balanço, mas desde logo eu queria registrar isso. Como diria o professor Fábio Alves,

grande referência nossa, mestre da advocacia popular, advogado de inúmeras lutas, ocupações, como a Dandara, Torres Gêmeas etc., ele sempre citava um trecho da bíblia que diz: *ser mansos como as pombas e espertos como as serpentes*.

Se, no processo de resistência pela preservação da chácara, nós tivéssemos sido apenas espertos, não teríamos esse desfecho, então em certo momento tivemos de ter também a mansidão, a tranquilidade necessária para viabilizar a negociação. Do contrário ela não teria ocorrido, poderíamos ter perdido tudo.

Algo que quero destacar ainda neste rolezinho do Parque JA é sobre o papel da comunidade. O neoliberalismo, a *produção neoliberal do espaço* (Rolnik, 2015; Mendonça e Costa, 2011; Maia Mayer, 2015), e não só do espaço, mas também a produção de subjetividades no contexto neoliberal, no fim das contas provoca a destruição da comunidade. Suplanta a solidariedade pela competição. Destruição dos vínculos sociais, distanciamento das pessoas, isolamento nos prédios, cada um no seu apartamento, cada um dentro do seu veículo, com seu ar-condicionado.

A fragmentação da comunidade é muito perceptível na contemporaneidade, e digamos que a defesa da comunidade, dos vínculos de solidariedade, é indispensável no contexto em que nós estamos. Tenho a sensação de que as redes sociais mais fragmentam do que conectam em certo sentido — as plataformas de comunicação, os dispositivos e seus aplicativos como whatsapp, facebook etc. Desde as últimas eleições presidenciais, eu saí dessas redes, me recuso a continuar contratando os serviços dessa empresa (whatsapp) envolvida diretamente com a disseminação de *fake news* que culminou na vitória do bolsonarismo na maior fraude eleitoral da história do país.

Me parece uma questão de coerência e, como diria Paulo Freire, a coerência é imprescindível à educação dialógica; sem coerência, não tem confiança — outro atributo fundamental nos espaços comuns. Talvez o projeto petista, o ciclo petista foi pelo ralo por ter perdido a confiança das pessoas, a partir do momento que não teve coerência com seu discurso, com sua história, com sua construção. Parece que na *Pedagogia do Oprimido* (2013) Paulo Freire está falando justamente para o nosso momento.

Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens [e nas mulheres], o diálogo

se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia. [...] A confiança implica o testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. Não pode existir, se a palavra, descaracterizada, não coincide com os atos. Dizer uma coisa e fazer outra, não levando a palavra a sério, não pode ser estímulo à confiança. (Freire, 2013, p. 113).

Tudo isso se relaciona de certo modo: coerência, confiança e presença. Foi a partir do momento que eu desinstalei whatsapp, saí do facebook, percebi que estou com um estado de presença muito maior, olhando nos olhos sem dispersar com o turbilhão de mensagens que não paravam de chegar. E, acreditem, tudo aquilo que precisa chegar até mim, do ponto de vista de informações, demandas, eventos, notícias, encontros, tudo que preciso saber chega.

Em última análise, no entanto, a relação abstrata do homem ocidental ao se coisificar em todo um conjunto de dispositivos, em todo um universo de reproduções virtuais, reabriu paradoxalmente o caminho em direção à presença. (Comitê Invisível, 2016, p. 141).

Ao longo desse tempo sem utilizar whatsapp (e isso ainda é nadar contra a maré, porque todo mundo usa, quase todo mundo), eu compreendi que aqueles encontros, as confluências e as informações realmente necessárias chegam até mim pelo estado de presença. Foi criada uma ficção de que não é possível fazer as coisas fora dessas plataformas hegemônicas, e isso é de fato uma ficção: poucos anos atrás nós vivíamos tranquilamente sem whatsapp, facebook, etc⁶⁵. Ficou muito explícito nas últimas eleições que todos esses dispositivos de subjetivação neoliberal estão, no fim das contas, favorecendo mais o ódio e inviabilizando a convivência, e, ao inviabilizar a convivência, inviabilizam a comunidade. *A crise não é econômica, ecológica ou política, a crise é antes de tudo crise de presença (Comitê Invisível, 2016, p. 35).*

A ancestralidade, por sua vez, é o solo comum. É o elemento que prepara o solo, onde se planta a cresce a comunidade. Mas nada cresce sem a Força Vital, sem Ngunzo. Elemento de ancestralidade que precisa estar plantado, no solo onde se constitui a comunidade. A forma de transmitir os insumos – ou os saberes – necessários para que essa comunidade cresça e se fortaleça é a oralidade, que

⁶⁵ Sobre o tema, ver: *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (Han, 2018).

acontece em presença, corporificada, por força da palavra, falada, mas também cantada ou simplesmente gestualizada. (Machado e Araújo, 2015, p. 110).

Diz Natacha Rena, minha orientadora-amiga, que eu virei comunitarista. Bom, se ser comunitarista é pugnar pela defesa da comunidade em resposta a tudo isso, então sim, assumo sem o menor problema. Penso que a convocatória atual ao aquilombamento, e mesmo a perspectiva *quilombista* sustentada por Abdias e Beatriz Nascimento, por exemplo, confluem perfeitamente com o comunitarismo afro-perspectivado.

Confio na visão baseada na comunidade e na cultura de todas as raças que naturalmente resistem à industrialização e à extinção humana. Claramente, indivíduos brancos podem compartilhar isso, dado somente que eles tenham alcançado a consciência de que a continuidade dos imperativos industriais da Europa não é uma visão, mas o suicídio da espécie. (Means, 2017, p. 115).

Para a institucionalização do poder com base na autodeterminação da população afro-brasileira, temos o exemplo inspirador do Quilombo dos Palmares. Isso significaria a adoção da estrutura progressista do comunalismo tradicional da África, cuja longa experiência demonstrou que em seu seio não há lugar para exploradores e explorados. Aceitar o comunalismo africano, situá-lo no contexto da exigências conceituais, funcionais e práticas da atualidade, significaria nada mais do que reverter a história a favor de nós mesmos. (Nascimento, 2019, p. 47).

Para finalizar sobre o Parque Jardim América, importante mencionar os inúmeros dispositivos de luta criados pelo movimento, tais como Picnic, Bicletada, Stencil, Troca de Mudas, Palhaçaria, Ocupa Cultural, Café da Manhã Solidário, Mutirão de Limpeza, Bloco Parque JA etc.



MODOS DE VIDA E LUTA

CARNAVAL 2015

Durante o carnaval de rua em Belo Horizonte, a #SalveoParqueJardimAmérica circulou entre foliões que apoiam a causa.

ESPETÁCULO DE PALHAÇOS

Durante a II Ocupa Cultural, uma das atrações foi uma trupe de Palhaços de BH, numa estratégia de envolver pessoas de todas as idades pela causa!

CAFÉ DA MANHÃ SOLIDÁRIO

Já em sua segunda edição, o Café da Manhã Solidário é um encontro aberto durante toda a manhã em frente à chácara para confraternização e conscientização dos moradores sobre a causa do Movimento.

DENÚNCIA DE CORTE DE ÁRVORE

A página do Facebook do Parque Jardim América veicula notícias e imagens pela causa ambiental, orientando que os cidadãos reivindiquem a preservação da natureza e da vida.



PICNIC

em mobilização contra a PELO7 que propunha redução de parques e praças em Belo Horizonte, no dia 14 de março Movimento convidou a todos para um Picnic na Praça APA, localizada no Bairro Jardim América.

STENCIL EM CAMISAS

Iniciativa em criar formas de cativar e divulgar o movimento.

EXPOSIÇÃO DE CARROS ANTIGOS

Um dos atrativos utilizados pelos moradores para chamar a atenção é a exposição de carros antigos.

BICICLETADA

Na II Ocupa Cultural no bairro, um grupo de ciclistas se organizou para pedalarmos do Parque Municipal até o local do evento (Parque Jardim América) como forma de questionar o modo de vida na cidade.

TROCA DE MUDAS

Durante a II Ocupa Cultural as pessoas organizaram uma troca de mudas.

OCUPA CULTURAL

A forma de mobilização tem sido um convite para uma ocupação da rua com atividades culturais na região da chácara.

TROCA DE LEITURA

Durante a II Ocupa Cultural as pessoas organizaram uma troca de livros.

DOMINGO DE RAMOS

Em 2015, a celebração de domingo de Ramos da Igreja São Jorge foi realizada em frente à chácara, como forma de conscientizar os fiéis da importância da participação da comunidade na luta pela preservação do verde.

MUTIRÃO DE LIMPEZA DA RUA

Cansados de esperar a atuação da Prefeitura após pedidos de criação de ponto limpo e limpeza da rua Sebastião de Barros, os moradores se uniram num mutirão.

BLOCO PARQUE JA

A manifestação do Movimento pelo que ele acredita criou novos laços entre vizinhos, amigos e ativistas. O Bloco Parque JA é uma iniciativa que chama a atenção por esse ativismo revertido em música e festa, que faz refletir sobre as formas de mobilização e participação na luta.



Figura 07 – Infográfico feito pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG, disponível em: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/o-parque-jardim-america/>. Acervo: Indisciplinar.

Falarei um pouco do bloco de carnaval criado pelo movimento como dispositivo de luta e mobilização, o Bloco do Parque JA, que sai todos os anos pelas ruas do entorno de onde fica a área do Parque Jardim América. Nos últimos anos, junto com o bloco do Parque Jardim América sai também o *Grande bloco do encontro*. Bloco de carnaval criado pelo movimento agroecológico na cidade no mesmo ano em que BH acolheu o IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA).



Figura 08 – Com as amigas Viviane e Kênia no Bloco Parque JA. Fotografia: Acervo pessoal, 2018.

Sobre o *Carnaval de Amor e Luta* de Belo Horizonte (Maia Mayer, 2015), faço um parêntese. Aqui, tudo quanto é luta vira bloco de carnaval. Foi a luta pela ocupação do espaço público que fez renascer o *Carnaval de Amor e Luta*, sobretudo a partir de 2010.

Estava chegando uma época em que o sofrer era proibido. Mesmo com toda dignidade ultrajada, mesmo que matassem os seus, mesmo com a fome cantando no estômago de todos, com o frio rachando a pele de muitos, com a doença comendo o corpo, com o desespero diante daquele viver-morrer, por maior que fosse a dor, era proibido o sofrer. Ela gostava deste tempo. Alegrava-se tanto! Era o carnaval. (Evaristo, 2016, p. 35).

O carnaval de BH explodiu tanto que já se consolidou como um dos maiores do país. Não falo isso apenas em tom de comemoração porque muitas capturas houve nesse processo. Nós temos o bloco do movimento Tarifa Zero (Bloco Pula Catraca), que nasceu a partir das mobilizações de junho em torno da luta por uma mobilidade pública acessível e de qualidade. O Espaço Comum Luiz Estrela tem o Blocomum; a Praia da Estação tem o tradicional Bloco da Praia etc.

E é justamente no carnaval que o reinado desse rei manifestante se dá. A gente sabe que carnaval é festa cristã que ocorre num espaço cristão, mas aquilo que chamamos de Carnaval Brasileiro possui, na sua especificidade, um aspecto de subversão, de ultrapassagem de limites permitidos pelo discurso dominante, pela ordem da consciência. Essa subversão na especificidade só tem a ver com o negro. Não é por acaso que nesse momento, a gente sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, a principal focalizada pela tevê, pelo cinema e por aí afora. De repente, a gente deixa de ser marginal prá se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo dessa terra chamada Brasil. É nesse momento que Oropa, França e Bahia são muito mais Bahia do que outra coisa. É nesse momento que a negrada vai prá rua viver seu gozo e fazer sua gozação. Expressões como: botá o bloco na rua, botá prá frevê (que virou nome de dança nas fêrvuras do carnaval nordestino), botá prá derrete, deixa sangrá, dá um suó etc. são prova disso. É também nesse momento que os não-negros saúdam e abrem passagem para o Mestre-Escravo, para o senhor, no reconhecimento manifesto de sua realeza. (Gonzales, 1984, p. 239).

E aí tem também o bloco do movimento da agroecologia, desde o IV ENA (2018), o qual confluiu com o bloco do Parque Jardim América. Aproveito a deixa para falar um pouco sobre a agroecologia. Desde a construção do IV ENA, tenho me envolvido também com o movimento agroecológico e me convencido da importância desse debate na atualidade. A agroecologia traz muitas respostas e abarca muitas pautas centrais na luta tanto em defesa do direito à cidade como em defesa dos povos tradicionais, em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar, em defesa da segurança alimentar, contra os agrotóxicos, em favor dos saberes tradicionais etc.

Biointeração é “guardar o peixe nas águas, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo”, é viver, conviver e aprender com a mata, com o chão, com as águas, com o vento, com a lua, com o sol, com as pessoas, com os animais. É transformar o trabalho em vida, arte e poesia. É transformar as divergências em diversidades. (Santos, 2015, p. 113).

Essa aproximação com o movimento agroecológico confluiu com a oportunidade de morar numa casa que tem um quintal produtivo que acolheu um curso de agrofloresta. Agroecologia nos convoca à superação da dicotomia campo e cidade e abandonar de vez a noção de desenvolvimento capitalista contemporâneo, o chamado *desenvolvimentismo*, ainda tão caro às forças progressistas da esquerda institucional.

Sabemos que a forma de produção na agricultura não é neutra, tanto a chamada agricultura convencional — baseada na utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos — quanto a agroecologia — que respeita a natureza — refletem modelos de sociedade que priorizam ou o lucro ou a vida. [...] O modelo de agricultura predominante no mundo hoje ancorado nos fundamentos do agronegócio prioriza principalmente as grandes monoculturas numa cadeia que favorece os latifundiários e as empresas produtoras de veneno, ao mesmo tempo que prejudica os trabalhos. Mesmo a produção de alimentos também fica sujeita a essa lógica, fazendo com que nossa comida seja rica em agrotóxicos; devemos lembrar que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Nesse contexto, a ampliação da implementação do modelo da agricultura agroecológica torna-se urgente, uma vez que oferece eficiência produtiva e energética, respeita os limites materiais do planeta e se pauta em uma distribuição mais justa dos alimentos e da renda. (Costa, 2017, s.p.).

A *produção neoliberal do espaço*⁶⁶ provoca o adoecimento, a morte, a segregação, enquanto a agroecologia cura, desierarquiza saberes, nos mobiliza à defesa da vida, do bem-viver, do encontro com o outro. É muito perceptível como na atualidade o adoecimento da população se tornou (talvez sempre tenha sido, pelo menos desde a industrialização) estratégia de biopoder. Isso fica explícito na quantidade de farmácias que tem na cidade. A cada esquina uma farmácia, uma coisa impressionante; no raio de um quilômetro da minha casa são mais de dez farmácias. É como se a produção do espaço numa perspectiva neoliberal fosse uma produção farmacológica, de adoecimento, morte e lucro. Por isso também me instiga refletir sobre a *guerrilha de bisturi*, porque ela persegue a cura dessa sociedade cada vez esquizofrênica, no sentido patológico do termo.

Vejo a agroecologia como um amplo campo de agenciamento de inúmeras lutas,

⁶⁶ Sobre o tema, recomendo as seguintes obras: *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro* (Mendonça; Costa, 2011); *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana* (Costa; Costa; Monte-Mor, 2015); e *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças* (Rolnik, 2015).

resistências camponesas, indígenas, quilombolas e também urbanas. A agricultura urbana tem se fortalecido. Na cidade de São Paulo, por exemplo, nós temos a rede MUDA com mais de duas mil hortas autogestionadas na cidade.

O Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA) é um movimento aberto, independente e apartidário formado por pessoas, coletivos e instituições que buscam uma nova maneira de viver, de participar da cidade e de se relacionar com o campo. Sempre seguindo os preceitos da agroecologia que visa ao cuidado com a terra, à valorização do agricultor e a uma partilha mais justa, o MUDA atua nos seguintes eixos:

- *Construção de políticas públicas*
 - *Oficinas e Cursos*
 - *Conscientização do consumidor*
 - *Circuitos curtos de comercialização e consumo consciente*
 - *Apoio, mapeamento e diagnóstico das iniciativas de agricultura urbana e periurbana (AUP)*
 - *Mutirões agroecológicos*
 - *Articulação e Construção da rede de agroecologia de São Paulo*
- (Muda, 2020).

Em Belo Horizonte, há inúmeras experiências agroecológicas: *Roots Ativa*⁶⁷ no Aglomerado da Serra — maior conjunto de vilas e favelas de Minas Gerais —, uma experiência incrível; o projeto *Agroecologia na periferia*⁶⁸, que rola nas ocupações de moradia. No fim das contas, isso também fortalece a dimensão constituinte, ou seja, a agroecologia também favorece e cria espaços comuns de produção e reprodução da vida, sob outros valores, não capitalistas, que possibilitam a mobilização e o envolvimento nos territórios independente do conflito frente ao estado-capital, para além do conflito direto como dispositivo de mobilização.

Então, fico muito feliz de perceber que os movimentos — falo especialmente das Brigadas Populares — têm incorporado essa dimensão do fazer-com agroecológico, do cotidiano nos territórios em que estão organizados. Isso não é nada novo, não tem nada

⁶⁷ Norteado por princípios da Cultura Rastafari, O Roots Ativa é um coletivo que possui uma visão integral do SER humano e da sociedade. Disponível em: <https://www.instagram.com/roots_ativa/>.

⁶⁸ O projeto Agroecologia na Periferia tem como objetivo promover o desenvolvimento socioambiental em comunidades periféricas e o fortalecimento da rede de agricultura urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte por meio de oficinas de capacitações, mutirões e intercâmbios com foco na agroecologia para garantir o direito a cidades sustentáveis. Disponível em: <<https://www.facebook.com/agroecologianaperiferia>>.

de novo, porque as comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas já o fazem desde que o colonizador alcançou estas terras.

A bandeira agroecológica reverberou inclusive dentro da plataforma das *Muitas, pela cidade que queremos*. Um dos primeiros projetos de lei propostos pela *Gabinetona* diz respeito à criação de um zoneamento protetivo municipal dessas comunidades tradicionais para que os seus modos de vida sejam preservados.

Aqui em Belo Horizonte, dentro da área urbana são quatro comunidades quilombolas que resistem: o Kilombo dos Luízes⁶⁹, o Kilombo Mangueiras, o Kilombo Manzo⁷⁰ e, mais recentemente certificado pela Fundação Cultural Palmares, o Kilombo Souza. Os Luízes ali no bairro Grajaú, o Mangueiras na zona norte da cidade, do lado do Novo Lajedo, que é uma ocupação consolidada em que nós atuamos há muitos anos. O Kilombo Manzo fica no bairro de Santa Efigênia, e o Souza, em Santa Tereza. Aproveito para fazer referência a uma entrevista na revista *Piseagrama*, na edição *Posse*, concedida pela Mãe Efigênia, Mametu N’Kise Muiandê e pela Makota Kidoiale Cássia falando da história do Kilombo Manzo.

Você sabe que às vezes não me dá alegria, me dá é tristeza de ver os bairros Santa Efigênia, São Lucas e Novo São Lucas hoje. Porque aquele era um tempo em que você entrava para dentro de casa e dormia com a janela aberta. Hoje, não. Foi um tempo de muita luta, mas um tempo tranquilo. Você tinha paz. Os meninos estudavam e à noite vinham tranquilos para casa. [...] Aqui era uma rocinha mesmo. Hoje urbanizou, está este inferno. Escutamos tiro e moto andando a noite inteira. (Muiandê, 2018, p. 53).

A questão da urbanização em vilas e favelas é um absurdo. As construções são estratégicas, não são para atender à comunidade, pois tiram os quintais. Tiram o direito daquelas famílias de criar galinhas e plantar. Abrem espaço para entrar viatura, entrar batalhão da polícia. É tudo estratégico. Nas praças são criados os Postos de Policiamento Ostensivo dentro das comunidades para tomar conta da vida do povo, para matar a juventude. O povo passa a não poder ter a sua cultura, fazer o que acha que tem direito de fazer. Tiram a liberdade e fazem a população achar que aquilo é modernização, evolução, crescimento. Não é! Sou a favor do crescimento das cidades desde que atenda realmente à população. Se for para abrir favela para camburão entrar, isto não é crescimento, é repressão. (Kidoiale, 2018,

⁶⁹ Ver dissertação da liderança quilombola dos Luízes Miriam Aprígio Pereira: *Luízes, um Quilombo em contexto urbano: história, memória, travessia e re-existência dos pretos das Piteiras* (Pereira, 2018b).

⁷⁰ Ver livro *Manzo: ventos fortes de um kilombo* (Conceição e Silva, 2017).

p. 59).

Talvez seja o primeiro caso do país de um projeto de lei municipal para um zoneamento protetivo desses territórios tradicionais (Projeto de Lei 593/2018⁷¹). Nada mais oportuno neste momento do que falar da defesa da vida, da agroecologia, nesse contexto de sucessivos crimes-desastres ambientais e de adoecimento da população. No Espaço Comum Luiz Estrela (experimento de autogestão que ainda terá seu *rolezinho*), há um projeto do Núcleo antimanicomial que se chama *Criar, Cura?*, o qual acompanha pacientes do CEPAI (Centro Psicoterapêutico da Adolescência e Infância, localizado ao lado do Estrela), acompanhantes e pessoas em situação de rua nas *malocas* próximas ao Espaço.

Digamos que o Espaço Comum Luiz Estrela também está sintonizado nessa perspectiva da cura e não é à toa que se envolveu na construção do quarto Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA). Nós apresentamos no Parque Municipal nosso espetáculo *Assembleia Comum*, trazendo o tema da defesa do meio ambiente, da vida, da cura e da resistência contra o desenvolvimento, a mineração que destrói montanhas, rios e vidas humanas. Enfim, tudo isso tem relação com essa metáfora da *guerrilha de bisturi*, pois o bisturi busca extrair todo esse câncer que tem adoecido, embrutecido cada vez mais as comunidades. Como bem diz Conceição Evaristo (2017): *contar cura*.

A colonização afetou, também, a natureza. Junto com o tráfico de seres humanos, desenvolveu-se um intenso tráfico de espécies animais e espécies vegetais. Genocidas brankkkos que queriam ter sua coleção particular de bichos "exóticos". Substituição de espécies vegetais nativas por espécies estrangeiras. Povos inteiros foram proibidos de plantar o que tradicionalmente plantavam para atender a uma monocultura imposta. Povos vegetarianos ou "semi-vegetarianos" foram obrigados a comer carne em larga escala por uma imposição econômica e cultural. Nos chamaram de primitivos, comedores de capim. Nossa frequência de ingestão de carne não era, nem de longe, a que temos hoje. Mas, "povos civilizados comem muita carne", e eles vieram nos "civilizar" derrubando milhares de km de florestas pra transformar em pasto. Nossos pratos descartáveis eram as folhas. Copos, cuias de coco. Sacolas de pano ou couro ricamente enfeitadas. Canudo de bambu. Escovas

⁷¹ PL Dona Fininha (PL 593/2018), que propõe a regularização fundiária de territórios dos povos e comunidades tradicionais da capital. Se for aprovado, BH será a primeira cidade do Brasil a proteger, a partir da regulamentação municipal, os direitos territoriais de quilombos, povos de terreiro, indígenas, reinados, congados, ciganos, entre outros.

de dente de raízes. Produtos de limpeza e higiene de estrume de vaca, carvão vegetal, manteigas vegetais, pigmentos naturais. Eles chegaram e disseram que tudo isso era coisa de primitivo. Substituíram tudo por plástico. Tem microplástico até na pasta de dente. Nas roupas. Tem metal pesado no que passamos na cara! Formol nos cabelos. Axincalharam nossas casas de adobe - chamaram de cabana, choupana, queimaram, derrubaram. Transformaram tudo em cimento e amianto. Amianto, um poderoso cancerígeno (não são eles mesmos um câncer?). Eles dizem que a culpa é da humanidade, do capitalismo. Isso se chama CULTURA OCIDENTAL. Fomos obrigados a adotar o modo de vida deles, e estamos como estamos. Perdemos nossas tecnologias. Não sabemos mais ser como éramos. Agora, querem falar de "ecologia", "eco-socialismo", "sustentabilidade", "bioconstrução", "cosmética natural", "veganismo". Ora... Quem são eles pra quererem, agora, nos ensinar? A natureza é senhora e terá milhões de anos para se recuperar. O Tempo é todo dela! Quem não sobrevive somos nós. Eis a grande obra da civilização do homem brankkko e sua esposa, os asfaltadores de leito de rio. Eles conseguiram! Estão de parabéns! Civilizaram o mundo. (Urasse, 2020, s.p).

11. Rolezinho sobre o Espaço Comum Luiz Estrela

*Na porta do cemitério
Exu Caveira é o maior
Não tem carne
Ele é osso só
(ponto de Exu Caveira)*

Eu acompanhei o Estrela por sete anos, desde o processo de organização da ocupação que começou em abril de 2013 e culminou na ocupação no dia 26 de outubro desse mesmo ano. Na minha dissertação (Maia Mayer, 2015), eu conto a história dessa construção coletiva potente e exitosa⁷². Exitosa no sentido de ter superado inicialmente a ameaça de reintegração de posse. A posse do imóvel ainda é precária, frágil, mas superamos inicialmente o conflito pela segurança da posse. Conquistamos a cessão de uso com menos de dois meses de ocupação, garantimos a possibilidade de autogestão desse Espaço que se tornou referência de produção colaborativa e resistência *artista*⁷³. São sete anos de autogestão e aprendemos muito ao longo desses anos.

Estrela nos ensinou muito porque, a partir da superação do conflito pela segurança da posse, a luta contra o despejo, abriu-se um horizonte de infinitas possibilidades quanto à autogestão. Isso é muito recorrente nas ocupações: o conflito pela segurança da posse, a luta contra o desalojamento centraliza as energias, todas as forças coletivas, em torno dessa dimensão conflitual. Muitos caminhos foram abertos, *infinitas encruzilhadas* sob a proteção de Seu João Caveira, o Exu que acompanha o casarão antes mesmo do nascimento do Espaço Comum Luiz Estrela.

⁷² Outro trabalho o qual recomendo é dissertação da Liliane Augusta Pereira: *Os movimentos insurgentes e o patrimônio: o surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte, Minas Gerais* (Pereira, 2018a).

⁷³ Sobre *artivismo* recomendo a leitura da tese do Isaque Ribeiro: *Performance artista em Belo Horizonte 2007 - 2015 + a performance real*. (Ribeiro, 2017).



Figura 09 – Registro do dia da ocupação do imóvel. Acervo Espaço Comum Luiz Estrela, 2013.

No mestrado utilizei uma terminologia empregada por Hardt e Negri que falam de uma dimensão *destituente* e uma dimensão *constituente*. Uma dimensão *destituente* de enfrentamento e ação direta que, nesse caso, se materializou com a ocupação do imóvel e a luta contra o estado e contra a entidade privada que reivindicava a posse do imóvel, a Feluma (Fundação Educacional Lucas Machado). E uma dimensão *constituente* caracterizada pela produção, ali naquele território, de outras práticas, outras formas de se relacionar e criar no espaço.

Graças à superação, no caso do Estrela, da ameaça iminente do despejo, foi possível direcionar as energias para essa chamada dimensão *constituente*. Não restrita ao conflito frente ao estado-capital. Retomo aqui essa crítica: muitas vezes os movimentos sociais, a esquerda, ficam reféns do conflito como dispositivo de mobilização. Enquanto há o conflito, enquanto paira a ameaça de ataque pelo estado-capital pelas suas forças repressivas, judiciário, polícia etc., a mobilização ocorre. O conflito é, de certa forma, substrato para engajar e mobilizar. E aí, quando se supera esse momento da luta, digamos assim, ocorre o arrefecimento, a diminuição do agenciamento, da organização das pessoas.

Não só no caso do Estrela, que é, digamos, uma ocupação cultural, mas nas ocupações de moradia isso é muito perceptível. Então, esse é um desafio que continua colocado para as organizações com trabalho territorial, mas também em todo trabalho comunitário, *tarefa-amor* (Evaristo, 2017), isso é uma questão a ser refletida e trabalhada coletivamente. E o Estrela é, sem dúvidas, um caso de amor... Como diz bell hooks, *há espaços onde os pensamentos e as preocupações convergem* (hooks, 2019b, p. 44-45).

Vocês devem se perguntar, mas que heresia é esta de colocar a palavra amor na frente das palavras ordem e progresso, inscritas como lema em nossa bandeira.

Aliás, a única bandeira no mundo que possui o lema inscrito em palavras.

Mas o que mais nos interessa aqui informar, comentar, neste show, logo aqui no seu início, é o fato de que no texto original de Augusto Comte, que inspirou com seu positivismo toda a ideologia do Brasil republicano até os dias de hoje, consta antes da ordem e do progresso a palavra amor.

Na nossa bandeira poética do Brasil constará sempre a palavra amor antes de qualquer ordem e de qualquer progresso.

(Jorge Mautner)⁷⁴

Ou seja, como criar espaços de compartilhamento produtivos, encontros, atividades culturais, organização comunitária que estejam para além do conflito frente ao estado-capital? Aquilo que os referidos autores chamam de dimensão constituinte. Como favorecer o agenciamento, a mobilização das pessoas, a organização do território, independentemente da existência de conflito, orientada por outras práticas?

Mas há, nas insurreições contemporâneas, algo que os desconcerta de modo particular: elas não partem mais de ideologias políticas, mas de verdades éticas. (Comitê Invisível, 2016, p. 53).

No Espaço Comum Luiz Estrela, pudemos experimentar essa possibilidade (neste casarão onde eu acabo de chegar com minha bike) de agenciar um sem-número de pessoas em torno de um projeto colaborativo, criativo e ao mesmo tempo que aponta para um horizonte de enfrentamento a tudo que está posto nesta sociedade capitalista-neoliberal-

⁷⁴ Palavras pronunciadas por Jorge Mautner após cantar a música *Positivismo*, de Noel Rosa e Oreste Barbosa, no show *O Poeta e o Esfomeado*, junto com Gilberto Gil, em 1987. Álbum disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1u5M8u_JqQI>, acesso em 23 de setembro de 2020.

colonialista que privilegia o isolamento, que privilegia o privado, processos hierarquizados, antidemocráticos, corruptos. E o Estrela se constrói não só na negação de tudo isso, mas na afirmação de outras formas, outras práticas possíveis dentro do espaço urbano, nesta *metrópole biopolítica* (Maia Mayer, 2015) em que é primordial travar a luta por outros modos de existir. Porém, é preciso partir do entendimento de que:

(...) sociedade do espetáculo, sociedade de controle, era da biopolítica, capitalismo pós-fordista, Império, estado de exceção. E, claro, nenhuma dessas expressões por si só dá conta do contexto singularíssimo do Brasil, onde tudo isso se combina com especificidades históricas, antropológicas, com as heranças várias que persistem em graus diversos, como já mencionamos, toda uma biopolítica racista que vai de par com uma modernidade autoglorificada. (Pelbart, 2019, p. 115)

Ao longo desses anos foi possível ser também espaço de agenciamento de inúmeras lutas na cidade. Este casarão articulou muitos processos, se conectou com muitas lutas, fortaleceu a resistência das ocupações da Izidora, sobretudo em 2014 e 2015, esteve junto com o movimento feminista na Marcha das Vadias. Várias pessoas do Estrela estavam também na construção da *Mostra Diversas* durante o 08 de março (dia internacional de luta das mulheres); com a luta antimanicomial, foram muitas rodas de conversas, espaço de troca, sobre o tema da loucura e da resistência antimanicomial.

A loucura é um tema que sempre perpassou o Espaço Comum Luiz Estrela, assim como a luta em defesa das pessoas em situação de rua. Recordo que Luiz Otávio Estrela, que deu nome a este casarão, foi uma pessoa em situação de rua, usuário do sistema de saúde mental.

*E o homem não sentiu
Que o fim dessa maldade
É o gás que gera o caos
É a marca da loucura
África, em nome de deus Cala a boca desse mundo
E caminha, até nunca mais
(Milton Nascimento)*

Então essas pautas que atravessaram a vida de Luiz Estrela nos atravessam também aqui neste espaço comum. Inclusive chegamos a trabalhar oficina de teatro com usuários do Centro Mineiro de Toxicomania – CMT. E é muito louco esse reencontro do

Luiz Estrela com o CMT. Eu não diria que é coincidência; talvez uma *transfluência*, como fala Nêgo Bispo (2015), encontro que se dá em outra dimensão, para além da materialidade da vida e que guarda relação com fluxos de outra ordem, cósmica, sensitiva, espiritual. Em 2018, tivemos a notícia de que o CMT será instalado aqui no prédio ao lado do Espaço Comum Luiz Estrela, sendo que o Luiz Otávio Estrela, como falei, foi usuário do CMT, e a gente já tem trabalhado oficina de Teatro do Oprimido com os usuários do Centro Mineiro de Toxicomania. São muitas “falsas coincidências”, falsas porque coincidência também é, como Nêgo Bispo fala, um dispositivo colonialista para diminuir a importância e o papel das *confluências* e *transfluências* que ocorrem na vida cotidiana.

É assim que nos tornamos testemunhas, seus advogados, seus “porta-existência”, diz Lapoujade: carregamos sua existência assim como eles carregam a nossa, na medida em que, sob certo ponto de vista, só existimos quando fazemos existir outros, ou que ampliamos outras existências, ou quando vemos “alma” ou “força” ali onde outros nada viam ou sentiam, e assim fazemos com eles causa comum (Pelbart, 2016, p. 398).

E aqui foram muitas *transfluências*. Eu cheguei a publicar na dissertação uma carta psicografada de Juscelino Kubitschek que nos enviou bem no calor da luta contra o despejo, nos primeiros dias da ocupação do Estrela. JK apoiando a iniciativa da *juventude ocupacionista*, em suas palavras. Essa carta chegou aqui enviada por um centro espírita de Santa Luzia (MG).

Ao longo do processo de negociação com o governo do Estado, recebemos no casarão, remetida por um centro espírita, uma carta do Presidente Juscelino Kubitschek psicografada por um médium na qual o “23º Presidente da República Federativa do Brasil, cassado em 8 de junho de 1964”, opõe-se ao projeto da FELUMA para o imóvel (Memorial JK), reivindica a investigação da sua morte e defende com veemência a manutenção do Espaço Comum Luiz Estrela. Nestes termos, finaliza a carta: “A casa da Rua Manaus não deverá sucumbir a destinos mesquinhos”. Depois soubemos que a FHEMIG, o governo do Estado e a FELUMA também haviam recebido a carta psicografada do JK, (Maia Mayer, 2015, p. 205-206).

Aí depois, mais recentemente, descobrimos que este casarão teve relação com a

construção da trajetória política dessa figura. Eu já tinha falado no *rolezinho* do Estrela⁷⁵ que Juscelino Kubitschek trabalhou aqui, foi médico no casarão quando ainda funcionava o Hospital Militar, por cerca de três anos. Chegou uma história até nós de que JK, quando ainda trabalhava aqui, presenciou um grave acidente de carro, ali, na encruzilhada da Rua Manaus com a Avenida Brasil, do lado do Primeiro Batalhão da Força Pública Mineira, hoje chamada polícia militar de Minas Gerais. Juscelino presenciou esse acidente e salvou a vida do motorista, que era um deputado. E foi esse deputado que levou Juscelino para a política; até então ele apenas exercia sua carreira de médico aqui no casarão do Espaço Comum Luiz Estrela. Então podemos dizer que o casarão tem parte na trajetória que levou Juscelino Kubitschek à Presidência da República. Muito louco isso. Tudo aqui no Estrela é muito louco. Aqui a gente quer também reconciliar loucura e arte.

O que a razão quer, desde seu nascimento platônico, é rejeitar uma parte da vida, a que muda, a que delira, a que morre. O que a razão quer é produzir um mundo de identidades e verdades, um mundo previsível e claro. Em consequência, tudo que é escuro, imprevisto, móvel, múltiplo, é excluído, transposto para o lugar do erro, da ilusão, do mal. É nesse espaço que se insere a loucura. E muitas vezes a arte. (Mosé, 2001, p. 22).

Essa cisão precisa ser superada, essa separação absurda feita pela modernidade⁷⁶ ao confinar a loucura nos porões tenebrosos das estruturas manicomiais, psiquiátricas (*biopoder*⁷⁷). A gente aqui percebe o potencial artístico, criativo, da loucura. Muitas pessoas que passam pelo Estrela já experimentaram situações, experiências no campo da loucura. A gente brinca que no Estrela quem ainda não surtou ainda há de surtar: para-raios de louco este lugar. E todas as montagens teatrais da Trupe Estrela dialogam com o tema da loucura.

Os loucos são como beija-flores. Nunca pousam. Estão sempre a dois metros do chão. A supremacia da pouca lucidez, fim das convenções domesticadas. O princípio da loucura é a realidade imposta e inventada. Anseios não se prendem, nem se aprendem. O mistério da razão é o que contrapõe a sanidade. [...] Não podemos admitir que se impeça o livre desenvolvimento de um delírio, tão legítimo e lógico

⁷⁵ *Excursão Estelar* (Maia Mayer, 2015).

⁷⁶ *Na realidade, a ligação entre modernidade e o terror provém de várias fontes* (Mbembe, 2018, p. 21).

⁷⁷ Conceito criado por Michel Foucault (1977).

como qualquer outra série de idéias e atos humanos. E o que é um autêntico louco? [...] Gente curada demais é gente chata. Todo mundo tem um pouco de loucura. E vou lhes fazer um pedido, viva a imaginação, ela é nossa mais profunda verdade. A cura está no afeto! A cura está no afeto! (Trupe Estrela, 2017, s.p).

Para despistar a vizinhança e a polícia (o primeiro batalhão da pm fica há duas quadras do Estrela), nós ocupamos o casarão fazendo teatro, dispositivo de *guerrilha de bisturi* para retomar em favor do comum o hospital público abandonado.

O plano de entrada no casarão, coletivamente construído, consistiu no seguinte: na noite do dia 24 de outubro de 2013, uma quinta-feira, foi realizado um “ensaio geral” do “espetáculo” que teria a estreia nos próximos dias. Nessa noite, duas pessoas entraram no casarão, utilizando os elementos cenográficos, como cordas e escada, enquanto as cenas eram repassadas pelas atrizes e atores, sem despertar qualquer suspeita na vizinhança, nem mesmo na polícia militar que passou por lá no momento do “ensaio”. Essas duas pessoas, que ficaram todo o tempo conectadas com o grupo externo depois de adentrar no casarão, fariam ao longo do dia 25 de outubro um desenho com a planta do imóvel, com a descrição da situação de todos os cômodos, metragem, fotos, apuração de danos estruturais etc. Além disso, estariam responsáveis pela abertura (por dentro) das portas principais do casarão para que, no alvorecer do dia 26 de outubro, um sábado de primavera, pudessem ser recebidas de portas abertas as pessoas que atuaram na estreia da montagem que apresentou para a cidade o Espaço Comum Luiz Estrela. Não houve, assim, arrombamento ou qualquer dano ao casarão. Tudo transcorreu como num teatro multitudinário no qual até a polícia (com figurino horrível) compõe a cena. Os primeiros policiais que chegaram para atender ao chamado do 190 se espantaram quando encontraram personagens montados, músicos, palhaços e um casarão, até então degradado, triste e feio, cheio de alegria, cores e festa. Sequer registraram o B.O... Nunca na minha vida havia participado de uma ocupação na qual a autoridade policial sequer tenha registrado um boletim de ocorrência. O verdadeiro crime ali era a omissão do poder público quanto à proteção do bem tombado. O registro da ocorrência foi feito somente depois, quando apareceu uma fundação privada alegando a posse do imóvel. (Maia Mayer, 2015, p. 202-203)⁷⁸

Dizemos assim que a Trupe Estrela, grupo de teatro político do Espaço, nasceu com a entrada no casarão. Ao longo desses sete anos foram várias montagens teatrais, entre elas o espetáculo *Assembleia Comum* (2015), que é um dispositivo teatral cartográfico que tem inspiração no teatro-fórum. Em 2019, apresentamos a *Assembleia*

⁷⁸ Tem um vídeo da apresentação cênica, pré-estreia da ocupação, disponível no canal do Estrela no Youtube, o qual pode ser visto pelo link <<https://www.youtube.com/watch?v=KgFhTfp4GFQ>>. Acesso em 26 de agosto de 2020. A primeira negociação com a polícia também ficou registrada em vídeo disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=lj1hNFo22rs>> Acesso em 26 de agosto de 2020.

Comum no Centro Cultural da UFMG, dentro da programação do Festival de Verão da UFMG, mas nós já apresentamos todos os anos desde 2015, quando foi montada pela primeira vez. Apresentamos também nas ocupações Dandara e Rosa Leão (Izidora), dentro da programação do FIT – Festival Internacional de Teatro de Belo Horizonte, em 2018.

Como e em que medida o fazer teatral, com suas experiências sensoriais, estabelece um diálogo constante com os espaços urbanos a ponto de tornar-se um fator importante na relação do cidadão com a sua cidade, com seus territórios de identidade e com as inúmeras outras questões que permeiam sua existência em um dado lugar? [...]

O teatro é, pois, filho do espaço urbano e de todas as novas configurações humanas e sociais que nascem com a cidade. A relação entre o fazer teatral e a cidade mantém-se, ainda hoje, extremamente viva. A arte, talvez, mais do que nunca, encontra na cidade um local privilegiado de inspiração e espaço para sua manifestação. (Souza, 2015, p. 9).

Tivemos ainda as montagens *Escombros da Babilônia*⁷⁹ e o *Babylon Cabaret*, criadas em 2014 e remontadas em 2017, com recursos do Fundo Municipal de Cultura. Teve também o espetáculo *A Coisa*, que foi um desdobramento de uma das oficinas do *Escombros da Babilônia*. A obra *A Coisa* foi apresentada no aniversário da cidade, no final de 2017, dentro da programação da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte e também no Cenas Curtas do Galpão Cine Horto de 2017.

A imagem fugaz e breve, com sua luz intermitente, pode trazer a força da resistência. Em teatro, isso se torna possível quando se toma posição e se toca “o real” por meio da experiência de afetar e/ou ser afetado pelos outros e, inclusive, afetar e ser afetado por nossas próprias forças internas. (Rojo, 2016, p.36).

⁷⁹ Sobre essa peça, escrevi em parceria com o amigo Luís Moreira o artigo *Escombros da Babilônia: espaço comum biopotente*, publicado no livro *Biopolítica e o Comum* (Matos e Freitas, 2019).



Figura 10 – Cartaz dos espetáculos *Escombros da Babilônia* e *Babylon Cabaret*, apresentados em 2017 com recursos do Fundo Municipal de Cultura.

A Trupe Estrela faz sobretudo teatro político de rua, mas a última peça do repertório foi a primeira montagem que não foi executada na rua, é a *Visita-guiada: experimentos em torno de um casarão em movimento*⁸⁰, apresentada dentro do casarão, que protagoniza as cenas.

Além da Trupe Estrela, aqui nós também temos o Núcleo de Restauo e Memória, que, graças ao seu trabalho colaborativo, por meio de oficinas e com uma proposta muito ousada de projeto de restauro do imóvel, recebeu o maior prêmio do patrimônio histórico nacional, concedido em 2017, por ocasião dos oitenta anos do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Esse prêmio sinaliza um entendimento do órgão, do IPHAN, sobre a importância desses processos de implicação da comunidade na preservação do patrimônio histórico, dando concretude ao preceito constitucional previsto no artigo 216, parágrafo primeiro, segundo o qual também cabe à comunidade contribuir para a preservação do patrimônio cultural brasileiro e não somente ao estado.

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (CF/88, § 1º, art. 216).

⁸⁰ Vídeo da montagem disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=FyxbMr-IZMw>>, acesso em 26 de agosto de 2020.

Isso foi uma mudança paradigmática da Constituição Federal de 1988 que foi muito importante aqui na resistência do Espaço Comum Luiz Estrela, ainda mais neste contexto de precarização da política pública em torno do patrimônio histórico nacional. Nestes tempos em que museus são queimados, como o triste episódio do Museu Nacional no Rio de Janeiro, em 2018, no incêndio e destruição quase completa do maior acervo histórico do país. Diante da precarização do IPHAN, órgão cada vez mais sucateado, o Estrela se coloca como um precedente muito importante da implicação da comunidade na preservação do patrimônio histórico, com amparo constitucional.

Na época da ocupação, nós usamos isso como fundamento no recurso contra a decisão que havia concedido a liminar de reintegração de posse⁸¹ e conquistamos a suspensão da ordem, sobretudo com base nesse fundamento, de que inclusive a comunidade pode tomar medidas acautelatórias para garantir a preservação do patrimônio público.

Ou seja, o estado-capital deixou o imóvel tombado em situação de avançada degradação, de ameaça (quando nós entramos o casarão, ele estava quase caindo, chegamos inclusive a tomar como medida emergencial o escoramento do imóvel) e aí este argumento: se o estado-colonial deixa o bem público neste estado-deplorável, nós, como sociedade civil organizada, ou melhor, como comunidade organizada, retomamos para garantir a restauração do bem que goza de proteção como patrimônio histórico.

O imóvel é tombado. Além de fazer parte do Conjunto Urbano da Praça Floriano Peixoto, ele tem o seu tombamento individual de fachada, telhado e volume, por sua riqueza arquitetônica, mas sobretudo pela memória que ele guarda. Triste memória que finalmente pôde ser resgatada. Nossa, o Estrela, se deixar pedalo-e-falo o dia todo e ainda sobra muito assunto.

Nós não escolhemos esse casarão, ele nos escolheu. Ele precisava ser aberto. Respirar após 19 anos de abandono. Duas décadas de descaso, degradação e descumprimento da função social da propriedade. Propriedade pública no caso, responsabilidade do Estado. Dezenove anos, lapso temporal que agora vejo como os anos em que o casarão descansou, a morte estritamente necessária, depois de

⁸¹ Processo nº. 3760090-16.2013.8.13.0024, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Comarca de Belo Horizonte, 26ª vara Cível.

tanta dor e sofrimento, o tanto suficiente sem apagar o filete de vida que resistiu, a partir do qual foi possível renascer. Quantas camadas mais pode este espaço receber? De hospital militar a hospital psiquiátrico infantil, escola pública e agora centro cultural autogestionado. Que ousado investir na construção de um espaço comum no lugar onde outrora colocavam crianças no cárcere. [...] Tem muita memória esse casarão... Nessas paredes, desenhos de dor e sofrimento inscritos por dedos infanto-juvenis, histórias e vivências que finalmente podem vir à superfície, sair do calabouço e permitir a redenção da dor silenciosamente prolongada, a libertação dos gritos trancafiados e da memória ameaçada de morte pela dolosa omissão da força pública. Coloquem os ouvidos nas paredes. Estão ouvindo? Xiiiiiii... Silêncio... Às vezes ouvimos aqui “um eco de outras [vozes] já silenciadas”. (Trupe Estrela, 2018, s.p).

São muitos e múltiplos os ensinamentos que essa história carrega, não cabe a uma pessoa tentar esgotar tudo aquilo que este lugar traz de potência, saberes e mistério. São múltiplas vozes, múltiplos agenciamentos e forças que atravessam este Espaço. Para mim os aprendizados mais valiosos giram em torno da autogestão e suas infinitas possibilidades de agenciamento.

Penso, por exemplo, como a autogestão pode ser uma resposta a essa pauta tão capturada pelas forças colonialistas que é o discurso do combate à corrupção. Porque nós aqui conseguimos, por meio da autogestão, de modo transparente, horizontal e colaborativo, fazer o que nem a iniciativa privada orientada pelo lucro, nem o próprio estado, a administração pública (quase sempre mancomunada com a iniciativa privada), conseguiria fazer.

A Feluma, fundação privada que detinha a cessão de uso do espaço na época da ocupação, apresentou um projeto orçado em mais de oito milhões de reais, projeto de restauro e implantação de um museu (*Memorial JK*) sem qualquer participação da comunidade (nem o presidente cassado queria, como nos disse na carta psicografada). E nós conseguimos elaborar um projeto de restauro que não passava de dois milhões de reais.

Ao longo desses anos, nós conseguimos fazer muita coisa neste espaço, superando todas as expectativas em termos orçamentários. Vou citar um exemplo. O telhado, cuja restauração estava prevista para meio milhão, quinhentos mil reais, nós conseguimos restaurá-lo — na verdade fazer um novo telhado com as mesmas medidas e características originais —, e além disso fazer o colamento das (enormes!) trincas e retirar a laje que

tencionava as paredes laterais e ameaçavam de demolição o prédio, por menos de cento e vinte mil reais, graças a um projeto aprovado no Fundo Estadual de Cultura. E graças também à forma como foi elaborado o projeto e conduzida a obra, por meio de oficinas, tendo no comando uma equipe de arquitetura e engenharia ligada ao espaço que trabalhou de maneira voluntária e também uma mestra de obras contratada que conduzia as oficinas de construção civil. Todo o processo foi construído por meio de oficinas abertas, com envolvimento, muito diferente de desenvolver no sentido colonial-capitalista.

Tudo isso permitiu que essa obra fosse feita com bem menos recursos, de maneira transparente, colaborativa e com processo de formação, foi uma verdadeira escola. Qual a relação disso com a questão que eu trouxe da corrupção? Em tempos de captura discursiva da pauta do combate à corrupção, os nossos experimentos de autogestão trazem uma resposta concreta, real, de enfrentamento à corrupção. Vamos jogar luz sobre essas experiências para ampliar suas escalas e orientar os modos de gestão dos bens comuns. O capital sempre foi colonialista e corrupto.

A importância do tema da corrupção reinante em praticamente todas as revoltas contemporâneas atesta que elas são éticas antes de políticas, ou que são políticas precisamente naquilo que desprezam da política, incluindo aí a política radical. (Comitê Invisível, 2016, p. 60).

Eu vi, no intervalo para o almoço, uma notícia de que o golpista, à época ministro da justiça, Sérgio Moro, corresponsável pelo governo eleito a partir da maior fraude eleitoral da história deste país, anunciava um grande pacote, um projeto de combate à corrupção. Coincidência?

O Espaço Comum Luiz Estrela numa dimensão local, dentro da sua realidade, é uma prova de que a implicação da comunidade, o envolvimento das pessoas nos processos de autogestão, de construção colaborativa em teia, a implicação cidadã, democrática das pessoas, é a melhor atitude-resposta à luta contra a corrupção. Porque a corrupção está no DNA do capitalismo, está no DNA do estado, do neoliberalismo, e o combate efetivo à corrupção se dá pela implicação real das pessoas. Esse governo não tem nenhuma legitimidade para falar de luta contra a corrupção, soa ridículo.

Fundamental no meu entender falar da luta contra a corrupção a partir dessas

experiências de autogestão, como é o caso do Espaço Comum Luiz Estrela. De implicação da comunidade no manejo dos recursos públicos dentro de uma perspectiva do comum, dos espaços comuns que podem garantir uma aplicação muito mais eficiente, com muito mais economia, dos recursos públicos, com muito mais transparência e fortalecendo a participação cidadã.

O que aqui se constrói não é nem a “sociedade nova” em seu estado embrionário, nem a organização que finalmente derrubará o poder para constituir um novo, é antes a potência coletiva que, por via da sua consistência e da sua inteligência, condena o poder à impotência, frustrando, uma a uma, todas as suas manobras. (Comitê Invisível, 2016, p. 53).

Nesses anos de autogestão, nós aprovamos e aplicamos cerca de trezentos mil reais a partir de projetos do Fundo Estadual de Cultura, do Fundo Municipal de Cultura, a partir de crowdfunding⁸², por meio do “Catarse”, em que nós arrecadamos mais de cinquenta mil reais logo no primeiro ano da ocupação, bem como com o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, pelo qual nos foram concedidos trinta mil reais. Conquistamos recursos também junto ao Ministério Público, à Promotoria de Defesa do Patrimônio Histórico, quase cem mil reais; e tudo isso com gestão horizontal, colaborativa e com muita transparência, prestação de contas etc.

Conseguimos alcançar o que o estado e a iniciativa privada jamais conseguiriam fazer porque teve implicação de dezenas de pessoas que abraçaram esse projeto, que acreditaram e continuam acreditando nesse projeto. E que tem um potencial incrível, inclusive de confluenciar com outros processos. Chove agora muito forte, a minha intenção era pedalar também até à Kasa Invisível que é uma outra ocupação autogestionada que utilizou o Estrela como precedente importante no processo de negociação — nadou na crista do Estrela, diríamos.

No âmbito da Promotoria do Patrimônio Histórico, o mesmo promotor que acompanha o Estrela, Dr. Júlio César (durante muitos anos quem acompanhou o Estrela foi uma figura fundamental, Dra. Lilian Marotta), se dispôs a intermediar uma negociação com os proprietários do imóvel dessa outra ocupação autogestionada pelo Coletivo Kasa

⁸² Plataforma de financiamento coletivo de projetos.

Invisível. E a Diretoria do Patrimônio Histórico do município de Belo Horizonte também apoia essa iniciativa de implicação de cidadãos comuns na preservação e restauração de um bem protegido.

No caso da Kasa Invisível, são três imóveis de 1937 que têm um grande valor histórico para a cidade, cujo Conjunto Urbano foi recentemente tombado⁸³, os quais estavam abandonados há décadas e que também foram ocupados em 2013. Acompanhei algumas audiências para tentativa de conciliação com o proprietário, que é um espólio. Colocamos para o advogado do espólio e dos herdeiros essa oportunidade inspirada no exemplo do Estrela de composição de interesses para que nós possamos restaurar o bem e criar ali mais um precedente de implicação da comunidade na defesa do patrimônio histórico.

Assim, o Estrela também se coloca, sobretudo a partir do prêmio concedido pelo IPHAN, como uma possibilidade (ins-piração) que pode se espalhar por inúmeras capitais, cidades que possuem um sem-número de imóveis protegidos pelo patrimônio, tombados e que estão em situação de completo abandono, degradando-se, enquanto muitos artistas, produtores culturais, ativistas, coletivos, movimentos etc. encontram-se sem lugar para usar, criar, ter como sede e fazer cultura, arte, educação, produzir encontros, fortalecer teias, implicar a comunidade do entorno.

É uma grande inspiração o Espaço Comum Luiz Estrela, construção que envolve inclusive pessoas em situação de rua que passaram pelo espaço que carrega o nome de uma pessoa, Luiz Otávio Estrela, que teve trajetória de rua, assassinado durante as Jornadas de Junho de 2013, como deixei registrado no *Excurso Estelar* (Maia Mayer, 2015).

Este Espaço tem tanta memória, tem um grande potencial. Eu falei do grupo de teatro, que é a Trupe Estrela, do Núcleo de Restauo e Memória, mas o Estrela tem também a Feirinha Estelar, com exposição de produtos orgânicos, artesanato, comida vegana e apresentações culturais. Tem ainda o cursinho, a *Autêntica*, que oferece cursinho pré-vestibular para moradores aqui do Novo São Lucas, que é uma periferia próxima ao

⁸³ DELIBERAÇÃO N.º 102/2019, publicada no Diário Oficial do Município (DOM BH) em 27 de novembro de 2019.

Espaço Comum Luiz Estrela. Tem o Sarau Comum, o Núcleo de Comunicação que pensa a comunicação do Espaço para dentro e para fora, o Núcleo de Infraestrutura e permacultura, pessoas que estão no Espaço desde o início como Kenny Mendes, Silvia Herval e outras figuras que cuidam do nosso jardim, da infraestrutura do Espaço. O Núcleo Antimanicomial desenvolve o projeto *Criar, Cura?*. No carnaval, todos confluem no *Blocomum*.

São núcleos dinâmicos que reúnem pessoas que vão e vêm num espaço que é horizontal, descentralizado. As assembleias gerais ocorrem mensalmente, toda última quarta-feira do mês. Encontros em que representantes, pessoas desses Núcleos, se reúnem para discutir as questões gerais da autogestão do Espaço. Tem ainda uma pessoa jurídica, uma associação que foi criada ao longo desses anos para assumir a gestão do Espaço, cujo estatuto está em sintonia com nosso horizonte de construção. E aqui as pessoas se desdobram, tanto na dimensão artística, como na dimensão ativista, de produção cultural, gestão etc. Todos os anos, por ocasião do seu aniversário, no dia vinte e seis de outubro, ao longo da semana ocorre o Festival de Primavera.

O Festival de Primavera de 2018, aniversário de 5 anos do Estrela, foi muito marcante, pois antecedeu a eleição do segundo turno que consagrou o fascismo à Presidência da República. Foi uma semana muito rica, com muitas atrações culturais (mais de trinta atividades e espetáculos) e foi fundamental para nós darmos conta daquele momento tão difícil. *A arte é o que resiste: ela resiste à morte, à servidão, à infâmia, à vergonha* (Deleuze, 1992, p. 215). A nossa forma de nos contrapormos a todo esse estado de coisas que nos leva muitas vezes ao sofrimento, ao adoecimento, foi criando esse espaço de encontro, de compartilhamento, de trocas de afetos aqui no Espaço Comum Luiz Estrela, que nos oxigenou, nos fortaleceu e nos fortalece para enfrentar tudo que nós temos vivido nesta conjuntura política que o país vive.

Pois de amor estamos todos precisados! Em dose tal que nos alegre, nos reumanize, nos dê paciência e esperança, força e capacidade de entender, perdoar, ir para frente! Amor que seja navio, casa, coisa cintilante, que nos vacine contra o feio, o triste, o mau, o absurdo e o mais que estamos vivendo e presenciando. O ódio manipula as massas, o amor vibra na multidão! (Trupe Estrela, 2015, s.p).



Figura 11 – Apresentação do espetáculo *Assembleia Comum* no FIT BH 2018, no baixio do Viaduto Santa Tereza. Fotografias: Moviola – Mídia Livre.

Não só o Estrela, mas as outras ocupações que compõem esta cartografia ativista me conduzem à necessidade de refletir sobre a superação dessa falsa (na minha opinião) dicotomia entre o micro e o macro. Como se essas resistências, as ocupações de moradia, os quilombos, as resistências em defesa da natureza urbana, tantas e tantas lutas, como se essas lutas estivessem em um campo micro. Ora, o que eu percebo não só aqui neste casarão, mas nas outras lutas que fazem parte deste mapa, que essas lutas podem sim transbordar a escala local e a chamada dimensão micropolítica, afetar outros níveis, outras escalas que, a princípio, estariam nessa dimensão macropolítica. Importante observar que a micropolítica nem sempre é local, não diz respeito à escala, necessariamente, na verdade a micropolítica é transescalar (Rolnik, 2018). De toda forma, a micropolítica pode sim pautar e transformar a macropolítica.

Tudo se perde quando se reivindica o local contra o global. O local não é a alternativa tranquilizante à globalização, mas seu produto universal: antes de o mundo ter sido globalizado, o lugar onde moro era apenas o território familiar, ninguém o reconhecia como “local”. O local não é mais do que o reverso do global, seu resíduo, sua secreção, e não aquilo que pode fazê-lo explodir. Nada era local antes de poder ser arrancado daí a qualquer momento, seja por razões profissionais, médicas ou de férias. O local é o nome da possibilidade de uma partilha, combinada à partilha de uma despossessão. É uma contradição do global, à qual podemos ou não dar consistência. Cada mundo singular surge agora pelo que é: uma dobra no mundo, e não seu exterior substanciado. Encaminhar lutas como as do Vale de Susa, de Calcídica ou dos Mapuche, que recriaram um território e um povo com uma aura planetária, para a categoria enfim insignificante de “luta local” — do mesmo modo que há uma “dinâmica local” simpaticamente folclórica — é uma clássica operação de neutralização. Para o Estado, com o pretexto de que esses territórios estão situados em suas margens, trata-se de marginalizá-los politicamente. Quem, fora o Estado mexicano, ousaria qualificar a insurreição zapatista e a aventura que se seguiu como “luta local”? E no entanto haverá algo mais localizado do que essa insurreição armada contra os avanços do neoliberalismo, que inspirou até um movimento de revolta planetária contra a “globalização”? (Comitê Invisível, 2016, p. 226-227).

É evidente que a articulação, a conexão desses processos, não se reduz estritamente ao local. Elas podem tanto inspirar outros processos, outras lutas, como acabei de citar com o exemplo concreto da Kasa Invisível, que tem o Estrela como inspiração e precedente muito importante no processo de negociação e luta, mas também alcançar outras dimensões para além da articulação no nível das resistências.

O Espaço Comum Luiz Estrela, em 2017, roubou a cena no Teatro Municipal do Rio de Janeiro ao receber o prêmio do IPHAN, na cerimônia de oitenta anos da instituição, com uma intervenção performática na presença de milhares de pessoas do país inteiro. Uma intervenção contra tudo isso que estava ali na época — mais diretamente, contra o golpe. Foi um grande “Fora, Temer”, e aí vai me dizer que isso é uma luta micropolítica adstrita à escala local?

Enfim, muitos e muitos outros exemplos e reverberações. Na verdade estou cada vez mais convicto de que essa separação micro e macro não nos serve⁸⁴. Um evento, um episódio, um estopim ou um aumento de vinte centavos pode ter repercussões e

⁸⁴ *As práticas culturais da diáspora africana tendem a transgredir qualquer tentativa de ajuste em esquemas binários* (Rufino e Simas, 2018, p. 43).

reverberações que nossa imaginação não alcança. Isso fortalece a aposta em torno dessas resistências porque, afinal, assim como sempre sustentaram os zapatistas, a transformação será *desde abajo*, desde aqueles e aquelas que constroem outras formas de viver e produzir, se relacionar e enfrentar *os maus governos*.

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nos perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. É o que você chama de pietàs. É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo. (Deleuze, 1992, p. 218).

Em 2020, graças à intermediação da Promotoria de Defesa do Patrimônio Histórico, conseguimos restabelecer a cessão de uso do casarão do Estrela pelo prazo de vinte anos, pois houve uma redução para cinco anos no final de 2017, por conta de uma mudança na legislação estadual. Ainda hoje temos que lutar perante a FHEMIG para conseguir o reconhecimento do Espaço. Foram três anos de muitas reuniões e ofícios para garantir a continuidade deste potente experimento em autogestão por mais 20 anos.

Aproveito a oportunidade para tocar num ponto ligado à organização do espaço e que vale para os outros espaços comuns abordados nestes *rolezinhos* cartográficos. Se fôssemos fazer um diagrama organizativo, talvez a melhor imagem seja de círculos concêntricos, círculos concêntricos tracejados, desde um núcleo central (que não precisa ser tomado como centralizador), o qual compreende pessoas que estão mais orgânicas, no cotidiano, acompanhando o respectivo espaço comum, até outras órbitas que vão se afastando, conforme o nível de presença e envolvimento. A última órbita seria, digamos, mera simpatia ao espaço sem envolvimento direto nas tarefas de gestão.

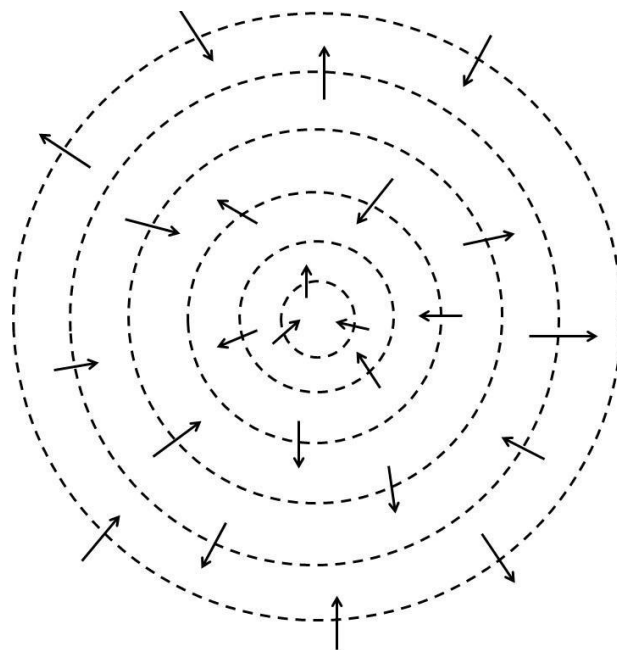


Figura 12 – Diagrama organizativo dos espaços comuns. Acervo pessoal, 2019.

Acredito que seja essa a imagem, com várias setas em todas as órbitas, setas no sentido centrífugo e no sentido centrípeto, que se aproximam e que se afastam, ou seja, pessoas que se envolvem mais, pessoas que se envolvem menos, conforme a localização na órbita desses círculos concêntricos. Eu vejo dessa forma a organização desses espaços comuns.

Círculos concêntricos, como as camadas de uma cebola, onde o menor contém o maior e o maior está contido no menor, num fluxo permanente e irresistível, há ressonâncias, vibrações, frequências. *Como uma pedrinha em um lago, que produz ondas de círculos concêntricos cada vez mais numerosas e ampliadas* (Carvalho, 2020, s.p). Acredito que esse diagrama ilustra bem essa fluidez, esse fluxo que irradia do centro para fora do círculo, mas também de fora para dentro. E acho que, nessas resistências, a intenção é ampliar cada vez mais essas linhas e esse espaço de envolvimento e afetação das pessoas na construção, na organização desses espaços comuns. E digamos, quanto mais linhas, maior a teia de pessoas envolvidas ou que apenas apoiam a luta. Muitas pessoas vão, se afastam, e muitas pessoas novas chegam, outras se reaproximam. É a circularidade da vida. Enfim, gosto dessa imagem dos círculos concêntricos para falar

dos espaços comuns. Acho que por hora, sobre o Estrela, é isso.



Figura 13 – Registro do espetáculo Cabaré do Fim do Mundo – Babylon Cabaret da Trupe Estrela.
Fotografia: Flávio Charchar, 2019.

12. Todo dia eu acordo pensando em guerrilha⁸⁵

Mais do que nunca, a imaginação política depende da e precisa estimular a imaginação poética. E vice-versa. A ausência de uma delas mutila gravemente a outra.

(Centelha)

Bom dia para todo mundo. Meu nome é Joviano, venho aqui falar um pouco da experiência do Espaço Comum Luiz Estrela. Mais do que falar sobre — pois o Estrela está lá, quem quiser conhecer e ir, tem uma programação intensa —, me interessa suscitar questões que nos colocam esse experimento de luta *biopotente* (Pelbart,), aqui em Belo Horizonte, desde 2013.

Aliás, quero congratular a realização deste seminário. Na minha opinião, o momento é mais do que oportuno e necessário para se discutir o *como*, o *como fazer?*. Acho que é consenso que estamos vivendo tempos adversos, de exceção, que nos colocam uma reflexão. Não sei se todo mundo compactua dessa ideia, mas todo dia eu acordo pensando em guerrilha.

*Ninguém precisa pedir licença para
fazer um ato revolucionário.*

Carlos Marighella

Nós estamos em tempos de guerrilha. Só que, como que vai ser a guerrilha contemporânea, nesse contexto que nós estamos? É uma guerrilha armada? É uma guerrilha não armada? Como ela opera? Qual que é sua estética? Como que é sua simbologia? Como que ela trabalha? É trabalho de base? (Como tradicionalmente a esquerda utiliza essa expressão.) Como se inserir nos territórios? Quem são os agentes dessa guerrilha?

Eu tenho trabalhado com uma expressão que aprendi quando estive com a neta de

⁸⁵ Palestra proferida no *Seminário Dez Anos de Ocupações Urbanas na RMBH*, ocorrido na Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG, nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2019. *MESA 3: OCUPAÇÕES E LUTAS URBANAS* (28/06/19).

um guerrilheiro, a Maria Marighella, quando fui à casa dela em Salvador, que é *guerrilha de bisturi*. Se a arma, o símbolo master do atual governo, ela só mata, o bisturi pode até matar, mas ele almeja a cura.

Nós estamos falando de uma cidade que, cada vez mais, produz adoecimento. Num espaço como esse, nós temos que perguntar quem não está pirando, quem não está com ansiedade, quem é que não está surtando, quem é que não está com depressão ou qualquer outra questão de saúde mental? Levanta a mão aí. Ninguém, né? Todo mundo está sofrendo, de uma forma ou outra, com o que está acontecendo em nosso país.

Não é à toa que a cada esquina a gente vê uma farmácia. O adoecimento da população como estratégia de poder, mesmo. Por isso que, nesse contexto, cabe pensar em *guerrilha de bisturi*. Não quero me estender muito nisso, mas dizer que o momento é esse, do *como fazer?*

Sobre essa guerrilha, eu acho que esses experimentos estão nesse campo, de uma experimentação insurgente, guerrilheira, nesse sentido, a partir do momento que nós temos consenso de que a conjuntura pede uma ação incisiva, atitude, ousadia. E uma ação criativa, que seja capaz de mudar esse contexto, de ódio, de morte, de adoecimento, em que estamos inseridos.

O fascismo sempre foi a reação contra a força de uma revolução iminente no horizonte. Se ele voltou agora é porque chão treme, é porque as fendas estão por toda parte. Ouçam como treme o chão, como há algo que quer atravessar o solo. Não nos deixemos enganar novamente, vivemos uma contrarrevolução preventiva que não temerá nenhum nível necessário de violência para nos calar, que rasgará todos os disfarces para agir mais livremente. O momento é mais decisivo que alguns gostariam de acreditar. Só governos fracos são violentos, eles tem de vigiar todos os poros, pois sabem que seu fim pode vir de qualquer lugar. O que se contrapõe a nós é fraco e desesperado. Ele cairá. É de fazê-lo cair. (Centelha, 2019, s.p).

Nada melhor do que experimentar essas lutas de fato para trocar e ter possibilidade de apontar outros horizontes, diante desse cenário que nós estamos. O Espaço Comum Luiz Estrela, nesse sentido, é também um experimento, autogestionado. Nós ocupamos o Casarão em 2013, um casarão que era hospital, foi o primeiro hospital da Força Pública Mineira, Força Pública que teve seu primeiro recrutamento feito junto

aos capitães do mato, que hoje é a chamada Polícia Militar de Minas Gerais.

Com a transferência do Hospital Militar para a Avenida do Contorno, em 1947, se instalou ali, na rua Manaus, 348, bairro Santa Efigênia, o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil, no período das práticas psiquiátricas mais perversas. Fez parte do “holocausto brasileiro” e, inclusive, está citado no livro cujo o título leva o mesmo nome, *O Holocausto Brasileiro*, da Daniela Arbex.

Só que com um componente a mais, porque lá era um espaço de internação de crianças, crianças e adolescentes. Lá se fazia também a triagem das crianças e adolescentes que iam ser mandados para o Hospital Colônia, em Barbacena. E fazia, como hospital psiquiátrico infantil, pelos estudos que nós fizemos, lobotomia, eletrochoque, uso de camisa de força etc. Quem já foi lá ao casarão e teve oportunidade de conhecer aquele calabouço, os túneis, com as celas...? A gente tem até um espetáculo *Visita guiada: experimentos em torno de um casarão em movimento*, construído e realizado pela Trupe Estrela, no qual a gente entra dentro dessas celas, mostra as inscrições das crianças desenhadas nas paredes, crianças que ficaram confinadas ali, pesado.

Bom, e aí ficou esse manicômio infantil até a década de 1980 e depois passou a ser uma escola voltada para crianças especiais. A escola Estadual Yolanda Martins, que fechou em 1994 por conta do risco estrutural que o imóvel oferecia. Risco estrutural causado por intervenção do próprio estado, por meio de obras que aumentaram a degradação do imóvel. Criaram uma laje que tencionava as paredes e outras intervenções malfeitas que o levaram a ficar sob risco, num estado de abandono de 1994 até 2013, quando nós ocupamos (retomada-estelar), justamente com o argumento de recuperar esse bem da cidade.

O casarão do Estrela tem dois níveis de proteção do Patrimônio Histórico e Cultural: tem um tombamento específico de volume, telhado e fachada e também integra o Conjunto Urbano da praça Floriano Peixoto. Então nós reivindicamos o artigo 216, parágrafo primeiro, da Constituição de 1988, que representou uma mudança paradigmática do ponto de vista do patrimônio histórico.

Segundo esse artigo, não cabe somente ao estado o dever de preservação e

proteção do patrimônio histórico nacional, mas também à comunidade, podendo, inclusive, tomar medidas acautelatórias nesse sentido. Ou seja, nós ocupamos o casarão para fazer valer a Constituição; nós fomos por medida acautelatória, para que esse patrimônio continue existindo.

Quando nós entramos, o casarão estava em risco de desabamento. E aí a primeira medida tomada foi o escoramento dele e depois as obras de restauro. Como essa oficina de Restauro e Memória que ocorre na ocupação Kasa Invisível, foi o mesmo processo. Nós também temos processo colaborativo de restauro lá no Espaço Comum Luiz Estrela, agregando estudantes, profissionais.

O fato de a casa ser um patrimônio também foi decisivo na escolha do imóvel. O que a princípio se configura como nosso principal inimigo é o principal aliado também: a degradação da casa foi o que nos ajudou a ocupar e a trazer a sociedade civil e a mídia com a gente. (Priscila Musa in Marquez et al, 2014, p. 175).

E todo esse empenho, nessa perspectiva do artigo 216, parágrafo 1º, da Constituição, levou o Estrela a trazer para Belo horizonte, em 2017, o maior prêmio do Patrimônio Histórico Nacional, o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido com destaque, por ocasião dos 80 anos do IPHAN, que acredita muito nessa perspectiva do empoderamento comunitário da sociedade para fins de preservar os bens protegidos. Até porque o órgão está extremamente sucateado.

Temos em BH, por exemplo, a ocupação Tina Martins⁸⁶, em defesa das mulheres vítimas de violência, que é também jogar para a sociedade essa responsabilidade. No nosso caso, restaurar o bem tombado foi a condicionante para que nós pudéssemos assumir a cessão de uso do imóvel, concedida por vinte anos.

Nós ocupamos no dia 26 de outubro e no dia 18 de dezembro já foi possível conquistar essa cessão de uso graças ao impacto, a comoção que se criou e a força que o Estrela conseguiu agenciar em torno de si. Naquele momento, o imóvel estava cedido para uma fundação privada, a Feluma, Fundação Educacional Lucas Machado, que é a fundação mantenedora da Faculdade de Ciências Médicas. A Feluma havia pedido a

⁸⁶ Casa de Referência da Mulher Tina Martins, localizada à rua Paraíba, n. 641, Funcionários, BH. Mais informações disponíveis em: <<https://www.facebook.com/casatinamartins/>>.

cessão de uso que foi realizada sem licitação, sem nada, assim como é tradicionalmente a entrega dos patrimônios históricos da cidade.

Há exemplo mais grotesco ainda, do Circuito Cultural da Praça da Liberdade: o estado passou aqueles imóveis ali para banco, mineradora, de maneira completamente ilícita, houve até inquérito e ação civil pública, do Ministério Público Estadual, na época. Mas é claro que o poder judiciário foi conivente. E é muito triste como que aqueles imóveis históricos foram rebatizados com os nomes dessas empresas cessionárias: Memorial Vale, Centro Cultural Banco do Brasil, MM Gerdau, Casa Fiat etc. E o nome diz muito, o nome já traduz muito o sentido do que representa aquilo.

E o Estrela vem nesse contexto também, a busca por ressignificar aquele espaço num momento político importante, pós-Jornadas de Junho de 2013. Belo Horizonte viveu toda aquela efervescência da Praia da Estação, a partir de 2010, o aumento das ocupações organizadas, o carnaval de Amor e Luta. E o Estrela, de certo modo, foi a materialização de um desejo coletivo de termos um espaço que congregasse toda aquela efervescência cultural da cidade que já estava em conexão com as ocupações de moradia.

Acredito que o Luiz Estrela, aquele prédio, emana a sobrevivência de outro tempo, mas que também pode significar um tempo futuro, uma promessa sem tamanho do que pode acontecer dali pra frente, e esse é um dos encantos desse movimento do passado em direção ao futuro. (Guto Borges in Marquez et al, 2014, p. 149).

O Estrela é muito produto disso, desse caldo político que agregava movimentos sociais e cultura independente. As primeiras reuniões de organização da ocupação aconteceram lá na sede das Brigadas Populares. Mas é um Espaço Comum que, ao mesmo tempo, nunca se curvou, digamos, nunca teve a bandeira de nenhum movimento específico representando aquela luta. O Estrela é a confluência de múltiplas bandeiras, desejos e, enfim, não só agregando movimentos, mas também pessoas que queriam construir ali outras perspectivas e modos de resistir.

Então acaba sendo, isso é uma característica dos movimentos atualmente, que saem de um registro, digamos, utópico da construção, da sociedade socialista no horizonte futuro, e buscam experimentar desde logo esses outros modos, desde logo esse comum tão badalado hoje em dia. Experimentar no seio do capitalismo práticas que não

reproduzem as opressões que estão colocadas, o machismo, o racismo, a homofobia. E que já apontem o porvir, no sentido da positividade. É mais disso que eu gostaria de falar aqui.

Até porque, entrando numa análise, eu também tenho uma trajetória de acompanhar ocupações de moradia, de sem-teto, desde 2006. E tem um componente muito presente, assim, no trabalho territorial dos movimentos de luta pela moradia, pela reforma urbana, que é a questão da conflituosidade como dispositivo de mobilização. Ou seja, enquanto tem conflito, enquanto tem insegurança da posse, a gente mobiliza, é esse dispositivo que garante a participação, a assembleia cheia. “Está ameaçado de despejar?”, a assembleia lota. Então, passou o conflito, cada um vai para o seu lote, cada um vai para o seu espaço viver a vida, e a coletividade enfraquece.

E o Estrela, é claro, não estou querendo aqui comparar, é outro recorte, o Estrela é uma ocupação cultural, não é uma ocupação de moradia, talvez até por isso a conquista da segurança da posse veio num tempo menor, mas ele nos colocou o desafio de construir a autogestão, de construir a coletividade para além do conflito, da ação direta, do conflito frente ao estado.

Ou seja, experimentar ali aquilo que alguns autores chamam de dimensão constituinte. Mobilizar pessoas, esforços, não somente para enfrentar o estado contra o despejo. E nós continuamos enfrentando, porque nossa situação lá é de permanente luta, nunca estamos completamente seguros quanto à posse que ainda é precária. Mesmo assim, superado o conflito imediato pela posse, como manter a organização? Como manter o cotidiano? Como manter as atividades e tudo mais com o envolvimento das pessoas?

E isso foi fundamental naquele Espaço. Criar um contexto de agenciamento de múltiplas lutas, desejos que confluem ali, e com trabalho também nesse campo, que para mim é uma disputa fundamental hoje, que é no terreno da produção de subjetividades.

Pensar nesses territórios como espaços de experimentação de outras formas de vida, de outras formas de produzir. Então, lá no espaço tem a feirinha. Que tipo de produto nós vamos expor nessa feirinha? Que tipo de relações nós vamos criar com a população em situação de rua que ocupa aquele casarão muito antes da gente? Que tipo de trabalho

vai ser feito com essas pessoas? E com a vizinhança? Que tipo de teatro nós vamos produzir aqui? Eu fiz parte da *Trupe Estrela*, que é o grupo de teatro lá do Espaço Comum, e aí, em 6 anos, já foram 5 montagens de teatro político⁸⁷, sobretudo teatro de rua.

São muitos artistas que escolheram os espaços públicos para se manifestarem e que, no entanto, se encontram sufocados, reprimidos pela necessidade da manutenção da ordem a qualquer custo. Se não houver espaço para a “desordem” que reorganiza o mundo constantemente, teremos muitas dificuldades em pensar um modelo novo de cidade e convivência urbana que nos tire do sufoco em que vivemos hoje em nossas cidades, grandes ou pequenas. (Turle et al, 2016, p. 6).

O Estrela abriu esse campo para se pensar a luta política, para falar do “como”, de qual narrativa, qual estética, como vai ser o nosso trabalho de educação popular na comunidade Novo São Lucas, que é a favela que está ali do nosso lado, que faz parte do aglomerado da Serra.

Enfim, e ali tudo se dá nessa perspectiva, tem uma expressão que a Paula Kimo⁸⁸ falava. Quando ela estava nos primeiros dias junto com a gente lá no espaço, ela dizia: *a gente assumiu a treta do comum*. E aí a gente fala da treta do comum, nesse sentido que é uma abertura radical, de experimentação radical desses modos de vida e que traz consigo inúmeras tretas mesmo.

E o comum como uma segunda via frente ao público e ao privado, entendendo que, em tempos de neoliberalismo, essas duas dimensões estão cada vez mais em simbiose. Estão cada vez mais conectadas. Não é à toa que as parcerias público-privadas são a coluna vertebral do *planejamento estratégico* da cidade-empresa. E aí o comum atua, vem como essa segunda via, que traz inúmeros desafios. A gente falou aqui no primeiro dia deste seminário daquela tríade que o Marcelo Lopes de Souza utiliza: *contra o Estado, pelo Estado e para além do Estado* (2011). Talvez o comum esteja nesse campo

⁸⁷ *Escombros da Babilônia* (2014; 2017); *Babylon Cabaret* (2014; 2017; 2019); *Assembleia Comum* (2015-2019); *A coisa* (2017); *Visita guiada: experimentos em torno de um casarão em movimento* (2018-2019).

⁸⁸ Paula Kimo é ativista e produtora cultural, cineasta, mestre em comunicação pela UFMG e integrante do projeto Filme de Rua com jovens em situação de rua.

e traz quais são as limitações com a interação com o público.

A sociedade seria bem mais feliz se o Estado não tivesse que ir lá na casa da doninha para poder falar o que é ou não é política, mas a deixasse viver tranquilamente, deixasse os índios lá na suas matas, as comunidades quilombolas nos seus territórios vivendo a sua vida em comunidade. O problema é que a máquina age numa perversidade, ignora esses seres e passa por cima deles, está nesse lugar de poder absoluto e quer cada vez mais. (Rafael Barros in Marquez et al, 2014, p. 167).

Reivindicar um espaço comum, mas então, como se dá no cotidiano? A exposição da Tina Martins traz muito isso também, como se relacionar, do ponto de vista da pressão por políticas públicas, mas, ao mesmo tempo, construir algo que goza de autonomia e que consiga ir para além das limitações estruturais, das burocracias do estado.

Bom, e aí o Estrela também colocou pra gente, nessa perspectiva, hoje talvez o dispositivo de mobilização subjetiva mais forte da direita, da ideologia dominante: a questão da corrupção. Outro dia eu peguei um zine lá na ocupação Kasa Invisível que fala assim: *Corrupção: corrupto é o sistema*. A corrupção é um *conceito sabonete*, escorregadio. Ninguém aqui é a favor da corrupção, então isso pode ser utilizado de qualquer maneira. E, no entanto, como a esquerda responde a isso? Como que a gente só fala “a corrupção é capturada pela direita” e muitas vezes a gente se nega a disputar esse espaço, construir alternativas reais de enfrentamento à corrupção.

E aí vou falar como que lá, concretamente, a gente deu uma resposta. O projeto inicial da Feluma estava orçado em 8 milhões de reais, para construir o Memorial JK, que o próprio JK foi contra, ele mandou pra gente uma carta psicografada por um médium de um centro espírita lá de Santa Luzia. Essa carta é um documento histórico do Espaço Comum Luiz Estrela, foi enviada também para o governo do estado no auge da negociação. E o JK falou: *Não quero mais um memorial, se querem me homenagear, investiguem minha morte*. Na carta, manifesta total apoio à *juventude ocupacionista do Espaço Comum Luiz Estrela*. É uma carta maravilhosa, assinada e tal.

E aí, sobre esse projeto da Feluma, depois a gente contrapôs um projeto de restauro do imóvel inteiro, que era a condicionante para a cessão de uso do imóvel pelo estado. Conseguimos fazer um projeto orçado em apenas 2 milhões de reais, em um quarto do valor projetado pela FELUMA.

Posteriormente, nós fizemos um projeto de restauro do telhado que seria em torno de 500 mil reais, nós aprovamos no Fundo Estadual de Cultura e conseguimos captar 110 mil reais. Com 110 mil reais, nós conseguimos restaurar o telhado, colar as trincas, tirar as lajes que tensionavam as paredes. Fizemos tudo isso com um quarto do valor que nós mesmos tínhamos feito o orçamento. Isso se chama autogestão!

A partir desse experimento concreto, podemos dizer que, no caso, a autogestão foi a melhor resposta para essa dimensão da corrupção e do mal uso dos recursos públicos. Então, como que os nossos experimentos políticos também podem responder a esses dispositivos de captura subjetiva a exemplo da questão da corrupção? E não só isso, como também podem responder à questão da segurança e tantas outras questões que capturam subjetivamente as pessoas a ponto de fazê-las adotar posturas conservadoras?

E aí eu tenho certeza que outros experimentos, como a Kasa Invisível, como as ocupações urbanas dos movimentos de moradia, que foi dito aqui, no primeiro dia, podem oferecer pistas muito interessantes. Nesse ciclo de 10 anos foram produzidas mais de 25 mil moradias nas grandes ocupações da região metropolitana. Mas, no mesmo jeito, abdica dessa disputa discursiva, nesse terreno escorregadio, nessa saboneteira que está colocada.

Para além disso, como que esses territórios insurgentes, como que esses experimentos também podem ser espaços de agenciamento de muitas outras lutas, outras resistências? Como podem ser espaços que atuam cada vez mais em teia?

E isso é uma característica das resistências na contemporaneidade: quanto mais em teia, quanto mais colaborativas, quanto mais horizontais, quanto mais apartidárias, quanto mais conseguem construir nessa perspectiva colaborativa, mais bem-sucedidas, mais biopotentes. Biopotentes porque também são experimentos de outros modos de vida.

E aí nós temos vários exemplos de como grandes projetos do urbanismo neoliberal foram barrados em várias metrópoles a partir desse modo de resistir em rede. Desse outro “como”, esse “como” que não se confunde com o “como” tradicional dessa esquerda que ainda tem uma construção conceitual mais colonizada, que está mais preocupada em estudar a Comuna de Paris do que a República de Palmares que resistiu 100 anos, que trata nosso povo, o trabalho informal, as pessoas em situações de rua, como

lumpemproletariado.

Como propor a organização dessas pessoas se eu já chego tratando como *lumpen*⁸⁹? Como foi falado aqui no primeiro dia do seminário. Então, como que essa esquerda que lê muito mais Karl Marx do que Paulo Freire, essa esquerda que lê Rosa Luxemburgo, mas não lê Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo e tantas outras mulheres negras incríveis, vai falar algo? Enfim, aproveitei para chorar as pitangas também, fazer os desabafos.

O Espaço Comum Luiz Estrela também nos traz essa perspectiva crítica de como o experimento que é pontual, que é local, não se reduz ao micro. Aliás, nós temos que superar essa dicotomia colocada para a gente, entre macro e micro. Milton Santos há muito tempo superou isso ao perceber as relações entre o local e o global.

A cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. (Santos, 2013, p. 11).

A experiência do Estrela reverbera, aquela experiência inspira, aquela experiência fez a gente ocupar o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com 4 mil pessoas presentes, no contexto do golpe (2016) e performar, fazer um “Fora, Temer” coletivo bem ali, naquele contexto todo. Por ocasião da cerimônia de entrega do prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Aí eu vou falar: “ah, essa experiência é micro”. Ora, essa experiência se conectou com muitas outras resistências, foi importante ator na defesa das ocupações da Izidora e agora faz com que a ocupação Kasa Invisível possa nadar na onda do que foi o Estrela enquanto precedente em Belo Horizonte. A Kasa Invisível sempre reivindica o caso do Estrela nas mesas de negociação, enquanto precedente bem-sucedido de implicação da comunidade para recuperação de um patrimônio histórico. E estamos lá na mesa de negociação colocando essa perspectiva tanto para o Ministério Público, quanto para a

⁸⁹ *Lumpen*, dentro da concepção marxista, é a pessoa considerada “improdutiva”, aquela que não produz mais-valia e, assim, integra o chamado *lumpemproletariado*: *uma massa desintegrada, que reunia indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, batedores de carteira, mendigos etc., nos quais Luís Bonaparte apoiou-se em sua luta pelo poder* (Bottomore, 2001).

Diretoria Municipal do Patrimônio Histórico. E como que afeta, né? Como que afeta dentro das próprias instituições. Dentro das próprias instituições. Mas também, sobretudo, para além das instituições. Na organização que se dá ali, inspiração sobre o nosso direito à autogestão.

O nome Espaço Comum Luiz Estrela comporta tudo isso, primeiro porque ele traz o Espaço, ele traz essa dimensão do território, do lugar. Depois o Comum, já nessa orientação que vai de encontro e desconstrói a dimensão do público, para falar de algo que é compartilhado, que não está definido. É um Espaço Comum, e a figura do Luiz Estrela é um pouco tudo isso que nós estamos construindo o tempo todo. Ele é o morador de rua, o homossexual, o artista poeta, o favelado marginal, o alcoolatra, o da festa, que morreu em junho no meio das manifestações. (Rafael Barros in Marquez et al, 2014, p. 161).

E acho que parte também dessa crítica. O Estrela se coloca, assim, como um *inédito viável*. Eu acho que, para se pensar a *guerrilha de bisturi*, esse é um conceito fundamental do Paulo Freire. O *inédito viável* que são atos limites que nos fazem superar situações limites.

Por exemplo, vamos pensar quantos *inéditos viáveis* nós conseguimos construir em Belo Horizonte nesse ciclo de ocupações que inspira a discussão deste seminário? Ter Praia nesta cidade foi um inédito, foi viável e hoje ela existe, aqui tem praia, nós podemos falar isso. Um salve à Praia da Estação! Dispositivo criativo de contrapoder que fez o governo recuar e continuou ativo ao longo dos anos. Caminhar, uma multidão de mais de 50 mil pessoas até o estádio do Mineirão como nós fizemos nas Jornadas de Junho de 2013, isso também foi um *inédito viável*.

E como nós produzimos mais *inéditos viáveis*? Que transbordem o efêmero. Ocupar um casarão fazendo teatro, porque foi assim nós ocupamos o Estrela, de modo que a polícia chega lá e, ao invés de olhar como quem viu um crime de esbulho possessório, um arrombamento, ou algo assim, olhar como algo bonito e legítimo. E nem fizeram o boletim de ocorrência no primeiro momento. Foi um *inédito viável*.



Figura 14 – Negociação com a polícia no dia da ocupação. Fotografia: Acervo Espaço Comum Luiz Estrela, 2013.

Daí a importância da gente pensar as nossas lutas por esse viés também, a produção de *inéditos viáveis* que nos permitem superar situações limites. Nada melhor do que produzir *inédito viável* no momento em que estamos, numa situação limite de avanço do fascismo e do colonialismo. Numa situação que nos convoca para a guerrilha, né?

Mas como fazer a nossa guerrilha? E eu acho que essa é a crítica, não mais *o que fazer?*, como consagrou Lenin, no seu livro escrito no calor da revolução soviética. Agora é o *como fazer?*

Creio que o debate em torno dessa questão central deva ser feito a partir da discussão dos nossos experimentos, os que estão colocados agora, que as pessoas que estão aqui compõem. Mas também os nossos experimentos históricos, do resgate da memória, para que a gente possa ser uma esquerda menos terrorista, como somos tachados pela ideologia hegemônica.

Muitas vezes caímos nessa armadilha. Precisamos ser uma esquerda menos terrorista e mais *terreirista*, como ouvi um dia do camaradinho capoeirista Guiné. Uma

esquerda mais *quilombista*, como sempre reivindicou Abdias Nascimento. Uma esquerda que leva mais em conta os processos reais de enfrentamento das comunidades tradicionais, dos territórios insurgentes, a resistência indígena, a resistência quilombola, a luta das mulheres.

Enfim, acho que é isso, é isso que deve nos inspirar. Palmares, Canudos, Pau de Colher, Caldeirões, revolta dos Malês, Cabanagem, Balaiada etc., resistências que são históricas, que trazem inúmeros aprendizados e, no entanto, a gente prefere estudar outras de fora, que são importantes, que são fundamentais, mas a nossa brasilidade, a nossa postura, digamos, nossa mentalidade, muitas vezes colonizada, nos impede de perceber toda a potência, a riqueza das resistências dos povos *afropindorâmicos*, como diz Nêgo Bispo, outra grande inspiração nossa.

E aí eu acho que o Espaço Comum Luiz Estrela e essas outras lutas que, de certo modo, estão conectadas trazem isso, ensinamentos valiosos para tempos de guerrilha. E que importante a confluência cada vez maior dessas lutas dentro de uma perspectiva cartográfica.

13. *Espera aí só um minutinho*

Conversa com Sarah Marques⁹⁰, realizada por telefone durante a pandemia de Covid-19, no dia 15 de abril de 2020.

Se vocês, homens de Asante, não vão à frente, então nós vamos. Nós, as mulheres, iremos. Eu vou convocar minhas companheiras mulheres, nós combateremos os brancos. Combateremos até a última de nós cair no campo de batalha.

Yaa Asantewa

(Rainha Asante, Gana, combatendo a invasão inglesa no final do séc. XIX)

Sarah. Oi, Jovi

Joviano. Bom dia!

Sarah. Bom dia, querido.

Joviano. E aí, tudo bem? Podemos começar?

Sarah. Podemos sim.

Joviano. Então, Sarah, primeiro gostaria de lhe agradecer, por sua disponibilidade, de fazer essa conversa comigo, e de certo modo fazer parte do meu trabalho.

Sarah. Eu quem agradeço.

Joviano. Vou só lhe explicar um pouquinho da minha pesquisa, desta tese, antes de te ouvir, mas você fica à vontade para falar, me interromper, é menos uma entrevista e mais uma conversa mesmo.

Sarah. Tá certo.

Joviano. Bom, eu comecei, desde o meu mestrado, eu tento trazer as resistências que eu acompanho para o meu trabalho de pesquisa acadêmica. Na verdade, para mim pesquisa e vida se confundem, eu não faço uma pesquisa que é...

Sarah. Nada separado, né?

Joviano. Exatamente. E é um trabalho que busca ser oral, que eu tento trazer a oralidade. Então eu falo das resistências, faço uma cartografia das resistências que eu acompanho e

⁹⁰ Sarah Marques do Nascimento é mulher negra, mãe solo dos gêmeos Rafael e Juliana, liderança comunitária de Caranguejo-Tabaiars, Recife-PE. Filha de Siraquitan Soares do Nascimento (Sirá), que também foi liderança comunitária, e de Norma Marques do Nascimento, que foi telefonista da Funai e costureira. Sarah Marques é cofundadora do coletivo Caranguejo-Tabaiars Resiste, Educadora Popular e bolsista do Fundo Baobá.

faço isso andando de bicicleta e gravando. Então eu saio para pedalar e vou falando várias coisas, aquilo que eu aprendi com a luta. Vamos pegar o exemplo do Kilombo Souza, que foi a última dessas lutas mais simbólicas que eu acompanhei aqui em Belo Horizonte. Aí eu saio falando como que o poder agiu, as estratégias que o poder usou para tentar remover a comunidade do território e as táticas que nós também utilizamos, como que foi importante a questão de resgatar a memória. Aí eu vou falando, gravando, e depois eu passo para o papel, transcrevo. E tem uma perspectiva também, que eu gosto de como o Nêgo Bispo chama, que é *contra-colonialista*.

Então eu tento utilizar mais as referências *contra-colonialistas*, referências negras, como já te falei da Conceição Evaristo, mas também o Abdias Nascimento, que eu estou impressionado com a potência do pensamento dele. Aquele livro, *O Quilombismo* (2019), é um absurdo como que dentro dos espaços da esquerda tradicional branca a gente não ouve falar do Abdias Nascimento. A Beatriz Nascimento (2018), Lélia González (2018). Aí eu pensei de fazer um capítulo que vai se chamar “vozes quilombolas”, que aí vai ser a minha conversa com Nêgo Bispo, essa minha conversa com você, com a Charlene, que é liderança aqui da Izidora, e com a Gláucia, que é liderança lá do Kilombo Souza. Por isso que eu pedi pra gente fazer essa conversa, que está sendo gravada, para que faça parte desse capítulo, entendeu?

E a primeira coisa que eu queria saber de você, porque nós estamos vivendo nesse momento de pandemia e não dá para a gente fugir dessa nova realidade que mudou as nossas vidas, mas também a vida do planeta como um todo, é saber como é que são as coisas aí, o que você tá achando disso tudo e quais têm sido as suas reflexões nesse momento de Covid-19?

Sarah. Na verdade eu tenho visto, sentido, vivido na pele aqui na comunidade, uma pandemia, um problema que a gente nunca pensou que ia passar. A gente veio enfrentando todos os problemas que já existiam. Quem é de luta vem tentando conseguir remédios para a questão da habitação, saneamento básico, da saúde. A gente vem tentando conseguir remédios, conseguir conversar com o poder público, conseguir conversar com a própria esquerda.

A gente nunca imaginou que ia ter uma coisa tão grande que ia mostrar que é

pouco ainda, né? O que a gente faz é bem pouco. Porque a dívida histórica é muito grande, a desumanização das pessoas é muito grande. Por exemplo, a gente aqui está fazendo um trabalho de arrecadar alimentos e distribuir. A gente conseguiu várias cestas básicas e a gente está entregando nas casas da comunidade [Caranguejo-Tabaiars, no Recife]. E aí as pessoas, quem recebe fica muito feliz. A gente não consegue dar pra todo mundo, porque quem tem essa estrutura; quem conseguiria seria o governo e o governo não quer fazer isso, não está preparado para isso. Porque o governo que está aí, falando assim de Recife, se diz de esquerda, mas não é de esquerda, a gente sabe qual é a postura. É a mesma postura colonialista, é a mesma postura do imperador, desde os reis, é a mesma família que está aí e eles não vão fazer isso. Quando a gente faz isso na comunidade a ação de entregar cestas básicas, de receber, a gente está recebendo agora alimentos prontos, quentinha. Eu estou inclusive em choque, desde ontem, porque as pessoas são tão desumanizadas.

Ao pensar o debate de raça, classe e gênero de modo indissociável, as feministas negras estão afirmando que não é possível lutar contra uma opressão e alimentar outra, porque a mesma estrutura seria reforçada. Quando discutimos identidades, estamos dizendo que o poder legitima umas em detrimento de outras. O debate, portanto, não é meramente identitário, mas envolve pensar como algumas identidades são aviltadas e ressignificar o conceito de humanidade, posto que pessoas negras em geral e mulheres negras especificamente não são tratadas como humanas. Uma vez que o conceito de humanidade contempla somente homens brancos, nossa luta é para pensar as bases de um novo marco civilizatório. (...) No fim, nossa busca é pelo alargamento do conceito de humanidade. (Ribeiro, 2018, p. 27).

Ontem eu fiquei a madrugada, veio uma prima minha aqui, uma jovem, eu fico fazendo reflexões e conversando pra trazer ela pra luta, e disse: não é possível que essa fome seja só a fome do estômago. Você entende, Joviano? Não é só a fome do estômago. A gente recebeu a quentinha e a gente tinha entregue as cestas básicas. As pessoas vieram correndo. “Na casa de Sarah tem quentinha”. As pessoas vêm correndo, mesmo gente que já tem alimento em casa. Vem num desespero que é da desumanização. É da fome de ser visto, da fome de ser escutado, de estar na parte que as pessoas não veem na cidade. E fica muito difícil pra gente, nós que estamos... Espera aí só um minutinho...

(Sarah interrompe a nossa conversa para explicar a uma moradora que as quentinhas são destinadas para quem está precisando mais, quem não tem alimento em casa.)

Sarah. É sobre isso, essa é a educação. Só porque está dando tem que pegar de todo jeito? É bem difícil, porque a gente tem que dar conta de quem está com estômago vazio. É uma luta que é nos bastidores, mais invisível do que todas as nossas lutas. Não é extraordinária, é uma luta ordinária. Todos os dias a gente tem que fazer essa luta. É difícil, educar já é tão difícil, né? É lindo, mas é difícil. Ela disse agora: “eu estou sem a carne, sem a mistura”.

É importante para a pessoa se sentir vivo ter a mistura. Quando você é criado numa comunidade e é negado várias coisas. É bem difícil essa situação. Eu conversei com Ana sobre o sindicato das domésticas. Nós fizemos um pedido de cestas básicas, ganhamos sessenta cestas básicas só. Você tem o sindicato das domésticas. Na capital da cidade, dessa cidade que é tão desigual. A gente sabe a quantidade de empregadas domésticas, trabalhadoras domésticas. Não é só isso que elas precisam para amenizar o problema. São essas mulheres que vieram aqui na minha porta agora que estão na linha de frente.

Nós, mães negras, vivemos experiências muito duras, muito terríveis, que um companheiro do Movimento Negro de Minas Gerais chamou de terror cotidiano. É aquela história do teu filho, do teu companheiro, do teu irmão. Enfim, não existe uma mulher negra que não tenha vivenciado com um dos membros masculinos que façam parte da sua convivência essa experiência da violência policial. (Gonzales, 2018, p. 232).

O sindicato, por exemplo, não entende isso. A gente não conseguiu fazer uma rede que possa pensar, por exemplo, que a maioria das pessoas que estão cadastrando no auxílio emergencial são as mulheres negras, que recebem até duzentos e oitenta e cinco reais por mês para sustentar a família. Você não sustenta uma família com duzentos e oitenta e cinco reais.

Essas mulheres são as mulheres que estão fazendo faxina, que têm carteira

assinada, que são empregadas domésticas, são as mulheres que estão nas cozinhas dos restaurantes. Nas diárias dos restaurantes, lavando pratos para ganhar quarenta, cinquenta reais. São as mulheres do semáforo, que vendem coisas no semáforo. São as profissionais do sexo. Porque com duzentos e oitenta e cinco reais você não sustenta uma família, mas você tem que fazer essa renda. E aí as mulheres se viram de várias formas. E a gente não conseguiu fazer essa rede para entender como que essas mulheres se viram. E como é que a gente vai apoiar essas mulheres?

A fome, a violência rural e urbana, os abusos da polícia, a falta de condições de estudo e de acesso à universidade, a falta de acesso aos serviços de saúde e a condições dignas de habitação e moradia, todas as violações de direitos humanos [...], incidem em primeiro lugar sobre a população negra, majoritária neste país. A titulação das terras das comunidades quilombolas é um direito constitucional ainda longe de ser plenamente implementado. (Nascimento, 2019, p. 361).

Joviano. Total. É difícil um sindicato que está fincado no território, nessa realidade, com as portas abertas, entendendo isso. Mesmo os sindicatos que atuam com trabalhadoras informais, eles ainda não estão nos territórios, né, Sarah?

Sarah. É, eles não estão no território, e a gente ainda não conseguiu fazer essa rede para pensar. Agora, depois que eu entrei de cara na luta, desde o ano retrasado, na resistência de Caranguejo-Tabaiaras, a gente consegue aparecer. As pessoas nos têm como referência, mas é incrível como a gente encontra gente da esquerda em todos os lugares, em todos os espaços, mas a gente não consegue fazer essa rede. De fazer uma discussão sobre o direito à cidade que é habitação, é alimentação, é a saúde. A gente não consegue fazer uma discussão mais clara e fazer o recorte da mulher negra nessa discussão. Quando a gente faz o recorte, a gente vê, quando sai na pesquisa, quem são as mulheres que vão se beneficiar? Mas eu não vejo como benefício, mas assim, quem é que vai pedir o socorro, de um auxílio emergencial na hora do desespero? Quem é que vai?

São as mulheres negras, são elas que sustentam toda uma cadeia, que sustentam a comunidade. Que compram nas barracas, nos mercadinhos, para pagar depois, e passam o mês todinho se virando para no final do mês conseguir pagar essas barracas, essas

quitandas. Que não conseguem dar lazer aos seus filhos. E aí a gente não consegue fazer essa discussão, esse recorte. Quando a gente não faz esse recorte, a gente nega de novo a elas essa discussão. Aí a gente chega no colapso que a gente está agora, por exemplo.

Imagine viver em mundo onde todos nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo. Mas ela tornará possível que sejamos pessoas - mulheres e homens - autorealizadas, capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos 'iguais na criação'. Aproxime-se. (hooks, 2019c, contra-capa).

Porque, se essas mulheres estivessem bem empregadas, tivessem a casa para morar, se suas casas fossem estruturadas, porque construídas elas já foram construídas pelas próprias mãos. E são construídas todo dia, porque quem mora na palafita constrói sua casa todo dia, Joviano. Todo dia porque a maré leva o aterro, tem que reforçar, a maré apodrece os paus. Todo dia você tem que refazer isso. Todo dia tem que ir atrás de metralha para aterrar o chão, de lama para juntar, pra água não passar, de madeira para construir, reconstruir todo dia. E a prefeitura não faz isso, e os governos não fazem isso. E a gente, a esquerda, não consegue fazer uma discussão mais séria sobre isso. Inclusive eu, há uns quinze dias, também comecei a discutir por dentro de alguns espaços, em que as pessoas de esquerda estavam discutindo essa quarentena, que chamam compulsória, de ir atrás de quartos de hotéis para tirar os idosos, pessoas que moram em casas de dezoito metros quadrados, as pessoas de grupo de risco, e eu não consigo imaginar isso acontecendo nas comunidades.

Em outras palavras, a cultura é o fio que se enreda de mão em mão. Sai daqueles que ocupam o infinito e são vivos porque são lembrados. É também dos mais velhos, aqueles que têm a responsabilidade de firmar o ponto e sustentar a toada comunitária. Como também é dos mais jovens e daqueles que ainda estão por vir. Assim, cruza-se os quatro cantos da Kalunga, não mais como grande cemitério, mas como encruzilhada das existências. (Rufino e Simas, 2019, p. 85).



Figura 15 – Registro de Caranguejo-Tabaiães, Recife/PE, acervo Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH). Fotografias por Johnatam Lima, 2019.

Joviano. Por causa da importância desses idosos aí, né?

Sarah. É. Nós somos nós. Eles são a nossa história. E a importância de cada casa, inclusive. E outra coisa, se você tira o povo da palafita, quem vai consertar essa palafita? Quem vai trazer esse povo de volta? Se a prefeitura já quer tirar o povo dos quilombos, imagina tirar uma senhora mais velha da casa de taipa. Aí tira ela, para não reclamarem muito, depois tira a família toda. Essa prefeitura que está querendo acabar, esses governos aí, que estão querendo acabar com os quilombos, com as favelas, querem acabar, eles não querem reconstruir, eles não querem dar solução, eles querem destruir. Esse mesmo governo vai botar esse povo de volta quando passar essa pandemia? Se passar essa pandemia...

Joviano. Total.

Sarah. Quem vai garantir?

Joviano. Ainda mais pensando que já tem, com relação a Caranguejo-Tabaiães, já tem essa tentativa nítida de remoção desde sempre, né?

Sarah. É. A primeira vez que eu ouvi sobre isso, eu comecei a aprender, inclusive quando você começou a me falar sobre Nêgo Bispo, foi você que me apresentou ele ano passado, eu... espera aí só um minutinho...

(Interrupção para atender outras moradoras da comunidade em busca de doações.)

Sarah. Oi, diga aí...

Joviano. Você estava falando do Nêgo Bispo.

Sarah. Foi, eu tava falando sobre entender quais eram as dores. Na verdade, eu nunca entendia, por exemplo, quando eu trabalhava no shopping, e eu ia pegar aqueles ônibus, eu ficava muito chateada. Eu pensava que era só por causa da minha memória de luta, de achar que os trabalhadores não precisam passar por aquilo, mas não era só isso. Eu entendi que, quando a gente faz a releitura crítica da história, a gente entende que os nossos sempre foram empurrados a passar por isso. A não ter os direitos, ou melhor, a ter os direitos negados. Então, a partir dessas releituras críticas, eu ouvi essas duas palavras, um conceito que eu nunca tinha ouvido assim, dessa forma, de Lúcia. Eu acho que já te falei sobre ela, do Piauí. Que eu fui pra lá, na luta dela na Lagoa do Norte...

Joviano. De quem? Qual que é o nome?

Sarah. É Lúcia, Maria Lúcia, do Piauí. Você precisa conhecer. Então, é uma mulher negra, umbandista...

Joviano. De Teresina?

Sarah. É de Teresina. E ela é uma mulher muito forte, sabe? Que está fazendo essa releitura crítica. Eu fiquei pensando, quando você está falando do resgate das memórias. Ela está fazendo isso, tem um museu já, ela está fazendo um museu comunitário.

Joviano. Que massa!

Sarah. Muito massa. Assim, é uma coisa muito bonita e forte. Ela está passando também por esse momento da pandemia, mas uma situação bem difícil porque lá é uma área central, é urbana, mas é bem rural. Nas formas de vida. O pessoal lá, são vazanteiros, é uma cultura milenar de plantação. Eles plantam quando a água seca, fica molhado o terreno, o terreiro, e depois eles colhem, aí depois enche de novo, é um negócio bem interessante, e ela é dessa luta.

O que eu tava falando é que, quando eu fiquei conhecendo Nêgo Bispo, Lúcia, a própria Eliete, lá da Bahia. Quando eu ouvi sobre essa história da quarentena de retirar as pessoas das comunidades, principalmente os mais velhos, que seriam o grupo de risco, quando chegou essa notícia dessa doença aqui, a gente está vendo que não é, que não são só eles, a gente tem uma outra realidade da Europa. Aqui, como as pessoas não têm

imunidade alta, como as pessoas não têm uma boa alimentação, os jovens também são grupo de risco, as crianças das nossas favelas são grupo de risco e os idosos são mais ainda, né? Mas quando eu comecei a ver que essas pessoas queriam retirar esse povo, essa memória na minha cabeça é uma memória muito pesada, que é uma memória de retirada das famílias da sua história. Tem até propostas de asilo, de pegar e colocar gente no asilo. Aí eu fico pensando de como a gente foi jogado, nos navios, na época que estavam trazendo o povo da gente pra cá, jogando o povo no alto-mar. Quantos negros foram jogados no alto-mar? Negras foram jogadas no alto-mar porque não estavam bem de saúde, iam chegar aqui e eles não queriam cuidar. E o meu pensamento foi esse.

(...) me reencontrar com aquele aspecto do eu e da experiência que pode não ser mais uma parte da vida de fato, mas é memória viva moldando e explicando o presente. (hooks, 2019b, p.320).

Nossa posição é que o tráfico transatlântico de africanos escravizados, o colonialismo e o racismo configuram crimes contra a humanidade que produziram o enriquecimento injusto dos países colonialistas e das elites dominantes brancas de sociedades multirraciais. Reconhecido esse enriquecimento ilícito, está estabelecido o direito das vítimas à reparação. Que tem três componentes: compensação, restituição e reabilitação. (Nascimento, 2019, p. 363).

Na hora que eu ouvi essa opção, meu pensamento era: quem é que vai cuidar desse povo? Desse nosso povo, se eles retirarem eles daqui. Imagina se eles me tirarem aqui da comunidade. Eu sou grupo de risco, eu tenho pressão alta, estou acima do peso. Eu sou grupo de risco. Imagina me tirarem da comunidade num momento desse, minha casa, de perto dos meus filhos.

Há uma continuidade histórica na luta dos afro-brasileiros por sua identidade étnica e cultural que vem desde o século XVI, com a resistência dos quilombos e da República dos Palmares (1595 a 1695), até à série de revoltas entre 1805 a 1835 na Bahia. Essa luta armada existiu até 1888 e, com a emancipação formal dos negros escravizados, os esforços dos descendentes africanos por sua total libertação e resgate de sua dignidade humana continuaram através de diversas organizações (Nascimento, 2019, p. 251).

Joviano. Total. Ontem eu li uma expressão: *comunitaricídio*, é, tipo assim, o homicídio da comunidade. Porque as comunidades estão sendo destruídas, né? Da gente pensar, para

além do genocídio das pessoas, mas também o *comunitaricídio*. Porque os vínculos comunitários, de solidariedade, isso também está sendo assassinado por esse sistema colonialista.

Sarah. É, por esse sistema. Eles não acreditam nisso porque eles não têm isso. Eles fizeram essa divisão, eles querem essa divisão, eles fomentam essa divisão, eles sempre fizeram isso. Esses prédios que a gente vê que são construídos, inclusive esses condomínios, fazem esses condomínios é para ninguém nem se encontrar, enquanto aqui a gente cada vez mais quer ficar juntos. As áreas comuns todo mundo realmente se encontra e até as casas são comuns, as casas da comunidade são área comum.

Joviano. Sarah, e você falou comigo no início da conversa, e também com as mulheres que foram aí na sua casa pedir as coisas, de educação. Que o povo precisa se educar. Como? Como que você pensa esse processo de educação?

Sarah. Ô Joviano, quando eu falo isso, eu sei que é uma palavra colonizadora. Acontece isso aqui com a gente. Eu tenho que me educar sozinha todos os dias, as pessoas têm que se educar sozinhas, de pensar no outro, de pensar comunitariamente, nessa situação, inclusive para salvar nossas vidas, pra gente não morrer. O que eu penso de educação é você ser sensível ao outro. Porque, se você não conseguir ser sensível ao problema do outro, você só pensa em você igual a “eles”. Você passa por cima do outro pra pegar a quentinha ali, pega a cesta básica. Eu posso já ter uma cesta básica lá em casa, mas eu quero outra pra guardar para meus filhos não passarem fome, e aí eu vou fazer igual a “eles”. Educação é a gente conversar, igual eu conversei com elas aqui.

Quando eu conversei com ela, dois minutos com a pessoa, ela falou: “nossa, Sarah, mas eu não tenho a mistura”. Oxe, mas se eu arrumar só a mistura, eu posso deixar quentinha para outra pessoa que não tem nada. É sobre isso. O que eu penso é que a gente que consegue hoje sair, fazer algum recorte, de reflexões sobre a nossa situação, que a gente consiga abraçar, ter algum espaço, ter alguma forma de estar passando para as outras pessoas, trocando com as outras pessoas esses conhecimentos que a gente traz, de refletir nesse recorte de ser mulher negra e de estar em outros espaços com pessoas que têm acesso às informações.

Abraçar uns aos outros apesar das diferenças, além do conflito, em meio à mudança, é um ato de resistência. (hooks, 2019a, s.p).

Porque também isso é muito por conta da desinformação, mas não só dessa desinformação branca que as pessoas têm, mas da sua própria história. Por que você está nessa situação hoje? Da fome, sabe? Por que hoje, se o problema é de saúde, por que a maior solução para o meu povo seria a comida? Isso foi construído historicamente, né? Isso foi construído historicamente, as pessoas foram empurradas para isso, para estar com fome, para que nos piores momentos as nossas e os nossos morram mesmo.

Se fosse só a gente que estivesse morrendo, você acha que estaria essa comoção toda? As pessoas estariam com essa preocupação toda? Se isso pegar na comunidade mesmo, a gente vai morrer, porque a gente tem uma cultura comunitária, de dividir tudo, de chegar na porta do outro, de comer no prato do outro, mas hoje “eles” estão mais preocupados porque nessa situação também estão morrendo os brancos. Se fosse só o grupo da gente, “eles” iam isolar a gente como as comunidades já são isoladas. Como quando “eles” fazem o habitacional longe do centro, longe das zonas ricas, aí a pessoa morreria lá. Tem muitas empregadas domésticas que vão passar três meses nas casas dos patrões.

Joviano. Você associou essa proposta de isolar as pessoas à memória do tráfico negreiro, a esse momento da escravidão. Você também associa, pensa a comunidade como um quilombo?

Sarah. Eu penso, penso sim. Eu acho que a gente vive como nossos antepassados viviam, né? Só que “eles” ficam o tempo todo querendo destruir toda a forma que a gente tem de se manifestar, seja culturalmente, educacionalmente. Nas comunidades, na minha comunidade, tem vários dialetos que são próprios, sabe? Tem coisas que você não ia entender, se você chegar aqui teria que explicar. Por exemplo, dizer que alguém não toma banho aqui no Caranguejo é chamar a pessoa de “bigó”. Passa a pessoa que não gosta de tomar banho e fala: “olha lá, lá vem o ‘bigó’”. Você nunca vai imaginar que é porque a pessoa não toma banho. Ou dizer que é mentira é “Digão”. Porque “Digão” era um cara muito mentiroso. A gente tem dialetos próprios na comunidade, formas próprias de dançar, de dividir as coisas, de comer, de conversar. E a gente vai se guardando. É se

aquilombar de novo. Se juntar pra sobreviver. Como faziam antigamente. Um minutinho...

(Nova interrupção da conversa para acolher moradora pedindo quentinha.)

Sarah. Então, aí é isso. Eu vejo isso, eu comparo a nossa forma de vida com os quilombos. A gente tem uma doença, um problema de saúde aqui, a gente vai atrás de quem reza, vai atrás das ervas. E “eles” tentam acabar com isso, o tempo todo. Aí você vê a cultura do “passinho”, da dança, “eles” marginalizam essa dança, porque “eles” não suportam a alegria do nosso povo que, mesmo passando por vários problemas, ainda está celebrando, se juntando, se ajudando.

Que são esses quilombos senão as nossas favelas de hoje, com sua estrutura própria, seu movimento (eu falo em termos do Rio de Janeiro), que nos apresenta situações concretas extraordinárias? (Gonzales, 2018, p. 223-224).

Joviano. Massa. E a esquerda, Sarah? Os movimentos sociais, as ONGs, nas relações com esses quilombos urbanos?

Sarah. É como eu estava falando, a gente não conseguiu ainda fazer esse recorte por essa questão racial. Não consegue se fazer... Só um minutinho, Joviano.

(Outra interrupção para explicar para quem são as quentinhas prioritariamente.)

Sarah. Ai, Jovi, parece que eu ensaiei, né? (risos) Mas é sobre isso.

Joviano. (risos) É sobre isso. Mas nós já estamos acabando. Você estava falando da esquerda.

Sarah. Sim. Aí é sobre isso. Se você for fazer uma leitura de quem está dentro das ONGs são pessoas que fizeram universidade, que fazem a leitura do mundo através desses livros, que não são através das pessoas, a maioria, mas através dos livros, tem um letramento. Não tem muito a discussão da oralidade.

(...) os pesquisadores que vêm até Mumbuca pesquisar, eles fala cinquenta palavra, nós só aproveita uma! Nós fala uma palavra e eles escreve um livro. (Silva, 2019, 37).

Aqui no Recife, depois desses dezesseis anos do PT, tem muita gente que fez universidade, muitos negros estavam lá dentro, mas muita gente que não entende a sua história, não se vê diante da sua história, não se entende. Aí sai da universidade, chega nessas ONGs, na militância, e não consegue fazer esse recorte pela cor, pela raça e pela sua situação econômica. Muita gente não consegue fazer isso. Só um minutinho...

(Mais uma interrupção para atender alguém.)

Ver todo mundo junto é muito perigoso, o processo do português não foi só separar a gente em tribos, não foi só separar a gente, quer dizer, nos aproximar cada vez mais do branco quando você tem uma consciência, quando você conseguiu ascender de classe, então, é uma dinâmica social muito orte que az com que você perca o contato com o seu grupo original. Então, um dos grandes dramas do intelectual, do negro que ascendeu na mobilidade social, é justamente a perda da ligação com seu grupo. (Nascimento, 2018, p. 146).

Sarah. Sim. Eu não sabia que ia estar assim hoje, por isso eu marquei.

Joviano. Então, de boa.

Sarah. Aí é sobre isso. Quem está dentro dessas ONGs geralmente não faz esse recorte, mas tem outras pessoas fazendo isso aqui, eu, a Ingrid Farias, Mônica Oliveira, fazendo o recorte sobre raça, gênero. Se não fizer isso, se não ouvir o povo, não consegue fazer um trabalho direcionado para esse povo. Não consegue. A esquerda precisa ainda mais ouvir esse povo, nos ouvir. Colocar esse povo pra dentro dessas discussões, sabe?

No caso brasileiro, a questão racial como contradição primária da estrutura socioeconômica e psicocultural é um fato tão óbvio que deveria dispensar maiores argumentos. (Nascimento, 2019, p. 170).

E a esquerda brasileira é a cúmplice que endossa a “democracia racial” e se recusa “progressivamente” a compreender os fatos sociais de modo objetivo. Seu apoio aberto ou implícito às posições mais retrógradas rumo às possibilidades de uma sociedade brasileira verdadeiramente multirracial e multicultural faz das esquerdas, aos olhos da população negra, mais um instrumento de alienação

domesticadora. (Nascimento, 2019, p. 189).

Joviano. E a relação da universidade?

Sarah. A universidade, a gente conseguiu entrar em algumas coisas, mas é bem distante da população, sabe? A universidade está muito distante do povo mais pobre, de quem realmente vai ser atendido por esses profissionais que vão ser formados na universidade. Eu sempre falo isso quando vou nas universidades, que os governos contratam os profissionais na universidade, que são os engenheiros, os advogados, que vão retirar as famílias das comunidades, que vão processar essas famílias mais pobres. E quando não se tem essa consciência dentro da universidade, quando essa consciência não é inserida nos cursos, são esses profissionais que são formados friamente para travar a disputa contra os pobres e muitas vezes com os iguais, né?

(Nova interrupção para entregar cesta básica.)

Sarah. Oi.

Joviano. A pilha do meu gravador está acabando, só mais uma, rapidinho. As igrejas que estão na comunidade, Sarah, principalmente as igrejas evangélicas, você acha que dá para contar com elas para a luta? Como você avalia a presença delas?

Sarah. Não dá. “Eles” são o povo que está vindo aqui para fazer só o trabalho que “eles” acreditam. Quanto mais o povo está pobre, o mesmo trabalho que os governos fazem eu acho, sabe? Quer dizer, acho que “eles” são inclusive financiados para isso. Quanto mais o povo está pobre, mais o povo fica nas mãos “deles”, “eles” não se colocam à disposição. Tu lembra, quando tu viestes aqui, acho que o pastor, que estava no meio da área de remoção, ainda estava na luta, não foi?

Joviano. Foi.

Sarah. Então, depois daqueles dias ele foi lá e retirou a assinatura dele do abaixo-assinado da comunidade, do coletivo. Depois ele foi ao Ministério Público dizer que achava importante a obra para a cidade.

Joviano. Olha só.

Sarah. É. Os pastores, em sua maioria, não são das comunidades. Ou são da comunidade, tipo o que eu estou falando do pessoal da academia, mas tem uma hora que eles saem da comunidade, não se sentem mais dali, e não fazem a discussão direta com a população.

Joviano. Sim. E uma última coisa. Desse período mais forte da resistência contra a remoção, fala pra mim os principais aprendizados que você teve na luta contra a remoção de Caranguejo-Tabaiaras.

Sarah. O maior aprendizado foi esse, de se sentir parte da história da comunidade, se sentir parte dessa luta, dessa história da construção da comunidade. Fazendo isso e entendendo isso, não desistir, mesmo com os problemas, mesmo com todos os desafios. Mas também o aprendizado de saber que tudo que acontece é orquestrado, a desumanização é forte, “eles” desumanizam a gente, tiram da gente a humanidade. É o tempo todo dizendo que a gente não tem direito à vida, não tem direito à cidade, que existem duas cidades, e a gente não tem direito a essa cidade, à cidade branca. É isso que acontece.

Minha negrura é parte integrante do meu ser histórico e espiritual, e, se o mundo do Ocidente continua oprimindo e humilhando o negro e usurpando sua humanidade, cabe ao ofendido resgatar sua humanidade e este resgate se inicia com a recomposição de sua integridade. (Nascimento, 2019, p. 167).

Joviano. Massa. Quer falar mais alguma coisa?

Sarah. Tu acha que falta alguma coisa?

Joviano. Não, é isso. Você traz uma experiência comunitarista que é muito forte, da história do seu pai, da sua mãe. Mas acho que é isso.

Sarah. Eu acho que ficou bem prejudicada, a forma que a gente tava conversando hoje, porque foi interrompido, mas, mais tarde ou outro dia, a gente pode conversar mais sobre isso.

Joviano. Eu acho que rolou, assim, mesmo tendo as interrupções, que eu super entendo, tranquilo, sei dos “corres” que você está aí. Não tem problema nenhum, não. Acho que rolou. Aí eu vou transcrever e depois eu te mando para você corrigir qualquer coisa. Não vou publicar sem te mandar, não, tá?

Sarah. Tá, obrigada.

Joviano. Beijo enorme. Força aí.

Sarah. Beijo, tchau.

OS CORPOS ATRAVESSADOS NAS ENCRUZILHADAS transatlânticas transgrediram a lógica colonial. O projeto que durante séculos investiu na objetificação de seres humanos traficou para essas bandas suportes físicos montados por outros saberes. É através do corpo negro em diápora que emerge o poder das múltiplas sabedorias africanas transladadas pelo Atlântico. O corpo objetificado, desencantado, como pretendido pelo colonialismo, dribla e golpeia a lógica dominante. A partir de suas potências, sabedorias encarnadas nos esquemas corporais, recriam-se mundos e encantam-se as mais variadas formas de vida. Essa dinâmica só é possível por meio do corpo, suporte de saber e memória, que nos ritos reinventa a vida e ressalta suas potências. (Rufino e Simas, 2018, p. 49, caixa alta no original).



Figura 16 – Vivência com Sarah Marques em Caranguejo-Tabaiaras, Recife/PE, acervo Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH). Fotografias por Johnatam Lima, 2019.

14. Rolezinho sobre Santa Tereza

os colonizadores tinham perfeita noção da importância da arquitetura/urbanismo na consolidação da conquista dos espaços.
(Muniz Sodré)

Cheguei agora em Santa Tereza, bairro em que eu moro desde 2008, onde esta cartografia começou, com meu retorno à universidade para fazer o mestrado e depois o doutorado. Santa Tereza foi o bairro que eu adotei. Depois que saí do Barreiro, antes de vir para cá, eu morei alguns anos no tradicional edifício Maletta. De lá vim pra cá.

Acompanhei muitas lutas aqui no bairro ao longo desses anos, desde a luta contra a remoção da Vila Dias, passando pela resistência da ocupação das Torres Gêmeas, até desaguar no Kilombo Souza. Digamos, então, que este *rolezinho* por Santa Tereza é uma introdução ao *rolezinho* sobre o território que abriga a quarta comunidade quilombola certificada em Belo Horizonte.

Santa Tereza, localizado na área pericentral de BH, é um bairro tradicional da cidade, famoso por suas características históricas e culturais. Berço do Clube da Esquina, guarda singularidades interioranas, com forte identidade territorial, prevalência de uso residencial, mas com bastante comércio de pequeno porte. A localização privilegiada conjugada às características culturais e arquitetônicas fazem do bairro alvo de constantes ameaças consignadas em projetos públicos e privados.

Assim, Santa Tereza é um caso muito interessante de resistência contra as práticas do urbanismo neoliberal. Houve várias tentativas de captura pela indústria imobiliária nessa região, justo nesse bairro que também é reduto de resistência cultural e política. Santa Tereza, como dito, foi o berço de um dos movimentos culturais mais importantes de Minas Gerais, o Clube da Esquina.

Após mobilização da comunidade em prol do bairro, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte / CDPCM-BH, reunido em sessão extraordinária realizada em 04 de março de 2015, deliberou aprovar a proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza e a abertura de processo de tombamento dos bens culturais bem como das indicações para Registro Documental, conforme Deliberação nº 019/2015, publicada no Diário Oficial do Município em 9 de março do mesmo ano. A

introdução do texto aprovado resume bem a importância do tradicional bairro para a cidade:

No interior das cidades modernas emergem alguns territórios que conformam padrões sócio espaciais muito próprios. São lugares que se afirmam pela diferença ou oposição às imposições rígidas da vida urbana — tão marcada pelas determinações dos valores de troca — caracterizando-se como exemplos de resistência ao processo mais amplo de transformação das cidades. Estes espaços, de maneira geral, são carregados de significados históricos, simbólicos e afetivos, assumindo uma determinada personalidade e tornando-se, por conseguinte, singulares. Em Belo Horizonte, o bairro de Santa Tereza corresponde, indubitavelmente, a um destes territórios. Figurando como referência proeminente e distintiva dentro da vida cotidiana da cidade, este bairro vem desempenhando ao longo das décadas, uma original função aglutinadora e polarizadora para os belo-horizontinos, o que lhe confere um genuíno poder de evocação de imagens e significados no imaginário coletivo. Localizado na região leste de Belo Horizonte, o bairro Santa Tereza começou a ser ocupado ainda nos primeiros anos da Capital mineira. Embora localizado em uma região pericentral da cidade, o modo como se desenrolou a sua conformação sócio espacial permitiu que, por muito tempo, ele se mantivesse relativamente imune à especulação imobiliária e aos impactos urbanísticos e sociais por ela provocados. Isto se deve, em parte, ao fato do bairro não se configurar como um local de passagem para outras regiões da cidade, não sendo perpassado por grandes artérias de circulação. Também contribuiu para seu relativo isolamento, a topografia formada por declives na parte norte e sul, além da presença da rede férrea e do Ribeirão Arrudas, duas importantes barreiras físicas. Em função destas e outras características, o Santa Tereza conseguiu chegar ao século XXI preservando um casario tradicional que remete às primeiras décadas do século XX, além de uma ambiência característica das cidades interioranas. Com isso, Santa Tereza passou a figurar no cenário Belo-horizontino como um bairro muito peculiar, carregado de representações simbólicas. Tanto para os moradores do bairro, como para os demais habitantes da cidade, e, mesmo para aqueles que não o frequentam constantemente, o Santa Tereza encerra duas dimensões simbólicas fundamentais. A primeira evoca a ideia de um bairro tradicional, opondo-se ao modo de vida moderno, no qual as relações caracterizam-se pela impessoalidade. Em outras palavras, Santa Tereza é representada como um lugar de morar que ostenta características muito próprias de cidades pequenas e interioranas, guardando uma atmosfera comunitária, na qual moradores mantêm relações sociais mais estreitas, compartilhando de um mesmo sentimento de pertencimento ao lugar onde residem. [...]. (Belo Horizonte, 2015).

O histórico envolvimento comunitário nas questões afetas ao bairro levaram à criação da ADE Santa Tereza no ano de 1996, a primeira Área de Diretrizes Especiais prevista no zoneamento de Belo Horizonte. Trata-se de um zoneamento especial protetivo que estabelece parâmetros urbanísticos restritivos visando à preservação das

características locais. É nesse contexto que surge o Movimento Salve Santa Tereza. O respeito à ADE sempre ganha relevo nas resistências contra projetos atentatórios à qualidade de vida local. Pouco tempo após a criação da ADE de Santa Tereza, por pressão do Movimento Salve Santa Tereza, a Diretoria de Patrimônio deu encaminhamento à proposta de incluir o bairro no Inventário de Conjuntos Urbanos de Belo Horizonte.

A Área de Diretrizes Especiais é um zoneamento protetivo do bairro que garantiu, ao longo de todos esses anos, que ele não se tornasse mais uma aberração pela ação do mercado imobiliário, ou seja, não fosse verticalizado e tivesse suas características urbanísticas, arquitetônicas e de sociabilidade perdidas. A conquista da ADE garantiu, por exemplo, uma altimetria não muito elevada, edificações com no máximo três pavimentos, área construída de até trezentos metros quadrados, muitos outros parâmetros urbanísticos que visavam à preservação das características societárias. É um bairro que tem características interioranas, comércios de pequeno porte, mas singularidades arquitetônicas e urbanísticas dignas de proteção, como a visada privilegiada da Serra do Curral, outro patrimônio da cidade cuja paisagem é cada vez mais prejudicada pelas torres que surgem no horizonte.

Nós tivemos muitas lutas simbólicas e muitas vitórias aqui, como a derrota ao projeto absurdo do *Complexo Andradas*, projetado pelo arquiteto Bernardo Farkasvölgyi, na época respaldado pelo secretário municipal de planejamento Marcelo Faulhaber. Esse projeto seria a maior torre da América Latina bem aqui na região da Vila Dias e, quando ele foi anunciado em 2012, trazia uma imagem com o bairro de Santa Tereza ao fundo já todo verticalizado.

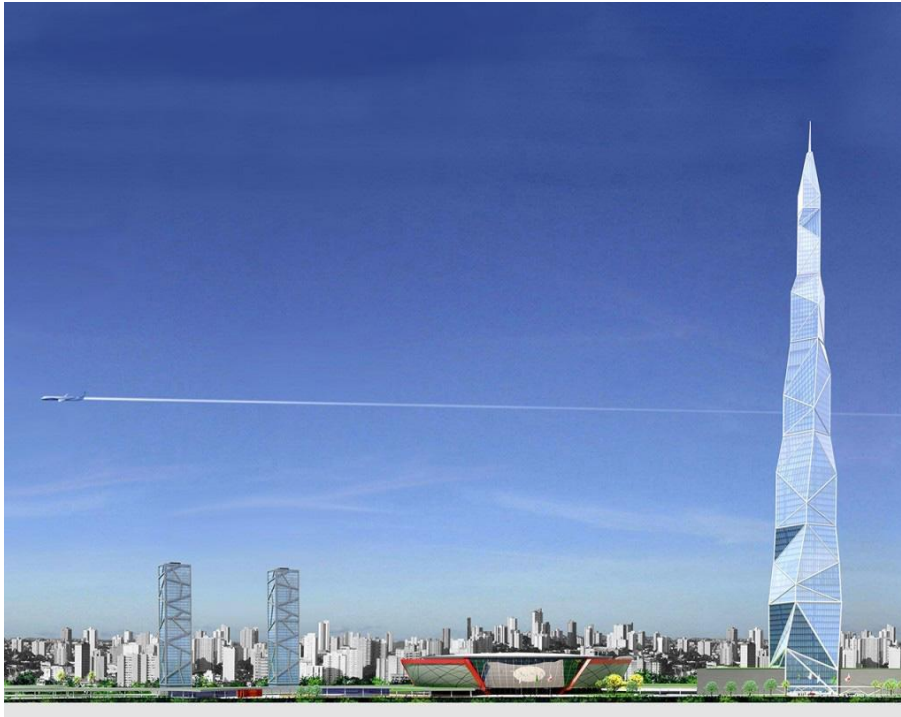


Figura 17 – *Complexo Andradas*, Projeto Farkasvölgyi Arquitetura, 2012.

Foi muito inocente o arquiteto Bernardo Farkasvölgyi ao achar que não teria reação à altura, pois isso revoltou as pessoas, os moradores da Vila Dias, as lideranças de Santa Tereza. O projeto era justamente em cima da Vila Dias. O então secretário Marcelo Faulhaber, que depois passou a ser investigado pelo Ministério Público, chegou a falar expressamente na imprensa da necessidade de remoção da vila e isso movimentou a resistência local, foi quando conheci o grupo Indisciplinar UFMG (2012). Essa confluência com o grupo na luta contra a remoção da Vila Dias me fez querer entrar no mestrado do Programa de Arquitetura e Urbanismo da UFMG.

O envolvimento do Indisciplinar UFMG com o bairro de Santa Tereza coincide com o ano de surgimento do grupo de pesquisa, em 2012, quando foi publicamente anunciado o tal projeto *Complexo Andradas*, o qual supostamente seria o maior prédio da América Latina (85 andares!). Megaempreendimento de uso misto que iria remover a Vila Dias, uma das duas favelas situadas no bairro de Santa Tereza (a outra é a Vila São Vicente, próxima à Vila Dias, na região também conhecida como “Buraco Quente”). Esse contexto de ameaça de remoção levou o Indisciplinar a acompanhar o caso, especialmente

as reuniões comunitárias que há época ocorriam no âmbito do Plano Global Específico (PGE). Desde então, o grupo Indisciplinar UFMG acompanhou de perto as lutas no bairro, através de parceria com os movimentos, produção de banco de dados, eventos, textos, aulões e infográficos para as mobilizações no bairro.

O PGE da Vila Dias havia sido aprovado no Orçamento Participativo graças à mobilização da comunidade que sofre com inúmeras carências urbanísticas, principalmente quanto ao saneamento básico. Para efetivação das obras estruturais, implantação de novos equipamentos e regularização fundiária, a vila precisava da elaboração do PGE conforme previsto na legislação municipal. Assim, mobilizou, compareceu, votou e aprovou no Orçamento Participativo a realização do Plano pela municipalidade.

Foi com grande surpresa que os representantes da Vila Dias souberam do projeto *Complexo Andradas* que ameaçava a comunidade justamente no momento em que acompanhavam as reuniões do PGE com a prefeitura, sem que nada disso houvesse sido tratado. Nas peças gráficas de publicidade do *Complexo Andradas*, a Vila Dias deixava de existir, as casas e os barracões cediam espaço para estacionamento de veículos, pista de patinação no gelo e uma megatorre espelhada de muito mau gosto.

Além de acompanhar todas as reuniões do PGE da Vila Dias, o que foi fundamental para o ganho de legitimidade pelo grupo de pesquisa perante as pessoas da comunidade, o grupo Indisciplinar UFMG mobilizou e preparou um Aulão Aberto realizado na área de lazer da vila, próxima à estação de metrô, oportunidade de socialização de informações, questionamentos e trocas entre moradores(as) e pesquisadores(as). Antes mesmo do aulão, durante a divulgação da atividade, a ação pareceu ter gerado resultados positivos. O escritório FarKasVölGyi Arquitetura divulgou um comunicado com a “readequação” do projeto *Complexo Andradas*, de forma a não se sobrepor à Vila Dias.

O projeto *Complexo Andradas* foi derrotado, não existe mais, chegou a ser premiado por esses institutos comprados de arquitetura que ficam premiando projetos bizarros para dar publicidade a eles. Mas, graças a esse anúncio do *Complexo Andradas*, nós descobrimos a tramitação na surdina, como ocorre com os grandes projetos urbanos

(GPU), muito bem relatados na tese do Daniel Medeiros de Freitas (2016), a Operação Urbana Consorciada (OUC) Nova BH. Portanto, foi o estudo em torno do *Complexo Andradas* que nos levou a descortinar essa Parceria Público-Privada (PPP) que afetaria diretamente cerca de 10% da cidade.

O projeto do *Complexo Andradas* foi anunciado em área localizada dentro da mancha da Operação Urbana Consorciada e somente seria realizável com a flexibilização dos parâmetros urbanísticos vislumbrada no pacote da OUC Nova BH. A Nova BH foi anunciada publicamente pelo governo municipal após ter sido concebida e arquitetada a portas fechadas, entre agentes públicos municipais e as empresas interessadas na operação. A sonegação de informações por parte do poder público municipal visava a impedir o dissenso, ou seja, obstar questionamentos, críticas e resistências para garantir a realização do megaprojeto a despeito dos interesses da população e do princípio da gestão democrática das cidades. A OUC Nova BH seria a maior Operação Urbana Consorciada da história da cidade e abarcava os eixos dos corredores das avenidas Antônio Carlos/Pedro I somado aos corredores das avenidas dos Andradas, Tereza Cristina e Via Expressa, abrangendo toda a extensão do vale do Rio Arrudas (eixo leste-oeste).

Eu fiz um *excurso* sobre a *OUC Nova BH* no meu mestrado (Maia Mayer, 2015). Graças à mobilização de Santa Tereza e à investigação realizada pelo Indisciplinar UFMG, foi produzida uma representação (denúncia) para o Ministério Público, que instaurou um inquérito e depois entrou com uma ação civil pública⁹¹ assinada pela Promotora de Justiça Marta Alves Larcher. Devido a essa resistência, foi barrada essa megaoperação urbana consorciada do governo Márcio Lacerda.

No entanto, Bernardo Farkasvölgyi continua pretendendo construir um grande empreendimento nessa área, na região do Chapéu de Napoleão, próximo à Vila Dias. Agora o projeto se chama *Praça da Cidade*. Mal escolhido o nome porque *a praça é do povo como o céu é do condor*, já diria o poeta. Vamos lutar para barrar essa nova investida contra o bairro, pois se trata de um projeto atentatório à nossa Área de Diretrizes Especiais

⁹¹ Ação Civil Pública nº. 0024.14.086052-9.

(ADE) de Santa Tereza, a primeira de BH como eu disse. Além de ameaçar a existência da Vila Dias e causar inúmeras consequências urbanísticas danosas ao bairro e ao modo de vida em Santa Tereza, com expressivo aumento no tráfego de veículos. A Construtora PHV busca a aprovação de uma Operação Urbana Simplificada para viabilizar o megaprojeto *Praça da Cidade*, também assinado pelo arquiteto Bernardo Farkasvölgyi.

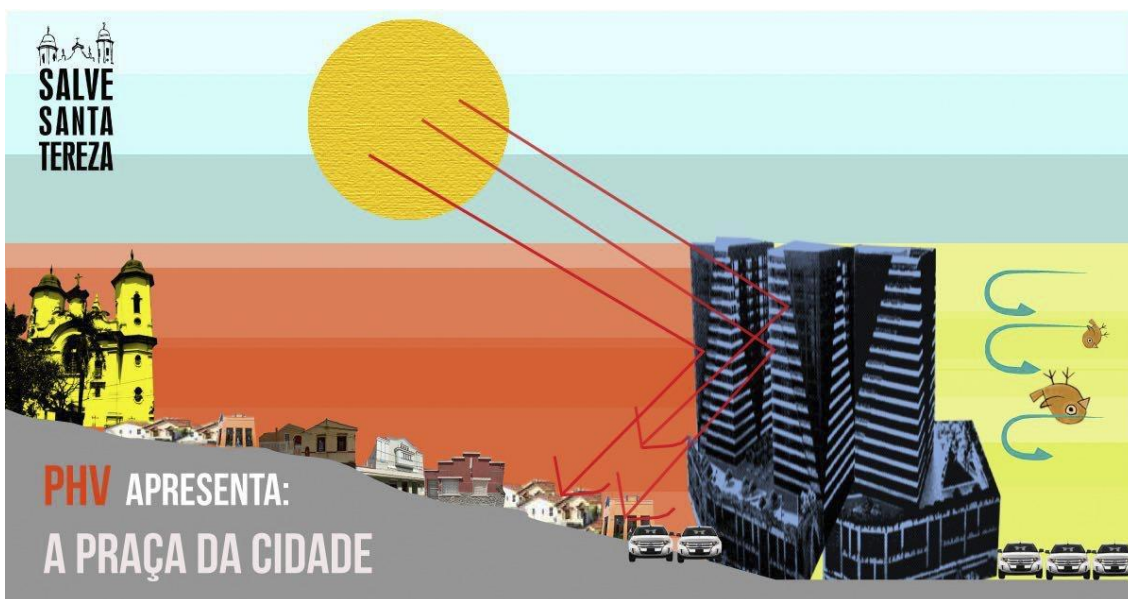


Figura 18 – Banner do Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG, 2018.

Essa é uma luta muito boa porque o Bernardo é amigo próximo do atual prefeito da cidade. Ele foi nomeado pelo prefeito Alexandre Kalil para o Conselho do Patrimônio Histórico ⁹², representando o Sinduscon-MG ⁹³ — inclusive questionamos isso administrativamente, via Associação Comunitária. Pois nós estamos lutando também pelo tombamento da Fábrica de Pregos São Lucas, que se encontra exatamente na área onde seria o empreendimento, e o empreendedor, a Construtora PHV, quer demolir a fábrica de pregos. No entanto, a Associação Comunitária e o Movimento Salve Santa Tereza fizeram pedido de tombamento da fábrica por ser ela o último exemplar histórico desse modelo, a última fábrica de pregos ainda ativa na cidade. Não somente por isso,

⁹² PORTARIA N° 7.265, publicada no DOM de 10 de agosto de 2017 (Ano XXIII - Edição N.: 5352).

⁹³ Sindicato da Indústria da Construção Civil de Minas Gerais.

mas também pelas características arquitetônicas da edificação. Trata-se de exemplar singular e único com tipologia industrial dos anos de 1930 e 1940, estilo *art déco*. E, como dito, Bernardo foi nomeado para o Conselho do Patrimônio, ou seja, iria julgar sobre o tombamento ou não da fábrica que o empreendimento que ele assina pretende demolir. Obviamente, nós questionamos isso pela Associação Comunitária do bairro. Atualmente eu faço parte da gestão da Associação de Santa Tereza.

Além disso, Bernardo Farkasvölgyi é autor também do projeto da *Arena do Galo*, ele é conselheiro do Clube Atlético Mineiro, lembrando que o prefeito Alexandre Kalil foi durante muito tempo presidente do Clube Atlético Mineiro. Então, essa é uma das resistências atuais do bairro de Santa Tereza contra o modelo de cidade-empresa das parcerias público-privadas. Possivelmente, o Projeto *Praça da Cidade* da Construtora PHV representa a maior ameaça sobre Santa Tereza na atualidade.

Também tivemos que travar uma luta contra a investida da Drogaria Araújo, que é uma inimiga do patrimônio histórico da cidade, a exemplo da sua loja, uma grande loja, aberta dentro do Mercado Central, patrimônio da cidade. Loja que foge completamente das características dos usos do mercado e abrindo essa brecha para um uso não especificado dentro das diretrizes do patrimônio para o Mercado Central.

Aqui em Santa Tereza, a drogaria Araújo tentou, por meio de um projeto de lei (PL 522/2018), flexibilizar nossa ADE, simplesmente para poder construir mais uma farmácia aqui, com estacionamento e área total superior ao permitido em lei (ADE). Engraçado, hoje mais cedo, em outro *rolezinho*, eu falava exatamente disso, dessa produção farmacológica do espaço urbano que promove o adoecimento da população e produz uma farmácia a cada esquina.

A dominação dos humanos é indissociável do desejo de dominação das coisas. Não querer dominar as coisas, descobrir a humanidade das “coisas”, é o passo fundamental para nos livrar da dominação dos humanos. Por isso, emancipados eram os índios Bororos, que diziam: “Eu sou uma arara”. Nunca foi tão evidente a incompatibilidade radical entre o capitalismo e a vida. (Centelha, 2019, p. 79).

A drogaria Araújo queria flexibilizar a nossa lei protetiva para construir um estacionamento e permitir, assim, que os comércios não tenham limitação de tamanho,

porque a ADE estabelece um limite de tamanho dos comércios aqui do bairro, e ela queria abrir uma brecha absurda na legislação, mudar a lei para beneficiar a si própria. Através do Projeto de Lei (PL) 522/2018, de autoria do vereador Autair Gomes, querem alterar os parâmetros urbanísticos do bairro sem qualquer discussão com a comunidade para beneficiar interesses econômicos específicos. Como faziam no feudalismo, nas tratativas diretas com o rei, continuam fazendo no estado moderno também, ou seja, a lei, que deveria ser geral e abstrata, sendo usada para beneficiar empreendedores individuais a despeito dos interesses da coletividade.

É graças à ADE de Santa Tereza, alvo tradicional dos interesses da indústria imobiliária e de especuladores, que o bairro ainda não foi totalmente verticalizado e preserva parte das suas características culturais e arquitetônicas.

O *rolezinho* de Santa Tereza permite falar dessas práticas típicas do urbanismo neoliberal, de flexibilização das normas e ataques ao direito à cidade, mas também das resistências contra elas. Nós vencemos no caso contra a Araújo: a loja abriu, mas sem o estacionamento previsto, e o projeto de lei (PL 522/2018) muito dificilmente vai ser aprovado pela força aqui do bairro, que já obteve parecer desfavorável ao projeto pelo Conselho Municipal do Patrimônio.

A alteração fere de morte um dos fundamentos utilizados para justificar a proteção do conjunto urbano do bairro: as características de sociabilidade comunitária. Empreendimentos de grande porte, além de transtornos ao trânsito (já caótico), ameaçam a rede de comércio local colocando em risco a sobrevivência de dezenas de estabelecimentos de pequeno porte que tendem a fechar as portas, como por exemplo as pequenas farmácias, mercados, mercearias, bancas de revista e lojas de ração animal.

O Indisciplinar UFMG sempre foi contra qualquer modificação da ADE sem participação da comunidade. Isso viola frontalmente o princípio da gestão democrática da cidade previsto tanto na Constituição Federal quanto no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001). Ora, se a ADE foi conquistada pela mobilização da comunidade de Santa Tereza, ela jamais poderia ser violada para atender a interesses econômicos de uma determinada empresa — no caso, a Drogaria Araújo. Ante à mobilização comunitária, dificilmente essa poderosa farmácia logrará subverter a legislação protetiva do bairro para

se beneficiar. Que se ajuste à lei e respeite o bairro de Santa Tereza.

Outra luta que nós acompanhamos aqui foi a do Mercado Distrital de Santa Tereza. A Associação Comunitária e o movimento Salve Santa Tereza batalharam por uma gestão comunitária, voltada para a agroecologia e o fortalecimento da agricultura familiar. Outra resistência muito simbólica. O governo do prefeito Alexandre Kalil publicou um PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse), um procedimento típico do urbanismo neoliberal que confere à iniciativa privada esse poder de apresentar estudos, propostas e projetos para a prefeitura que, obviamente, estão atrelados ao lucro e não ao bem comum, ao bem-viver e ao interesse público.

A defesa do bem-comum e do bem-viver, trazida com muita força pelos povos originários, é importante para nós e se coloca como um horizonte para a América Latina. Um projeto Precisamos pensar nisso para romper com a ilusão dos projetos desenvolvimentista e sair desse dilema que os governos nos deixaram: ou extrativismo, ou extrema pobreza.

O Bem Viver é uma filosofia em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas. Está entre nós, no Brasil, com o teko porã dos guaranis. Também está na ética e na filosofia africana do ubuntu - “eu sou porque nós somos”. (...) Seu significado é viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo-nos reconhecer que somos “parte” dela e que não podemos continuar vivendo “à parte” dos demais seres do planeta. (Acosta, 2016, p. 14).

Voltando Mercado Distrital de Santa Tereza, a municipalidade instaurou esse PMI apesar de todo envolvimento (de vários anos!) do movimento Salve Santa Tereza para a reabertura do mercado em consonância com as características do bairro. Ao longo desses anos, foram barrados pelo movimento projetos absurdos como a instalação ali da sede da Guarda Municipal e, alguns anos depois, o projeto de uma escola automotiva da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) na área do mercado. O movimento, apesar de discordar do PMI, apresentou sua proposta de uso comunitário para o mercador distrital dentro da perspectiva agroecológica. Tal proposta não foi acolhida pela prefeitura, que está prestes a ceder a gestão do Mercado a um consórcio empresarial.

Enfim, o bairro de Santa Tereza tem muitos conflitos que permitem investigar esse aspecto mais urbanístico das resistências travadas na cidade em defesa do bem-viver. A mais simbólica delas, no sentido do desvelamento da investida colonial de desencantamento e da reação contra-colonialista de encantamento, é o Kilombo Souza. Território afro-diaspórico que resiste em Santa Tereza contra a desterritorialização ilegalmente determinada pelo poder judiciário racista.

*No Ocidente a abolição de quaisquer barreiras espaciais à circulação de mercadorias é uma exigência inerente ao desenvolvimento do capital. O capital, por sua vez, tende a superar as barreiras espaciais, anulando o espaço pelo tempo através dos meios de comunicação e transporte. Para isso são convocadas as mais modernas tecnologias, correspondentes às diferentes fases da expansão capitalista. Em todas elas desenha-se a ideologia **desterritorializante**, dos livres fluxos mercantis que procuram acabar com as territorialidades culturais, com o enraizamento, com as relações físicas e sagradas entre o indivíduo e seu espaço circundante. No projeto industrialista, o espaço é apenas um dentre os muitos elementos submetidos aos cálculos racionalistas do capital. (Cardoso, 2011, p. 136, destaque no original).*

15. Rolezinho sobre o Kilombo Souza

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição.
(Beatriz Nascimento)

Aproveito este rolezinho-ciclístico até o município vizinho de Sabará, seguindo o curso do Rio Arrudas a caminho do Rio das Velhas, com intuito de entregar um livro para a Criola, artista-grafiteira-cabulosa, para gravar o *rolezinho* do Kilombo Souza.

Pelo menos desde 2006 (Ocupação Caracol, Novo Lajedo) acompanho conflitos fundiários e ocupações. Foram muitas retomadas potentes e vitoriosas de lá para cá, muitas suspensões de despejos e remoções ilegais; em resumo, muito aprendizado coletivamente construído nas lutas territoriais.

Mas, sem dúvida alguma, a experiência mais importante da qual participei, considerando especialmente o caráter ancestral desse território centenário sob ameaça, foi a luta do Kilombo Souza. Esse caso escancara o racismo-estrutural impregnado nas instâncias do poder colonialista, em especial do poder judiciário, o mais supremacista-branco dos poderes da República.

É um microterritório que diz de uma história muito maior, da vinda das pessoas que foram escravizadas e que trabalharam na construção da capital. Diz respeito a essa memória pós-abolição, bem como à memória de como o poder colonialista lida com os territórios-afro-diaspóricos.



Figura 19 – Registro com moradores(as) do Kilombo Souza. Fotografia por Júlia Nascimento, 2019.

Há anos acompanhando ações judiciais sobre conflitos pela terra, jamais tinha atuado em um caso com tantos absurdos, racismos, ilegalidades e fortes indícios de corrupção até culminar na ordem de desalojamento, contra a qual a maioria dos moradores sequer pôde se defender, pois não foram intimados ao processo. Uma ação demarcatória que foi distribuída em 1970 por herdeiros que jamais exerceram posse da área sob litígio.

Foi a 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual que processou e julgou originariamente a ação demarcatória⁹⁴ que, atualmente, encontra-se em fase de execução (Vara da Centrase⁹⁵). A comunidade afetada pela decisão judicial expressa valores históricos, urbanísticos e se relaciona à honra e à dignidade de grupos raciais e étnicos que não foram considerados no âmbito do mencionado processo.

⁹⁴ Processo nº. 0024.83.104.755-0 - TJMG.

⁹⁵ Central de Cumprimento de Sentença - TJMG.

Uma ação demarcatória em trâmite há 50 anos cheia de vícios, ilícitos processuais e indícios de fraudes, conforme demonstrado na Ação Civil Pública⁹⁶ proposta pela Associação Comunitária, a qual também busca o reconhecimento da inconstitucionalidade da coisa julgada. As famílias tomaram ciência da ordem de “reintegração de posse” por intermédio da polícia militar, já nos atos preparatórios para a desocupação desse território centenário.

Parte considerável da área é território ancestral negro autodeclarado e obteve a certificação como comunidade quilombola. Remontando sua história e memória, a Vila Teixeira Soares, hoje conhecida como Kilombo Souza, se forma no início do século XX pela matriarca negra Elisa, nascida sob a Lei do Ventre Livre, casada com Petronillo, que foi pessoa escravizada até a promulgação da Lei Áurea em 1888. Ambos se casaram e migraram do interior do estado, cidade de Além Paraíba, para Belo Horizonte, em busca de melhores condições de sobrevivência. Instalaram-se no bairro de Santa Tereza antes de 1915, ano em que nasceu um dos filhos do casal registrado em cartório já na capital. O patriarca Petronillo chegou a trabalhar na construção do Santuário de Boa Viagem, da Santa padroeira da cidade, edificação hoje tombada pelo patrimônio.

O terreno em que construíram sua morada fazia parte da ex-Colônia Américo Werneck. A matriarca Elisa comprou a propriedade em 1921, do Sr. Gabriel de Oliveira Santos, conforme contrato de compra e venda levado a registro em cartório em 1923. Dado o alto custo, ainda hoje não é comum moradores(as) de periferia levarem a registro em cartório contratos de compra e venda de imóveis. A matriarca Elisa o fez, em seu nome, em 1923.

Arthur Ramos, cujos herdeiros ajuizaram a ação demarcatória, havia adquirido a gleba em 1905 e, quando registrou o contrato de compra e venda em cartório somente em 1929, omitiu as vendas de lotes que realizou ao longo do período. Tal prática não tem outro nome, senão fraude.

Isso chegou a ser reconhecido pela segunda perícia realizada nos autos da ação demarcatória, a qual entendeu que ele, Arthur Ramos, chegou a vender mais terra do que

⁹⁶ Processo nº. 0024.19.006.394-1 - TJMG.

tinha. Essa perícia, assim como a primeira perícia que também era desfavorável aos herdeiros, foi misteriosamente ignorada pelo judiciário.

As sociedades que se constituíram na chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas. (Gonzales, 2018, p. 337).

Não se sabe por que, após a realização da segunda perícia judicial, que gerou o segundo laudo, foi realizada ainda uma terceira perícia, a única que foi favorável aos autores da ação demarcatória, e justamente a que prevaleceu na decisão do Tribunal que reformou a sentença de improcedência da ação demarcatória.

O que concluímos do estudo dos 12 volumes da ação demarcatória é que o influente advogado Prof. Dr. Alberto Deodato atuou com afínco no âmbito dessa ação para conseguir reverter junto ao Tribunal de Justiça as duas sentenças do juízo fazendário, uma que extinguiu o processo por falta de movimentação da parte autora e outra que julgou improcedente o mérito da ação demarcatória.

Importante atentar que essa ação demarcatória na qual foi determinado o desalojamento da Vila Teixeira Soares foi ajuizada somente em 1970, ou seja, mesmo se o título de compra e venda do imóvel pela matriarcal Elisa fosse irregular, o que jamais foi suscitado, muito tempo antes do ajuizamento da referida ação demarcatória já estava configurado em favor das famílias da Vila Teixeira Soares o direito à usucapião coletiva.

Ora, configurados os requisitos para fins de usucapir, as famílias usucapiêntes têm direito originário à propriedade, e a sentença que o reconhece tem natureza estritamente declaratória (Código Civil, art. 1.238).

Para além do reconhecimento da usucapião, há uma diversa gama de instrumentos para promover a regularização da área e a permanência das famílias. A própria legislação, posterior ao julgamento daquela demanda, também reconhece direito adquirido à regularização fundiária de núcleos urbanos informais que se encontrem consolidados até 22/12/2016.

Vale registrar que, conforme informações da Secretaria Municipal de Fazenda juntadas ao processo, o Município reconheceu que os moradores pagam IPTU desde

1952. Ainda, os tipos de usos do território como conjuntos uni e multifamiliar são reconhecidos pela Municipalidade, com numeração oficial e fornecimento regular de todos os serviços e infraestrutura básica.

Importante observar que toda a dimensão coletiva desse conflito não havia sido suscitada nos autos da ação demarcatória, simplesmente porque as famílias não atuaram no feito, foram excluídas das inúmeras audiências que ocorreram no âmbito do Tribunal para tentativa de composição entre o Clube Oásis e os herdeiros Autores da ação demarcatória. As famílias do Kilombo Souza não tiveram o mesmo tratamento ofertado pela Justiça ao Clube Oásis, também réu na ação demarcatória.

A ameaça do despejo impulsionou as famílias a resgatarem sua memória, construir sua linha do tempo e se reconhecer como quilombo urbano por meio de assembleia de autodeclaração realizada no dia 30 de junho de 2019, que contou com a participação da Associação Comunitária de Santa Tereza, lideranças do movimento negro, parlamentares, Ministério Público etc.

Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (Gonzales, 2018, p. 326).

O risco do despejo também fez lideranças da Vila embarcarem numa viagem ao passado, retornarem à terra de origem da matriarca e do patriarca fundadores da comunidade para comprovar e obter certidão oficial de batismo do patriarca Petronillo, registrado no *Livro de batismo dos escravos* da Paróquia de Além Paraíba (MG). Esse e muitos outros documentos oficiais foram encaminhados à Fundação Palmares, que reconheceu o território como remanescente quilombola passível de proteção, nos termos do Decreto nº. 4.887/2003 e da Portaria FCP nº. 98/2007.

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (art. 68, ADCT, CF/88).

A partir do resgate dessa memória, em Além Paraíba, e de outros documentos pesquisados em Belo Horizonte, fotografias antigas, tudo que servia como prova, foi possível instruir o processo para dar entrada no pedido de reconhecimento como território quilombola. Portanto, os elementos que ensejaram o conhecimento pelas famílias e pelos órgãos públicos a respeito da natureza quilombola da comunidade somente vieram à tona há pouco tempo, como resposta à ameaça de desocupação, como ocorre frequentemente no caso de comunidades quilombolas que se reconhecem enquanto tais e constroem sua identidade no seio da resistência em defesa dos seus territórios ancestrais.

Essa divergência sobre a sua “autodefinição”, observada entre os afro politicamente mobilizados através dos movimentos negros, de um lado, e as bases negras constituindo a maioria não mobilizada, de outro, configura o nó do problema na formação da identidade coletiva do negro. Como formar uma identidade em torno da cor e da negritude nas assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento? Como formar uma identidade em torno de uma cultura até certo ponto expropriada e nem sempre assumida com orgulho pela maioria de negros e mestiços?

Apesar das dificuldades e obstáculos, os movimentos negros têm a consciência de que, sem forjar essa definição e sem a solidariedade de negros e mestiços, não há nenhum caminho no horizonte capaz de desencadear o processo de mobilização política. (Munanga, 2019, p. 147).

Em um país colonizado, com mais de 350 anos de escravidão legal e que ainda padece do mito da democracia racial e da ideologia do embranquecimento, em que milhões de pessoas negras ainda não se reconhecem enquanto tais, perfeitamente compreensível que a construção da identidade negra ocorra justamente diante do conflito que expõe a supremacia branca racista.

As agressões de que são vítimas os negros se inserem nos níveis físico-biológico, através da ideologia do embranquecimento, segundo a qual o afro-brasileiro deve se tornar cada vez mais claro na aparência a fim de obter melhores condições de emprego, melhor aceitação no relacionamento social, enfim, estar credenciado ao pleno exercício de sua condição de homem e de cidadão. (Nascimento, 2019, p. 187).

Há de se ter em vista, ainda, que os direitos dos povos e comunidades quilombolas também só foram reconhecidos — e, nesse caso, de forma originária — pela Constituição

Federal de 1988, ou seja, posteriormente à propositura da ação demarcatória em 1970.

Os elementos referentes à regularização fundiária da comunidade pelo Município somente sobreveio recentemente, em resposta à iminência do despejo e mobilização da resistência. Isso ocorre exatamente pelo reconhecimento da gravidade da questão, considerando os direitos preexistentes das(os) moradoras(es) e os impactos que seriam causados à ordem urbanística, ao patrimônio histórico e cultural, à honra e à dignidade de grupos raciais e étnicos, e aos demais interesses difusos e coletivos. Não pode o poder judiciário, no curso do procedimento administrativo para fins de regularização fundiária, executar a desocupação da área a ser regularizada pela política pública municipal.

O juiz responsável pelo processo sempre falava em reintegração de posse, sendo que não se tratava de reintegração de posse. Ora, os autores jamais exerceram posse do imóvel, além disso entraram com uma ação demarcatória, sem pedido expresso de reivindicação do imóvel, essa é uma das graves ilegalidades do processo.

Porém, pesa sobre a comunidade uma decisão transitada em julgado, ou seja, em que não cabe mais recurso. E o trânsito em julgado ocorreu há muitos anos, sem que as pessoas que moram no Kilombo participassem do processo.

É uma grande dificuldade reverter uma decisão judicial já protegida pelo manto da coisa julgada. Nós tivemos que agenciar uma ampla teia de apoio e focar no estudo desse caso, extremamente complexo, porque é um processo judicial de 50 anos. Apesar de ser um processo antigo, muito mais antiga era a posse legítima da comunidade. Fiquei uma semana debruçado sobre o processo na Defensoria Pública, estudando todos os volumes com milhares de páginas de petições e documentos. A pesquisa documental foi fundamental, bem como todo o estudo e reconstrução da memória da comunidade que constou no dossiê montado. Foi muito importante, uma verdadeira cartografia, que agenciou, além de farto material probatório, muitas pessoas que se envolveram nessa luta que se deu em teia, de forma ampla, juntando vários movimentos.

Quilombo é um organismo de defesa, com pilares de sustentabilidade baseada em compromisso de compartilhamento ancestral, firmamento existencial. Quilombo é poder, quilombo é a força da insubmissão das ordens opressoras. Somos aqueles que não pedimos e nem pediremos libertação, nós construímos e construiremos liberdades existenciais. (Silva, 2019, p. 49).

Nessa caminhada, teve uma companheira que foi fundamental e merece o devido reconhecimento pela construção do primeiro parecer do território como comunidade quilombola: Patrícia Brito. Aquela a quem coube receber o sopro ancestral ao pé do ouvido. A Associação Comunitária de Santa Tereza, as Brigadas Populares, os mandatos da Gabinetona, a Federação Quilombola N’Golo e a Defensoria Pública de Direitos Humanos também foram fundamentais nessa resistência.

O estudo desse caso revelou a brutalidade do *racismo ambiental*, do racismo institucional e estrutural por parte do estado brasileiro contra os territórios negros, contra o povo afro-quilombola. Porque ao longo do processo se percebia que o juiz não dava atenção para as manifestações dos representantes das ancestrais quilombolas. Como disse, a maior parte das pessoas que viviam no território jamais tinham sido sequer citadas no processo, não tiveram direito de defesa, de exercer o contraditório. Isso foi bem revelador para a gente no processo, além de inúmeras outras legalidades. Tratava-se de grilagem de terra, vários absurdos que vieram à superfície.

Um território secular, fomos desconsiderados como dignos de viver em terras tão ricas de belezas naturais, nisso que consideramos como racismo ambiental, no qual propõem a divisa exata da residência para os negros. Estabelecendo assim os piores lugares como: as favelas, margens da cidade, morros etc. São situações de violações de direitos básicos vinculadas à dinâmica opressiva do colonialismo. São desafios enfrentados por diversos quilombos do Tocantins e de todo Brasil. (Silva, 2019, p. 47)

O que ficou muito explícito também foi a força em torno da defesa do território. A luta pela terra criou um elo comunitário muito forte e uma entrega muito grande das pessoas que sequer cogitavam receber terra em outro lugar, porque o vínculo ancestral ali era orgânico, vínculo orgânico com aquele território, com aquela espacialidade, com as plantas ali cultivadas, com os umbigos ali enterrados, do mesmo clã familiar, originário da Dona Elisa e do Seu Petronillo.

As festas, os cultos e os rituais abertos conformam uma outra dimensão que foi fundamental para a configuração como território quilombola. A tradicional festa de *Cosme e Damião* em setembro, a festa de Sant’Ana em Julho, as festas juninas, enfim, as

inúmeras festividades abertas para toda comunidade que também foram fundamentais para caracterização enquanto comunidade quilombola.

O apelo aos deuses implica a sacralização do espaço e do tempo. Do espaço, através de templos ou de lugares especiais para o culto; do tempo, através de datas votivas ou festivas. A festa (a palavra vem de Vesta princípio sagrado de vitalidade indiferenciada) é a marcação temporal do sagrado.

A festa destina-se, na verdade, a renovar a força. Na dança, que caracteriza a festa, reatualizam-se e revivem-se os saberes do culto. (...) A dança é propriamente integração do movimento ao espaço e ao tempo. (Sodré, 2019, p. 125-126).

Na luta do Kilombo Souza, ficou muito explícito também o papel da polícia como capitães-do-mato, de investir pesadamente contra o território ancestral, negociar junto com os herdeiros a desocupação forçada da área. A polícia militar de Minas Gerais, a primeira polícia militar do Brasil, fez jus à sua história de ter sido conformada na sua origem a partir do recrutamento dos capitães-do-mato. Então isso é real, não mudou muito, as polícias continuam perseguindo, matando e criminalizando as pessoas negras e suas comunidade em nome da propriedade privada, em defesa dos proprietários a despeito dos direitos de territorialidade, dos direitos humanos ou, melhor dizendo, dos *direitos orgânicos*, como fala Nêgo Bispo.

Chegou o tempo de tanto sangue ser semente, de tanta semente germinar.

Está sendo longa a espera, meus irmãos. Da morte de Zumbi até nós são decorridos já quase três séculos.

Mas a terra conservou o sangue dos nossos mártires.

Este sangue fala, clama, e seu clamor, e seu clamor começa a ser ouvido. Primeiro por nós Negros, que estamos recuperando nossa identidade e começando a nos orgulhar do que somos e do que foram nossos antepassados.

A sociedade também escuta esse clamor.

Muitos do seio dela nos apoiam e se colocam ao nosso lado para caminharmos juntos.

A viagem é longa e penosa.

Quase tudo está por fazer.

(Dom José Maria Pires⁹⁷)

⁹⁷ Homília para a Missa dos Quilombos in *Do movimento negro à cultura de consciência negra* (Pereira, 2018, p. 33).

Felizmente, esse resgate da memória e toda essa resistência coletiva em teia colaborativa implicaram o *inédito viável* que foi a ida do prefeito Alexandre Kalil à audiência judicial derradeira que suspendeu o despejo por 100 dias. Lançando mão do conceito freiriano, foi sim um *inédito viável*: pela primeira vez na história desta cidade, um chefe do executivo comparece pessoalmente a uma audiência judicial para defender um território negro ancestral. Após essa audiência decisiva, tanto o Ministério Público Federal, como nós pela Associação Comunitária de Santa Tereza, suscitamos a competência da Justiça Federal por se tratar de comunidade quilombola.

Foi um momento muito marcante essa audiência que suspendeu o despejo dois dias antes da data agendada pela polícia. A suspensão foi comemorada com muita festa.



Figura 20 – À esquerda, reunião com o Prefeito Alexandre Kalil; à direita, registro após audiência judicial que suspendeu o despejo. Fotografias: Acervo Gabinetona, 2019.

Para mim, é uma alegria muito grande ter participado dessa resistência. Foram muitos aprendizados. A gente tem muito o que aprender a partir da releitura dessas lutas, dessas tentativas de desterritorialização do povo negro e da sua forma de resistir em defesa do seu território.

Agradeço muito às famílias do Kilombo Souza, cuja luta ainda não terminou porque o racismo institucional perdura, com a postura intransigente do judiciário, esse poder podre, expressão máxima da *supremacia-branca-colonialista-racista-patriarcal*.

O juiz federal não está aceitando a sua competência para atuar no caso e, mesmo antes do recurso do MPF ser apreciado em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal, o processo foi devolvido para a justiça estadual comum, que já tem posição firmada pelo cumprimento da ordem de desalojamento.

Ocorre que nessa caminhada o Kilombo Souza se fortaleceu muito e já possui procedimentos protetivos instaurados nos três âmbitos da federação. Além do reconhecimento Federal da Fundação Cultural Palmares — que pouco depois foi completamente destituída de poder pela nomeação de uma figura ligada ao bolsonarismo —, o Kilombo Souza também obteve o reconhecimento estadual por meio da instauração do registro de patrimônio imaterial pelo IEPHA (Instituto Estadual de Patrimônio Histórico) e também abertura do processo no âmbito municipal para fins de Registro Imaterial como patrimônio cultural da cidade. Será a quarta comunidade quilombola certificada e com Registro Imaterial aprovado pelo Município. A capital da *nação africana da Bahia*, Salvador, tem seis comunidades quilombolas reconhecidas, segundo me informou a Mestra Janja quando esteve em BH participando de uma atividade angoleira a convite da Mestra Alcione do Grupo Candeia de Capoeira Angola.

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (Fanon, 2008, p. 34).

Então, esse território hoje goza de proteção dos três níveis da federação, essas famílias junto com a sua teia de apoio e, Oxalá há deabençoar, a vitória final ainda vai ocorrer quanto à conquista definitiva da segurança da posse e a manutenção dessa quarta comunidade quilombola reconhecida na cidade de Belo Horizonte.

No 20 de novembro de 2019, dia nacional da consciência negra, fizemos uma roda de conversa no Kilombo Souza, no âmbito da disciplina *Ativismo Cartográfico, Autogestão e o comum urbano*. Nessa roda de conversa, que foi gravada e transcrita, a matriarca Glaucia Cristine Martins assim disse: *Sofremos ainda e temos que sempre*

mostrar que o negro faz parte dessa história do Brasil. A resistência do Kilombo Souza, na minha opinião, cumpre esse papel, a redenção dos que lutaram no passado e a projeção de um futuro melhor para o povo afro-brasileiro.

O QUE SÃO AS CIDADES SE NÃO VERSOS paridos e emanados dos corpos daqueles que a praticam? Essas vibrações podem se inscrever como feitiço de ódio ou amor, palavras de cura ou quebranto. Dessa maneira, há uma leitura de mundo que precede a da palavra inscrita no cruzo entre ritmo, saliva e hálito. Eis que se ata o ponto; quem faz a cidade, a esquina, a prosa, o cotidiano e o mundo? (Rufino e Simas, 2018, p. 73, caixa alta no original)

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA
20 DE NOVEMBRO DE 2019

 **KILOMBO
SOUZA**

18H: RODA DE CONVERSA
SOBRE A RESISTÊNCIA COM ESTUDANTES DA DISCIPLINA DE
ATIVISMO CARTOGRÁFICO, AUTOGESTÃO E O COMUM
(FORMAÇÕES TRANSVERSAIS DA UFMG)

20H: SHOW AFRICANIDADES
COM KARINA MARÇAL E OS FUNANDÔ

#RESISTE

Figura 21 – Dia da Consciência Negra no Kilombo Souza. Cartaz de divulgação, 2019.

16. *Eu coloquei a boca no mundo*

Conversa com Glaucia Cristine Martins⁹⁸, gravada no Kilombo Souza, sexta-feira, dia 14 de agosto de 2020

Joviano. Glaucia, primeiro agradecer muito pela disponibilidade da gente fazer essa conversa. Queria lhe dizer inicialmente que a resistência do Kilombo Souza, onde minha cartografia, minha pesquisa me levou, foi uma das lutas mais simbólicas e mais importantes de que eu pude participar. Pela ancestralidade envolvida, a força da memória, da tradição, e sou muito grato por estar com vocês nessa batalha, que ainda não foi ganha. Nós estamos numa encruzilhada, em certo sentido, entre a permanência definitiva e a ameaça de retirada, mas a minha pesquisa também me levou pra esse lugar da encruzilhada, até o nome do trabalho vai ser *De pé na encruzilhada*, por isso. Assim, de entender a importância de se buscar outros caminhos, outras alternativas e acreditar que Exu, como o senhor das encruzilhadas, nos orienta, nos auxilia, também, a poder trilhar esses caminhos e fazer da encruzilhada um lugar de encantamento, de potencialização. E esse quilombo é uma potência, né? Conseguir impedir o cumprimento de uma ordem que estava transitada em julgado há tantos anos e com todo aparato da polícia montado para fazer aquele despejo, demonstra também a potência dessa encruzilhada aqui e a quantidade de aprendizado que nós tivemos ao longo dessa luta que ainda está em curso. Então agradecer muito por poder fazer parte disso, eu tô doido que volta a tocar para os Orixás aqui no quilombo. Enfim, são muitas possibilidades abertas, muitos caminhos, são muitas encruzilhadas. Mas o importante é que a gente venceu até agora e eu me sinto um filho deste território, honrado por estar aqui.

Meu aniversário no ano passado, aqui com vocês, no *Dia da Consciência Negra*, foi um dos aniversários mais bonitos e mais felizes, só tenho a agradecer, só tenho muito a agradecer a todos vocês aqui, por essa confluência, né? Tão pertinho da minha casa. E

⁹⁸ Glaucia, liderança do Kilombo Souza, é filha da matriarca mais velha viva da sua comunidade ancestral, Mãe Lídia, e neta da matriarca Maria de Souza Martins (*in memoriam*). Esta última, por sua vez, filha da Dona Elisa (*in memoriam*), matriarca fundadora do Kilombo Souza, no início do século XX, em Santa Tereza, BH. Atualmente, faz parte das Brigadas Populares e do PSOL, partido a que se filiou em 2019.

agradecer também pela possibilidade de estar aqui com vocês no dia da minha defesa de tese, no dia 26 de outubro. Bom, pra gente abrir o papo, é isso.

Glaucia. Ô Jovi, é um prazer imenso tá aqui te recebendo. Nessa luta você também é muito importante pra gente, na sua entrega nas nossas lutas, junto com a gente, fazendo parte, levando adiante, buscando caminhos, né? Essa rede de proteção que você nos trouxe também faz parte dessa nossa resistência. E de estarmos aqui até hoje, né? Aguardando uma decisão definitiva, que seria o mais importante. Porque é muito difícil ficar com essa faca no pescoço, sem saber ao certo o que essa justiça tão desigual, tão racista, preconceituosa, que a gente vem sofrendo ao longo desses anos. Nesse processo, na realidade, nós fomos muito prejudicados pelo preconceito mesmo e é muito difícil continuar nessa maneira. Mas, como eu sou também uma pessoa de muita fé e acredito muito na força dos nossos antepassados, nossos ancestrais, dos nossos espíritos protetores, eu mantenho também a firmeza de que vamos resistir, vamos ficar. Aquela história da encruzilhada é bem assim, a gente não sabe para qual lado que vai acontecer, porém eu tenho muita fé. E vamos resistindo nesse processo todo.

Do ponto de vista espacial, quando duas ruas se encontram num ponto, diz-se que elas se cruzam - esse ponto é um cruzamento. (...) Por desterritorialização entendo aqui o fenômeno no qual dois territórios se sobrepõem no tempo. (...) A imagem-passado e a imagem-futuro coexistem num presente que as torna indiscerníveis: o presente pertence à imagem-passado ou à imagem-futuro? (...) Esse encontro entre a noção de encruzilhada e o conceito de desterritorialização, sob uma determinada imagem-tempo, talvez não seja tão gratuito quanto possa parecer até aqui. (Anjos, 2006, p. 33).

Joviano. Gláucia, é... vamos começar falando desse momento da pandemia que atravessou nossas vidas e como é que tem sido aqui na comunidade passar por esse momento? Quais têm sido as reflexões que você tem feito, nesse momento tão desafiador das nossas existências?

Glaucia. Essa pandemia é um momento que realmente requer reflexão. Mas, como sempre, descobrimos dois caminhos, né? O lado solidário de várias pessoas, de vários órgãos, e também um lado discriminatório, onde se sofre muito com a falta do auxílio, da testagem. Assim, você não sabe se você sai para ganhar o pão, ou se você fica se

resguardando para ter saúde. Então, é realmente uma faca de dois gumes. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Mas essa pandemia mexe também muito com a cabeça da gente. Porque, ao mesmo tempo que você fica ansioso, aguardando, quais que são os passos, sofrendo por causa de tantas vidas perdidas, né? E, ao mesmo tempo, o medo. O medo muito grande, porque a gente não tem ainda um preparo, nós não fomos preparados para esse esse tipo de acontecimento.

Essa pandemia, a gente não estava preparado para isso. Para ficar recolhido, ficar sem os abraços, sem contato com os mais velhos, sem essa convivência. Aqui a gente gosta muito de festa, de farra, de abraço, de riso... e ter que dar uma parada, né? Por isso ficou meio difícil. Muitos também são autônomos, têm que enfrentar esse fechamento, e com um pouco de receio de correr esse risco. Mas é complicado.

Na realidade, na pandemia a gente se sente um pouco desprotegido. Mas também tem um lado, onde que a gente tem recebido a cesta básica para o quilombo, o banco de alimentos para o quilombo, que ameniza um pouco a nossa situação. Isso também foi um dos passos que ganhamos por sermos quilombo. Porque, se não fosse esse reconhecimento, aí eu nem sei o que seria. Então, a luta é diária, todos os dias. A gente tem que enfrentar esse medo do contágio. A minha mãe teve durante essa quarentena internada duas vezes, uma até com suspeita de Covid, foi muito tenso.

Joviano. Ela está com 82 anos?

Glaucia. Com 81. E depois teve uma outra internação. Que saiu recentemente, mas anda com medo, não quer ser internada mais, não quer sair do cantinho dela, porém está muito temerosa ainda com essa doença. Então, a gente procura mantê-la mais afastada de todos, mas é enquanto aguardamos alguma solução de vacina, alguma coisa nesse sentido. Mas essa pandemia acho que pegou todos com surpresa, porém você nunca sabe o que tá aberto, o que não tá. Isso é um dos pontos que eu venho me questionando.

Porque a gente tenta fazer quarentena, aí você vai ver umas ordem de despejo em meio a essa pandemia. Ficamos sabendo que o nosso processo está andando de maneira ainda informal. Então, a gente fica com medo. Eles estão aproveitando, como se diz, para “passar a boiada”, né? Estão passando a boiada e a gente não vai percebendo. Então, é triste.

Enquanto isso, no âmbito geral, a sociedade pseudo brasileira, ou melhor euro colonialista mantém todas as formas de discriminação, demonstrando que o estado democrático de direito, é nada mais, nada menos, que a legitimação da sociedade colonialista e a constituição dita cidadã e seus instrumentos legais, ao nos citar como sujeitos de direitos, não garante nossas condições de vidas, ao contrário, tem sido uma tentativa de revogar as nossas defesas. (Silva, 2019, p. 79).

E quanto a esse governo nosso, eles acham que têm que fazer o que é melhor. A prefeitura não, ela tá fechando, abrindo só essencial, o estado não está acompanhando, e o essencial, em algumas áreas para mim não é essencial, seria essencial a justiça prisional, alguma coisa nesse sentido, agora julgando essas causas é meio complicado. Você vê, uma Cemig fechou, o governo falou que não era para cortar a luz; quando se abriu a ordem que poderia, já cortaram a luz. Aí fechou novamente, e aí? As coisas são meio contraditórias, a situação hoje em dia é muito contraditória. Então você não sabe o que que vai acontecer, né?

Joviano. Você falou que tá sentindo falta dos momentos de celebração, de festa aqui. E eu lembro que as festas, os momentos de celebração do quilombo, foram importantes na elaboração do parecer e da caracterização como comunidade quilombola, né? Fala um pouco dessas festas que acontecem aqui e do sentido delas, e de como que elas foram se consolidando como algo perene, que faz parte do cotidiano ao longo dos anos da comunidade e que criou também um forte vínculo com o entorno. A festa junina do ano passado aqui tinha umas duas a três mil pessoas, né? A rua estava lotada. Fala um pouco desse lado também para a gente não falar só de pandemia, pandemônio e coisa, dessa dimensão festiva do território, a tradição, né? A festa aqui me parece que tá muito ligada à tradição também.

Glaucia. É, as festas aqui já é uma tradição de muitos anos, uma das festas mais fortes que tem aqui são as festas juninas, ligadas a São João, Santo Antônio, São Pedro, sempre a gente costuma fazer. Antigamente era melhor, tinha fogueira, algodão doce, fazia bem a raiz mesmo. Aí foi crescendo. Antes era dentro do nosso quilombo, né? Aí foi pra rua. Então, há mais de 10 anos a gente faz na rua essa festa junina, onde que juntou com outras pessoas, e a gente faz um Arraial todo ano que é muito bom, com quadrilha, sanfoneiro, comidas típicas, é uma festa maravilhosa. E esse ano não teve.

Aí, a princípio, a gente achou que podia adiar. E por fim foi estendendo e esse ano não vai passar em branco porque nos dias nós fizemos uma canjica, fizemos um quentão. Fizemos, assim, entre nós. Uma coisa para não deixar de prestigiar a nossa crença. Que é tão forte nessa época. E tem agora, vem a festa de Cosme e Damião, também que a gente tá pensando. E na realidade que não vai ser igual antes, acho que a gente vai só mesmo fazer um...

Joviano. 27 de setembro?

Glaucia. É. Nós vamos fazer só mesmo um saquinho de lembrancinha, de bala, e distribuir sem aglomeração. Entregando para as crianças do entorno. Vai ter que ser uma coisa assim, mais simples, né? Mas a gente não pode deixar de comemorar, né? São festas que já vêm se mantendo, onde que era pela minha tia, pela minha mãe, e que a gente continua trazendo essas festas que a gente não pode deixar. E agora esse ano, realmente é um ano onde que essas festas a gente pode até fazer uma comemoração, mas não tem o mesmo encanto, né?

Porque também eu acho que esse ano ninguém vai conseguir ter aquela alegria e felicidade sabendo que outros estão em situação tão triste. Eu particularmente, a gente até comemora, porque gosta mesmo de festa e tudo, mas tá com um astral diferente. Então, é muito importante a gente saber que a vida tem que continuar e tudo, mas você não pode esquecer daqueles que se foram.

Eu espero que o ano que vem seja um ano com mais tranquilidade nesse sentido, para que possamos nos organizar, né? E não perder. Esse mês é um mês de Obaluaê. A gente faz as nossas homenagens ao Santo, tudo mais. A gente vai mantendo as nossas tradições, porém tudo reservado, para não ter aglomeração. E não deixar de cumprir as nossas missões. Que tem que servir, né?

Aqui, a força cultural apresenta-se como a melhor forma de resistência. (Gonzales, 2018, p. 327).

Joviano. Ô Gláucia, já que você tocou também na coisa da resistência, fala um pouco assim de como que foi o processo aqui. Quais aprendizados você acha importante destacar

da luta aqui contra a desterritorialização, contra uma ordem judicial absurda, cheia de ilegalidades. Como é que foi? Fala um pouco.

Glaucia. Essa luta nossa foi... na realidade, essa ordem a gente foi pego meio de surpresa. Porque a gente tinha o conhecimento de uma ação, que na realidade pra gente começou em 1983, porém eles falam que foi desde 1970. Porém, a minha avó já tinha apresentado sua defesa em 1983. A gente não achou que estaria ainda dentro desse processo. Que teve vários... foi suspenso, voltou. Então, a gente ficou meio que perdido nesse andar, né?

Quando chegou pra gente, já tava trânsito em julgado e não tinha mais defesa, nenhuma possibilidade da gente sair desse processo. Porém, eles tinham, esses ditos herdeiros, grileiros, sei lá como que chama, porque não são donos e queriam ganhar posse de um lugar que eles nunca ocuparam. Eles já tinham ganhado em cima do Oásis Clube. Tinham fechado o clube e o Oásis falou simplesmente assim: “Vocês têm que pegar a parte de baixo, esse terreno era lá da parte de baixo”. E jogou a gente na fogueira, pra ordem de despejo. Quando demarcaram o clube. E simplesmente a oficial de justiça que estava fechando o Oásis veio e tirou foto do interfone, dos números e mandou para o juiz dizendo que teria que tirar a gente também.

Então, quando chegou pra gente sair, e na realidade, foi muita irregularidade porque nem notificado nós fomos, né? Que teríamos que sair. Quem recebeu a notificação foi o clube. E um homem simplesmente veio na minha porta e me mostrou um documento. Mas eu não recebi nada e eu tirei uma foto pra ver o que se tratava. Então, aí começou a batalha muito grande.

E, com isso, o que deu muita força foi a gente sair daquele anonimato, de números, e buscar os nomes, né? E com isso eu coloquei a boca no mundo, e fui encontrando pessoas que me apoiaram, que me ajudaram e que deram visibilidade pra gente. E aí eu arrumei uma rede de proteção muito grande que no ano passado (2019) foi fundamental essa rede de amigos, de proteção. E, com isso, fomos conseguindo ganhar tempo, que quando chegou essa ordem aqui, eu simplesmente falei assim: eu não vou sair daqui.

(...) nasceu em mim um anseio de falar, de ter uma voz, e não qualquer voz, mas uma que pudesse ser identificada como pertencente a mim. Para construir a minha voz, eu tinha que falar, me ouvir falar - e falar foi o que fiz -, lançando-me pra dentro

e pra fora de conversas e diálogos de gente grande, respondendo a perguntas que não eram dirigidas a mim, fazendo perguntas sem-fim, discursando. (hooks, 2019b, p. 32).

E eu acreditava que eu não ia sair e resolvi enfrentar. Mas fomos ganhando tempo pra que, com isso — por isso que eu falo que a gente é muito abençoado, muito iluminado, temos uma proteção —, conseguimos achar documentos e ser reconhecidos com quilombo. Então, isso tudo encaminhando, né?

Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverância e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual - em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher” (Davis, 2016, p. 41)

Joviano. Se fosse com o atual presidente da Fundação Palmares hoje, né? Estaria lascado.

Glaucia. Ah, com certeza. Mas, como tudo tem um propósito, eu acho que foi tudo no seu tempo, que, se eu contar como que foi esse reconhecimento, a visita da Fundação Palmares aqui, foi uma coisa tão encaminhada divinamente, que foi tudo encaminhado, dá até uma história, né?

Joviano. Dá uma história linda, e, inclusive, eu acho que a gente poderia aproveitar esse momento de elaboração do dossiê pro Conselho Municipal de patrimônio pra criação de um livro do território, né? Um livro de vocês. Porque tem muita coisa bonita aqui que, na minha opinião, pode inspirar outros quilombos ainda não reconhecidos. E quem sabe também impedir outras situações de ameaça de desterritorialização que nem vocês passaram aqui. Mas, dentro dessa rede de apoio... Eu agora tô preferindo falar teia, acho que eu tô cansado de rede, por causa de rede social, eu acho que é uma teia também, né? Eu gosto das aranhas. Dentro dessa teia de solidariedade, a gente também, você já falou isso algumas vezes, contamos com a presença e a força da ancestralidade.

Foi muito forte pra mim, na época eu estava morando com Patrícia Brito, um dia nós fomos tomar café da manhã juntos, e ela me falou de um sonho lindo que ela teve com a Dona Elisa, né? Sua bisavó, mãe da senhora Maria Martins, que é mãe da Mãe Lídia, que é sua mãe. E você é mãe da Ingrid que tá fazendo trabalho de formatura dela em direito sobre o caso aqui, né? Olha que bonito essa continuidade ancestral da defesa

do território pelas mulheres, da tradição, dos modos de ser. Esse caso aqui é bonito demais. Merece sim não um livro apenas, mas muitos livros. Mas fala um pouco dessa força ancestral que se fez atuante na luta contra o despejo.

Glaucia. É, na realidade essa força ancestral se confunde com a força espiritual. Vou dar um exemplo. No dia 23 de abril, dia de São Jorge, dia de Ogum, nós conseguimos suspender o processo por 100 dias. No dia de São João nós conseguimos a certidão de batismo do meu bisavô Petronillo, no livro dos escravos.

Joviano. Dia de Xangô.

Glaucia. Então, na realidade se confunde a proteção dos nossos ancestrais com a proteção espiritual dos nossos Orixás. São datas que vêm em nosso auxílio. São vários outros se for pegar que conseguimos conquistar. Cada passinho sempre era essa presença muito forte do mundo espiritual e ancestral. E aí a gente sempre agradece também, porque a gente tem sempre que agradecer cada conquista. Entendo e às vezes penso que é por merecimento também, sabe? De modo a resgatar o sofrimento dos nossos antepassados. E isso não porque é só luta, tem merecimento, às vezes de uma dívida passada. Às vezes eu fico meio pensando assim pra esse lado. É por aí. Mas são várias datas. Porque não existe coincidência. Não são coincidências. Na realidade é porque tinha que ser.

Essa luta às vezes também eu sinto que veio para mostrar a força que a gente tem, e também uma união, sabe? E o resgate de coisas que estavam ficando perdidas, paradas, que foram deixadas assim meio de lado pelo atual, porque muitas vezes eu já ouvi falar: “Isso é muito antiquado, isso nem existe mais”. Então essas tradições estavam ficando esquecidas e isso serviu para o resgate. Como um resgate mesmo. E ensinamento. Foi um aprendizado muito grande e esse ano, o ano passado, que realmente o ano de 2019 foi um ano de batalhas e mais batalhas. Então eu sinto que é um resgate. E tenho fé e tenho firmeza que vamos vencer. Mas a luta é grande, e a gente tem que ir com segurança e firmeza, e crendo, né? Que a gente vai continuar a ser iluminado por essa nossa força. Que tá bem presente em todos os dias.

*Reza pra teus orixás
Guarda o toque do tambor
Pra saudar tua beleza*

*Na volta da razão
Pele negra, quente e meiga
Teu corpo e o suor
Para a dança da alegria
E mil asas pra voar
Que haverão de vir um dia
E África, em nome de deus
Cala a boca desse mundo
E caminha, até nunca mais
(Milton Nascimento)*

Joviano. E dá pra falar que tem uma Gláucia antes e uma Gláucia depois de toda essa resistência? E o que mudou na sua vida?

Glaucia. Ah, tem. Tem uma Gláucia antes e depois. Eu passei a ser mais participante nas lutas, não só do quilombo, mas da cidade. Eu acho que a gente tem que ajudar a construir um país melhor. Então, eu tô mais participativa, eu vou na câmara, eu vou na SUAS, eu vou em órgãos, eu procuro sempre falar o que que eu tô precisando. Porque eu conheci órgãos que eu nem sabia que existia, né? Porque a gente, a população, ela não tem o conhecimento, falta o conhecimento dos direitos que ela tem. Dos deveres o povo mostra mais, mas dos direitos não.

Então eu passei a conhecer órgãos que eu nem sabia que existiam e sempre vou, procuro saber, procuro tá mais atenta às modificações, políticas, né? Porque antigamente, eu particularmente achava que não adiantava a gente contar com políticas. Eu achava que a política era para os grandes e que a gente não conseguiria mudar as coisas, né? Mas não. Eu vi que tem sim políticas públicas que a gente tem que correr atrás, buscar, se alinhar.

E eu sou da esquerda. Ai, tenho pavor desses governantes. Filiei ao Psol. Participo agora das Brigadas Populares. Sou da Assistência Social aqui da Regional Leste. E fico participando em busca de melhor entendimento. Porque a gente tem que saber. Tem que ter uma maneira de conhecer, está sempre atento aos acontecimentos. Porque se não, a gente não tem visibilidade. Sozinho a gente não tem essa visibilidade. Então, eu passei a ser mais atuante, buscando mais, aprender, entender, conhecer e assim a gente vai, né? Então, tem uma Glaucia mais atuante.

A ênfase feminista na busca da voz pode parecer clichê às vezes, especificamente quando se insiste em que as mulheres compartilham uma fala comum, ou que todas as mulheres têm algo significativo a dizer o tempo todo. Entretanto, para as mulheres de grupos oprimidos que têm reprimido tantos sentimentos - desespero, fúria, angústia -, que não falam, como escreve a poeta Audre Lorde, “pelo medo de que nossas palavras não serem ouvidas nem bem-vindas”, encontrar a voz é um ato de resistência. (hooks, 2019b, p. 45).

Joviano. Teve um momento muito bonito que eu até lembrei o pai Ricardo na conversa que eu tive com ele, que foi quando ele veio aqui, nós entramos no quartinho dos santinhos, ele viu uma imagem de Pai Jacob do Oriente. Essa dimensão, que você falou também, da importância dessa dimensão espiritual, e agora pra frente? Desde o final da década de 1990, salvo engano, que não toca aqui pra Umbanda, esse resgate também faz parte do desejo de vocês agora?

Gláucia. É. Tem muitos anos que houve essa parada dos toques dos tambores. Porque minha mãe adoeceu, ficou meio difícil, e também houve a perda do Pai de Santo de cabeça dela. E aí foi se perdendo. Nessa visita mesmo, do Pai Ricardo, foi realmente muito bonita. Ele reconheceu porque a minha mãe também trabalhava com os guias da linha do Oriente, então ela sempre colocou uma mesa também dos guias do Oriente pra gente fazer as nossas firmezas. A gente vem trabalhando já, internamente, né?

*Pontuado pelo ritmo candente dos atabaques, aqui e ali, marcadamente, o brado eco vibrante, arremetendo contra “descivilização ocidental”, etnocida em sua “universalidade” ditatorial, letal em seu unitarismo sectário [...]. Por tudo isso, há que desfaldar a bandeira tricolor, não aquelas do imperialismo ocidental, mas do **pan-africanismo** [...]. (Gonzales, 2018, p. 219, destaque no original).*

Nós nos reunimos, fazemos as nossas firmezas, acendemos nossas velas, fazemos toda semana, mas uma coisa assim mais só entre nós. Porque, como a minha mãe não vai poder tomar a frente, aí nós estamos esperando o momento de se retornar, retomar, né? Essa prática, igual tinha, de atendimento que minha mãe dava aqui. A gente ainda tá trabalhando. Porque é, igual eu te falei, tudo tem o momento certo.

Então, nós estamos aguardando a ordem, e ver quem que vai tocar e ver como que vai ser feito esse trabalho espiritual. Que na realidade não depende da gente, mas depende da força espiritual. Mas a gente continua trabalhando essa espiritualidade e atendendo.

Que, na realidade, o atendimento que eu falo assim não é um passe e tal, mas uma vela, uma oração, a gente tem feito esse procedimento. Entre nós, mantendo a tradição. Mas só entre nós ainda.

Joviano. Glaucia, qual é o seu horizonte de desejo? Os seus sonhos pra esse território, que ainda está na luta, como você disse, o processo voltou a tramitar na justiça estadual. O juiz federal negou a competência e mandou para justiça estadual, mesmo antes do recurso do Ministério Público Federal ser apreciado. Mas, então, o que você, para além da conquista da segurança da posse, quais são seus sonhos?

Glaucia. Ai, meus sonhos, é complicado, né? Porque o maior sonho é que a gente encerra esse processo de uma vez por todas e possa ficar em paz. Porque isso é uma coisa que eu almejo, acabar esse processo, isso resolver e fazer às vezes algum projeto social. Às vezes a gente pensa em fazer algum projeto social que é uma coisa que minha mãe sempre fez com a gente. De sempre procurar ajudar. Então, eu penso às vezes num trabalho social.

E eu acho que um dia, nosso sonho, é meio utopia, não termos mais que ficar sempre afirmando ao mundo e pedindo os nossos direitos. Eu acho que um país mais igual. E eu acho que isso que seria de grande importância. E que os quilombos pudessem sempre viver em harmonia. Eu acho que a gente precisa, pra ter paz, ter harmonia. Uns com os outros, mais união, sabe? Eu acho que é o importante. É uma paz. Então eu acredito que a gente vai conseguindo buscar essa paz olhando para o outro.

A gente tentar sempre ajudar do jeito... porque eu acho assim: do mesmo modo que eu fui ajudada, a gente tem que passar isso para frente, sabe? Se ajudar nesse reconhecimento. Que ainda nós temos um caminho grande, né? Porque não basta ser reconhecido pela Palmares, tem o INCRA, tem o IEPHA, tem vários órgãos que a gente ainda tem que trabalhar e é uma coisa muito lenta.

Ainda que inseridas no universo capitalista, estas comunidades operam uma lógica contrária, ao estabelecerem através do pleito de caráter inalienável e coletivo do território, o direito comunal sobre suas propriedades. No desempenho de suas funções sociais, se organizam estrutural e culturalmente, zelando em termos de assistência dos seus e dos agregados, através de seus saberes tradicionais. A reciprocidade com o meio ambiente é outro elemento de valorização deste segmento, uma vez que, além de assegurarem a manutenção de mananciais, aquíferos e espécies da fauna e flora relevantes no balanceamento do ecossistema. Em contexto

urbano, tais características se destacam, além de apresentar relevância sócio-histórica, ao serem identificados como pólos culturais da cidade. (Pereira, 2018b, 158)

Joviano. São muitos caminhos.

Glaucia. São muitos caminhos ainda a se percorrer e às vezes, quem sabe um dia, desburocratizar essas coisas e se você é reconhecido por um órgão, se torna para todos, né? Então, às vezes tem uns caminhos assim, mas eu sempre acho que a gente vai conseguir, porém a gente tem sempre que perseverar. Que a todo dia é perseverar mesmo, buscar com muita, muita força e fé.

Então, fundamentalmente o que eu quero procurar no meu trabalho é trazer à luz essa capacidade do negro de empreender uma organização social, de empreender uma vida própria deles, com cultura própria, com relações próprias, e mostrar que hoje em dia talvez eles ainda tenham esse tipo de organização própria, de relações próprias, e uns dos grandes trabalhos que ele tem que fazer seja realmente de se conscientizar dessa sua posição diante do mundo e tentar botar para fora essa organização que ainda persiste ao nível das relações entre si e dos grupos negros, então, o quilombo, eu quero ressaltar aqui mais uma vez, é hoje em dia, muito mais um instrumento ideológico, para a luta do negro do que um instrumento, como foi no passado, de rebelião. É um instrumento de autoafirmação, um instrumento de compreensão de que você, de que o homem negro, é um homem capaz como qualquer homem, que ele formou quilombos, não somente por causa dos castigos corporais. Ele fugiu, ele matou, ele matou senhores, ele se suicidou, as mulheres abortavam, houve várias formas de luta, mas a organização quilombo, que tem uma raiz africana no sentido que significa, no sentido que significa união, união daqueles que são iguais, então, o quilombo ainda existe hoje e é ele quem vai nos dar toda a possibilidade de repensarmos o nosso papel dentro da História do Brasil, como homens capazes de serem livres e que realmente lutaram pela sua liberdade de todos os meios possíveis através das rebeliões, através da alforria e através da luta política, no final do século passado, pela Abolição. (Nascimento, 2018, p. 131).

Nisto, afirmamos que o viver aquilombado é a defesa mais potente contra as lógicas de poder colonial. A negritude de todos os lugares deste planeta quando conectarmos pela afirmação ancestral, quebraremos todas as estruturas coloniais e veremos a superação daquilo que nos condiciona (...) Diante, disto invoca-se a conectividade da revolta daqueles que não se conformam com tal representação. (Silva, 2019, p. 91).

Joviano. Quer falar mais alguma coisa? Que você acha importante.

Glaucia. Ai, Jovi, eu quero é agradecer a gente fazer parte, que pra mim é uma honra fazer parte desse seu trabalho, saber que a gente vai constar lá, né? Da importância. Você fez até uma tatuagem com a minha Elisa. Minha bisa. Achei ótimo. Aqui o povo ninguém ainda fez, falou que ia fazer e não fez, fica: “Eu tenho medo”. Então, é muito bom, sabe? E saber que a gente faz parte desse grupo, né, de pessoas que fazem a diferença, pessoas especiais, com isso um mundo cada vez melhor, né? Então só gratidão mesmo por tudo. Você sabe vários apoios que você já me deu. E, sempre que eu preciso, você está ali, então é muito importante.

Joviano. Ô Glaucia, também quero agradecer muito. Dizer que para mim é uma honra também. Quero dizer que o meu vínculo com esse território é um vínculo orgânico, pra vida, né? E sempre que eu puder estar aqui e puder contribuir... Pode contar comigo mesmo, inclusive na construção desse livro aí. Eu já tô querendo pegar as entrevistas da tese e publicar um livro seus, aí vai ser um livro seu, do Pai Ricardo, do Nêgo Bispo e da Sarah Marques, lá de Recife, que ela você não conhece ainda, né? Ela vai até fazer um ao vivo com o Nêgo Bispo, terça-feira. Se ocê não tiver compromisso, terça-feira, 18:30h. No Instagram, eu posso te mandar lá, é uma grande amiga também, liderança comunitária lá do Recife, cabulosa, uma mulher incrível também.

Assim, e agradecer muito mesmo, eu gosto demais... por isso que o meu trabalho me levou para as encruzilhadas, porque eu adoro mesmo uma encruzilhada, porque a gente aprende demais, a gente se reedita também, né? Se transforma diante dessas encruzas aí da vida, e eu tenho certeza que, nas encruzilhadas que nós compartilhamos, nós na resistência do Kilombo Souza, Exu tava conosco. E nós caminhamos pelos melhores caminhos.

Glaucia. É isso mesmo.

Joviano. E que a gente possa continuar assim. Laroîê!

Glaucia. Laroîê Exu!

Joviano. Exu é Mojubá! Que Pai Oxalá nos proteja! E que a gente possa alcançar essa paz que você falou, né? Que bom que você chegou nisso assim, de entender a importância também de favorecer outros territórios, outros quilombos e essa consciência que faz com que você hoje seja essa liderança quilombola tão importante aqui em Belo Horizonte,

com essa história tão potente, para poder contar e inspirar outras mulheres, outras lutas, outras pessoas, enfim, eu só tenho a agradecer também.

Glaucia. E dia 26 é aqui, né? 26 de outubro. Vamos estar aqui te esperando para te abraçar nessa apresentação, desta... como que é?

Joviano. É banca de doutorado.

Glaucia. Ah, da banca de doutorado (risos).

Joviano. Obrigado.

Nesse país, eu sinto e nós sentimos as chibatas que deram, que estão tentando perpetuar. Nesse país temos visíveis a compreensão que eles não morreram. Eles, aqueles escravizadores dos navios negreiros dos anos 1500. Estão vivos nos seus descendentes. Assim como os quilombos estão vivos na resistência. Temos certeza que existem descendentes deles que estão do nosso lado, e muitos dos nossos que estão do lado deles, outros que estão de ambos os lados, outros que não decidiram os lados. Nos tiraram a força do nosso primeiro território, o africano, nossa existência é milenar e transatlântica. Analogicamente o século XVI ainda não acabou, tempos de escolhas de lados, tempos de decidir-se: aquilombar ou colonizar. Quilombo lugar de existência. (Silva, 2019, p. 92).



Figura 22 – Registro com Glaucia, Dia da Consciência Negra, Kilombo Souza. Acervo pessoal, 2019.

17. Sobre a disciplina *Ativismo Cartográfico, Autogestão e o Comum Urbano*⁹⁹

A educação é o nosso passaporte para o futuro, pois o amanhã pertence às pessoas que o prepararam hoje.
(Malcolm X)

A banca final do meu mestrado foi realizada no Espaço Comum Luiz Estrela¹⁰⁰, em agosto de 2015, no âmbito do Programa em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU UFMG). Além de familiares e amigas(os), a banca foi acompanhada por ativistas e lideranças populares ligadas aos territórios em que eu atuava na época, especialmente da comunidade Dandara — ocupação urbana situada na periferia de Belo Horizonte que teve grande importância na minha trajetória. Naquela ocasião, lembro-me bem do seu Orlando, liderança negra da comunidade, reivindicar à banca de professoras(es) o direito de fala. Esse direito foi acolhido e ampliado para outras pessoas queridas que também se manifestaram e trouxeram enorme contribuição para o debate.

⁹⁹ Uma primeira versão deste texto foi publicada na *Interfaces, Revista de Extensão da Universidade Federal Minas Gerais*, v. 8, n. 2 (Maia Mayer, 2020). Artigo disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/20368>>. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

¹⁰⁰ Centro cultural autogestionado, localizado à rua Manaus, 348, bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte. O Espaço Comum Luiz Estrela nasceu no dia 26 de outubro de 2013 a partir da ocupação de um casarão público tombado que estava abandonado há duas décadas. O Espaço promove e acolhe inúmeras atividades políticas, culturais e educativas, além de ser uma referência nacional em autogestão no campo do patrimônio histórico, tendo recebido, em 2017, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido por ocasião dos 80 anos do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN.



Figura 23 – Defesa da minha dissertação de mestrado, agosto de 2013. Fotografia: Shima.

Não é usual uma banca final de pós-graduação se abrir para manifestações do público. Com certeza, a espacialidade inusitada daquela defesa, com presenças igualmente inusitadas e plurais, favoreceu esse acontecimento que tornou mais porosas as fronteiras que infelizmente ainda separam universidade/comunidade. Uma ocupação cultural cedeu espaço a um ato formal acadêmico que transmutou o distanciamento e o formalismo padrão em espaço de aprendizado e trocas afetivas. Foi lindo!

Relembro esse fato para propor aqui uma reflexão no sentido inverso, ou seja, como transmutar a própria sala de aula, baluarte tradicional do ensino, em espaço de aprendizado e trocas afetivas, contaminado pelas diretrizes que orientam principalmente a extensão universitária? Como fazer da sala de aula, no âmbito das disciplinas, espaço de construção pedagógica colaborativa voltada à comunidade e às demandas sociais na mesma medida em que favoreça ensino e pesquisa? Como dar materialidade ao preceito

constitucional da *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão* (art. 207, Constituição Brasileira) partindo do próprio ambiente universitário, no seio das disciplinas ofertadas em sala?

Muito se diz sobre o transbordamento da sala de aula para outros territórios. Mas como podemos também transbordar os conflitos territoriais e os modos de resistência dos movimentos sociais para dentro da sala de aula? É possível desbordar a sala de aula como espaço do ensino por excelência? Ensino aqui tomado em sentido estrito, numa perspectiva teórica por assim dizer. Como ocupar as salas de aula com as lutas e resistências territoriais dando concretude ao lema da revolta secundarista *ocupa tudo*?

Obviamente, não ousou formular uma resposta acabada a esses questionamentos iniciais, mas refletir a partir dos acúmulos obtidos na minha experiência docente, em especial na disciplina de Formação em Extensão: *Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano* (código UNI 087), ofertada no segundo semestre de 2019, na Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG, dentro do Laboratório da Formação Transversal em Culturas em Movimento e Processos Criativos.

Se a amarração educação/cultura nos foi lançada como um feitiço cuspidado da boca da Casa-Grande, chegou a hora de improvisarmos um novo verso que não só desate a demanda amarrada mas também nos aponte o curso de uma toada a ser mantida. No Brasil, com exceções brilhantes de gente que raspou o tacho, a educação é pensada como uma instância normativa e padronizada. (Rufino e Simas, 2018, p. 75).

A disciplina *Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano* não buscava somente expor as premissas e as possibilidades da atitude cartográfica na relação com as lutas territoriais, mas também ser um espaço de experimentação do método, no que diz respeito à conduta pedagógica adotada.

O método aqui denominado *ativismo cartográfico* também busca promover encontros produtivos entre comunidades e universidades, numa postura claramente política de transgressão do fechamento institucional, com vistas ao levantamento de dados e informações que, no exercício da cartografia, possam ser úteis às resistências que almejam transformações na ordem política, econômica e social. Aprende-se melhor a pesquisar quando se sente a necessidade da pesquisa para agir em determinada realidade

— quando a pesquisa se confunde com a experiência de vida, uma escola ativa, em suma. Daí a opção em levar para sala de aula as resistências que compõem o mapa da cartografia ativista do professor — no caso, eu —, mas também acolher as lutas em que estão envolvidas as pessoas participantes da disciplina, estudantes e ativistas sem vínculo com a universidade.

Sobre os novos métodos para lidar com um novo mundo, o uso das tecnologias da informação e da comunicação, no curso do ativismo cartográfico, por meio de instrumentos tecnopolíticos de registros, mapeamento, comunicação e diagramação, é possível simplificar dados e informações para esclarecer espacialmente os que vivem e produzem o território. Assim, eles podem compreender as relações de poder, os interesses antagônicos sobre o território, produzir mutuamente novas subjetividades (insurgentes), bem como conceber (em comum) novas formas de vida (Rena e Bruzzi, 2014).

[...] O uso tático e estratégico das ferramentas digitais para a organização e a comunicação, tendo a ação coletiva como conceito chave. Desde a perspectiva do sistema-rede, a tecnopolítica pode se redescrever como a capacidade das multidões conectadas, dos cérebros e dos corpos conectados em rede, para criar e automodular a ação conjunta. A tecnopolítica pode abarcar o ciberativismo à medida que se limita à esfera digital. Sem dúvida, em seu sentido pleno, tecnopolítica é a capacidade coletiva de utilização da rede para inventar formas de agir que podem partir do universo digital, sem, contudo, esgotar-se nele. (Toret; @Dataanalysis 15m, apud Lopes; Rena; Sá, 2020).

Destaca-se aqui um ponto crucial do método que diz respeito à produção de subjetividade. Essa dimensão é central para o ativismo cartográfico que se abre para as forças e linhas que operam na realidade e afetam a subjetividade. Como veremos, as práticas corporais e o uso de jogos teatrais em sala de aula — no âmbito da disciplina sobre a qual comento — se alinha à imperiosidade da produção de novas subjetividades na construção e partilha dos saberes. Nesse sentido, o exercício do ativismo cartográfico tem em vista a produção de novas subjetividades como imperativo imediato, derivado da nova configuração do capitalismo contemporâneo, o que também inspirou a disciplina em questão.

Por que *Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano*?

Ativismo denota o compromisso com a luta pela transformação social, o vínculo

com as resistências positivas contra o avanço do capital sobre nossas vidas e territórios, a defesa intransigente dos direitos humanos, em especial o direito à cidade. Aqui, vale considerar que o ativismo na contemporaneidade não se confunde mais com a atuação clássica dos movimentos sociais:

Desde a segunda metade do século XX, os ciclos de luta vêm alterando suas geografias de resistência e contrapoder, transmutando, aos poucos (e com maior intensidade a partir dos anos 1990), de sistemas duros, militantes, arborescentes, centralizados e verticais, para sistemas fluidos, ativistas, rizomáticos, dispersos e horizontais, ou seja, das lutas em tempos de capitalismo fordista e industrial localizado nos ambientes de trabalho produtivo, para as lutas em tempos de capitalismo pós-fordista e pós-industrial localizados nas metrópoles: do chão de fábrica para as ruas; dos sindicatos que lutavam contra os patrões proprietários das fábricas para os movimentos ativistas urbanos que ocupam as praças; das lutas de classes envolvendo classe proletariada e burguesia para as lutas por direitos e reconhecimento identitário e cultural. (Neves, 2018, s.p.).

Cartografia porque, para mim, a luta fundamental é *contra-colonialista*. O colonizador branco ocidental moderno jamais teria aportado nessas terras não fossem os mapas. E o domínio biopolítico contemporâneo, com sua feição *necropolítica* (Mbembe, 2018), cada vez mais explícita, segue a lógica do controle via mapeamento (físico-territorial, afetivo, subjetivo etc.). De igual modo, cabe-nos também resistir pela reapropriação dos mapas, não para fins de representação estática, mas sim para criar novos agenciamentos, fugas, conexões, teias insurgentes etc. Em resumo, como cartografar de *modo contra-colonialista*? Eis a questão central que permeia a disciplina em comento.

A Cartografia, enquanto corpo disciplinar acadêmico e científico, tem seu desenvolvimento atrelado ao processo de eurocentramento do mundo, num período histórico conhecido como Modernidade. Seu desenvolvimento foi também, portanto, associado ao estabelecimento de uma ordem e à afirmação de hegemonias em relações de poder, o que a tornou historicamente um instrumento de dominação e controle. [...]. No período recente, entretanto, um conjunto cada vez maior de experiências vem indicando transformações (ou, ao menos, tendências) no campo da cartografia. Diversas experiências de cartografias vinculadas a movimentos sociais vêm mostrando que parece haver algo novo no campo. O “novo” parece ser o uso da cartografia como instrumento de lutas de grupos socialmente desfavorecidos e não apenas um instrumento de dominação, como historicamente foi desenvolvida a Cartografia Moderna. (Santos, 2011, s.p.).

Autogestão porque resistir é construir autonomia, produzir dentro-fora da lógica imperial colonialista dominante, forjar relações não mediadas pelo capital. Autogovernar-se e fortalecer experiências que traduzem outros modos de vida no seio do capitalismo, produzindo novas subjetividades e alimentando a utopia de outros mundos possíveis. Nesse sentido, nas cidades, a luta pelo comum urbano ganha centralidade e se abre como possibilidade de confluência das resistências positivas frente ao estado-capital e seu domínio biopolítico.

A pesquisa cartográfica em torno do comum já me acompanhava desde o mestrado, quando defendi a dissertação *O comum no horizonte da metrópole biopolítica* (2015):

Desde a minha perspectiva, além da atuação nas resistências contra grandes projetos urbanos como foi o caso da operação urbana Nova BH, por exemplo, a participação como ativista-advogado nos protestos, nas ocupações de sem-teto, na Praia da Estação, nos blocos de carnaval de rua, no Espaço Comum Luiz Estrela e outros territórios insurgentes da cidade, trouxe uma reflexão viva e imanente quanto à pertinência do comum como horizonte de luta contra o domínio do privado (mercado), para além do público (Estado). O comum, por sua vez, para além da dimensão substantiva dos bens comuns materiais e imateriais, o comum enquanto verbo, a forma de uma atividade, o fazer-comum, traz consigo, indissociadamente, os princípios que perpassam as lutas travadas pela multidão metropolitana e que também orientam a copesquisa cartográfica, tais como a autonomia, a cooperação, a horizontalidade, a abertura, a criatividade, a produção de afetos e subjetividades, o profundo desejo de democracia real. (Maia Mayer, 2015, 132-133).

A disciplina *Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano* reflete, assim, a continuidade de uma pesquisa iniciada nos idos de 2013. Essa tinha como ementa o seguinte texto:

Disciplina sobre o método da cartografia ativista, aberta a estudantes universitários e ativistas (vagas isoladas), com o objetivo de conectar e produzir saberes no encontro entre academia e experiências territoriais de autogestão em Belo Horizonte. A disciplina adota uma perspectiva contra-colonizadora inspirada no pensamento quilombista de Antônio Bispo dos Santos, com uso de ferramentas cartográficas e tecnopolíticas, em um espaço horizontal e colaborativo de produção e troca de conhecimento. Almeja-se, ainda, colaborar com as resistências positivas que irão fazer parte dos estudos da disciplina, a saber: 1) Espaço Comum Luiz

Estrela; 2) Parque Jardim América; 3) Mofuce / Associação Casa do Estudante; 4) Kasa Invisível; 5) Tina Martins; e 6) Ocupação Dandara. Serão realizados exercícios cartográficos, visitas in loco, rodas de conversa, produção de mapas afetivos, linhas do tempo, registro audiovisual etc., além do estudo e debates em torno do marco teórico proposto, especialmente do método da cartografia ativista no contexto do urbanismo neoliberal. Por fim, na primeira meia hora de todas as aulas serão realizados jogos teatrais (teatro do oprimido) e práticas de consciência corporal, afinal, o primeiro território é o corpo.

Os objetivos da disciplina eram assim descritos:

- *Realizar o estudo prático e teórico acerca do método da Cartografia Ativista a partir de resistências positivas e experiências de autogestão no espaço urbano;*
- *Contribuir com a produção gráfica, audiovisual, mapas, linhas do tempo, compilação de dados e documentos afetos às resistências positivas trabalhadas em sala de aula;*
- *Demonstrar como o capital atua na produção do espaço nas cidades brasileiras (parcerias público-privadas, grandes projetos urbanos etc.) e como coletivos e movimentos atuam resistindo a esses processos de neoliberalização do espaço na contemporaneidade;*
- *Realizar estudo, debates e produção teórica em torno do tema da autogestão e do comum urbano a partir de experiências concretas;*
- *Realizar exercícios corporais e jogos teatrais preparatórios todo início de aula como forma de experimentar outras metodologias para produção do saber, de modo colaborativo e horizontal, com o corpo em estado de presença.*

Como se vê na descrição do primeiro objetivo, até o início das aulas o método tinha o nome *Cartografia Ativista*. Tal nome foi posteriormente invertido para *Ativismo Cartográfico*, em comum acordo com as(os) estudantes em sala, de modo a colocar em primeiro lugar e dar maior ênfase à conduta ativista, isto é, ao compromisso com a luta, tomando a cartografia como ferramenta colocada à disposição do engajamento pela transformação social.

Tendo como premissa que as formas de apropriação do espaço também determinam as relações e hierarquias sociais, decidimos fazer as aulas semanais em círculo, muitas vezes sentadas(os) no chão mesmo — configuração em roda na qual todas as pessoas presentes podiam se olhar nos olhos. A opção pela circularidade da disposição espacial em sala, em oposição às fileiras tradicionais de estudantes com professor posicionado de pé à frente, também se inspira na crítica que Nêgo Bispo faz à linearidade

e à verticalidade do pensamento *sintético colonialista monoteísta cristão*, contra o qual se opõe a circularidade da vida, do pensamento e da cultura dos povos politeístas da diáspora negra. Bispo, que foi uma das principais referências ao longo da disciplina, toma como exemplo a Capoeira e as giras nos terreiros de Candomblé para ilustrar a circularidade encontrada nas culturas afro-brasileiras (Santos, 2015).

Outro acordo comum em sala foi a realização de exercícios corporais e jogos teatrais em todas as aulas, sempre na primeira hora dos nossos encontros. Como descrito na ementa da disciplina, o corpo é o nosso primeiro território, então sempre dedicamos um tempo da aula ao trabalho corporal, o que foi muito bem-avaliado pelas(os) estudantes ao final da disciplina.



Figura 24 – Exercício em sala de aula. Fotografia: Raquel Rodrigues, 2019.

Fazíamos primeiro exercícios de respiração e alongamento. Na sequência, jogos teatrais de aquecimento, contato, improvisação e jogos de Teatro do Oprimido¹⁰¹ adaptados às temáticas da disciplina, jogos de desmecanização do corpo, também jogos que proporcionam reflexões críticas e leituras compartilhadas a partir das referências bibliográficas propostas. Ao final desses momentos, enquanto desaquecíamos os corpos,

¹⁰¹ *O Teatro do Oprimido é um método mundialmente conhecido, cujo objetivo é analisar e representar a opressão para buscar compreender seus mecanismos de funcionamento e para lutar por sua superação* (Santos, 2018).

alguns minutos eram dedicados a refletir sobre os exercícios e jogos praticados.

O tempo dedicado ao trabalho de corpo refletia em maior produtividade reflexiva e participativa ao longo da aula, consciência corporal, atenção e estado de presença. Isso também resultava em mais motivação para os debates em sala e fortalecia os laços de confiança e amizade entre as(os) estudantes. Foram muitos os encontros em que não houve intervalo para o café, tamanho o envolvimento nos debates e rapidez com que o tempo de aula passava, das 19 às 22 horas.

No primeiro encontro da disciplina, logo após a prática corporal com exercícios e jogos de apresentação das pessoas, fizemos uma cartografia das(os) estudantes, situando-os no quadro-mapa a partir do local de moradia, formação acadêmica, áreas de pesquisa, engajamentos e interesses. Foi fundamental para o direcionamento da disciplina situar cada estudante cartograficamente, gerar linhas de aproximação e afinidade, levantar as lutas e movimentos sociais em que cada pessoa estava envolvida, ampliando a interação dialógica entre todos.

Além das resistências que faziam parte da minha cartografia e que iriam ser trabalhadas ao longo da disciplina, conforme ementa do programa prévio transcrita acima, outras lutas em que havia estudantes envolvidos foram inseridas no programa, tais como a ocupação Pátria Livre, organizada pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), e as lutas ligadas ao movimento agroecológico na cidade.

Importante destacar também o uso do método de *Programa em processo*, a partir do qual as(os) estudantes participavam da construção do programa ao longo da própria disciplina, construindo de forma coletiva o conteúdo das aulas por meio de um documento aberto no drive de e-mail. Houve, assim, uma tessitura colaborativa dos conteúdos e das discussões realizadas em sala, de modo que muitas referências teóricas e artísticas foram compartilhadas pelas(os) próprias(os) estudantes. Após as aulas, em algumas situações, estudantes se dispunham a elaborar um relato do encontro para compartilhar por e-mail para todas as pessoas, inclusive as que não puderam comparecer presencialmente, mas que acompanhavam dessa forma o andamento dos trabalhos e as referências artísticas e teóricas indicadas para leitura.

Dentre as principais referências utilizadas em sala de aula, cumpre destacar as(os) seguintes pensadoras(es), eleitas(os) a partir de um critério *contra-colonialista*: Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Antônio Bispo dos Santos, Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, bell hooks, Suely Rolnik, Paulo Freire, Peter Pál Pelbart, Djamila Ribeiro, Mаметu Muiandê, Makota Kidoiale, Luiz Henrique Eloy Terena, Ailton Krenak, Noa Cykman, Paola Berenstein, Vladimir Safatle e muitas outras referências no campo das artes.

Todas essas pessoas podem ser situadas, cada uma a seu modo, dentro de um campo de produção de saberes *contra-colonialista*, formando um *ebó epistemológico*, como nos ensina Luiz Rufino em seu livro *Pedagogia das Encruzilhadas* (2019), que só não entrou no programa da disciplina por ter sido lançado posteriormente.

Essa estratégia de luta [tática de guerrilha do conhecimento] tem como principal meta atacar a supremacia das razões brancas e denunciar seus privilégios, fragilidades e apresentar outros caminhos a partir de referenciais subalternos e do cruzo desses com os historicamente dominantes. A estratégia da Pedagogia das Encruzilhadas, como guerrilha epistêmica, é seduzi-los para que eles adentrem o mato. Lá, ofereço a todos uma casa de caboclo. (Rufino, 2019, p. 10).

Alinhado a esse autor, entendo que *os efeitos do colonialismo afetam os modos de educação praticados na sociedade brasileira* de maneira hegemônica, o que nos cobra enquanto educadoras(es) praticar *uma educação que precisa se deseducar do cânone* (Rufino, 2019), dando prevalência para outros saberes tradicionalmente rejeitados pela lógica colonialista (*epistemicídio*).

O racismo epistêmico invalida consciente ou inconscientemente qualquer perspectiva de conhecimento que não seja Ocidental e branco, tendo como base o pressuposto que considera a si mesmo como universal, isento e neutro, não compreendendo a sua própria especificidade/particularidade. Define o branco, o ocidental, especialmente o homem, como sinônimo da humanidade completa, assim sendo, o que não é branco é visto como incompleto e/ou não humano. (Gonzales, 2018, p. 27).

Nesse sentido, recordo-me de um dos debates realizado em sala de aula em torno das entrevistas dadas pela Mãe Efigênia, Mаметu Muiandê, e sua filha Cássia Cristina,

Makota Kidoiale, do quilombo urbano Manzo, entrevistas que foram publicadas juntas pela revista *Piseagrama* (2018). Ambas nos revelam muito mais elementos estruturais e sutis da lógica perversa de segregação e de produção do espaço na metrópole do que qualquer artigo consagrado pelos cânones do urbanismo crítico brasileiro. Houve consenso sobre a riqueza dessas entrevistas, isso em uma turma com muitas pessoas do curso de Arquitetura e Urbanismo. O mesmo vale para a obra *Becos da memória* (2017), da escritora mineira Conceição Evaristo, *escrevivência* poética e cortante que nos revela a violência do processo de *desfavelização* empreendido pelo poder estatal, articulado com o capital, em desfavor dos pobres urbanos.

Buscamos com a perspectiva da encruzilhada o desafio de enfrentar o epistemicídio (OLIVEIRA, 2007) cometido na história do pensamento social brasileiro, fundamentado ainda em grande medida no pensamento eurocêntrico, em detrimento dos conhecimentos de origem cultural popular, tradicional, de matrizes africanas e indígenas no Brasil. Epistemicídio que vem invisibilizando negros/as, mulheres, ameríndios/as, como sujeitos na construção de conhecimentos. (Machado, 2016, p. 35)

Os encontros semanais da disciplina eram organizados assim: primeiro, o trabalho corporal, no máximo uma hora de duração. Depois, debate em roda sobre os textos selecionados na aula anterior. Nessa parte, uma ou duas pessoas ficavam responsáveis por conduzir a discussão. Na sequência, trabalhávamos na cartografia das resistências, compartilhando suas memórias, contradições, conquistas, desafios, conjuntura atual e como poderíamos contribuir, extrapolando o espaço da sala de aula.

Dessas cartografias encaminhamos a realização de rodas de conversas nos territórios. Fizemos duas dessas rodas que foram gravadas em áudio: uma no Espaço Comum Luiz Estrela, no fim de outubro, por ocasião do Festival de Primavera, o qual comemorou 6 anos dessa ocupação cultural; e outra no Kilombo Souza, em Santa Tereza, aproveitando o Dia da Consciência Negra — 20 de novembro.

A Roda de Conversa vem sendo desenvolvida, no âmbito do grupo de pesquisa Indisciplinar, como dispositivo oral de investigação, com a finalidade de estabelecer diálogos entre pesquisadores e movimentos de naturezas diversas: culturais,

ativistas, militantes e de ocupação, ou seja, insurgências populares que eventualmente possuem filiações ou bases estéticas e políticas distintas, ou divergentes. Ao contrário dos questionários semiestruturados e entrevistas, a ideia tem sido experimentar uma forma de produção coletiva mais polifônica, horizontal e colaborativa, que evidencie as vozes dos respectivos atores participantes. (Rena et al., 2016, s.p).



Figura 25 – Dia da Consciência Negra no Kilombo Souza. Fotografia por Raquel Rodrigues, 2019.

Foram dois momentos marcantes da disciplina, com muitas trocas e aprendizados implicados nos respectivos territórios.

As educações em curso na sociedade brasileira são plurais, assim, existem modos conservadores, mantenedores de desigualdades, redutores da complexidade do mundo, violentos, irresponsáveis, modos calcados no pilar da política colonial. Ao mesmo tempo outras possibilidades, outros modos, emergentes, transgressivos, inconformados, rebeldes e comprometidos com a libertação. (Rufino, 2019, p. 55-56).

Também organizamos rolezinhos de bicicleta pelas ocupações e uma roda de conversa em sala de aula com as presenças de Maria Marighella (BA) e Nêgo Bispo (PI). Houve ainda um encontro bastante proveitoso no Espaço Comum Luiz Estrela com o filósofo Peter Pál Pelbart (SP) — por mim organizado¹⁰². Em todas essas atividades, os debates iam do micro ao macropolítico, buscando superar a falsa separação entre tais

¹⁰² A palestra e o debate com Peter Pál Pelbart podem ser vistos no canal do Espaço Comum Luiz Estrela, no Youtube, pelo link: <<https://www.youtube.com/watch?v=uvn6UrFhm14>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

dimensões.



Figura 26 – Rolezinhos pelas ocupações. Fotografia: Raquel Rodrigues, 2019.

Minha pesquisa e meu vínculo com as ocupações no âmbito do ativismo cartográfico me conduziram à necessidade de refletir sobre a superação dessa falsa dicotomia, na minha opinião, entre micro e macro. Como se essas resistências estivessem em um campo estritamente micro. Ora, o que eu percebo é que essas lutas podem sim transbordar a escala local, a chamada dimensão micropolítica, e afetar outros níveis, outras escalas que, a princípio, estariam na dimensão macropolítica. Destaco esse tema por ter sido bastante debatido em sala de aula.

É evidente que a articulação, a conexão e as reverberações desses processos não se reduzem estritamente ao local. Elas não só podem inspirar outros processos, outras lutas, mas também alcançar outras dimensões para além da articulação no nível das resistências.

Debatemos muitos exemplos, reverberações e também a entrevista transformada no texto *A hora da micropolítica* (2016), da Suely Rolnik, que traz boas pistas para esse

tema. Na verdade estou cada vez mais convicto de que essa separação micro e macro precisa ser superada em favor da ação direta prioritariamente na escala dos corpos e subjetividades em resistência.

O imaginário das esquerdas não abarca a dimensão micropolítica, e, sendo assim, não tem como decifrar a estratégia de poder do capitalismo financeirizado globalitário, e muito menos combatê-lo. (Rolnik, 2016, p. 3).

Ademais, como foi na Primavera Árabe, um evento, um episódio, um estopim, ou um aumento de vinte centavos pode ter repercussões e reverberações macropolíticas que nossa imaginação não alcança. Isso fortalece a aposta em torno dessas resistências, porque, afinal, como sempre sustentaram os zapatistas no México, a transformação será *desde abajo*.

Durante a disciplina, os debates em torno das resistências territoriais conduziam inevitavelmente a discussões sobre questões mais amplas, especialmente quanto ao urbanismo neoliberal e seus modos de produção do espaço e desterritorialização dos *espoliados urbanos*.

A lista das causas do subdesenvolvimento e da pobreza no Terceiro Mundo não pode estar completa antes que se dê a devida ênfase à importância do papel desempenhado pelo planejamento. Nem sequer se torna necessário qualificar de capitalista o planejamento, pois os países subdesenvolvidos não conhecem outro. Sem o planejamento teria sido impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nessas nações. Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais. (Santos, 2011, p. 13).

O *planejamento estratégico* próprio da *cidade-empresa* também foi objeto de muita discussão, bem como as táticas de enfrentamento dos movimentos de resistência e ocupação do espaço público na cidade. Foram muitas trocas, aprendizados e envolvimento da turma com as lutas que perpassaram nossos encontros em sala de aula.

Ao longo da disciplina, também fizemos dois importantes momentos de avaliação coletiva do processo — um no meio do curso, e outro na última aula. A avaliação coletiva é sempre indispensável aos processos educativos, na minha opinião, não apenas ao final,

mas também no decorrer dos trabalhos para, assim, possibilitar ajustes e calibrações dos encontros. Além disso, o caráter colaborativo e horizontal da disciplina tornou as(os) estudantes corresponsáveis pelo bom andamento dos trabalhos. No geral, as metodologias e atividades propostas foram positivamente avaliadas, com destaque para o trabalho corporal sempre no início das aulas e as rodas de conversas realizadas nos territórios, fora do espaço acadêmico.

No contexto das últimas eleições presidenciais, fui ao Terreiro buscar amparo espiritual e acalmar o coração angustiado com a política nacional. Estava “chorando as pitangas” com Vovó Maria Conga, uma Preta Velha, falando das minhas preocupações com o futuro do país, quando ela delicadamente apoiou as mãos sobre meus ombros e disse bem calma, com toda sua sabedoria ancestral: *Preocupa não, meu filho, vai ficar tudo tranquilo. Bom que agora tá tudo aí na cara do povo*. Saí do Terreiro bem leve.

Desde então, frequentemente me recordo daquelas palavras de conforto e tranquilidade. Porém, outras perguntas surgem do consolo oferecido por Vovó Maria Conga: se está tudo na cara do povo, por que ainda não vemos reação? Se as máscaras do colonialismo caíram, como incendiar a casa-grande? Como rebelar-se contra as estruturas do poder colonialista cuja crueldade letal jamais foi tão explícita? Por que persiste esse fosso abissal entre explicitar a perversidade colonialista e reagir contra ela?

O futuro parece bloqueado. Vivemos esse estranho momento, desesperador e preocupante, em que nada parece possível. A causa disso não é mistério e não decorre da eternidade do capitalismo, mas do fato de que este ainda não tem forças contrárias suficientes diante de si. (Dardot e Laval, 2017, p. 11).

É possível que as reações estejam sendo forjadas no nível micropolítico. Creio nisso, mas não vislumbrar alternativas coletivas mais amplas no horizonte nos coloca essa responsabilidade histórica: ousar, lutar, criar *inéditos viáveis*, para resgatar Paulo Freire e sua pedagogia das(os) oprimidas(os).

É que a sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário, é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta.

Enquanto a sectarização é mítica, por isso alienante, a radicalização é crítica, por isso libertadora. Libertadora porque, implicando o enraizamento que os homens [e as mulheres] fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva.

A sectarização, porque mítica e irracional, transforma a realidade numa falsa realidade, que, assim, não pode ser mudada.

Parta de quem parta, a sectarização é um obstáculo à emancipação dos homens [e das mulheres]. Daí que seja doloroso observar que nem sempre o sectarismo de direita provoque o seu contrário, isto é, a radicalização do revolucionário. (Freire, 2013, p. 34).

E é doloroso mesmo, sobretudo na conjuntura atual de pandemia de Covid-19, em que a sectarização mítica e irracional de direita se faz tão explícita. Como fazer? Faz-se urgente e necessário resgatar a radicalidade criativa em oposição à sectarização tão bem representada no presente pelo poder central colonialista patriarcal dirigido pelo “mito”.

Faço minhas melhores apostas na educação popular (dentro e fora da sala de aula), no engajamento comunitário, nos processos de conscientização proporcionados nas lutas cotidianas, nos mutirões, nas resistências positivas em defesa dos territórios, mas também nas salas de aula, como espaços de produção e trocas de saberes implicados com a realidade social dada, nas demandas da comunidade, rumo à *escola comum* preconizada pelo baiano Anísio Teixeira (Maia Mayer, 2015). A realidade atual tem sido extremamente desafiadora, o que nos cobra cada vez mais atitude e responsabilidade para com a emancipação do povo brasileiro.

Acinzentou no Brasil. É a hora de verdejar dinâmicas novas, feito os gaos, saindo do conforto dos sofás epistemológicos, aqueles em que morreremos tristes e conscientes da nossa suposta superioridade, e nós lançando na encruzilhada da alteridade, menos como mecanismo de compreensão e mais como vivência compartilhada. Atentemos para a sabedoria da árvores do Sahel; aquelas que florescem quando tudo é cinza e se recolhem quando tudo canta, com a força e a beleza da diferença porque o canto já se fez presente no mundo. (RUFINO e SIMAS, 2018, p. 79).

**18. Rolezinho sobre os inéditos viáveis para tempos de guerrilha de bisturi e meu
envolvimento com a Dirce**

*Tenho sincero respeito por aqueles artistas que dedicam suas vidas
exclusivamente à sua arte — é seu direito ou condição! —, mas prefiro aqueles que
dedicam sua arte à vida.*
(Augusto Boal)

A arte é uma arma carregada de futuro.
(filme Noviembre)

A ideia de fazer um rolezinho sobre a *Dirce* surgiu na *nação africana da Bahia*, em uma conversa com Sara. Fizemos juntas essa viagem, dividindo volante do carro nas estradas. Ela dirigia muito mais do que eu, não gosto de dirigir carro, sou cicloativista, mas aí, quando dava sono nela enquanto dirigia, ela me pedia pra falar, para contar histórias que nós vivenciamos, memórias das lutas, nas Brigadas Populares, na advocacia popular etc. E aí, contando algumas histórias para ela, eu passei a associar algumas dessas histórias com o conceito do Paulo Freire dos *inéditos viáveis*. Porque são situações de vitórias da luta, de atos-limite que produziram verdadeiros *inéditos viáveis*, na minha opinião, no sentido de serem histórias-ninja, digamos. Episódios que, dentro da noção dos *inéditos viáveis*, são situações inimagináveis, que vivenciei ao longo desta cartografia, que eu pude presenciar e/ou participar e que talvez fosse interessante fazer um *rolezinho* para resgatar algumas vivências, o que podemos tirar de inspiração, ensinamento, digamos assim.

O *inédito viável* é a revolução possível agora, criar atos limite que superem *situações limite* (Freire, 2013), feitos que a princípio ninguém acharia possível e, no entanto, são viáveis, e são inéditos, e são revolucionários. *Daqui nasce a esperança histórica (...) aquilo que ainda não foi ensaiado e é inédito, mas que pode, pela ação articulada dos sujeitos históricos, vir a ser ridente realidade* (Freire, 2019, p. 11).



Figura 27 – Registro de ato performático contra a tática de envelopamento utilizada pela polícia durante a copa do mundo, BH/MG, 2014. Fotografia por autor desconhecido.

*hoje vai sair
a tropa de meninos,
pela cidade a vadiar e a inventar
novas possibilidades
de ser
de sentir
de viver
com mais dignidade*
(Saulo Duarte, música Estrela D'Água)

Durante as *Jornadas de 2013*¹⁰³, pouco depois de junho, a cidade continuou com a efervescência daquele momento e aconteceu, no viaduto Santa Tereza, a primeira Ocupação, um eventão que teve uma importante participação do Indisciplinar UFMG. A

¹⁰³ Apesar de utilizar *Jornadas de Junho de 2013*, não acho que essa seja a expressão mais adequada para aquele evento cujas reverberações ainda são sentidas em muitos sentidos. A rebelião de junho assustou até a esquerda brasileira, especialmente o amplo setor governista à época. Se aquilo não puder ser entendido como verdadeira rebelião, o que mais o seria? Jornada me remete a trabalho; os protestos que abalaram as estruturas do poder instituído não tinham hora pra acabar. Enfim, precisamos conversar mais sobre a rebelião de junho de 2013 e seus desdobramentos.

pesquisadora Paula Bruzzi estava atuando nessa região na época, fazendo também uma cartografia, e participou da construção desse evento que era uma ocupação cultural, sem alvará, reunindo uma pancada de atividades culturais autogestionadas, shows, bandas, performances etc.

Durante essa primeira Ocupação, porque depois houve várias outras edições, edições temáticas, virou um dispositivo de luta, e é tudo sem alvará, tudo construído em planilhas abertas de montagem de programação, de produção, horizontal, na qual quem tem uma caixa empresta uma caixa, quem tem um cabo P2, quem tem uma caminhonete... como várias iniciativas são construídas aqui na cidade, como a *Mostra Diversas* também. E aí essa primeira Ocupação estava lotada. Naquele momento pós-Junho, ainda no calor das Jornadas, e aí uma pessoa pixou a guarita da polícia militar, na tora. Uma guarita que tinha aqui debaixo do viaduto Santa Tereza. Olha o nível da ousadia.

O policial viu, foi prender essa pessoa, e nesse momento a advogada popular Larissa Pirchiner, do Coletivo Margarida Alves¹⁰⁴, começa a intermediar uma negociação, mas poucas pessoas tinham visto a cena. A Larissa começa a questionar a ação policial porque eles estavam usando algemas no rapaz detido, ela cita a súmula 11 do Supremo Tribunal Federal, que o detido não estava oferecendo nenhuma resistência e por isso não poderia ser algemado, apesar disso o policial mantém as algemas, coloca o rapaz dentro da viatura, mas só esse primeiro momento ali de negociação, a partir da interferência dela, já foi suficiente para juntar várias pessoas em volta da viatura, começou a juntar uma multidão.

Nesse momento, eu estava no show da banda Pequena Morte, que tocava na hora

¹⁰⁴ Larissa Pirchner também é cofundadora do Coletivo Margarida Alves, que nasceu em 2012, em Belo Horizonte/MG, com o objetivo de prestar assessoria popular a diversos grupos sociais que empenham resistência criativa diante de processos violentos de exclusão e subalternização política, econômica e social, tanto no campo quanto na cidade. Os eixos de atuação do CMA são: 1) vida digna na cidade; 2) gênero e interseccionalidades; e 3) comunidades tradicionais, quilombolas e atingidas por grandes empreendimentos (disponível em: <<https://coletivomargaridaalves.org/>>). Em 2015 recebemos pelas mãos da Presidenta Dilma o prêmio de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos na categoria geral, modalidade Dorothy Stang. Nessa ocasião, Larissa e outras advogadas do Coletivo vestiam e presentearam a Presidenta (que posou para a foto) com uma camisa que denunciava: *não foi acidente!* em referência ao crime da Samarco/Vale/BHP Billiton configurado no rompimento da barragem de Fundão (Mariana).

aqui embaixo do viaduto, aí eu me dirijo para lá também, chego com várias outras pessoas e fica aquela multidão em volta da viatura, impedindo a retirada da polícia com o rapaz detido. Chegam outras viaturas e os policiais estavam extremamente exaltados, e o clima era de tensão, muita tensão. Eles com as armas em punho, civis e militares exaltados. A primeira coisa que a gente faz numa situação como essa é identificar o comandante. Consegui identificar o comandante e comecei a travar uma negociação, porque eu realmente estava com medo de que acontecesse uma tragédia ali. Tem um vídeo muito bom desse episódio, feito pelo Barnabé Di Cartola¹⁰⁵.

Os policiais nervosos, a multidão ensandecida cercando, nessa confusão tensa fiz uma pergunta acertada ao comandante, que veio da real preocupação de que ocorresse uma tragédia. Perguntei a ele se os policiais dele estavam com bala de borracha ou se iam atirar nas pessoas com armas de fogo. Estávamos prestes a ter uma situação grave ali. Nesse momento chega um outro policial junto desse comandante, falando algo no ouvido dele, e toda aquela tensão. A multidão gritava contra a PM encurralada, devia ter umas duas mil pessoas debaixo do viaduto nesse momento, ou mais. Eu pergunto ao comandante o que estava acontecendo e aí ele fala que a pessoa que estava detida havia sido retirada da viatura. Imagina a multidão em volta da polícia, cercando a polícia, momento de tensão, alguém conseguiu abrir a viatura e libertar o rapaz que havia pixado a guarita da polícia.

Aí, nessa tensão, eu percebendo que a coisa podia ficar feia... (Nas *Jornadas de Junho* tivemos vários episódios em que o jogral foi fundamental para a comunicação, disseminar as informações e orientar as pessoas.) Eu pedi ao comandante para fazer um jogral de voz e coro. Pedi a ele para fazer um jogral em cima da viatura policial para que as pessoas pudessem dar espaço para a polícia sair, já tinha rolado a fuga mesmo, do contrário estavam na iminência de um conflito grave. Ele topou.

Então eu subo, fico de pé no capô na viatura e faço um jogral: *Pessoal, pessoal... Eu vou falar* (coro), *vocês repetem* (coro). *A pessoa que havia sido detida* (coro), *graças à nossa mobilização* (coro), *e da luta geral* (coro), *conseguiu sair da viatura* (coro). Pela

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qFQMlyytoBg&t=302s>>. Acesso em: 21 de setembro de 2020.

ação auto-organizada da multidão, o jovem detido foi tirado da viatura e fugiu. E aí teve aquela exaltação, e o comandante ficou muito bravo comigo, me acusou de instigar ainda mais a multidão. As imagens mostram eu saindo de fininho depois.

As pessoas então se afastam para as viaturas poderem sair e aí nesse momento eu ouvi pela primeira vez aqui em Belo Horizonte a palavra de ordem que ficou marcada e que depois foi repetida outras vezes: *recua, polícia, recua, é o poder popular que tá na rua! Recua, polícia, recua [...]*. Foi uma linda noite na potente encruzilhada do viaduto Santa Tereza com a linha do trem por onde escorrem nossas montanhas.



Figura 28 – Captura de imagem do vídeo do Barnabé Di Cartola, 2013.

Essa noite foi um *inédito viável* que não terminou aí. O amigo Luiz Fernando chegou também para ajudar na negociação, e tinha outras advogadas populares na cena: a Thais Lopes, a Mariana Septimo¹⁰⁶. Mas o Luiz Fernando conseguiu negociar com um dos oficiais militares, que (não coincidentemente) estudava com ele no mestrado, na faculdade de direito da UFMG, conseguiu negociar a chave das algemas e a devolução

¹⁰⁶ Advogadas Populares com atuação em BH. Thais e Luiz também fizeram parte do Coletivo Margarida Alves. Mariana é do Coletivo Brejo das Sapas (disponível em: <<https://www.instagram.com/brejodasapasbh/>>).

do documento do rapaz que havia sido preso e que foi libertado pela multidão de dentro da viatura, sob a condição de que o Luiz pegaria de volta as algemas porque o menino saiu da viatura algemado. Lembram?

Luiz então conseguiu a chave das algemas e conseguiu de volta o documento do rapaz que dessa forma nem chegou a ser indiciado, nem nada. Claro, tinha o interesse da polícia ter de volta essas algemas porque o policial que estava com elas seria responsabilizado. Mas nem foi possível devolver as algemas porque elas foram retiradas de outra maneira. O mais interessante é que a polícia de fato recuou perante a multidão nesse dia e foi um *inédito viável* bonito de presenciar e viver. Sobre fazer um jogral com a multidão, de pé em cima da viatura policial, para anunciar a fuga do rapaz detido, jamais vou esquecer...

Tem várias outras histórias que eu considero *inéditos viáveis*. A própria ocupação do Estrela: nós ocupamos o casarão fazendo uma cena teatral, a polícia sequer fez boletim de ocorrência. Também teve a “procissão religiosa” na Dandara para burlar a polícia e reocupar a área toda, acho que eu já relatei antes. Teve a resistência contra o despejo do Zilah Spósito em que as pessoas, apoiadores, começaram a se auto-organizar para entrar nas casas (*podem derrubar com a gente dentro, não vamos sair!*) para impedir que os policiais demolissem as casas e atrasar o cumprimento da ordem. Na verdade, nem havia mandado judicial, a polícia estava fazendo o desalojamento de modo completamente ilegal, sem ordem judicial, mas nesse tempo, enquanto a gente, advogades, estudantes e apoiadores que estavam ali, entravam nas casas e dificultavam a operação ilegal, a Defensoria entrou emergencialmente com uma ação cautelar e conseguiu suspender o despejo. Assim, a comunidade Zilah Spósito-Helena Greco está lá até hoje, firme e forte, retomada negra, quilombo.

Acho importante espaços coletivos e rodas de compartilhamentos dessas memórias, resgatando esses *inéditos viáveis*, as situações inusitadas de conquista perante o poder e essas táticas que não deixam de ser também táticas de guerrilha que implicaram derrotas simbólicas ao poder-colonial.

A exemplo da derrota simbólica que a Praia da Estação imprimiu na administração do prefeito Márcio Lacerda — falo dela porque estou aqui com minha bike, agora, nesta

Praça de concreto e que eventualmente se transforma numa linda praia. Imagina o que é criar uma praia, com água e tudo, na capital do estado que chora por não ter mar. Dessa praia nasceu o Bloco da Praia da Estação (2010) que fez parte do renascimento do carnaval de rua de Beagá. Carnaval que alcançou dimensões inimagináveis. Micro? *Carnaval de amor e luta* (Maia Mayer, 2015) que também percorreu por becos, vielas e várias ocupações urbanas, inclusive as ocupações da Izidora (Bloco Filhos de Tcha Tcha).

Opino que as ocupações da Izidora, nesse ciclo de ocupações nos últimos 12 anos, são a resistência da RMBH que mais *inéditos viáveis* produziram, sem dúvidas, tendo barrado o maior projeto do urbanismo neoliberal (Operação Urbana Isidoro) para a capital¹⁰⁷. Essas retomadas que resistiram e se consolidaram perante várias investidas do poder-colonial cravaram no mapa da cidade o nome de uma mulher negra liberta, Izidora: a décima regional da cidade nascida da vitória da luta popular sobre o estado-capital. Foram muitos *inéditos viáveis*, ações ninjas, atitude e ousadia coletiva. Acho interessante resgatar esses feitos para preservar memórias, tirar ensinamentos, dicas e táticas de resistência que possam ser compartilhadas, replicadas, *reeditadas*¹⁰⁸. Como aprendi com Bispo, não para *reciclar, sinteticamente*, mas sim *reeditar, organicamente*.

Claro que pode haver um questionamento até que ponto falar disso não está entregando o ouro para o inimigo, até que ponto falar das próprias resistências não favorece a repressão pelo poder-colonial. Esse é um tema importante para alimentar o debate. Mas adianto que, na minha opinião, a *guerrilha de bisturi* não é clandestina. Ela não alimenta esse romantismo pela luta armada dos “últimos românticos da guerra fria”, esse romantismo em torno da clandestinidade e do sigilo de informações. Ela pode ser invisível, mas clandestinidade é outro esquema.

Para esmagar uma insurreição, nada mais eficaz do que provocar uma cisão no seio do povo insurgente, entre a população inocente ou vagamente concordante e sua vanguarda militarizada, necessariamente minoritária, o mais das vezes clandestina,

¹⁰⁷ Sobre grandes projetos urbanos na RMBH: *Desvelando o campo de poder dos grandes projetos urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte* (Freitas, 2016).

¹⁰⁸ Sobre as ocupações da Izidora recomendo especialmente os seguintes trabalhos: *O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial* (Franzoni, 2018); *Do PROFAVELA à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte* (Freitas, 2015); e *Mulheres em luta: feminismos e Direito nas ocupações da Izidora* (Isaias, 2018).

em breve “terrorista”. (Comitê Invisível, 2016, p. 193).

Lembrei-me do camaradinho Guiné: *menos terrorista, mais terreirista*. A *guerrilha de bisturi* precisa ser replicável, sem sigilo, sobretudo considerando esse momento em que nós estamos, de controle biopolítico absurdo dos nossos passos, daquilo que dizemos, do que fazemos, sentimos e o que nos afeta. Penso que nós temos é que disseminar mesmo, contagiar, fazer formigueiras. Dar vazão e não ter nenhum problema com relação a essa necessidade de disseminar outras formas de se fazer a luta, conciliando criatividade e enfrentamento direto, forjar outras narrativas, outras estéticas, abrir-se a infinitas experimentações, buscar o “como fazer?” fazendo. Educar-se educando.

Não é mais possível fundamentar ativismo em certezas emancipatórias do passado. É preciso admitir: ninguém entende o que está acontecendo, ninguém tem nenhuma proposta salvadora, capaz de gerar consenso absoluto, mesmo dentro de bolhas. E todos os passos e discursos são perigosos, todos escondem múltiplas armadilhas. É preciso encarar de frente aquilo que é difícil. Que fazer? E fazer com que ferramentas? (Youssef, 2018, p. 19).

De todo modo, eu acho pertinente questionar isso: até que ponto estamos entregando o ouro para o inimigo? Mas isso não é algo que me preocupa tanto na medida em que nós sabemos que nossa causa é certa, é legítima, é necessária, e por isso ela não tem que ser clandestina, ficar escondida. Isso foi em outro momento histórico. Se o momento fosse de guerrilha armada, até poderia ser necessária cautela, um cuidado maior nesse sentido, mas para mim o momento é de *guerrilha de bisturi*, não armada. Respeito quem faz guerrilha armada, mas pessoalmente busco outros caminhos. A arma só mata e ela é a representação caricatural do fascismo atual; já o bisturi, ele pode matar, mas ele busca a cura. Extirpar esse câncer que é o fascismo, o ódio, a violência, o colonialismo da supremacia-branca-patriarcal.

Porque, se transformarmos a nossa defesa em arma, nós só vamos saber atacar. E quem só sabe atacar perde. (Santos, 2018, p. 51).

Estou passando aqui próximo ao CRJ, uma conquista também das lutas em Belo Horizonte, o Centro de Referência da Juventude, que reúne muitos jovens de periferia.

Inúmeras atividades acontecem nesse espaço que foi inaugurado graças à luta. Teve uma ocupação e muita pressão sobre a administração municipal para que esse espaço fosse conquistado. Retomada auto-organizada pela juventude urbana afro-brasileira. Quilombo.

Pensando em *inédito viável*, nesse contexto de *guerrilha de bisturi*, e no papel da arte-educação e do *ativismo*¹⁰⁹, comecei a me envolver com a Dirce. O nome completo da Dirce é *Dispositivo de Interferência e Resistência Criativa no Espaço*. Me envolvi com a Dirce para pensar sobre as ações *artistas* (Ribeiro, 2017) que eu tenho pesquisado ao longo do doutorado, até mesmo antes, a partir de algumas experiências que eu tive quando morava no Recife e lá encontrei a Dirce.

Minha vivência no Recife, entre abril e agosto de 2016, também justifica meu interesse de envolvimento com a Dirce. Lá eu realizei um experimento de acoplar um megafone nas costas, preso a uma mochila, e sair andando pelo centro da cidade, no horário de pico, com a função *recorder* do megafone ligada, no volume máximo, com a seguinte gravação que se repetia incessantemente: *vai cair, vai cair, Michel Temer vai cair*.

O *jingle* foi gravado com vozes de várias mulheres para dar a impressão de muitas pessoas protestando, além de remeter à dimensão patriarcal do golpe que derrubou a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Foi incrível a reação das pessoas nas calçadas, nos pontos de ônibus, com ar de assombro ao perceberam que a suposta manifestação que se aproximava era apenas um ciclista com megafone ligado. Pude perceber muitas reações de apoio, mas também reações contrárias.

Após o experimento realizado sozinho, fiz uma convocatória aberta e conseguimos refazer a ação com 12 ciclistas, divididos em duplas, nas quais um(a) ia com megafone nas costas, ligado com o mesmo *jingle*, e outro(a) com câmera na mão para fazer o registro audiovisual da ação performática. Uma Dirce cicloativista, diria.

Ainda no Recife, durante a ocupação da sede regional do Ministério da Cultura,

¹⁰⁹ Sobre ativismo, recomendo: *Performance artista em Belo Horizonte 2007 - 2015 + a performance real*, tese do amigo Isaque (Ribeiro, 2017). Registro da Performance Real disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=INxviLov9N8&t=29s>>. Acesso em: 21 de setembro de 2020.

fizemos uma convocação para uma oficina aberta de Teatro do Oprimido, realizada no Marco Zero, local bastante turístico da cidade. A proposta consistia inicialmente em fazer um aquecimento teatral com os(as) participantes, a partir de jogos do Teatro do Oprimido e, na sequência, propor a divisão em grupos menores que ficariam responsáveis por ler e discutir notícias sobre as medidas e ações do governo Temer, bem como propostas retiradas das páginas de movimentos de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL), por exemplo. O material lido em grupo seria apresentado pelos participantes da oficina, montados com figurino, na forma de propostas políticas de campanha, como se fossem candidatos às eleições expondo suas pautas.

A proposta era mediar um debate, com megafone, entre os participantes da oficina que representavam candidatos políticos reacionários e os transeuntes da enorme praça que eventualmente se interessassem por participar do espaço e se manifestar sobre as propostas de campanha dos personagens políticos. A oficina gerou uma potência cênica bastante inusitada e conseguiu atrair a participação de pessoas externas que transitavam pelo local e quiseram intervir e opinar após ouvir as propostas de campanhas absurdas — porém reais — dos “candidatos”. *É essa utopia sem modelo nem contorno que transborda o próprio teatro, que chega à rua e que poderia contaminar a cidade, desafiando o outro teatro, o dos negócios e da maracutaia política* (Pelbart, 2019, p. 147).



Figura 29 – Registro da Dirce, Marco Zero, Recife/PE. Fotografias por Marina Fenicio, 2016.

A partir dessas e outras interferências criativas de rua, se abriu esse campo de reflexão-experimentação, pensar-fazer, sobre como estar no espaço público, como promover uma interferência, expressão de resistência, que seja criativa e que possa ter desdobramentos cartográficos. Ou seja, interferências que possam mapear pessoas, situações, conectar sujeitos, tecer teias, produzir memória.

Como afirma o encenador André Carreira, propor ações de intervenção na cidade — para além da possibilidade de criar uma ação política ou de manifestar um compromisso radical de investigação artística — implica a perspectiva de considerar “a cidade como um campo simbólico no qual o teatro se instala, inevitavelmente, como elemento de ruptura com os fluxos do cotidiano”. Desse modo, intervir na cidade é criar “um gesto que se politiza porque representa uma ocupação objetiva de um espaço definido por um repertório de usos cotidianos, ao qual o teatro não pertence naturalmente”, afirma. (Caetano, 2015, p. 103).

Dirce é um nome provisório, bastante aberto. Como dito, refere-se inicialmente a dispositivo de interferência e resistência criativa no espaço. Mas pode também ter outros significados, como a disposição, ou o direito de intervir e resistir (e reeditar) criativamente (e criticamente) no espaço (a luta é no espaço, mas também pelo espaço!), sobretudo considerando o atual momento político brasileiro, de inúmeros retrocessos sociais e disseminação de discursos de ódio.

Nesse contexto, a Dirce parte de um desejo cada vez maior de investigar novas formas de expressão artística atrelada ao ativismo político (*artivismo*) e à educação, considerando de um lado a urgência de interferir — especialmente no espaço público — e, de outro, a insuficiência da gramática da esquerda tradicional, com suas palavras de ordem muito diretas e unívocas, com pouca capacidade de afetação para além do círculo de pessoas já “convertidas”.



Figura 30 – À esquerda registro Dezoitão (desfile da luta antimanicomial — 18 de maio), 2019. À direita registro de cortejo em defesa do Rio Grande, Diamantina, 2013. Fotografias: Acervo pessoal.

Essa contradição entre a nova gramática e estética política e as formas tradicionais

de lutas da esquerda partidarizada ficou bastante evidente por ocasião das *Jornadas de Junho de 2013*, quando as formas de organização, deliberação e comunicação da multidão que eclodiu às ruas não se adequava aos modos convencionais dos protestos de outrora encabeçados por movimentos sociais, sindicatos ou partidos políticos (Maia Mayer, 2015).

A crise da esquerda brasileira ficou evidente desde junho de 2013, quando ela não soube explorar, compreender ou dialogar com a indignação presente nas ruas. Havia um distanciamento profundo dos manifestantes, seus métodos, suas linguagens. Esse distanciamento torna-se motivo para a esquerda estabelecida nos governos, junto com seus instrumentos de base, reforçarem a criminalização e culpabilização dos protestos por todos os males e catástrofes que se seguiram nos próximos anos. As ruas questionavam a ordem, e a esquerda reagia negativamente, pois havia se tornado parte da ordem. (Miranda, 2019, p. 198)

A Dirce também pode ser tomada como um dispositivo de contrapoder, por isso é resistência, resistência à apatia, à perda de direitos, ao controle necrobiopolítico do estado-colonial, ao avanço do neoliberalismo sobre nossas vidas, resistência à naturalização da violência e das desigualdades sociais. Para tanto, pode ser um dispositivo teatral, cicloativista, circense, musical, audiovisual etc., ou tudo isso junto e misturado.

A Dirce pode ser simplesmente um encontro, um rito, um jogo, uma performance no espaço público, criação de sentido que depende de todos que comungam da experiência vivida. Nas palavras de Virgínia Kastrup (2016), *a criatividade é definida como capacidade de produzir uma resposta original para determinado problema que é dado de antemão.*

A Dirce ocupa um campo de indistinção, não se preocupa em se reivindicar como arte, exceto quando isso possa ter algum uso tático perante as autoridades policiais, por exemplo. A Dirce está situada, assim, numa área de fronteira, *linha da Kalunga* (Peçanha, 2019) espaço híbrido, o entre, zona de indefinição entre arte e ativismo, estética e política, obra e vida. Apropria-se, assim, de uma arte que é desobediente e indisciplinada, que busca romper com o ordinário, provocar deslocamentos, reflexão crítica e, quiçá, desdobramentos políticos mais concretos, como fortalecer teias e criar conexões entre

sujeitos, como um dispositivo cartográfico.

A arte, nesse sentido, pode tensionar as pessoas a perceber os diversos esquemas invisíveis de separação social e estimular, através de seu discurso, a criação de espaços para o encontro, o diálogo, a experimentação e o trânsito entre territórios. (Campbell, 2015, p. 51).

Eu vivi algumas experiências performáticas que estão em confluência com a Dirce, porque para mim não basta, por meio de uma interferência, criar apenas uma situação espetacular, ou mesmo um espaço de partilha do sensível. Isso é fundamental, claro, e está ligado aos fins da própria arte, mas eu penso que, em tempos de *guerrilha de bisturi*, é preciso ir além. Como uma ação de interferência criativa no espaço pode se desdobrar para além de afetar as pessoas que estão ali assistindo e/ou participando, envolvidas naquele momento?

Não basta, para esse teatro, ocupar o espaço público. Para instaurar o convívio, ele precisa resignificá-lo e, sobretudo, desencadear, a partir deste, um processo comunicativo com seus ocupantes, sem o qual não é possível estabelecer uma mediação entre a cidade e os indivíduos. (Cabral, 2017, p. 30).

Nesse sentido, quero falar de uma montagem de rua da Trupe Estrela, um dispositivo teatral chamado *Assembleia Comum* (2015). Uma obra processual, mambembe, realizada em praça pública, adaptável a distintos contextos, construída coletivamente e colaborativamente pela Trupe Estrela (grupo de teatro do Espaço Comum Luiz Estrela).



Figura 31 – Acima, registro da Assembleia Comum no IV ENA, Praça dos Fundadores, BH/MG, 2018. Abaixo registro da primeira temporada da Assembleia Comum, Praça Floriano Peixoto, BH/MG, 2015. Fotografias: Acervo Espaço Comum Luiz Estrela.

Combinando as linguagens do teatro, da performance e da culinária, trata-se de uma assembleia horizontal, aberta e permeável ao encontro estabelecido pela obra e pela interação estimulada ao público, no qual o jogo cênico entre alegorias-personagens busca estimular a participação crítica do público em torno de questões contemporâneas. Uma obra que se abre à interferência-participação das pessoas. Tem uma inspiração também no *teatro fórum*, uma das técnicas do Teatro do Oprimido.

Este é o recorte de nosso tema, o espetáculo que invade o cotidiano da rua na cidade. A proposição artística a um público em trânsito, em um espaço hostil e cheio de interferências cotidianas, não se resume à elaboração estética da técnica artística, mas, sobretudo, converte-se em ação política e cultural, colocando em questão o espaço e suas inter-relações sociais, durante o tempo em que a cena se realiza, estando sujeito à rejeição ou à aceitação por este público/consumidor. Na busca deste diálogo com a cidade, o artista será levado a desenvolver formas de expressão que possibilitem uma comunicação direta, desconstruindo a composição

de um teatro pensado em moldes e regras para o espaço fechado, em favorecimento de uma ação comunicativa, que dialogue com o espaço da cidade, seus indivíduos e seus contextos. (Cabral, 2017, p. 12-13).

É uma apresentação teatral que busca se desdobrar a partir da participação do “expec-ator”, como diria Augusto Boal, mas não é propriamente um “teatro fórum” porque o público não é provocado a apresentar nenhuma solução para a cena. O público entra na assembleia livremente, pode falar o que quiser. É uma obra inspirada também nas assembleias das *Jornadas de Junho de 2013*.

Trata-se de romper com os binarismos, com as fronteiras entre obra e espectador, obra e crítico, e reavaliar a condição do espectador como um ser privilegiado que utiliza seu poder para associar ou dissociar os elementos integrantes de determinada equação. (Rojo, 2016, p. 41).

Atuar na *Assembleia Comum* foi pessoalmente muito marcante. Como ativista, desvela-se ali uma outra forma de fazer política, pois, ao mesmo tempo que era teatro, era também uma intervenção política potente, pois permitia a criação de um espaço de debate aberto — principal intencionalidade do trabalho — no qual as pessoas, incitadas pelos jogos entre as personagens, expuseram na arena o que queriam, dilemas, depoimentos e reivindicações caras ao nosso contexto político, tais como o feminismo, a luta contra a exploração, o papel da arte, repressão policial, racismo etc.

Ao final da Assembleia, era compartilhada com todos uma refeição preparada ao longo da execução da peça, afinal *o comum começa na cozinha, onde produção e reprodução se encontram, onde gêneros e gerações são permanentemente negociados*¹¹⁰.

Essas microssituações pouco diferentes da vida ordinária e apresentadas sob um modo irônico e lúdico, e não mais crítico e denunciador, visam a criar ou a recriar ligações entre os indivíduos, suscitar novos modos de confrontação e de participação. (Rancière, 2010, p. 18).

A peça foi criada em 2015 e apresentada todos os anos de lá para cá. Dramaturgia-camaleão, sempre adaptada ao tempo-espaço. Em 2016, apresentamos em frente ao

¹¹⁰ Trecho da dramaturgia da peça *Assembleia Comum*, Trupe Estrela.

Memorial Vale, no dia 05 de novembro, por ocasião do aniversário de 1 ano do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. O maior crime socioambiental da história do país foi o tema central da *Assembleia Comum*, readaptada para tratar desse triste episódio junto aos ativistas e movimentos sociais mobilizados em torno da causa pela reparação dos danos causados.

Em 2018 criamos uma versão nova para apresentar nas ocupações Dandara e Rosa Leão (Izidora) dentro da programação do Festival Internacional de Teatro – FIT BH. A *Assembleia Comum* entra, assim, nesse corpo-conceito que estou chamando de Dirce, como um dispositivo de interferência e resistência criativa no espaço. Hoje, quando assisto aos vídeos das apresentações, percebo essa peça também como dispositivo de memória, que diz do seu tempo-espaço, vários registros no comum dessa Assembleia-teatral, cartografias espaço-temporais.

O teatro (tanto o texto dramático quanto o texto espetacular) já mostrou que pode criar configurações espaço-temporais que recuperam as utopias do passado (relidas, retomadas, ressignificadas) e construir com base nesse recurso desenhos de futuro. (Rojo, 2016, p. 36).

Falar da Dirce significa falar dessas ações, se inspirar e aprender com elas, mas também mapear outras, agenciar confluências — tem muita gente no Brasil e no mundo experimentando, performando, educando nas ruas. Muitas ações artistas acontecendo. Brígida Campbell (2015) publicou um livro mapeando ações desse tipo pelo país.

[...] o teatro pode igualmente ser uma arma de liberação. Para isso, é necessário criar as formas teatrais correspondentes. É necessário transformar. (Boal, 2013, p. 13).

A Dirce é um convite, não uma imposição da ação, mas imantação, busca criar interesse, atrair, agir por contágio, como um jogo, para afinal estabelecer uma relação livre no espaço. Como dispositivo teatral, pode favorecer para libertar os afetos embotados em uma sociedade que constringe a afetividade. Criar encontros verdadeiros, não mediados pelo virtual como parece prevalecer no mundo contemporâneo.

[...] a ação artística não se propõe como uma obra de arte determinada ou reificada, não se almeja como um objeto de valor pronto a ser transmitido ou compartilhado. O artista, nesta proposição, não é alguém que detém algo a ser expresso unilateralmente, mas alguém que procura encontrar-se com o outro e germinar uma interação fecunda, criativa entre ele e o outro. (Andrade, 2015, p. 330).

A Dirce não pode querer ter razão, não quer doutrinar, pretende no máximo provocar, propiciar encontros e deslocamentos. Trata-se de uma entrega sem querer nada em troca além do encontro, do dissenso, das trocas possíveis e inimagináveis que a rua permite, sobretudo na metrópole. Entretanto, não basta interferir no espaço, criar deslocamentos efêmeros, uma ação contestatória que simplesmente acaba quando termina, é preciso ir além, permitir desdobramentos afetivos e políticos. Talvez a cartografia seja útil nesse sentido, cabe experimentar.

Vivemos a era da evanescência, da obsolescência programada. Mas a invenção, a arte, e mesmo a arte contemporânea, não se caracteriza exatamente pelo seu caráter evanescente, efêmero ou descartável, mas possui uma espessura temporal que explica, em certa medida, sua densidade poética e sua potência de produção de subjetividade. Neste sentido, podemos entender melhor a virada que caracteriza a arte moderna e contemporânea: a ênfase não é tanto na obra, mas nas transformações que ela é capaz de gerar na percepção do espectador. (Kastrup, 2016, p. 76-77).

Experimentar a Dirce é correr riscos, é colocar-se enquanto corpo que resiste e cria, ousadia, em oposição à cultura reduzida à mercadoria no paradigma da cidade-empresa do *planejamento estratégico*. Como diz Rancière (2010), *o potencial político da obra está ligado à sua separação radical das formas da mercadoria estetizada e do mundo administrado*. Dessa forma, a Dirce busca contrariar a ordem espacial-temporal dada na cidade contemporânea, subjugada ao urbanismo neoliberal que fragmenta incessantemente as solidariedades urbanas e fomenta o medo em seu lugar.

E como o planejamento estratégico é antes de tudo um empreendimento de comunicação, compreende-se que tal âncora identitária recaia de preferência na grande quermesse da chamada animação cultural. (Arantes, 2012, p. 16-17).

Nessa esteira, a Dirce não se confunde com entretenimento, espetáculo com

cenário forjado feito para divertir apenas. Almeja a produção de novas subjetividades, outras narrativas, estéticas, gramáticas políticas que fogem dos clichês sem capacidade de agenciamento afetivo e efetivo.

Vivendo a época da sua dominação totalitária, o capitalismo produziu aquela que é sua nova religião: o espetáculo. O espetáculo é a realização terrestre da ideologia. Nunca o mundo funcionou tão bem de cabeça para baixo. 'E, como a crítica da religião, a crítica do espetáculo é hoje a primeira condição para qualquer crítica'. (Internacional Situacionista nº 9, 2002, p.57)

Cabe dizer, ademais, que a Dirce é, antes de tudo, um experimento que leva em conta o primado do caminhar (Romagnoli, 2009) e se abre à causalidade própria da rua, do espaço público compartilhado. A Dirce é palhaça, almeja o riso. Não mata a espontaneidade dos encontros, é aberta e sem expectativas. Afinal, *a causalidade é privilegiada entre todas as relações, já contém um princípio de irreversibilidade em uma síntese do tempo [...] porém, a questão toda está em saber qual é o efeito que me interessa e cuja causa vou buscar* (Deleuze, 2012, p. 148).

A Dirce recusa, então, um lugar definido, se comporta melhor enquanto experimentação permanentemente aberta ao novo, nunca se repete e, mesmo quando aparenta se repetir, há diferença, seja no olhar de quem meramente assiste, seja na prática de quem a executa. A Dirce é da ordem da invenção, des-ordem que trans-borda.

Nessa linha, pode ser tomada como um dispositivo de inteligência, no sentido de que quanto mais convívio, quanto mais experimentada, mais inteligente será, mais adaptável, camaleoa, mais eficaz naquilo que se propõe, nos efeitos perseguidos. A Dirce precisa observar tendências, perceber e apreender com os dispositivos utilizados por artistas (ou não) e que promovem encontros potentes. E tem muita gente experimentando. Não há qualquer novidade na Dirce, mas a Dirce está na moda.

Em O que é a filosofia Deleuze e Guattari (1993) fazem uma afirmação que é provocadora: a arte é o que dura, o que se mantém de pé. A definição da arte não é pela novidade, não é pela beleza. A arte quer afetar, produzir estranhamento, experiência de problematização, fazer pensar, fazer contato direto, sem a intermediação de regras e representações. Avançando mais um pouco, dizemos que a arte é capaz de acionar um processo de produção de

subjetividade e também invenção de mundo. Em outras palavras, todo processo de produção é também um processo de autoprodução. As práticas produzem a obra e o artista, num processo de co-engendramento, pautado na prática e mesmo na repetição. (Kastrup, 2016, p. 77).

Digamos que esse é um campo que me interessa hoje por estar me colocando nesse lugar do ativismo e da educação. Aliás, também por isso eu comecei a estudar circo. Desde 2018 estou fazendo o Curso Técnico de Formação em Artes Circenses no Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias (CICALT) e tem sido ótimo, nesse contexto de golpes, fascismo etc. Em tempos de *guerrilha de bisturi*, o primeiro território é o corpo.



Figura 32 – À esquerda, manifestação #FORABOLSONARO, 2019. À direita, cortejo da 20ª convenção brasileira de malabarismo e circo, Euzébio – CE, 2020. Fotografias: Acervo pessoal.

Então tem sido para mim um momento de preparar esse corpo, de potencializá-lo para estar na rua e para a prática pedagógica. O circo pode me oferecer inúmeras

ferramentas, desde a palhaçaria, equilibrismo, malabarismo, acrobacia, enfim, isso tudo para poder me envolver plenamente com a Dirce nesse momento, como ferramenta de ação para tempos de *guerrilha de bisturi contra-colonialista*.

Mais do que teorizar sobre a Dirce, importa experimentá-la.



Figura 33 – Registro da performance #FORATEMER com a bandeira do filme *Brasil S/A* (dirigido por Marcelo Pedroso – PE), realização Trupe Estrela. Fotografia: Luiz Fernando Freitas, 2016.

19. *Início, meio, início.*

Conversa com Nêgo Bispo¹¹¹

Conversa gravada por telefone durante a quarentena da pandemia de Covid-19, na noite do dia 14 de abril de 2020.

Uma ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios; deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular.
(Molefi K. Asante)

Nêgo Bispo. Salve!

Joviano. Salve, salve! Maravilha. E aí, tá de boa?

Nêgo Bispo. De boa.

Joviano. Bispo, então, estou gravando aqui nossa conversa. Primeiro, eu queria te agradecer muito por dois motivos especiais. Por se dispor a fazer essa conversa comigo, que eu acho que é mais um formato de conversa mesmo do que uma entrevista formal, e também por ter topado participar da banca final do meu doutorado, desta pesquisa que eu vou falar um pouco dela para te situar. Falar um pouco do trabalho, como que eu cheguei até você, seu pensamento, como que foi esse encontro com aquilo que você tem difundido, os seus conceitos.

Já tem muitos anos que eu trabalho com assessoria jurídica popular, acompanhando várias lutas aqui em Belo Horizonte e outras cidades. A pesquisa parte dessas resistências que eu acompanho, principalmente as ocupações, a luta pelos direitos humanos; enfim, eu faço uma cartografia, buscando conectar essas lutas a partir da educação popular, da advocacia popular. Digamos que, nesse tempo, eu tive uma formação de uma esquerda tradicional, uma esquerda majoritariamente branca, com pensamento marxista e, ao longo dessa pesquisa, eu fui me aproximando de outras matrizes de pensamento. Você pode me interromper, fica à vontade.

Nêgo Bispo. Tranquilo, tranquilo, pode ir falando.

¹¹¹ Antônio Bispo dos Santos é lavrador, poeta, escritor, professor convidado em universidades e liderança quilombola, ou, como prefere ser reconhecido, “um tradutor dos saberes”.

Joviano. Aí eu me aproximei pelo pensamento quilombista, Abdias Nascimento, a Beatriz Nascimento, aqui no nosso estado, também, a Conceição Evaristo. Pra citar o exemplo dela, eu aprendi muito mais com o livro *Becos da memória* (2018) do que com qualquer urbanista sobre segregação espacial, remoção, periferia, favela, enfim. E aí tem uma questão que veio muito forte também na minha pesquisa que foi a oralidade, que é algo também que você sempre pontua.

Então eu resolvi fazer uma tese oral, eu gravo, o que eu chamo de *rolezinhos*, pedalando. Eu saio de bicicleta falando sobre essas lutas, os aprendizados que eu tive, os desafios sobre a autogestão, sobre as resistências. E a última resistência com que eu me envolvi mais forte foi a do Kilombo Souza aqui em Belo Horizonte, bem perto, no meu bairro (Santa Tereza). Uma comunidade quilombola que estava ameaçada de despejo, mas que só foi reconhecida, certificada como quilombola, no meio da luta. A resistência ao despejo resgatou a sua memória, a sua ancestralidade, a linha do tempo, e conseguiu se manter no território.

Tudo isso fez com que os conceitos que você trabalha e o seu pensamento caíssem como uma luva. Foi um encontro muito feliz neste meu trabalho e por isso também o interesse de fazer essa conversa e poder compartilhar contigo esses *rolezinhos* que eu tenho chamado de *rolezinhos por uma cartografia contra-colonialista*. E com isso eu concluo essa primeira explicação da pesquisa pra falar que eu busco referendar a discussão que você faz sobre a perspectiva *contra-colonialista* e não reforçando a questão do *decolonial*.

Concordo muito quando você faz essa crítica, da gente ser contra-colonialista, reafirmando os nossos modos de existência. E o que mais me interessa nessa pesquisa, o que me move, é o “como fazer?”. Como travar essa luta *contra-colonialista*? Como se organizar e qual vai ser a nossa postura diante disso tudo que nós estamos vivendo e do avanço do colonialismo sobre as nossas vidas, especialmente nesse momento político. Bom, então é isso, eu queria te ouvir. Inicialmente sobre esse momento que nós estamos passando, essa conjuntura pandêmica. Como que você está avaliando essa situação toda da pandemia e os desafios. Aquele dia que eu te liguei, achei muito bonito você falar da

biointeração, que você não está isolado, e sim *biointeragindo* com suas plantas, com a terra.

Nêgo Bispo. Então, eu tenho conversado com algumas pessoas que estão também nos quilombos, e tem algumas experiências muito interessantes. Por exemplo, o Quilombo Mumbuca¹¹², lá em Tocantins, que tem um grupo de pesquisa muito interessante, as pesquisas são feitas lá na comunidade — eles tinham uma ponte que dá acesso à comunidade que, inclusive, foi construída em uma campanha que o quilombo fez. Eles isolaram essa ponte lá na comunidade. Desde o início da pandemia, o quilombo se isolou: ninguém vai lá, ninguém sai, ninguém entra. Eles fecharam.

O quilombo vivia muito do turismo, aí eles fecharam essa questão do turismo e passaram a retomar muito mais essa questão da produção agrícola, mas também estão fazendo uma experiência muito interessante com o capim dourado. Eles são extrativistas do capim dourado, são coletores. Estão aproveitando esse período pra fazer experiência de cultivo. Estão pesquisando o cultivo do capim dourado.

O que ficou como legado, foi o rompimento com lógica comum das instituições religiosas eurocristãs e as universidades euro-ocidentais, tendem a nos perceber a partir de olhares de “salvamento” ou seja, como se naturalmente os povos contra-coloniais, fossemos os “necessitados”, os que precisam serem “resgatados”, “organizados”. (Silva, 2019, p. 72).

Então, tem muitos quilombos que estão aproveitando esse período pra se reeditarem, mas também pra resgatarem algumas práticas, alguns modos que eles fizeram no passado, ou seja, estão se fortalecendo e aproveitando essa experiência também para conversar com as gerações mais jovens e mostrar que é possível viver só no quilombo. Tem muitos quilombos que estão aproveitando esse momento pra reeditarem alguns modos, inclusive, que eles estavam vivendo de uma forma mais precarizada. Aqueles quilombos que são mais perto das cidades têm uma influência maior, que é o nosso caso. Nós estamos a 5 quilômetros da sede do município.

¹¹² Recomendo a dissertação de mestrado da Ana Mumbuca: Silva, Ana Cláudia Matos da. *Uma escrita contra-colonialista do Quilombo Mumbuca, Jalapão-TO*. Universidade de Brasília, Mestrado profissional em sustentabilidade junto a povos e territórios tradicionais, 2019.

No nosso caso o contato com a cidade continua ainda muito forte, apesar dos cuidados, apesar da campanha, mas ainda está forte o contato. As pessoas também estão tendo alguns cuidados, tem muito mais gente cuidando das roças, cuidando dos animais, muito mais gente cuidando de si, de forma mais interna. Assim, eu creio que, se não acontecer de muitas pessoas serem contagiadas nos quilombos, os quilombos vão sair fortalecidos dessa pandemia. É uma avaliação ainda muito superficial, mas muitos quilombos vão sair mais fortalecidos, principalmente aqueles que estão mais distantes das cidades.

Tem um detalhe muito importante que não está sendo comentado, nós tivemos um longo período de estiagem aqui no semiárido, na Caatinga. Só que neste ano de 2020 é o contrário, nós tivemos muita chuva, o tempo foi muito bom. Aqui mesmo no Piauí nós tivemos chuvas desde janeiro até agora; hoje mesmo choveu muito aqui no quilombo. Então nós estamos com 4 meses de chuva, o que não acontecia há 7 anos ou mais. Ou seja, os açudes encheram, os barreiros, as lagoas, nós estamos tendo uma fartura de peixes muito grande.

Enfim, a própria natureza, ela está sendo generosa com os quilombos. Tem muitas frutas nativas — no nosso tem muito umbu —, a produção agrícola foi boa este ano, aqui tem uma grande produção nos quilombos da região, tem quilombos que produziram como há dez anos não produziam. Então, do ponto de vista da alimentação nos quilombos não está ruim, não está difícil, não. A única preocupação nossa é com essa história de ser ou não ser contagiado, mas, se a gente segurar o coronavírus, nós vamos sair fortalecidos dessa situação.

Joviano. Massa. Outro dia o Rafa¹¹³ e eu estávamos conversando sobre a pandemia, e ele me fez refletir sobre a nossa relação com o vírus a partir da biointeração. A ciência moderna ocidental pensa em termos de destruição do vírus, uma guerra contra o vírus. Temos que acabar com o vírus, matar o vírus. E ele fez esse esforço da gente pensar como é possível biointeragir com o Covid-19? Pensando que esse vírus faz parte do mesmo

¹¹³ Rafael Barros, amigo das lutas, antropólogo que constrói junto com a Deputada Federal Áurea Carolina (PSOL) os mandatos da Gabinetona. Foi Rafa quem me apresentou Nêgo Bispo na nossa casa quando morávamos juntos em Santa Tereza, BH.

macrocosmo que a gente. Ele está aí, na Terra. Eu achei bem legal a gente poder pensar nesse sentido, pelo enfoque da biointeração. Como que nesse contexto a gente se fortalece, acho que é um pouco sobre isso também que você está refletindo.

Nêgo Bispo. Então, tem uma amiga nossa, eu não sei se você já ouviu falar dela, a Tainá Marajoara. Ela tem um grande acúmulo de discussão, conhecimento justamente na área da cultura alimentar. Eu falei com ela no início da pandemia. Era para ter falado com ela antes de ter essa conversa contigo. Eu vou pedir para ela fazer um levantamento de como as pessoas que ela conhece que têm uma alimentação mais orgânica, como que essas pessoas estão sendo avaliadas, com relação a esse vírus. Inclusive, não tenho informações necessárias para fazer essa conversa, mas eu vou só levantar para a gente refletir. Por que Nova York está tendo o maior número de mortes e pessoas atingidas? Essa é uma pergunta pra gente refletir.

Eu estive em Nova York e vi que lá as pessoas se alimentam muito mal. As pessoas comem muito enlatados, uma comida mono, quase sempre a mesma coisa. Isso fica para a gente refletir. E nos lugares onde as pessoas se alimentam diferente, por exemplo, como é que está ficando isso? São Paulo se parece muito com Nova York, e tem também maior número de mortes no Brasil. Os grandes centros urbanos, as sociedades do Sudeste são as que mais estão morrendo. E as que têm uma relação mais orgânica são as que mais conseguem ficar bem. Tem que avaliar quantos quilombolas realmente morreram no coronavírus.

Com os povos indígenas, é diferente. Eles têm um organismo com uma imunidade diferente da nossa porque eles vivem isolados dos colonialistas. Como a gente convive muito com os colonialistas, eu creio que a imunidade dos quilombolas é muito diferente dos indígenas. Falando isso pra gente refletir e avaliar daqui pra frente.

Joviano. Massa, você falando isso, Bispo. Eu participo do movimento da agroecologia. Nós tivemos aqui em BH o IV ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) em 2018, você acha a agroecologia um campo de confluência importante para as lutas? Talvez seja uma aposta interessante para as lutas, uma vez que consegue agregar povos e comunidades tradicionais e ao mesmo tempo resistências nas cidades, de agricultura urbana, defesa do meio ambiente, movimentos sociais; enfim, o que você acha?

Nêgo Bispo. Então, a agroecologia, a permacultura, todas essas experiências, que são experiências que têm ainda uma relação forte com colonialismo, mas são experiências importantes, que têm uma certa ousadia. Mas neste momento, o que está me chamando mais a atenção, que estou achando muito mais ousado, é uma experiência que está acontecendo no Kilombo Tenondé, na região de Valença, lá na Bahia.

Joviano. Do Mestre Cobra Mansa, né?

Nêgo Bispo. É, lá com o Mestre Cobrinha. Ou seja, o Mestre Cobra Mansa começou na verdade dentro dessa história da permacultura, ele avançou para uma coisa chamada “permangola”. Eu participei dos dois últimos encontros e nessas duas participações nós entendemos que a trajetória do Cobrinha é uma trajetória muito bacana e como ele trabalha com o cosmograma da cor, que é um cosmograma africano muito interessante, aí discutimos e avançamos do *permangola* para o *cosmoangola*. Então, a gente foi para uma questão mais cósmica, cosmológica.

E agora, dentro da pandemia, eles fecharam os portões lá do quilombo, e eles estão compondo uma experiência muito bacana, que é o cosmograma da cor. É o plantio dentro do cosmograma da cor. Ou seja, é uma coisa para além, por exemplo, daquelas experiências da permacultura e da agroecologia das mandalas. O cosmograma da cor está para além da mandala. Ele trabalha o diálogo com o cosmo como um todo. É muito bonito.

Muitas coisas estão acontecendo, eu tenho conversado com muitas pessoas que foram pra roça nesse período, muitas pessoas que estavam na universidade tiveram tempo de ir pra roça, movimentar. E tem muita gente cozinhando, aperfeiçoando as práticas de cozinha. Inclusive eu. Cozinhei muito quando era adolescente, morei sozinho, lá na cidade. Depois que eu me casei, por conta da minha companheira ter uma experiência muito urbana e pouco rural, então ela ficou mais nessa parte da cozinha pra mim poder ficar mais tempo na roça. E aí agora eu estou retomando também minha prática na cozinha, fazendo uns bolos muito bacanas (risos). E tem muita gente cozinhando, muita gente cuidando dessa parte mais orgânica da vida. Então, eu acho que todas as experiências são válidas, a agroecologia, a permacultura, a bioconstrução... Agora, o que está mais me animando é essa coisa mesmo da matriz, como a história do *cosmoangola*.

Joviano. Bispo, a minha trajetória tem sido mais nos conflitos urbanos, nas cidades. Mesmo os conflitos que envolvem comunidade quilombola, os quilombos que temos aqui são urbanos, como o Kilombo Souza e outros quilombos aqui em Belo Horizonte, o Manzo, Luízes e o Mangueiras. Como que você pensa esse chamado ao “aquilombamento” nas lutas urbanas, a partir desses territórios na cidade? Porque, claro, é uma outra realidade. Um outro contexto. O que você pensa sobre isso, esse aquilombar-se no meio urbano?

Nêgo Bispo. Então, de 2015 pra cá eu visitei todas as regiões do Brasil e muitas capitais. Onde eu tenho visitado mais é Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília. Piauí é o lugar onde eu vivo, tenho uma atuação muito mais intensa, mas visitei também muito São Luís. No Nordeste só falta eu visitar duas universidades federais, as outras federais aqui do Nordeste eu visitei todas. Na minha compreensão, Belo Horizonte, Minas Gerais, o povo mineiro, vários povos, quilombolas, indígenas, enfim, na minha compreensão é onde mais se preservam as culturas tradicionais.

E uma experiência igual à de vocês eu não conheço muitas no Brasil. Essa experiência de vocês aí, não vou dizer que é inédita, mas ela é rara. Não conheço muita gente que na área do direito faz esse trabalho com tanta firmeza conforme vocês fazem. Foi até bom você me fazer esse questionamento porque nós temos experiências outras no Brasil que podem estar compartilhando com vocês no sentido de fortalecer. Porque eu acho muito bonito esse trabalho de vocês; não só bonito, eu acho ele muito resolutivo. Eu não conheço uma experiência que tem o aprofundamento dessa experiência de vocês aí, em outras cidades. Você conhece alguma? Vocês se inspiram em alguma ou vocês são os compositores desse processo?

Joviano. Foi um ciclo aqui em Belo Horizonte. Realmente um ciclo coletivo de vários processos que acabaram desaguando, também, na construção das Muitas, da Gabinetona, mas foi algo que, quando a gente olha pra trás, a gente percebe mesmo uma riqueza de construção coletiva que envolveu muitos sujeitos, muitas lutas, é um caso interessante mesmo. Por isso que nessa pesquisa eu quis compartilhar algumas dessas experiências. Eu acho que isso tem a ver com o que você fala também da importância da gente aprender a partir dessas lutas, né, Bispo?

Quando, por exemplo, você fala que Palmares fez o que Karl Marx falou 200 anos depois, e a gente fala muito menos de Palmares, pensando enquanto esquerda colonialista, do que da Comuna de Paris. A esquerda fala muito menos de Canudos, Palmares, Pau de Colher e todas as nossas lutas do que das lutas de fora. Eu, neste trabalho, quero justamente fazer isso, falar dessas resistências nossas aqui e de como os colonialistas atuaram para tentar despejar esses territórios, mas também como esses territórios se auto-organizaram para poder impedir os despejos. Ocupação Dandara, Izidora, Kilombo Souza, as ocupações como o Espaço Comum Luiz Estrela, o processo das Muitas etc. Enfim, porque me parece que a gente tem muito o que aprender com as nossas próprias lutas, nas nossas próprias resistências.

Nêgo Bispo. Então, na verdade, tem muitas experiências voltadas para o meio rural. Na advocacia popular nós temos, por exemplo, a professora Sueli Rodrigues, que coordena o Direitos Humanos e Cidadania (DiHuCi), que é um grupo de advogados populares que tem dado uma grande contribuição para os quilombos, principalmente na questão dos impactos provocados pelos grandes empreendimentos. Nós temos alguns grupos muito interessantes. Mas voltados para as comunidades nos meios urbanos, parecido com o trabalho de vocês, é isso que te falei, não conheço muito, não.

Na verdade, eu conheço vocês, pode ter, eu acredito que tenha outras experiências, eu não convivo muito com advogados de cidade, é mais com atuação rural, mas essa experiência de vocês é muito bacana. Aqui no Piauí nós temos o Lagoa do Norte, uma luta muito acirrada da capital, em Teresina. Um povo que na verdade fundou Teresina e está sendo expulso agora. Aqui tem uma resistência muito grande, poderia ter intercambiado com vocês. Vou ver se coloco você em contato com esse pessoal. Esse trabalho de vocês aí é uma referência. E é isso que você falou, nós temos dificuldade de trabalhar os nossos referenciais históricos.

Trata-se não só de um instrumento de luta antirracista [o quilombismo], mas sobretudo de uma proposta afro-brasileira de organização político-social de nosso país, construída com base em nossa própria experiência histórica, cuja riqueza elimina a necessidade de procurarmos orientações ideológicas alheias de qualquer gênero. Como maioria da população, cabe democraticamente ao negro assumir a liderança do Brasil e o quilombismo representa uma tentativa de pensar a nossa

forma de abordar os respectivos desafios e responsabilidades, construindo as políticas públicas necessárias a fim de tornar realidade para todos o exercício da cidadania plena num Brasil multirracial, multiétnico e pluricultural. (Nascimento, 2019, p. 58).

A gente se perde nos referenciais teóricos do colonialista ao invés de analisar os nossos referenciais históricos. Quando se fala de uma Comuna de Paris, por exemplo, aqui nós temos Palmares, Canudos, Caldeirão do Deserto, Pau de Colher, Contestado, Balaiada, nós temos muita coisa, mais muita coisa, e a gente acaba não se dando conta. Às vezes a gente faz isso, a gente cita Abdias Nascimento, que é importante citar. A gente cita Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, mas a gente não cita as experiências coletivas, a gente cita as pessoas, a gente não cita os quilombos, não cita as grandes caminhadas. Esse seu trabalho tem essa grande contribuição.

*Fogo!...Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos,
Fogo!...Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!...Queimaram Caldeirões
Nasceu Pau de Colher.
Fogo! Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
que os vão cansar se continuarem queimando.
Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.
(Nêgo Bispo)*

Joviano. Obrigado, Bispo. Você teve uma militância sindical, uma formação política também dentro desse campo da esquerda mais tradicional e hoje em dia, depois de ler *O Quilombismo* (2019), do Abdias, eu fiquei pensando como a nossa esquerda é colonialista. Eu participei de muitos cursos de formação na militância, das Brigadas Populares, lá na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, e, nesses espaços todos, eu nunca tinha ouvido falar do Abdias Nascimento, eu nunca tinha ouvido falar da Beatriz Nascimento, da Lélia González, de todas essas referências negras, e eu fiquei muito triste

de pensar como que essa nossa esquerda ainda é colonialista nesse aspecto da produção dos saberes. Enfim, estou compartilhando essa angústia, mas como fazer?

No caso brasileiro, temos a figura do Honorável (título recebido em conferência internacional do mundo negro, em 1987) Abdias do Nascimento, cuja rica produção (análise/denúncia, teatro, poesia e pintura) não é reconhecida por muitos de seus irmãos e absolutamente ignorada pela intelectualidade branca, do país (acusam-no de sectarismo ou de “racista às avessas”; o que logicamente pressupõe um “racismo às direitas”). É interessante notar que, tanto um Fanon quanto um Nascimento só foram reconhecidos e valorizados internacionalmente e não em seus países de origem (Fanon só recebeu as homenagens de seu país após sua morte prematura; daí ter expressado, em seu leito de morte, o desejo de ser sepultado na Argélia). Desnecessário ressaltar a dor, a solidão desses irmãos, desses exemplos de efetiva militância negra. (Gonzales, 2018, p. 328).

Até o Paulo Freire que é reconhecido no mundo inteiro ainda é tão pouco reivindicado pela nossa esquerda.

Quando encontrei a obra de Freire, bem num momento da minha vida que estava começando a questionar profundamente a política da dominação, o impacto do racismo, do sexismo, da exploração de classe e da colonização que ocorre dentro dos próprios Estados Unidos, me senti fortemente identificada com os camponeses marginalizados de que ele fala e com meus irmãos e irmãs negros, meus camaradas da Guiné-Bissau. Veja você, eu chegava à universidade com a experiência de uma negra da zona rural do Sul dos Estados Unidos. Tinha vivido a luta pela dessegregação racial estava na resistência sem ter uma linguagem política para formular esse processo. Paulo foi um dos pensadores cuja obra me deu uma linguagem. Ele me fez pensar profundamente sobre a consciência de uma identidade na resistência. Uma frase isolada de Freire se tornou um mantra revolucionário para mim: “Não podemos entrar na luta como objeto para nos tornarmos sujeitos mais tarde”. (hooks, 2017, p. 66).

Eu fico na dúvida entre fazer essa disputa com meus companheiros e tentar difundir esse pensamento contra-colonialista potente originário dessas vozes negras ou deixar para lá e fazer um trabalho paralelo fora desses espaços, dentro daquilo que eu acredito e desistir de disputar a esquerda. Parece que a gente fica dando soco em ponta de faca.

E aí, você tendo passado também por esses cursos, sendo um tradutor, como você fala, um tradutor do pensamento quilombola, mas também tendo tido essa vivência no âmbito da esquerda tradicional hegemonicamente branca sindical, como que você vê

isso? Qual postura ter diante de uma esquerda marxista eurocêntrica, fechada a esses outros saberes, especialmente à perspectiva afrocentrada, afrodiaspórica?

Nêgo Bispo. Então, deixa eu te dizer uma coisa, a minha formação foi muito interessante. Por exemplo, quando eu entrei para o movimento sindical, eu nem sabia concretamente onde é que eu estava indo. Eu não tinha nenhuma formação antes de chegar no movimento sindical. Como foi que aconteceu? Nós fizemos um empréstimo em um banco estatal, e aí, na hora de aplicar os recursos, nós aplicamos direitinho só que foi no período daquele tempo que vivia mudando de moeda, do Plano Real, aí o banco resolveu quebrar o contrato com a gente, ou seja, ele resolveu que a gente tinha que pagar tudo de uma vez, pra evitar o juros astronômico daquele período. Nós éramos 16 famílias que tomaram esse crédito. Eu era um dos poucos que tinha mais contato com a escrita e, literalmente, eu fui um tradutor naquele tempo. Eu tive que traduzir o contrato para nossos amigos.

Naquele tempo estava acontecendo também a Constituinte, e eu assistia pelo rádio os debates da Constituinte na Voz do Brasil, não tinha televisão em casa. Eu ouvia um senador de Pernambuco, ele apresentou uma proposta de anistia dentro da Constituinte. E, quando eu comecei a assistir esse programa, eu chamei os outros lavradores e disse: olha, tem um cara dentro da Constituinte que tá querendo ver uma anistia pra gente, sobre esses créditos que nós tomamos e eu vou apostar nisso, e a galera apostou. Junto comigo foram 14 famílias, e duas famílias seguiram os políticos. Depois teve uma outra tentativa do banco e nós perdemos mais 2, ficamos em 12 famílias. Assim, 4 famílias seguiram os políticos, 12 fecharam comigo e eu fui o tradutor. Essa conversa longa é pra te dizer que deu certo, nós fomos anistiados. Quando saiu essa anistia, eu não era nem sócio do sindicato. Aí o povo da região foi lá onde eu nasci, e houve uma campanha que eu deveria ir para o sindicato. Por conta dessa ação, acharam que eu seria importante no sindicato, essa capacidade de fazer essa tradução. Foi assim que eu cheguei no sindicato, e lá eu comecei a fazer as traduções, os acordos, e daí eu cheguei na Federação.

Então, na verdade, eu fui me formando na luta concreta. Eu não fui formado nesses cursos da esquerda tradicional, só que eu também participava desses cursos, eu participava mais de seminários, dos debates, dos congressos e fui levando essas experiências. E fui me formando dessa forma. E aí, eu coordenei muitas ocupações de

terra. Qual o resultado? Quando eu compreendi que essa minha formação na prática, na realidade, no concreto, era muito mais importante do que a formação teórica, eu renunciei da estrutura sindical e saí da esquerda, ou melhor, saí do partido, saí da via eleitoral.

Na verdade, eu fui formado pelas contradições da esquerda. As contradições da esquerda me formaram muito mais. Eu participei de cursos, pouquíssimos, agora foi dentro do processo das minhas próprias contradições, das contradições da estrutura sindical, foram elas que foram me formando, sempre com o suporte dos agricultores. Havia uma ação que o nosso povo dizia que era boa, eu repetia; quando era ruim, eu desistia.

Então é isso, eu tenho uma formação muito mais da prática, no enfrentamento, do que nos cursos. Tem algumas frases dos trabalhadores que eu uso até hoje como sendo um grande referencial. Eu sempre digo assim, o quilombola, com o nome, pra evitar a personificação. Mas é isso, nesse momento o que eu te diria é que citar Abdias Nascimento é importante, Conceição Evaristo, é bom sempre citar essas pessoas, mas sempre citar relacionando também com as lutas coletivas. Citar Abdias Nascimento, mas sempre citar os quilombos, citar Palmares, citar Canudos, Caldeirões.

Eu não fico citando Zumbi, eu sempre cito Palmares, eu não cito Zumbi como o mais importante. Saiu até uma matéria num jornal aí de Belo Horizonte, que foi no último *Canjerê*¹¹⁴, e lá eu estou dizendo isso, que Palmares existiu antes de Zumbi. Zumbi não inventou Palmares, Zumbi é tão importante quanto os outros quilombolas. Palmares teria existido sem Zumbi, mas Zumbi não teria existido sem Palmares.

Existe permanente sentimento de incapacidade para juntar as letras, formar palavras, frases, e construir escrita que seja compreensiva, propositalmente, primeiro para dentro e depois para fora do quilombo, por isto a opção por uma escrita falada. Como nas narrativas do falar, as narrativas das escritas, vem entrelaçadas de muitas vozes, pois Zumbi é pequeno sem Palmares, e afirmamos que no Quilombo Palmares não existe apenas um Zumbi ou uma Dandara. Não existe história de um único(a) guerreiro (a) em quilombo, pois somos muitos. (Silva, 2019, p. 20)

¹¹⁴ *Revista Canjerê, a valorização da cultura africana e afrobrasileira*, disponível em <<https://revistacanjere.com.br/>>.

Eu tenho dito que o pensamento da esquerda é um pensamento cristão. Então essa relação da esquerda com o conhecimento é a relação cristã. Lá no Jardim do Éden, a primeira coisa que Deus fez com Adão foi proibir que Adão comesse da fruta da árvore do conhecimento, ou seja, Deus proibiu Adão de saber. Adão poderia ficar no Paraíso, desde que ele não comesse nada. Quando Adão come a fruta do conhecimento, ele é expulso. E daí pra cá, o conhecimento sempre é negado às pessoas, o acesso ao conhecimento.

Então a esquerda também nega o acesso ao conhecimento, porque a esquerda tradicional precisa que suas estrelas saibam, que ela tenha os seus pensadores, os seus grandes formadores. Mas isso é bíblico, isso vem lá do Jardim do Éden. Então, esse trabalho que vocês estão fazendo nas Muitas, o pessoal da Gabinetona, todos vocês aí em Belo Horizonte, é um trabalho que quebra essa lógica da esquerda tradicional. Quebra aos poucos, mas quebra. O que eu acho que nós podemos avançar muito.

Voltando à questão da biointeração, ao invés de falar direitos humanos, que a gente aprofunde mais na questão dos direitos orgânicos. Eu estava vendo hoje uma postagem no facebook, algumas questões filosóficas africanas, e o Wan Flor, não sei se você conhece ele, o Wanderson Flor, que é da UNB, ele estava chamando atenção pra isso: ao invés de dizer humano, por que não dizemos gente? Ao invés de dizer humanos, por que não dizer pessoas? Esse humano é muito cristão, colonialista.

Então tem muita gente vendo o pensamento africano hoje e traduzindo algumas questões africanas, inclusive algumas palavras. Quando se diz pessoas, você não precisa preocupar se está sendo politicamente correto com relação ao masculino e ao feminino. Pessoas resolve tudo, resolve pro masculino e pro feminino. Quando você diz humanos, você está no masculino; quando você diz pessoas, você resolve essa questão. Quando você diz “gente”, você também resolve essa questão. Você diz ‘a’ gente, você não diz ‘o’ gente. É isso, dá pra fazer ambas as coisas. Dá pra citar essas pessoas da escrita afro, da escrita quilombola, mas dá pra citar muito mais a escrita do que as pessoas que escreveram.

Hoje mesmo eu estava aqui conversando com a minha companheira e falando de algumas decisões que eu estou tomando. Ontem, eu mandei um texto pra ser publicado

numa revista em parceria da Universidade do Amazonas com a Universidade Federal de Pernambuco. Aí recebi convite pra escrever mais dois textos, mas eu não vou escrever esses textos agora, não. Eu vou dar um tempo, eu quero é falar, fazer isso que eu estou fazendo, conversar, ficar conversando, por exemplo igual essa conversa que nós tivemos, eu acho muito mais orgânico. Mas é isso.

Joviano. Como você fala sempre, a escrita é colonialista. Como que a gente utiliza ela dando prioridade para essa construção de um pensamento que é oral, mas ao mesmo tempo usando da escrita pra poder difundir pensamento, registrar memória, sem deixar de entender que nós somos povos da oralidade?

Nêgo Bispo. Então, é isso. Algumas pessoas estão querendo me levar da oralidade para a escrita; o que eu tenho feito é o contrário, da escrita para oralidade. O nosso livro serviu para viabilizar diálogo, viabilizar conversa, não é que esses diálogos não sirvam para viabilizar a leitura, é o contrário. Pessoal tem insistido para eu escrever outro livro, eu disse: não vou escrever outro livro, enquanto nosso livro estiver provocando conversa está bom demais. Porque a função do livro é provocar diálogo, provocar conversa.

A transmissão pela escrita fria e inerte era o oposto à essência do conhecimento verdadeiro, adquirido pelos africanos através de uma relação direta, efetiva, num encontro interpessoal. É nesse ponto crucial que podemos perceber claramente a dicotomia que separa e diferencia as culturas negro-africanas das culturas branco-europeias: a oralidade como base da comunicação e da transmissão cultural. Não se concebia a palavra inerte e apenas descritiva: pois em si mesma era movimento e ação. (Nascimento, 2019, p. 129).

Joviano. E outra coisa também, nessa minha pesquisa eu percebi que sentar para poder escrever, ainda mais estando envolvido com as resistências, era muito doloroso até, é uma solidão ali da escrita, uma coisa difícil de elaborar. E aí, quando eu comecei a pedalar e gravar minhas reflexões falando, em cima da bicicleta, o pensamento era muito mais fluido, muito mais orgânico, muito mais elaborado do que a escrita solitária. Aí depois eu transcrevia, virava texto depois, mas como o seu livro, trazendo a oralidade pra escrita.

Nêgo Bispo. Isso. E da escrita para a oralidade. Nesse processo, começo, meio e começo. Início, meio, início. Porque, por exemplo, quando eu escrevi no livro eu só dava conta até ali, mas quando foi pra oralidade, rendeu. Eu pensava, por exemplo, que a biointeração

seria a questão que ia ser mais debatida de todas aquelas coisas escritas. Na verdade, o que foi mais discutido foi a confluência. Hoje a confluência está se tornando a grande referência daquela escrita. E ela está dando conta, inclusive, dessa questão da biointeração.

Eu tive conversando com um mestre de farinhada lá do Pará e aí foi engraçado, eu falando da confluência, e ele: “olha, foi bom você chamar a atenção pra isso, porque, por exemplo, eu confluí com os porcos”. Eu perguntei: como que foi essa sua confluência com os porcos? Ele disse: “olha, eu cheguei no pé de manga e as mangas boas, que eu olhava e achava que era melhor pra mim, eu catei. E aquelas que eu achava que não era melhor pra mim eu botei para os porcos. Então, eu e os porcos confluímos comendo manga” (risos).

Eu achei muito engraçado. “Porque eu e os porcos somos quase parentes, né? Nós temos uma aproximação muito grande. Como foi que eu descobri que eu estou tão próximo dos porcos? Comendo manga. Porque eu como manga e o porco também come manga”. A confluência deu conta de si própria e da biointeração. Eu diria que isso é uma biointeração com o porco, aí ele disse: “é uma confluência”, então tudo bem. É isso, na oralidade é que as palavras têm vida. Eu estou achando muito interessante que a sua tese está tendo isso, quer dizer, ela está indo da oralidade pra escrita, mas a escrita está indo pra oralidade. Então, está fazendo esse movimento. Porque com certeza, a partir da leitura dessas suas escritas, a sua própria oralidade está aparecendo, mas as outras pessoas também vão se fortalecer.

Joviano. Massa. Início, meio, início.

Nêgo Bispo. Exatamente.

(...) a escrita contra-colonialista deve ser conseqüentemente provocadora de movimentos, como a lógica do universo: nada fica em estado estático, tudo se movimenta. Poderíamos não ter a necessidade de afirmarmos quem somos, pois já somos. Mas, enquanto existir sociedades colonialistas em ação continua para dominar, impondo suas cosmologias e subjugando as expressões cosmológicas de outros povos, faz se necessário sermos permanentemente contra-coloniais. (Silva, 2019, p. 92)

Joviano. Ó Bispo, só mais uma coisinha pra não tomar muito seu tempo...

Nêgo Bispo. Não, estou de boa, pode ficar tranquilo, eu me organizei para ter essa conversa, estou aqui deitado na rede, conversando bem à vontade com você.

Joviano. Maravilha. Uma outra coisa que eu queria também ouvir sua opinião. Quando eu era adolescente, eu tive um contato com um livro que tinha lá na minha casa, era do papai, que se chamava *Os demônios descem do Norte* (de 1987, do Delcio Monteiro de Lima). E esse livro falava sobre o avanço das igrejas evangélicas, neopentecostais, na América Latina e a relação delas com o imperialismo.

E hoje, não tem um território, uma comunidade, uma vila, favela que não tem a presença dessas igrejas e, com elas, como você diz, o pensamento cristão monoteísta. E a gente, nas lutas, nos territórios, como lidar? Eu estou falando da instituição, não das pessoas, não da fé e da religião em si, mas da instituição, desse neopentecostalismo que se alastrou por todos os rincões do Brasil. Me parece ser um inimigo central na luta contra-colonialista. Me parece que é uma arma fundamental do colonialista essas igrejas, o neopentecostalismo principalmente. Como que você vê isso também?

Nêgo Bispo. Então, deixa eu te dizer. Aí foi onde a esquerda vacilou feio. Quando a esquerda pegou aquele jargão do Karl Marx de dizer que *a religião é o ópio do povo*, a esquerda ignorou uma grande realidade, ela também sendo religiosa. Porque veja você, a grande questão da bíblia é o trabalho. O trabalho é inventado lá em Gênesis. E tanto os cristãos católicos e evangélicos ou outra coisa, e a esquerda, como ela é muito católica, tipo o MST que surgiu do catolicismo, ela é muito católica, muito cristã também. Aí ela trata como se os evangélicos fossem pior do que os católicos, mas é tudo do mesmo jeito.

Dentro da igreja católica, nós temos algumas congregações que são mais radicais do que a Universal do Reino de Deus. O problema é que os católicos batem e assopram; os evangélicos são mais realistas, são mais sinceros inclusive. É mais fácil você lidar com os evangélicos do que com os católicos. Os católicos são muito fingidos, são muito dissimulados. Então, não tem muita diferença, não. Entre a igreja evangélica e a católica, eu acho a igreja católica até pior, porque ela é camuflada. Eles ficam falando que são amigos pra iludir os outros, eles são aqueles amigos que ficam te entretendo pra poder te apunhalar pelas costas.

Ao pautar a colonização como um projeto de dominação religiosa, Bispo (2018) recupera um ator importante, proporcionalmente pouco considerado na história da colonização portuguesa no Brasil. A Igreja Católica costuma ocupar um papel secundário dentro de uma narrativa hegemônica de exploração econômica. No entanto, além de Nego Bispo também Ribeiro (2014) demonstra que a influência da Igreja vai além da legitimação aos processos de sujeição dos povos autóctones e da escravidão da população negra. A Igreja tem papel ativo como colonizadora dos modos de vida indígenas e anexadora de territórios coloniais, principalmente por meio dos projetos missionários (RIBEIRO, 2014; BISPO, 2015).

O trabalho de Bispo coloca a dualidade entre “velho mundo e novo mundo” sob novos termos. Para além da versão civilizatória e desenvolvimentista da narrativa moderna, estão contrapostos projetos de vida distintos, fundados em religiosidades próprias: de um lado, uma sociedade euro-cristã monoteísta, do outro, várias sociedades em essência politeístas – e no caso brasileiro uma sociedade afro-pindorâmica politeísta (BISPO, 2015). As diferenças entre os dois grupos se manifestam de duas formas. Primeiro, na maneira como cada um entende o mundo: o monoteísmo linear e singular e o politeísmo circular e coletivo. Depois na forma com eles lidam com a natureza, o colonizador de uma forma sintética e os contra-colonizadores de uma forma orgânica. (Cruz, 2019, p. 53)

Mas, assim, o que eu vejo é o seguinte. Um dia, esse enfrentamento tem que ser papo reto, na vida real. Na verdade, eu nem sei mais se são os evangélicos que estão invadindo os quilombos ou se são os quilombos que estão invadindo os evangélicos. Essa é uma preocupação que nós temos que ter, mas não dá para ter do jeito que a esquerda está tendo, não. É uma coisa pra ser analisada profundamente porque é aquilo que eu sempre tenho dito: se nós somos poli, nós podemos ser, inclusive, cristãos. Os cristãos que são mono, só podem ser cristãos. Eles não podem ser mais que isso, mas nós podemos.

Então eu acho que a gente está fazendo tempestade em copo d'água. Deixa eles virem porque eles vão fazer um estrago muito grande, mas eles também vão ser estragados. Muitos deles também vão depois ser superados. Porque eles têm igrejas demais, e tem algumas que estão muito próximas da gente, então é isso. É uma questão para ser analisada com muito cuidado, mas esse não é o mal maior, não.

O mal maior, na verdade, é a própria esquerda. Porque a esquerda, ela é uma corretora de direitos, a esquerda vende direitos. O sindicato vende direitos para o patrão entregar. E aí? Da mesma forma que a esquerda vende direitos para o estado entregar. Então, olha o que que a esquerda fez. As igrejas construíram universidades, escolas de

ensino médio. As melhores escolas de ensino médio são da igreja. Tem uma escola de ensino médio em Teresina avaliada como a melhor escola do Brasil — acho que é a João Barreto, se não me engano. Essas escolas são da igreja. Por que a esquerda também não construiu suas escolas? Por que a esquerda não construiu seus aparelhos, seus bancos, sua televisão? Por que a esquerda não construiu a sua infraestrutura? Aí, meu irmãozinho, as igrejas construíram. Então, o que está pra nós agora é nós construirmos nossa infraestrutura. Os quilombos construíram, construíram mais ou menos, mas têm que construir mais.

A necessidade de organizações negras, dirigidas por negros, é um imperativo que vem de nossa experiência histórica e da plena consciência de que nossa autodeterminação, o lugar que temos direito de ocupar em todos os níveis da sociedade brasileira, depende unicamente de nós mesmos. Do mundo dos brancos — pessoas ou instituições — só temos recebido ou a agressão frontal (somos uma maioria explorada e desprezada por uma minoria), ou a hipócrita solidariedade dos paternalizadores, sempre prontos a “ajudar”, “aconselhar”, “orientar” e, finalmente, cooptar nossas lideranças em potencial ou nossas organizações mais agressivas. (Nascimento, 2019, p. 150-151).

Aqui no Piauí temos muita coisa boa pra fazer, nós temos alguns territórios indígenas que estão sendo titulados, demarcados, nós ainda temos uma caatinga muito preservada. Estou pensando seriamente que vou viajar menos, que devo sair dessa pandemia com a minha roça, que estava praticamente abandonada, um pouquinho reestruturada. Eu vou cumprir com os compromissos que já tenho, mas não vou fazer novos compromissos, não. Então vai chegar a hora que as pessoas vão ter que vir aqui se quiserem conversar comigo ou conversarem por telefone, por skype, mas eu vou viajar menos. Você está super convidado. E nós temos muita coisa boa pra fazer, não só no Piauí, mas também nos quilombos fora.

Joviano. Uma última questão, Bispo, com relação à geopolítica, em relação às ONGs financiadas pelo imperialismo atuando nos territórios tradicionais, com povos indígenas, quilombolas, qual sua opinião sobre essas ONGs que recebem dinheiro dos países do império, dos colonialistas, nesses territórios, como que você vê isso?

Nêgo Bispo. Aqui no Piauí nós tomamos por decisão de não termos essas parcerias mais profundas com essas ONGs. Então nós, enquanto coordenação das comunidades

quilombolas do Piauí, não temos parceria com essas ONGs poderosas. Nós temos algumas conversas, mas sem permitir muita intimidade, ou seja, nós não captamos recursos internacionais, a gente trabalha com recursos próprios mesmos, as nossas energias. Então, a nossa luta aqui, por incrível que pareça, é uma luta muito orgânica.

Algumas pessoas estranham, nós não temos nem uma pessoa liberada para fazer a luta quilombola aqui no estado. Nenhuma pessoa enquanto assessor, não fazemos diferença, fulano é diretor, fulano é assessor. As nossas assessorias aqui são parcerias, tipo assim, tem essas experiências que a gente compartilha com vocês, com outras pessoas, enfim. Eu acho que essas ONGs estão aqui à toa não, elas estão fazendo um papel de espionagem, um papel de inteligência, elas estão financiadas pra passar as informações a nosso respeito.

Pra você ter uma ideia, uma das grandes amigas nossas, grande parceira, que é a professora doutora Maria Sueli, que é professora de direito na Universidade Federal e tem uma luta muito bacana parecida com a sua, ela ganhou uma bolsa da Fundação Ford pra fazer o mestrado, ou o doutorado, uma dessas duas pós-graduações, agora ela já tem até o pós-doc. Eu questionei: poxa, Sueli, uma bolsa da Fundação Ford, essa galera vai querer é que tu passa informação pra eles, das comunidade tradicionais. Aí ela entrou em pânico, que eu também via o ruim pra tudo quanto é lado, uma discussão muito acirrada. Depois você vai me dizer. Eles convidaram ela no final pra ir a Nova York ou Washington, sei lá, o pessoal da Ford.

Cara, quando ela chegou, eu perguntei: e aí, Sueli? Ela começou a chorar, e chorou muito. Porque ela disse que o pessoal da Fundação Ford não queria saber nada do trabalho científico dela, queriam exatamente conhecer o perfil da comunidade, ou seja, as ONGs, essas fundações que financiam pós-graduações, mestrado, doutorado, todas elas financiam pra nos espionar.

Porque o referencial do macro é o micro. O referencial de um extremo é o outro. As comunidades tradicionais assustam muito mais ao império do que a esquerda. Porque a esquerda o império já conhece, o que o império não conhece são as comunidades tradicionais. Essas ONGs fazem esse papel. Porque, se eles tivessem interesse em apoiar as comunidades, eles não botavam ONG no meio não, eles falavam direto. Ora, as

comunidades têm associação, por que não financiam através das associações das comunidades? Por que tem que ser as ONGs? Porque as ONGs fazem esse papel e produzem relatórios.

Então, a relação com as ONGs é muito perigosa até porque tem muitas pessoas nas ONGs que nem sabem que estão fazendo esse papel. Tem pessoas que pensam, que acreditam no que estão fazendo. Tem pessoas que sabem que estão sendo sacanas, mas a maioria não, principalmente as que não são dirigentes, as que são funcionárias, elas pensam que estão fazendo um grande trabalho, mas, enfim, as ONGs na verdade são um serviço de inteligência do colonialismo.

Joviano. Nossa, queria te agradecer muito, assim, não precisa nem falar, você sabe o tanto que eu sou seu fã, seu admirador. No meu trabalho eu estou o tempo todo falando de confluência, transfluência, contra-colonialismo, enfim, você tem sido a principal referência para mim. Trabalhei com seus textos em sala de aula, com aquelas entrevistas publicadas na revista *Piseagrama*, com seu livro *Colonização, Quilombos, modos e significações* (2015).

Nêgo Bispo. Eu te mandei a dissertação da Ana Mumbuca? A dissertação dela é uma das coisas mais belas contra-colonialistas que eu conheci. Na verdade é a primeira *contra-colonialista* que eu conheci (Silva, 2019). É linda a dissertação dela. Com relação a essa história de fã, você disse que é meu fã, ao invés de você ser meu fã, e eu seu fã, nós somos confluentes, aí resolve. Somos confluentes, resolve pra mim e pra você.

Joviano. Maravilha! Somos confluentes. Então tá, muito obrigado, um abraço forte e a gente se fala! Até breve.

Nêgo Bispo. Abração, vamos conversando.

20. Carta para Nêgo Bispo



Figura 34 – Arte de Pedro Rena feita a partir de bordado de Arthur Bispo do Rosário, 2020.

Salve, salve Bispo!

Como vão as coisas aí na comunidade? Fui convidado a escrever uma carta, escolhi o senhor como destinatário. Aproveitar para agradecer nossa confluência, como tu disse naquela conversa que gravamos no início da quarentena. Falei que eu era teu fã na despedida e tu disse que fã não era legal, que a gente era confluente. Deu um calorzinho no coração. É isso aí, satisfação.

Mais um aprendizado entre tantos desde que lhe conheci graças ao Rafa Tchatcha, em 2017, na nossa casinha em Santa Tereza. De lá pra cá, não teve um dia que não confluí com seu pensamento, com sua cosmovisão quilombola, *afropindorâmica*. Fico enchendo o saco dos amigos decoloniais para deixar o decolonial e se assumir contra-colonialista. (risos)

A boa agora é “início, meio, início”. Isso é maravilhoso pra ilustrar a circularidade da vida. É como a ginga na capoeira, a gira no terreiro. Bonito demais! Fiz até um poeminha em sua homenagem:

*chegou nossa vez
versar a resposta da resposta,
a réplica da réplica, a tréplica,
que em verdade
nada responde
nem faz proposta
somente expressa,
talvez uma aposta,
em três palavras:
início, meio, início*

*aprendi com Bispo,
começo, meio, começo,
ciclos e circularidades espiraladas,
fluxos e movimentos singulares
passado e futuro confluem neste presente
um instante, tempo*

*dia de Xangô,
o Rei sabe o que faz,
Kaô Kabecile, meu rapaz,
A morte ronda
peçamos clemência ao Pai
Cantar, dançar, atracar ao mar
contra-atacar*

*não que o término seja ruim,
nem que a morte seja o término,
é que já não creio no fim,
início, meio e início,
incorporei pra mim.*

(24 de junho, 2020).

O bom é que nosso reencontro já tem data marcada: 26 de outubro de 2020. Seja presencial ou virtual, vou amar reencontrar o senhor, meu mestre e amigo confluente.

Abraço forte, Modupé! joviano maia.

Belo Horizonte, 10 de julho de 2020.

21. *Um pequenino grão de areia*

Essa música que eu canto agora eu fiz com Caetano, Bethania gravou. Chama-se Iansã e eu gosto muito dela. Porque é muito da gente mesmo, do jeito que a gente... sabe? Intui a existência, da imanência e da transcendência.

*Um dia eu ainda vou me redimir por inteiro do pecado do intelectualismo.
Se Deus quiser.*

Não vou ter mais necessidade de falar nada. De ficar pensando em termos desconstruídos de tudo, pra tentar explicar às pessoas que eu não sou perfeito, mas que o mundo também não é. Porque eu não tô querendo ser dono da verdade. Porque eu não tô querendo fazer sozinho uma obra que é de todos nós e de mais alguém que é o Tempo, o verdadeiro grande alquimista, aquele que realmente transforma tudo. Um pequenino grão de areia é o que eu sou.

Só que o grão de areia já conseguiu sendo tão grande ou maior do que eu, ser bem pequenininho, e não precisar se mostrar mais, fica lá, trabalha em silêncio, mais mineiro, eu sou mais baiano ainda.

(Gilberto Gil¹¹⁵)

Seria incoerente escrever uma conclusão, considerações finais ou algo do tipo. Essa escrita-oral é processual, circular e orgânica, não tem fim. Assim, a título de despedida, até o próximo *rolezinho*, gostaria de declarar meu amor incondicional aos povos *afropindorâmicos* que nestas terras confluíram. Com as bênçãos de Oxalá, pela Justiça de meu Pai Xângô e com a força-ventania de minha Mãe Oyá, hão de derrotar o colonialismo e refundar a nação brasileira, a exemplo do que foi e ainda é a experiência de Palmares. No mais, dizer que o *org.* da capa, que expressa a recusa de autoria neste trabalho, além de *organizador* e *orgânico*, também pode significar *orgasmo*. *Org.* de *orgasmo* porque foi um tesão coproduzir estes escritos. Só tenho a agradecer, por todas confluências, transfluências, por todas encruzilhadas, *infinitas encruzilhadas*. Laroíê Exu! Estamos de pé.

Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nas pessoas e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.

(Paulo Freire)

¹¹⁵ Palavras pronunciadas por Gilberto Gil antes de cantar a música *Iansã* em show na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – Poli USP, em 1973. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q03QjHyDyMw>>, acesso em 23 de setembro de 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundo. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia literária, Elefante, 2016.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Tradução: Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALCANTARA, Clarissa de Carvalho. *Corpoalíngua: performance e esquizoanálise*. Curitiba: CRV, 2011.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDRADE, Máira Leme de. *Ação Relacional. A ação como experiência de interação sob a perspectiva do agente implicado pelo sensível*. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Artes, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/132143>>.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.
- BELO HORIZONTE. Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. *Deliberação nº 019/2015, de 05 de março de 2015*. O [...] CDPCM-BH [...] deliberou aprovar a proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza e a abertura de processo de tombamento dos bens culturais bem como das indicações para Registro Documental [...]. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Governo - CDPCM, 2015. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1138559>>. Acesso em: 24 set. 2020.
- BERTINETTO, Alessandro. O nascimento da arte advindo do espírito da improvisação. In: CECCHINATO, Giorgia; PAZZETO, Debora; COSTA, Rachel (org.). *Os fins da arte*. Belo Horizonte: Relicário, 2018. v. 1.
- BLAZOTI, A. R. *Mutirão como ferramenta política: agricultura urbana e cidadania*. V!RUS, São Carlos, n. 18, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus18/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 08 Jul. 2019.
- BOAL, Augusto. *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. *Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967*. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências (revogado). Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/norma/523096/publicacao/15668207>>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.

Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (1ª Região). Sentença. Processo nº. 46039-82.2013.4.01.3800. 21ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais. Juiz Federal Daniel Carneiro Machado. Belo Horizonte, julgado em 21 de setembro de 2016.

CABRAL, Michelle Nascimento. *Processos comunicacionais no teatro de rua: performatividade e público*. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

CAETANO, Nina. Corpos estranhos, espaços de resistência. *Revista Marimbondo*, Belo Horizonte, n. 3, p. 100-101, 2015.

CALVEZ, Gaëlle Le. *La escritura “sin rostro” como estrategia subversiva del zapatismo*. In *Revista de Literatura Mexicana Contemporánea*, p. 89-101, sept-dic 2017.

CAMPBELL, Brígida. *Arte para uma cidade sensível*. São Paulo, Invisíveis Produções, 2015.

CARDOSO, Marcos Antônio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978 – 1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

CAROLINA, Áurea. *Quando a pessoa se torna ativista*. *Tuíra*, São Paulo: Escola de Ativismo, n. 1, p. 105-108, jan. 2019.

CARREIRA, André. Ambiente, fluxo e dramaturgia da cidade: materiais do Teatro de Invasão. *O percevejo online*: periódico do Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da UNIRIO, Rio de Janeiro, v. 1, fascículo 1, p. 3, janeiro-junho 2009, p.3.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSSFOGUEL, Ramón (org.). *Decolonidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 79-106.

CARVALHO, José Jorge de. A Reza Longa de Valdomiro Flores e Tereza Amarília Flores, Um Monumento da Literatura Oral Kaiowá. IN: FLORES, Valdomiro; FLORES, Tereza Amarília; OLIVEIRA, Luciana de (org.) *Ñe~e Tee Rekove/Palavra Verdadeira Viva*. Belo Horizonte, Rumos Itaú Cultural/Selo PPGCOM-UFGM, 2020 (obra no prelo).

CASASANTA, Lúcia Monteiro. *As Mais Belas Histórias: Pré-Livro, Parte do Mestre*. Belo Horizonte: Editora do Brasil, 1961.

CENTELHA, Coletivo. *Ruptura*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

CONCEIÇÃO, Efigênia Maria; SILVA, Cássia Cristina da. *Manzo: ventos fortes de um kilombo*. Belo Horizonte: Editora da FAE/UFGM, 2017.

CORDEIRO, Paula Regina de Oliveira. *Essa terra é para filhos e netos não vende e não pode trocar: A disputa entre o território tradicional quilombola pesqueiro de Rio dos Macacos e o território militarizado da Marinha do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2018.

COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (org.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista. *Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CRUZ, Mariana de Moura. *Decolonizar o comum: histórias da transmodernidade brasileira*. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro/Brasília: Francisco Alves/INL, 1979.

CYKMAN, Noa. *Limites do horizonte: Cartografia de uma episteme utópica em encontros rainbow*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-

Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Empirismo e subjetividade*: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. São Paulo: Editora 34, 1995. v. 1.

DI MONTEIRO, Altemar. *Caminhares Periféricos: Nós de Teatro e a potência do caminhar no Teatro de Rua Contemporâneo*. Fortaleza, Belo Horizonte: Piseagrama, 2018.

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016a.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2016b.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. Palestra proferida para estudantes da PUC Rio, 2020.

FABIÃO, Eleonora. Performance e Teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea. *Revista Sala Preta*, São Paulo, PPGAC da ECA-USP, v. 8, n. 1, p. 237-238, 2008. Disponível na versão online em: <bit.ly/1GgJiVj>.

FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

FRANZONI, Julia Ávila. *O direito & o direito: histórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial*. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2019.
- FREITAS, Daniel Medeiros de. *Desvelando o campo de poder dos grandes projetos urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte*. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. *Do PROFATELA à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- GANZ, Louise; BALTAZAR, Ana Paula (org.). *Uma composição do comum [entrevistas]*. Belo Horizonte: Jaca, 2019.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Anpocs, v. 2, p. 233-244, 1984.
- GRUPO POVOS E LÍNGUAS. *Almanaque Avança Sertão, uma produção editorial do Grupo Povos e Línguas*, Novembro/2018.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, Félix. *Confrontações / Conversas com Kuniichi Uno e Laymert Garcia dos Santos*. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyinê, 2018.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, bell. *Olhares Negros*. São Paulo: Editora Elefante, 2019a.
- HOOKS, bell. *Erguer a Voz*. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.
- HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução:

- Bhuvi Libânio - 7ª edição; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019c.
- HOOKS, bell. *Erguer a Voz*. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.
- ILUMINADO, Vagabundo. *Escrita Nômade*. Belo Horizonte – MG / Pirenópolis – GO: Edição independente, 2018.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Situacionista: Teoria e prática da revolução*. Tradução: Francis Wuillaume, Leo Vinícius. Coleção Baderna. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.
- ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. *Mulheres em luta: feminismos e Direito nas ocupações da Izidora*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade / Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2000.
- KALIL, Pedro. Próxima estação: a busca de um teatro político. *Revista Marimbondo*, Belo Horizonte, n. 3, p. 14-17, 2015.
- KASTRUP, Virgínia. *Cognição inventiva, arte e corpo*. In: COSTAS, Ana Maria Rodrigues et al. *Abrace: arte, corpo e pesquisa na cena: experiência expandida*. Belo Horizonte: ABRACE – Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Arte Cênicas / Editora O Lutador, 2016.
- KIDOIALE, Makota; MUIANDÊ, Mametu N’Kise. Senzala, terreiro, quilombo. *Revista Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 12, p. 52-61, 2018.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KOPENAWA, Albert; DAVI, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LIMA, Maurinete. *Sinhá Rosa: Poemas de Maurinete Lima*. Edição e organização Élide Lima. São Paulo: Invisíveis Produções, 2017.

LOPES, Marcela S. B.; RENA, Natacha S. A.; SÁ, Ana Isabel. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. *V!RUS*, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Cidade Ocupada*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Com orde minha mesmo*. 2020. Qualificação de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

LUFT, Lya. *Perdas e ganhos*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MACHADO, Sara Abreu Da Mata. *Baobá na encruzilhada: ancestralidade, capoeira angola e permacultura*. Tese apresentada ao Programa de Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Difusão do Conhecimento, Salvador, 2016.

MACHADO, Sara Abreu da Mata e ARAÚJO, Rosângela Costa. *Capoeira Angola, corpo e ancestralidade: por uma educação libertadora*. *Horizontes*, v. 33, n. 2, p. 99-112, jul./dez., 2015.

MAIA MAYER, Joviano Gabriel. *O comum no horizonte da metrópole biopolítica*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

MAIA MAYER, Joviano Gabriel; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Belo Horizonte, cidade ocupada: o caso da Ocupação Dandara*. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de et al. (org.). *Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 305-340.

MAIA MAYER, Joviano Gabriel; MOREIRA, Luís. *Escombros da Babilônia: espaço comum biopotente*. In: MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; FREITAS, Lorena Martoni de (coord.). *Biopolítica e o Comum*. Belo Horizonte: Initia Via, 2019. p. 210-221.

MAIA MAYER, Joviano Gabriel. *Ativismo cartográfico, autogestão e o comum urbano*. *Interfaces: Revista de Extensão da UFMG*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 331-350, jan.-jun. 2020.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARQUES, Gustavo Pessali. *Megafonizar as lutas: a experiência de radicalidade democrática das muitas e da gabinetona em Belo Horizonte*. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MARQUEZ, Renata et al. Festa e política na rua. Conversa de PISEAGRAMA com Áurea Carolina, Gustavo Bones, Guto Borges, Joviano Mayer, Priscila Musa, Rafael Barros e Rita Velloso. In: MARQUEZ, Renata et al. (org.). *Escavar o futuro*. Belo Horizonte: Fundação Clóvis Salgado, 2014.

MARTINEZ, Alexandra et al. O Estado como instrumento, o Estado como impedimento: contribuições ao debate sobre transformação social. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *O fardo da raça*. Entrevista de Achille Mbembe à Arlette Fargeau. Coleção Pandemia. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MEANS, Oglala Lakota Russell. *Para que a América viva, a Europa deve morrer*. Discurso do ator e ativista Oglala Lakota Russell Means. Tradução: Idjahure Kadiwel e Santiago Perlingeiro. In: FÓRUM DOC.BH.2017. *21º Festival do Filme Documentário e Etnográfico Fórum de Antropologia e Cinema*. Belo Horizonte, 2017. p. 108-119. Disponível em: <http://www.forumdoc.org.br/catalogos/catalogo_forumdoc_2017.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

MENDONÇA, Gomes Jupira; COSTA, Heloísa Soares de Moura (org.). *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

MIRANDA, Isabella Gonçalves. *Brasil em movimento: o fim da Nova República e a crise da esquerda brasileira*. Tese apresentada em cotutela no programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e no programa Pós-colonialismos e Cidadania Global, do Centro de Estudos Sociais – Coimbra e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2019.

MOSÉ, Viviane (organização e apresentação). *Reino dos bichos e dos animais é meu nome / Stela do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

MUDA, Movimento Urbano de Agroecologia. *Quem somos?* Disponível em: <<http://muda.org.br/#quem-somos>>. Acesso em: 24 set. 2020.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NAZARETH, Paulo. *Paulo Nazareth: Arte contemporânea/LTDA*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2012.

NEGRI, Antonio *et al.* *Negri no trópico 23° 26' 14"*. São Paulo: Autonomia Literária, Editora da Cidade, n-1 edições, 2017.

NEVES, Bernardo *et al.* *Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal*. In: ROLNIK, Raquel *et al.* (org.). *Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo*. São Paulo: Editora da FAUUSP, 2018. p. 223-241.

NJERI, Aza. *Vamos falar sobre Mulherismo Africana? Alma Preta, Jornalismo preto e livre*, [S. l.], publicado em 28 de janeiro de 2020. Disponível em <<https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/vamos-falar-sobre-mulherismo-africana>> Acesso em: 23 set. 2020.

OBSERVATORIO METROPOLITANO. *La apuesta municipalista: La democracia empieza por lo cercano*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista e O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (org.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSÔ, Grace. *Vaga Carne*. Belo Horizonte: Editora Javali, 2018.

PEÇANHA, Cinézio Feliciano (Mestre Cobra Mansa). *Gingando na linha da Kalunga*:

Capoeira Angola, Engolo e a construção da Ancestralidade. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PELBART, Peter Pál. *Ensaio do assombro*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

PELBART, Peter Pál. *Estamos em guerra*. Coleção Pandemia, São Paulo: n-1 edições, junho de 2017.

PELBART, Peter Pál. *O avesso do niilismo: Cartografias do esgotamento*. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2016.

PEREIRA, Liliane Augusta. *Os movimentos insurgentes e o patrimônio: o surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte, Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018a.

PEREIRA, Mendes Amauri. *Encruzilhadas na luta contra o racismo no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

PEREIRA, Mendes Amauri. *Do movimento negro à cultura de consciência negra: reflexões sobre o antirracismo na sociedade brasileira*. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

PEREIRA, Miriam Aprigio. *Luízes, um Quilombo em contexto urbano: história, memória, travessia e re-existência dos pretos das Piteiras*. Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, UNB, Brasília, 2018b.

RAMOS, Débora Oliveira. *Estado brasileiro, dispositivo de colonialidade e seguridade social: entre fazer e deixar morrer a população negra*. 2019. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

RENA, Natacha; BRUZZI, Paula. As ocupações em Belo Horizonte: biopotência e estética da multidão. In: CAVA, Bruno e COCCO, Giuseppe (org.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014. p. 309-328.

RENA, Natacha; MAIA MAYER, Joviano; NEVES, Bernardo; ALVES, Josiane. *Cartografando os movimentos multitudinários em Belo Horizonte: as jornadas de junho e depois*. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, n. 3, v. 2, p. 9-26, dez. 2016.

RIBEIRO, Darcy. *O livro dos Cieps*. Rio de Janeiro. Bloch. 1986.

- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, Isaque. *Performance artista em Belo Horizonte 2007 - 2015 + a performance real*. 2017. Tese (Doutorado em Belas Artes) – Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- ROLNIK, Suely. *A hora da micropolítica*. Série Pandemia. São Paulo: n - 1 edições, 2016.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- ROJO, Sara. *Teatro Latino-Americano em Diálogo: Produção e visibilidade*. Belo Horizonte: Javali, 2016.
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. *A Cartografia e a Relação Pesquisa e Vida. Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009.
- RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.
- RUFINO, Luiz; PEÇANHA, Cinézio Feliciano (Mestre Cobra Mansa); e OLIVEIRA, Eduardo. *Pensamento diaspórico e o “ser” em ginga: deslocamentos para uma filosofia da capoeira*. In Revista de Humanidades e Letras, v. 4, n. 2, p. 73-84, 2018.
- RUFINO Luiz; SIMAS, Luiz Antonio. *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.
- RUFINO Luiz; SIMAS, Luiz Antonio. *Fogo no mato*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.
- SABINO, Nívea. *Interiorana*. 2. ed. Nova Lima: Editora O lutador, 2018.
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SANTIAGO, Homero. *As crises do pensamento*. In: NEGRI, Antonio et al. *Negri no trópico 23° 26' 14"*. São Paulo: Autonomia Literária, Editora da Cidade, n-1 edições, 2017. p. 19-30.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Somos da terra*. *Revista Piseagrama Posse*, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018.

SANTOS, Bárbara. *Percursos estéticos: imagem, som, ritmo, palavra - abordagens originais sobre o Teatro do Oprimido*. São Paulo: Padê Editorial, 2018.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder*. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, Número Especial EGAL, II Semestre 2011.

SARR, Felwine. *Afrotopia*. São Paulo: n - 1 edições, 2019.

SILVA, Ana Cláudia Matos da. *Uma escrita contra-colonialista do Quilombo Mumbuca, Jalapão-TO*. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, Cidinha da. *Um exu em Nova York*. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

SILVA, Cidinha da. *#Parem de nos matar!* São Paulo: Pólen, 2019a.

SILVA, Cidinha da. *Exuzilhar: melhores crônicas de Cidinha da Silva*. São Paulo: Kuanza Produções, 2019b. v. 1.

SILVA, Cidinha da. *Sobre-viventes!* Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

SILVA, Lânia Mara. *Lá no caminho eu deixei meu sentinela: territorialidade e movimento de um terreiro de umbanda*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável). Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Salloma Salomão Jovino da. *Invisibilidade histórica da multidão no Brasil: a violência racial e a desmemória das lutas negras*. In: NEGRI, Antonio et al. *Negri no*

trópico 23° 26' 14". São Paulo: Autonomia Literária, Editora da Cidade, n-1 edições, 2017. p. 71-86.

SINGER, Andy. GHENT, Randy. *Cartoons: atropelando a ditadura do automóvel*. Tradução: Daniel Bezerra Corral. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira; REIS, Glória; OLIVEIRA, Leônidas José de (org.). *A arte e a cidade: lugares e expressões teatrais de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, 2015.

TAVARES, Julio Cesar de. *Dança de guerra - arquivo e arma: elementos para uma Teoria da Capoeiragem e da Comunicação Corporal Afro-Brasileira*. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. O processo democrático de educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 62, abr./jun. 1956. p. 3-16.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação e o Mundo Moderno*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

TERENA, Luiz Henrique Eloy. *Poké'exa úti*. *Revista Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 12, p. 12-17, 2018.

TRINDADE, Héliqio. *Anísio Teixeira e os desafios atuais da educação superior*. Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. [S. l.]: Red de investigadores sobre educación superior, 2007.

TRUPE ESTRELA. Dramaturgia do espetáculo *Assembleia Comum*, Espaço Comum Luiz Estrela, Belo Horizonte, 2015.

TRUPE ESTRELA. Dramaturgia do espetáculo *Escombros da Babilônia*, Espaço Comum Luiz Estrela, Belo Horizonte, 2017.

TRUPE ESTRELA. Dramaturgia do espetáculo *Visita guiada: experimentos em torno de um casarão em movimento*, Espaço Comum Luiz Estrela, Belo Horizonte, 2018.

TURLE, Licko. *Teatro do oprimido e negritude: a utilização do teatro-fórum na questão racial*. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

TURLE, Licko; TRINDADE, Jussara; GOMES, Vanéssia (org.). *Teatro de rua: discursos, pensamentos e memórias em rede*. Fortaleza: Aldeia Casa Viva, 2016.

UNO. Kuniichi; SANTOS, Laymert garcia dos. *Guattari: confrontações*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

URASSE, Anin. Texto publicado sem título no perfil de Instagram @aninurasse. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CFPO3evJV8e/>>. Acesso em: 17 set. 2020.

VIANA, Dimir. *Teatro do oprimido na educação de jovens e adultos*. Curitiba: Appris editora, 2016.

VIEIRA, Pastor Henrique. *O amor como revolução*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

YOUSSEF, Alê. *Novo Poder: democracia e tecnologia*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.